



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 805 - julho/2023
Resoluções - Nº 534 a 536/2023
(CEPEX/UFPI)

Teresina, 25 de julho de 2023



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 534, DE 20 DE JULHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/07/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.054952/2022-65;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2023, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

Teresina, 20 de julho de 2023

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor no exercício da Reitoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DE
ALIMENTOS/PRESENCIAL**

TERESINA- 2023

Vinício Campelo

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Adelaide Maria de Sousa Costa
Técnica em Assuntos Educacionais

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa
Técnica em Assuntos Educacionais

Joilson Martins Duarte
Assistente em Administração

Vianna Campelo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
ALIMENTOS/PRESENCIAL**

TERESINA- 2023

Vinício Campelo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Engenharia de Alimentos, modalidade presencial, Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, no município de *Teresina* – Piauí, a ser implantado a ser implementado no segundo período de 2023

TERESINA- 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vincenzo Campelo", is located in the bottom right corner of the page.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITORA

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettelman Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Mônica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Silvana Santiago da Rocha

Coordenador Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos

Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente do Pró-Reitor

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Viana Gomes', is located in the bottom right corner of the page.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS

DIRETOR: Prof. Dr. Willams Costa Neves

VICE-DIRETOR: Profa. Dra Artenisa Cerqueira Rodrigues

COORDENADOR DO CURSO:

SUBCOORDENADOR DO CURSO:

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Willams Costa Neves", is located in the bottom right corner of the page.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CRIAÇÃO DO CURSO (PRIMEIRA FASE - 2010)

Portaria PREG nº 074/12

Profª Drª Amanda Mazza Cruz de Oliveira - Nutrição CSHNB
Profª Drª Antônia Dalva França Carvalho – Coordenadora de Currículo da PREG
Profª Drª Stella Regina Arcanjo Medeiros – Nutrição CSHNB

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CRIAÇÃO DO CURSO (SEGUNDA FASE-2013)

Ato da Reitoria nº 1642/13

Profª. Drª. Janaina de Fátima Saraiva Cardoso – Presidente
Profª. Drª. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo – Membro
Profª. Drª. Stella Regina Sobral Arcanjo – Membro
Prof. Dr. Zeomar Nitão Diniz – Membro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CRIAÇÃO DO CURSO

Ato da Reitoria nº 562/2022

Prof. Dr. Antonio Augusto Nascimento Machado Júnior – Presidente
Profa. Dra. Felicianna Clara Fonsêca Machado - Membro
Profa. Dra. Gabriela Almeida de Paula - Membro
Profa. Dra. Stella Regina Sobral Arcanjo – Membro



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



Vinícius Campelo

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Engenharia de Alimentos

CÓDIGO DO CURSO (INEP):

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução N°

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Engenheiro de Alimentos

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Engenheira de Alimentos

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Média: 5 anos

Máximo: 6 anos

Alunos portadores de necessidades especiais: 9 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com o Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Diurno

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC:



OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (matutino/vespertino/noturno)	VAGAS
1º SEMESTRE	Matutino e vespertino	40
2º SEMESTRE	Matutino e vespertino	40

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2023.2	195	375	570

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	3255	217
Disciplinas Optativas	120	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	360	24
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão	405	27
TOTAL	4320	288

Vinício Campelo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. JUSTIFICATIVA.....	13
1.2. CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	13
1.3. HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO	17
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	21
2.1 PRINCÍPIOS CURRICULARES E ESPECIFICIDADES DO CURSO.....	21
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	26
2.2.1 <i>Objetivo geral</i>	26
2.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	26
2.3 PERFIL DO EGRESSO	27
2.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	27
2.5 PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	30
2.6 SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	32
3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
3.1.1 <i>Núcleo de Conteúdos Básicos</i>	33
3.1.2 <i>Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes</i>	34
3.1.3 <i>Núcleo de Conteúdo Específicos</i>	35
3.1.4 <i>Matriz Curricular</i>	36
3.2 FLUXOGRAMA DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS	41
3.3 ESTÁGIO, ATIVIDADES COMPLEMENTARES, EXTENSÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO.....	42
3.3.1 <i>Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.</i>	42
3.3.2 <i>Trabalho de conclusão de curso - TCC</i>	43
3.3.3 <i>Atividades complementares</i>	44
3.3.4 <i>Extensão</i>	47
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	55
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	55
4.2 APOIO AO DISCENTE	59
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	63
5.1 DA APRENDIZAGEM	63
5.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	64
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	66
6.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	66
6.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS	100
7 INFRAESTRURA FÍSICA	102
7.1 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS	102
7.2 BIBLIOTECA	107
REFERÊNCIAS	108

Vinício Campelo

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos (PPC) constitui-se em um instrumento educacional resultante do trabalho realizado pela Comissão para criação do Curso, assentando-se em preceitos curriculares, e no aporte teórico-metodológico, ético e político orientador do perfil profissional do discente de Engenharia de Alimentos que será formado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Nessa perspectiva, este PPC apresenta um currículo atualizado em relação às mudanças socioeconômicas, socioambientais e culturais, ocorridas nos últimos anos, e utilizou-se como parâmetro principal a Resolução CNE/CES Nº 2/2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Engenharia; o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014; a Resolução 177/2012 CEPEX/UFPI de 05 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí; a resolução CNE/CES nº 7/2018, em âmbito nacional, e a Resolução nº 053/2019, em âmbito local, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos currículos dos cursos de graduação; a Resolução nº 054/2017 CEPEX/UFPI que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades especiais na UFPI; o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI - PDI 2020-2024; e a Resolução nº 01/2020 Conselho Departamental/CCA/UFPI que aprovou o Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU 2020-2024 do Centro de Ciência Agrárias.

Outro aspecto relativo a este documento relaciona-se à formação presencial dos alunos do curso de Engenharia de Alimentos. Nessa dimensão, convém ressaltar a possibilidade de os graduandos presenciarem e participarem das vivências universitárias, haja vista serem formativas. Este documento sublima por uma formação promotora do engajamento dos graduandos em grupos de pesquisas coordenados pelos professores da UFPI, trabalhos em equipe, trabalhos de pesquisa promovidos nos espaços dos laboratórios vinculados ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programas Institucionais de Bolsas de Extensão (PIBEX), Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI), programas de monitoria, dentre outros programas desenvolvidos pela UFPI.

Desse modo, encaminha-se uma proposta curricular contextualizada que incentiva a interação social, técnica e científica.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

Com o curso de Engenharia de Alimentos, a UFPI poderá ampliar ainda mais sua atuação na área de produção e processamento de alimentos, fornecendo profissionais que poderão compor e desenvolver, de forma interdisciplinar, o fortalecimento de agroindústrias e unidades produtivas em uma região extremamente carente desses profissionais. Além disso, o novo curso vem complementar o atual leque de opções de Engenharia disponível na instituição, que já conta com os cursos de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Engenharia Cartográfica e Agrimensura, Bacharelado em Engenharia de Produção, Bacharelado em Engenharia Elétrica, Bacharelado em Engenharia Mecânica e Bacharelado em Engenharia de Materiais reforçando a área tecnológica da instituição e possibilitando ao vestibulando a escolha de um perfil que melhor se adapte ao tipo de atividade que deseja exercer quando formado.

A iniciativa da UFPI em relação à graduação em Engenharia de Alimentos, além de ser uma meta vislumbrada pela atual Administração Superior e contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI e no Plano de Desenvolvimento de Unidade do Centro de Ciências Agrárias, também objetiva dar suporte às estratégias e políticas que permeiam o cenário estadual visando colaborar no seu processo de crescimento tecnológico por meio da incorporação de profissionais da área nas atividades de planejamento, administração e controle de produção das indústrias de alimentos do Estado.

A concepção do currículo proposto neste Projeto Pedagógico do curso (PPC) propõe formar profissionais com competência multidisciplinar, com pensamento científico-pedagógico e formação sólida, capaz de aplicar seus conhecimentos básicos e solucionar problemas da área, de forma a permitir uma rápida resposta às exigências atuais e as tendências futuras para a indústria e a sociedade em geral.

1.2 Contexto regional e local

A UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

O seu credenciamento ocorreu em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945) como Faculdade isolada, foi credenciada em 1968 como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68) e

recredenciada em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993.

Considerando a ampliação e modernização da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte com vistas a dar mais transparência e organização à sua estrutura operacional.

A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O Estado do Piauí é o terceiro maior Estado nordestino, em extensão, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo Estado brasileiro, respondendo por 2,9% do território nacional. Em decorrência de sua posição, caracteriza-se, em termos geográficos, como uma típica zona de transição, apresentando, conjuntamente, aspectos do semiárido nordestino, da pré-Amazônia e do Planalto Central do Brasil.

Enquanto os Estados do Nordeste oriental contam com apenas um rio perene, o São Francisco, com aproximadamente 1.800 km dentro de seus territórios, o Piauí conta com o rio Parnaíba e alguns de seus afluentes, entre eles o Uruçuí Preto e o Gurguéia que, somando-se seus cursos permanentes, ultrapassam 2.600 km de extensão.

Apesar das peculiaridades climáticas e geográficas, a região tem carências que se devem, principalmente, aos prolongados períodos de estiagem, ocorrência de veranicos nos meses de janeiro e fevereiro, além da concentração de terras de baixa fertilidade, que constituem um verdadeiro desafio para o desenvolvimento da agropecuária regional. Como consequência, a agricultura apresenta baixos índices de produtividade, sendo considerado investimento de grande risco. Assim, tecnologias alternativas são imprescindíveis para o desenvolvimento regional.

A implantação de projetos vem propiciando mudanças socioeconômicas na região, tais como o desenvolvimento de sistemas de melhoramento na produção de mel pela EMBRAPA e o aumento da produtividade leiteira na zona do baixo Parnaíba, propiciada pela implantação de indústrias de laticínios e cooperativas. Há também, na região, perspectivas para o desenvolvimento de pesquisas que possam melhorar a qualidade e a produção da carne e leite de caprinos nativos; o incremento da atividade nos entrepostos pesqueiros do litoral piauiense; a diversificação do uso do caju como matéria-prima para indústrias de sucos e derivados, o incentivo ao consumo e produção da cajuína, uma bebida típica do estado; o aproveitamento de frutas típicas da região, como insumos para elaboração de produtos; o apoio e desenvolvimento de produtos a base de farináceos, dando suporte para as casas de farinha e a ampliação da produção de cachaça, dentre outros. Isto possibilitará, gradativamente, a criação de milhares de empregos diretos e indiretos aproveitando a mão-de-obra disponível, a melhoria da infraestrutura básica de desenvolvimento, além de incorporar grande área ao processo produtivo da região pelo aumento da fronteira agrícola.

O setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado e os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra, distribuídas entre as atividades de extrativismo vegetal, mineral, pecuária e agricultura.

A castanha de caju deixou de ser um produto extrativo para se constituir numa cultura desenvolvida em grande escala e que boas perspectivas oferecem à economia do Estado.

A pecuária foi a primeira atividade econômica desenvolvida no Estado, fazendo parte de sua tradição histórica. Entre os rebanhos, destacam-se os caprinos, bovinos, suínos, ovinos e asininos. A caprinocultura, por sua capacidade de adaptação a condições climáticas inóspitas, tem sido incentivada pelo Governo, proporcionando meio de vida a significativa parcela da população carente. A agricultura no Piauí desenvolveu-se paralelamente à pecuária, porém como atividade quase que exclusivamente de subsistência. Posteriormente, adquiriu maior caráter comercial, embora de forma lenta e insuficiente para abastecer o crescente mercado interno do Estado. Entre as culturas tradicionais temporárias sobressaem-se o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, o algodão herbáceo, a cana-de-açúcar e a soja. Entre as culturas permanentes, destacam-se a manga, a laranja, a castanha-de-caju e o algodão arbóreo.

O Estado do Piauí não conta atualmente com instituições públicas ou privadas que disponibilizem graduação em Engenharia de Alimentos. Somente o IFPI disponibiliza o curso de Tecnologia de Alimentos de forma pública para os estudantes.

É importante esclarecer a diferença entre os campos de atuação dos Engenheiros de Alimentos e dos Tecnólogos de Alimentos. Entende-se por Engenharia, a atividade profissional de

aplicação da ciência e da tecnologia à transformação dos recursos da Natureza, para o usufruto da Humanidade. A resolução de problemas é comum a toda atividade de engenharia. Os problemas podem envolver aspectos qualitativos e quantitativos, físicos e econômicos, e podem demandar modelagem matemática ou senso comum. O processo de síntese criativa ou projeto, associando ideias na criação de soluções novas e melhores, é de grande importância.

A criação do curso de graduação na área de Engenharia de Alimentos, contribuirá para a consolidação da Instituição como promotora do desenvolvimento técnico e científico regional. Almeja-se que a massa crítica formada possa realmente contribuir para desenvolvimento econômico e sociocultural da região, por meio de projetos de extensão que possibilitem: (i) criação de inovações tecnológicas nas áreas de exploração já existentes; (ii) criação de empreendimentos de base tecnológica visando utilização de recursos próprios da região, pouco ou nada explorados; e (iii) desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, sendo estes técnicos, acadêmicos e/ou científicos, que fomentem a inserção de novos setores industriais na região e levem a um melhor aproveitamento oferecimento de treinamentos técnicos para capacitar desenvolvimento com o intuito de uma sólida formação.

Deve ser ressaltado que o curso terá por referência o cenário e as vocações regionais, entretanto com preocupação de tratamento dialógico privilegiando o local, o global, de modo a favorecer a formação de profissionais capazes de atenderem a diversos contextos geográficos e sócio-políticos.

Teresina, local que sediará o curso, é a mais jovem capital do Nordeste e está localizada no Centro-norte do Estado e meio-norte do nordeste brasileiro, com Latitude Sul: 05° 05' 12'' e Longitude Oeste: 42° 48' 42''. Sua população é de 714.318 habitantes, sendo 676.596 habitantes na zona urbana e 37.722 habitantes na zona rural. A temperatura média anual é de 28°C. Possui Clima Tropical e chuvoso (megatérmico) de Savana.

A cidade possui uma superfície total de 1.1672,5 km² e tem os seguintes limites geográficos: Ao Norte: municípios de União e José Freitas. Ao Sul: Municípios de Palmeirais e Monsenhor Gil. Ao Oeste: Estado do Maranhão (Timon) e ao Leste: municípios de Altos e Demerval Lobão. Os acessos principais são pelas rodovias BR 343 e PI 130 e aeroporto de Teresina. A altitude média do Município varia de 100 a 150 m.

Teresina está aos poucos sendo descoberta pelos industriais que vêm de vários estados para investir no Piauí. Hoje o principal parque industrial da cidade encontra-se localizado às margens da rodovia PI-130, com uma área de 196 hectares dividida em 131 lotes, todos com edificações. Outra área que abriga empresas instaladas em Teresina é o Polo Empresarial Sul, com 170 hectares. Este foi criado para receber empresas com baixo potencial poluidor. Distribuem-se nestes polos

empresas com atividades de produção de eletrodomésticos, bicicletas e componentes, medicamentos, telhas de alumínio e aramados, fundição em ferro e aço, fabricação de pisos cerâmicos vitrificados, telhas e tijolos de barro, móveis em madeira e chapas de ferro, materiais de limpeza e higiene pessoal, hotelaria e turismo, dentre outras. No setor alimentício, as principais são as de beneficiamento de arroz e milho, beneficiamento de mel de abelha, fabricação de salgadinhos de milho e fabricação de refrigerantes e bebidas.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, com o objetivo de manter a UFPI, é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão que atua em todos os ramos do saber.

Sediada na cidade de Teresina, capital do Piauí, a UFPI adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo. De acordo com o seu Estatuto, a FUFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), o qual é presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo três outros campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei nº 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O credenciamento das Faculdades isoladas (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba) já existentes no Piauí ocorreu por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945. Após a fusão dessas unidades isoladas existentes na época de sua fundação, a UFPI foi credenciada em 1968 como Universidade – Lei nº 5528, de 12 de novembro de 1968. Foi

recredenciada, em 2012, por meio da Portaria MEC nº 645 de 18 de maio de 2012, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância– bacharelados e licenciaturas – e, cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados). Além disso, oferta cursos de ensino básico, técnico e tecnológico em seus três colégios técnicos.

Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN).

As reuniões ordinárias dos conselhos superiores são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas para a primeira quinta-feira de cada mês: CONSUN; primeira terça-feira de cada mês: CAD; e segunda quarta-feira de cada mês: CEPEX.

Para a UFPI, os saberes devem ser construídos por meio do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade e em consonância com a LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES N°. 67/2003).

A carreira docente da UFPI é regulamentada pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Superior e Plano de Carreiras e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme Lei N°. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, compondo-se de 1.800 docentes, sendo 1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Os docentes atuam no ensino técnico, na graduação e/ou na pós-graduação, o que possibilita a integração entre os três níveis de ensino. Há um incentivo para que os grupos de pesquisa envolvam professores do ensino técnico e de graduação, seja por meio de projetos específicos como também pelo incentivo à formação de grupos de pesquisa. Há também incentivo para articulação da pesquisa com a extensão, promovendo a prática do ensinar e do aprender.

O corpo técnico administrativo da UFPI é regido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, definido na Lei N°. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, composto de 1.148, sendo: 64 técnicos, nível D (ensino técnico e ensino profissionalizante); 355, nível E (ensino superior completo); 95, nível C (ensino médio completo); 41, nível B (ensino fundamental incompleto mais experiência profissional); e 12, nível A (ensino fundamental incompleto).

O interesse coletivo e o desenvolvimento de ações em benefício da sociedade devem ser o mote do trabalho do corpo técnico. É essencial que o servidor técnico-administrativo tenha comprometimento e proatividade diante dos processos de trabalho sob sua responsabilidade, de forma integrada e alinhada aos objetivos institucionais. Desse modo, a expectativa é que, no cotidiano da universidade, expressem atitudes propositivas e colaborativas em todos os aspectos, indo ao encontro dos valores e princípios institucionais.

O quantitativo de discentes matriculados no UFPI é de aproximadamente 24.171 discentes. A UFPI oferta cursos de graduação na modalidade presencial nos graus de bacharelado e licenciatura. Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr) a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. Com a criação da UFDPAr, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. Na modalidade de educação a distância existem 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, distribuídos no Piauí e na Bahia.

Em relação às políticas de ensino básico e de graduação, na modalidade a distância, a universidade deve estar sintonizada com o desenvolvimento das novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a sua política de internacionalização.

A excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade. Visando responder às necessidades da sociedade contemporânea, busca desenvolver competências em vez de transmitir tão somente conteúdos, estimulando processos cognitivos mais elaborados (análise, avaliação, criação) e, dessa forma, proporcionar aos estudantes aprendizagem significativa e duradoura. Para tanto, deve incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista.

A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, a política de extensão busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

A extensão universitária é a atividade que se integra à matriz curricular dos cursos de graduação das IES brasileiras, como componente obrigatório, constituindo-se um “[...] processo educativo, cultural, científico, tecnológico e político que articula o ensino e a pesquisa de forma

indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (PNEX, 2000 - 2001). Portanto, é a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome sugere, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes e melhorias para ambas. Assim, se constrói uma universidade pública de qualidade.

As atividades de pesquisa devem envolver docentes, técnico-administrativos e acadêmicos em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente. Deve ser estimulada a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes.

Há um estímulo para que os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluam, mesmo quando não obrigatório pelas Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Dessa forma, garante-se que o aluno vivencie os aspectos relacionados aos projetos de pesquisa, o que poderá influenciar na sua vida profissional. Este componente curricular é entendido como de grande importância para a formação do Engenheiro de Alimentos e, por isso, encontra-se inserido na matriz curricular do curso.

O primeiro curso de graduação em Engenharia de Alimentos no Brasil foi criado em 1966, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A ideia partiu de André Tosello, um engenheiro agrônomo formado pela USP que acreditava ser preciso impulsionar o desenvolvimento tecnológico na área de alimentos, pois não havia no país uma só escola destinada à formação de profissionais especializados na área. Algumas faculdades ministravam umas poucas disciplinas relacionadas à área, mas nenhuma cuidava da tecnologia de todos os tipos de alimentos, com aplicação simultânea da ciência e da engenharia na fabricação, distribuição e consumo dos produtos.

O curso foi implantado em 1967, sendo então nomeado diretor do curso o Prof. André Tosello que um curso de engenharia plena com duração de cinco anos e constituído por três departamentos: Ciência de Alimentos, Tecnologia de Alimentos e Engenharia de Alimentos. Sua visão futurista desejava um curso que servisse de base para a indústria de alimentos, que na época, estava apenas engatinhando. Havia poucas empresas consolidadas e profissionais da química, farmácia, agronomia e veterinária atuavam no setor de forma desarticulada.

A Engenharia de Alimentos evoluiu ao longo do tempo e se tornou uma profissão de caráter multidisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento, sendo as principais as Ciências

Exatas, como a Matemática Aplicada, Físico-Química, Termodinâmica e Operações Unitárias; e as Ciências Biológicas, envolvendo a Bioquímica, Microbiologia, Nutrição e Matérias Primas.

Esse caráter multidisciplinar da profissão é consequência do tipo de informações necessárias para o domínio da tecnologia de processamento dos alimentos. É preciso conhecer com profundidade os tipos, a composição, a bioquímica, a microbiologia e as características sensoriais dos alimentos, bem como as diversas técnicas e processos a que estes são submetidos

No estado do Piauí somente o IFPI disponibiliza o curso de Tecnologia de Alimentos de forma pública para os estudantes e que guarda uma discreta relação com a Engenharia de Alimentos.

Desta forma, o curso de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do Piauí está sendo proposto a partir da necessidade de dotar o Estado de um curso superior público que venha atender às necessidades da região, uma vez que a sua economia está concentrada no setor terciário de produção, pois Teresina está aos poucos sendo descoberta pelos industriais que vêm de vários estados para investir no Piauí. Hoje o principal parque industrial da cidade encontra-se localizado às margens da rodovia PI –130, com uma área de 196 hectares dividida em 131 lotes, todos com edificações. Outra área que abriga empresas instaladas em Teresina é o Polo Empresarial Sul, com 170 hectares. Este foi criado para receber empresas com baixo potencial poluidor. Distribuem-se nestes polos, empresas com atividades de produção de eletrodomésticos, bicicletas e componentes, medicamentos, telhas de alumínio e aramados, fundição em ferro e aço, fabricação de pisos cerâmicos vitrificados, telhas e tijolos de barro, móveis em madeira e chapas de ferro, materiais de limpeza e higiene pessoal, hotelaria e turismo, dentre outras. No setor alimentício, as principais são as de beneficiamento de arroz e milho, beneficiamento de mel de abelha, fabricação de salgadinhos de milho e fabricação de refrigerantes e bebidas.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

O currículo do Curso de Engenharia de Alimentos da UFPI é orientado por pressupostos metodológicos que propõem atividades didático-pedagógicas, nas quais educador e educandos são aproximados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo da aprendizagem e atingem um nível de consciência dessa realidade, a fim de nela atuarem, possibilitando a transformação social e a simultânea construção de competências profissionais.

Nessa perspectiva, no desenvolvimento curricular do curso de Engenharia de Alimentos da UFPI, devem ser considerados os seguintes princípios:

a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana:

O curso, em consonância com a política da UFPI, tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que o profissional por meio do questionamento permanente dos fatos possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais. A cidadania é construída pela participação ativa nas atividades curriculares, uma vez que ser cidadão é ser sujeito responsável, ético, comprometido com a coletividade. Isso significa que o eixo de desenvolvimento curricular inclui dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente:

O curso de Engenharia de Alimentos buscará construir com projetos que possibilitem a participação coletiva permitindo a prática de conceitos voltados para ética e respeito à dignidade e às diferenças, buscando entender e respeitar a complexidade das relações sociais, buscando diminuir as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

O egresso do curso será estimulado a praticar princípios que permitam um tratamento digno aos seus pares, aos animais e aos produtores em suas diversas dimensões. Além disso, será estimulado, dentro dos componentes curriculares, a procurar entender os diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais inseridos no seu contexto profissional.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:

O êxito no processo ensino-aprendizagem, bem como o estabelecimento de estratégias e o consequente desenvolvimento de uma Instituição de Ensino Superior, dependem da colocação do ensino, da pesquisa e da extensão como seus três pilares básicos. Essa articulação é fundamental no processo de produção do conhecimento, à medida que propicia o estreitamento da relação entre a Engenharia de Alimentos e as demais áreas, bem como relaciona o conhecimento científico à realidade social, fazendo desta um espaço para a produção do saber.

As atividades de ensino realizar-se-ão tendo como objetivo principal promover a qualificação intelectual, técnica e acadêmica dos discentes, formando profissionais com sólida formação teórico-prática, técnica, humanística e ética. Para tanto, objetiva-se desenvolver um currículo com disciplinas que contenham múltiplos momentos didático-pedagógicos que

proporcionem a problematização, contextualização do ensino e interdisciplinaridade. Sob esta perspectiva, o docente é um agente indispensável facilitador do processo de descoberta e aproximação da realidade, bem como da teorização sobre esta e da busca pela solução dos problemas encontrados. Além das disciplinas, preconiza-se no Trabalho de Conclusão de Curso, no Estágio Obrigatório e nas Atividades Complementares propostas, a reafirmação da importância deste contato com a realidade para o desenvolvimento de um olhar crítico-reflexivo e de uma postura cooperativa e proativa do profissional de Engenharia de Alimentos. Vale salientar que esta conduta é estimulada desde o primeiro período do curso através da disciplina de Seminário de Introdução à Engenharia de Alimentos, a qual se propõe, dentre outras coisas, a desenvolver no aluno a integração e comprometimento com o Curso como um todo e com a profissão ora abraçada.

A pesquisa, atividade resultante do ensino de graduação e pós-graduação (*stricto sensu*), caracterizada pela produção de novos conhecimentos e formação de profissionais altamente gabaritados, assegura o bom desempenho das atividades de ensino e de extensão. É um elemento constitutivo e fundamental do processo de aprender e, portanto, prevalente em vários momentos curriculares. No curso, a pesquisa se constitui em instrumento de ensino e em conteúdo de aprendizagem, pois para a concretização da atitude de investigação e da relação de autonomia, o Engenheiro de Alimentos necessita conhecer e saber usar os procedimentos de investigação científica. Essa atividade é proporcionada aos acadêmicos por meio dos Programas de Iniciação Científica, Programa de Estágios Voluntários (atividades complementares) e Trabalho de Conclusão de Curso (atividade obrigatória).

A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que, mediante o desenvolvimento de ações sistematizadas junto à comunidade, visa integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade; democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Universidade; incentivar a formação de profissionais-cidadãos por meio de uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política; participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural e contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade. A atividade obrigatória, regida pela Resolução nº 053/2019 CEPEX/UFPI em consonância no a Resolução CNE/CES nº 7/2018, as atividades de extensão devem fazer parte do rol de componentes obrigatórios dos cursos de graduação, devendo ter uma carga horária mínima de 10% da carga horária obrigatória do curso. Estas requerem, para sua aplicação, o envolvimento de docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, conferindo um caráter multidisciplinar desta atividade curricular. O curso

proposto cria espaços para a participação discente em projetos, representação estudantil, visitas técnicas, atividades artístico-culturais, atividades esportivas, dentre outras.

d) Interdisciplinaridade e multireferencialidade:

Compreende-se o currículo deste curso como tendo a relação teoria-prática como eixo articulador da produção de um conhecimento amplo e integrado, potencializando o aprendizado teórico em si e servindo para o discente vislumbrar possibilidades futuras de engajamento no mercado de trabalho. Além de atividades curriculares que se desenvolvem sob essa perspectiva, a proposição de Atividades Complementares, bem como as atividades curriculares de extensão, visam relacionar teoria e prática não somente em atividades de sala de aula, mas em vivências extramurais que contribuem indiretamente à compreensão do Curso e à contribuição do discente na sociedade como um todo, permitindo a aplicação simultânea dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas e permitindo um entendimento interdisciplinar dos componentes curriculares.

Destaca-se, ainda, que a formação curricular de cada disciplina pensada para este PPC vislumbra a comunicação entre elas, quer pelo desenvolvimento de atividades em sala de aula, quer pela pesquisa ou extensão.

e) Uso de tecnologias de comunicação e informação:

Este PPC entende que o uso de tecnologias de comunicação e informação é uma prática que não pode ser dispensada na atualidade, por se tratar de uma tendência que deve ser incentivada e implantada no curso. A globalização e a velocidade com que o conhecimento é produzido tornam a prática do uso dessas tecnologias indispensável nos cursos modernos. Desta forma, será estimulado que todas as disciplinas e demais componentes curriculares façam uso de ferramentas de comunicação e informação, associados às metodologias ativas, como forma de incrementar o aprendizado dos discentes. O uso de mídias digitais, mídias sociais, canais diversos de construção e transmissão do conhecimento fazem parte dos recursos a serem utilizados no curso de Engenharia de Alimentos.

f) Avaliação:

A avaliação será vista como um momento dinâmico envolvendo experiências organizadas, registradas e com acompanhamento humanizado decorrente do processo de aprendizagem. A preocupação primordial dos professores formadores do curso de Engenharia de Alimentos é

estabelecer uma sistemática de avaliações formativas que sejam processuais, primando pela metodologia que vá além do caráter quantitativo, na busca de uma verificação de aprendizagem mais completa e inclusiva. A partir dessa compreensão, os professores formadores desenvolverão essa etapa do ensino com autonomia docente e respeito às especificidades das disciplinas e dos sujeitos envolvidos no processo.

g) Articulação entre teoria e prática:

Compreende-se o currículo deste curso como tendo a relação teoria-prática como eixo articulador da produção de um conhecimento amplo e integrado, potencializando o aprendizado teórico em si e servindo para o discente vislumbrar possibilidades futuras de engajamento no mercado de trabalho. Além de atividades curriculares que se desenvolvam sob essa perspectiva, a proposição de Atividades Complementares visa relacionar teoria e prática não somente em atividades de sala de aula, mas em vivências extramurais que contribuem indiretamente à compreensão do Curso e à contribuição do discente na sociedade como um todo.

h) Flexibilização curricular:

Na implantação do Projeto Pedagógico deste curso será empregado o horário de aulas iniciando-se das 8:00 às 12:00h no turno da manhã e das 14:00 às 18:00h no turno da tarde.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas e nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco se limita à inclusão de atividades complementares; ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais. Dentro desse espírito o PPC estará constantemente sendo foco de autoavaliação pelo NDE na busca de manter uma estrutura que permita sempre que o curso tenha uma estrutura curricular em consonância com as diretrizes curriculares vigentes.

A flexibilização curricular neste PPC basear-se-á: na revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular; no arejamento do currículo com redução da carga horária das disciplinas e condensamento dos períodos em um turno; utilização da modalidade do ensino à distância em algumas disciplinas; incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil; flexibilização das ações didático-pedagógicas e criação de espaços interdisciplinares denominados “Projetos Integradores”.

2.2 Objetivos do curso

2.2.1 Objetivo geral

Formar profissionais com competência na área de Engenharia de Alimentos com sólida formação técnica e científica, comprometidos com o desenvolvimento industrial do setor alimentício e com os problemas socioeconômicos, ambientais, culturais e de sustentabilidade, com visão ética e humanista, desempenhando atividades na área de industrialização de alimentos em diferentes setores, contribuindo para a evolução de suas regiões de atuação.

2.2.2 Objetivos específicos

O curso visa capacitar o graduando a desempenhar com propriedade as atribuições do engenheiro de alimentos aplicadas à indústria de alimentos, formar profissionais com habilitação para atuarem nas áreas de produção, desenvolvimento científico e tecnológico.

O curso deverá despertar o aluno para os problemas da área de alimentos do nosso país e da região onde ele está inserido, permitir vivenciar a prática profissional através da construção de plantas pilotos de processamento de diferentes alimentos e estágios curriculares.

O egresso deverá adquirir sólida base de conhecimentos tecnológicos e científicos, permitindo-lhe assimilar rápidas transformações no mercado regional e mundial.

Como uma das principais metas para o curso locado na UFPI/Teresina, os graduandos deverão adquirir competência empreendedora com visão socioeconômica e ambiental para seus futuros projetos de trabalhos e atividades profissionais.

Proporcionar ao graduando de Engenharia de Alimentos seguir os preceitos da interdisciplinaridade, a qual poderá ser realizada por meio da interação do curso com outros cursos oferecidos pela UFPI, por meio de atividades técnicas, científicas e culturais.

Proporcionar maior flexibilidade curricular, por meio de carga horária que permitam o discente desempenhar outras atividades de importância para sua formação sem prejudicar seu desenvolvimento acadêmico curricular.

Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, assim como, uma boa comunicação oral e escrita por meio de disciplinas como produção de texto e metodologia científica.

Implantar uma Empresa Júnior, com intuito de proporcionar ao graduando o contato com problemas reais do setor industrial, visando despertar seu senso de liderança, capacidade criativa, habilidade em lidar e resolver situações não desejadas, sabedoria empreendedora, a fim de formar um profissional com maior maturidade.

Incentivar o aluno a participar de eventos científicos, de projetos de extensão, e ainda de projetos de pós-graduação desenvolvidos na área de tecnologia de alimentos ou nas áreas correlatas.

2.3 Perfil do egresso

O perfil do egresso do Curso de Engenharia de Alimentos proposto atende ao que reza o artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 contendo o rol de características necessárias ao profissional dessa área, estando assim descritas:

Art. 3º O perfil do egresso do curso de graduação em Engenharia deve compreender, entre outras, as seguintes características:

I - ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético e com forte formação técnica;

II - estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora;

III - ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia;

IV - adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática;

V - considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho;

VI - atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o PPC do curso está construído de modo a garantir que esse perfil seja conquista pelo futuro profissional engenheiro de alimentos.

2.4 Competências e Habilidades

A Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, no Artigo 4º, descreve que a formação do engenheiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais, sendo elas:

I - formular e conceber soluções desejáveis de engenharia, analisando e compreendendo os usuários dessas soluções e seu contexto:

- a) ser capaz de utilizar técnicas adequadas de observação, compreensão, registro e análise das necessidades dos usuários e de seus contextos sociais, culturais, legais, ambientais e econômicos;
- b) formular, de maneira ampla e sistêmica, questões de engenharia, considerando o usuário e seu contexto, concebendo soluções criativas, bem como o uso de técnicas adequadas;

II - analisar e compreender os fenômenos físicos e químicos por meio de modelos simbólicos, físicos e outros, verificados e validados por experimentação:

- a) ser capaz de modelar os fenômenos, os sistemas físicos e químicos, utilizando as ferramentas matemáticas, estatísticas, computacionais e de simulação, entre outras.
- b) prever os resultados dos sistemas por meio dos modelos;
- c) conceber experimentos que gerem resultados reais para o comportamento dos fenômenos e sistemas em estudo.
- d) verificar e validar os modelos por meio de técnicas adequadas;

III - conceber, projetar e analisar sistemas, produtos (bens e serviços), componentes ou processos:

- a) ser capaz de conceber e projetar soluções criativas, desejáveis e viáveis, técnica e economicamente, nos contextos em que serão aplicadas;
- b) projetar e determinar os parâmetros construtivos e operacionais para as soluções de Engenharia;
- c) aplicar conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de Engenharia;

IV - implantar, supervisionar e controlar as soluções de Engenharia:

- a) ser capaz de aplicar os conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar a implantação das soluções de Engenharia.
- b) estar apto a gerir, tanto a força de trabalho quanto os recursos físicos, no que diz respeito aos materiais e à informação;
- c) desenvolver sensibilidade global nas organizações;
- d) projetar e desenvolver novas estruturas empreendedoras e soluções inovadoras para os problemas;
- e) realizar a avaliação crítico-reflexiva dos impactos das soluções de Engenharia nos contextos social, legal, econômico e ambiental;

V - comunicar-se eficazmente nas formas escrita, oral e gráfica:

- a) ser capaz de expressar-se adequadamente, seja na língua pátria ou em idioma diferente do Português, inclusive por meio do uso consistente das tecnologias digitais de informação e

comunicação (TDICs), mantendo-se sempre atualizado em termos de métodos e tecnologias disponíveis;

VI - trabalhar e liderar equipes multidisciplinares:

- a) ser capaz de interagir com as diferentes culturas, mediante o trabalho em equipes presenciais ou a distância, de modo que facilite a construção coletiva;
- b) atuar, de forma colaborativa, ética e profissional em equipes multidisciplinares, tanto localmente quanto em rede;
- c) gerenciar projetos e liderar, de forma proativa e colaborativa, definindo as estratégias e construindo o consenso nos grupos;
- d) reconhecer e conviver com as diferenças socioculturais nos mais diversos níveis em todos os contextos em que atua (globais/locais);
- e) preparar-se para liderar empreendimentos em todos os seus aspectos de produção, de finanças, de pessoal e de mercado;

VII - conhecer e aplicar com ética a legislação e os atos normativos no âmbito do exercício da profissão:

- a) ser capaz de compreender a legislação, a ética e a responsabilidade profissional e avaliar os impactos das atividades de Engenharia na sociedade e no meio ambiente.
- b) atuar sempre respeitando a legislação, e com ética em todas as atividades, zelando para que isto ocorra também no contexto em que estiver atuando; e

VIII - aprender de forma autônoma e lidar com situações e contextos complexos, atualizando-se em relação aos avanços da ciência, da tecnologia e aos desafios da inovação:

- a) ser capaz de assumir atitude investigativa e autônoma, com vistas à aprendizagem contínua, à produção de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de novas tecnologias
- b) aprender a aprender.

O curso de Engenharia de Alimentos deverá desenvolver no processo de formação acadêmica do aluno as seguintes competências e habilidades:

- Utilizar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais nas práticas profissionais de processos de transformação de alimentos;
- Conceber, projetar e realizar experimentos na área de alimentos, analisando e interpretando resultados;
- Gerar tecnologias de processamento de alimentos adaptados ao contexto produtivo regional;

- Elaborar estudos, diagnósticos e projetos relativos a instalações industriais, linhas de processamento e equipamentos para a industrialização das matérias-primas alimentícias de origem vegetal e animal;
- Avaliar o impacto das atividades da Engenharia de Alimentos no contexto social e ambiental;
- Coordenar, projetar, desenvolver, analisar e avaliar os processos de transformação, preservação, armazenamento, transporte e comercialização de produtos alimentícios e seus derivados;
- Gerenciar, supervisionar e avaliar as instalações fabris e empresariais;
- Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- Atuar em equipes multidisciplinares e em grupo;
- Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional;
- Compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissional.

2.5 Perfil do Corpo Docente

A Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, no art. 14, encontra-se postulado a seguinte redação com relação ao corpo docente do curso de engenharia de alimentos:

Art. 14. O corpo docente do curso de graduação em Engenharia deve estar alinhado com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O curso de graduação em Engenharia deve manter permanente Programa de Formação e Desenvolvimento do seu corpo docente, com vistas à valorização da atividade de ensino, ao maior envolvimento dos professores com o Projeto Pedagógico do Curso e ao seu aprimoramento em relação à proposta formativa, contida no Projeto Pedagógico, por meio do domínio conceitual e pedagógico, que englobe estratégias de ensino ativas, pautadas em práticas interdisciplinares, de modo que assumam maior compromisso com o desenvolvimento das competências desejadas nos egressos.

§ 2º A instituição deve definir indicadores de avaliação e valorização do trabalho docente nas atividades desenvolvidas no curso.

O curso de Engenharia de Alimentos proposto apresenta em sua estrutura curricular pontos de similaridades com outros cursos distribuídos entre os mais diversos centros da UFPI. Deste modo, na carga horária total do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos, uma parcela de 57,62 % (Cinquenta e sete vírgula sessenta e dois por cento) é constituída por disciplinas básicas e algumas profissionalizantes ofertadas nos cursos existentes na UFPI. Essas disciplinas compartilhadas mostram que o novo curso é complementar a muitos outros existentes na Instituição, o que permite a utilização de parte dos recursos humanos e instalações básicas (laboratórios e instalações) já disponíveis, tornando desnecessário grandes investimentos por parte da Universidade. Estima-se que será necessária a criação de cerca de 25 disciplinas do núcleo de conhecimento profissionalizante e específico do curso, mais os Estágios Supervisionados.

Para implantar e cumprir o currículo mínimo proposto, estima-se a necessidade inicial de contratação de 07 (sete) professores com formação específica em Engenharia de Alimentos. Esses novos profissionais deverão ser contratados com base no seguinte cronograma:

- 1º ano: Contratação de 01 professor para assumir a coordenação, bem como as disciplinas de seminário de introdução ao curso e química de alimentos;
- 2º ano: Contratação de no mínimo 01 professor para disciplinas profissionalizantes;
- 3º ano: Contratação de no mínimo 03 professores para disciplinas profissionalizantes e específicas;
- 4º ano: Contratação de no mínimo 02 professores para disciplinas profissionalizantes e específicas.
- 5º ano: As demais contratações necessárias servirão para garantir a disponibilidade de tempo para todos os docentes se envolverem em atividades acadêmicas (orientação de estágios curriculares obrigatórios, trabalhos de conclusão de curso, orientação de extensão, iniciação científica e inovação tecnológica), programas de pós-graduação, atividades curriculares de extensão, pesquisa e administrativas, além de oferecerem disciplinas eletivas, bem como, ampliar as linhas de pesquisa do curso de Engenharia de Alimentos.

2.6 Servidores técnicos administrativos

Para o funcionamento do curso de Engenharia de Alimentos a UFPI dispõe de servidores técnicos administrativos para atividades laboratoriais e administrativas. No NUEPPA, principal laboratório de apoio às atividades do curso, existem oito cargos de servidores técnicos administrativos, no entanto, dois técnicos administrativos de nível superior e um auxiliar laboratório se aposentaram e estas vagas necessitam de ser repostas para que todos os postos de trabalhos do NUEPPA estejam funcionando de forma plena. Ademais, devido ao aumento da demanda que existirá com o curso de Engenharia de Alimentos torna-se oportuno a disponibilização de pelo menos mais duas vagas para servidores técnicos administrativos para ficarem lotados nos laboratórios do NUEPPA. Desta forma, sintetiza-se para a necessidade de dois técnicos-administrativos de nível superior, três técnicos de laboratório de nível médio e um técnico em secretariado administrativo contratado segundo o disposto no quadro 1.

Quadro 1: Servidores técnicos administrativos necessários para implantação do curso de Engenharia de Alimentos

Cargo	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	TOTAL
Técnico em secretariado administrativo	01					01
Técnicos em laboratório		01	01	01		03
Técnico administrativo nível superior		01	01			02

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura curricular do curso de Engenharia de Alimentos foi feita considerando-se a necessidade de atender diversas obrigações do CNE (Conselho Nacional de Educação), a saber:

- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2019, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- c) RESOLUCAO CNE/CES Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2021, altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

A resolução nº 1 do CNE/CES de 2021, diz que:

Art. 1º. O Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, passa a ter a seguinte redação: Art. 9º Todo curso de graduação em Engenharia deve conter, em seu Projeto Pedagógico de Curso, os conteúdos básicos, profissionais e específicos, que estejam diretamente relacionados com as competências que se propõe a desenvolver. A forma de se trabalhar esses conteúdos deve ser proposta e justificada no próprio Projeto Pedagógico do Curso.

Desde modo, a matriz curricular encontra-se dividida em três grandes Núcleos: Básico, Profissionalizante e Específico.

3.1.1 Núcleo de Conteúdos Básicos

O Núcleo de Conteúdos Básicos (NCB) contém as disciplinas introdutórias ao curso, nele o objetivo é capacitar os alunos nos conteúdos fundamentais da Engenharia de Alimentos, propiciando o embasamento teórico, a capacidade de abstração e a habilidade de desenvolver raciocínio lógico dedutivo, essenciais para que o egresso possa executar seu aprendizado na área. Enfatiza-se os conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais relacionados à:

- Formação humanística e gerencial com a transmissão de conhecimentos nas áreas social, econômica e administrativa;
- Formação técnica necessária para a aplicação dos conhecimentos matemáticos, científicos e tecnológicos na área de alimentos.

O parágrafo primeiro do artigo primeiro da citada resolução delimita os conteúdos:

§ 1º Todas as habilitações do curso de Engenharia devem

contemplar os seguintes conteúdos básicos, dentre outros: Administração e Economia; Algoritmos e Programação; Ciência dos Materiais; Ciências do Ambiente; Eletricidade; Estatística. Expressão Gráfica; Fenômenos de Transporte; Física; Informática; Matemática; Mecânica dos Sólidos; Metodologia Científica e Tecnológica; Química; e Desenho Universal.

Desde modo, o PPC da Engenharia de Alimentos contempla, em seu fluxograma, essas exigências emanadas da legislação norteadora.

O terceiro parágrafo do artigo primeiro dessa resolução encontra-se:

Artigo 1º...

§3º. Devem ser previstas as atividades práticas e de laboratório, tanto para os conteúdos básicos como para os específicos e profissionais, com enfoque e intensidade compatíveis com a habilitação da engenharia, sendo indispensáveis essas atividades nos casos de Física, Química e Informática.

Para o cumprimento desta diretriz as disciplinas de Física, Informática e Química possuem carga horária prática.

3.1.2 Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes

Fornecerão a identidade profissional, integrando as subáreas de conhecimento que identifiquem atribuições, deveres e responsabilidades. Desenvolvem-se as aprendizagens factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais sobre:

- A engenharia propriamente dita, visando à compreensão e aplicação exata dos princípios científicos às técnicas atuais, particularmente àqueles relativos aos conceitos físicos de energia, movimento e matéria, conceitos físico-químicos das transformações e dos fenômenos de transferência e suas aplicações aos processos unitários, bem como sua previsão matemática;
- Química, bioquímica e microbiologia aplicadas aos alimentos, visando a compreensão e conhecimento dos constituintes dos alimentos e das reações que podem ocorrer entre eles

e com o ambiente, bem como das causas de deterioração dos alimentos, tanto físicas, químicas, bioquímicas ou microbiológicas.

3.1.3 Núcleo de Conteúdo Específicos

O componente Conteúdo Específicos Integra às aprendizagens factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais e constitui-se em extensões e aprofundamentos dos conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais destinados a caracterizar a formação profissional, garantindo o desenvolvimento das competências, habilidades estabelecidas nas diretrizes curriculares do curso, bem como responsável pela inserção do currículo no atendimento às peculiaridades locais, regionais, nacionais e globais da profissão:

Neste núcleo destaca-se a disciplina *Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos*, oferecida no 9º período do curso, com característica específica de possibilitar ao aluno conhecimentos técnicos científicos sobre a construção coletiva de protótipos de indústrias, despertando uma visão empreendedora. Ainda, são contempladas as atividades de Estágio Obrigatório, Disciplinas Optativas, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

Na estrutura curricular do Curso de Engenharia de Alimentos as disciplinas Estágio Obrigatório e Atividades Complementares não excedam a 20% da carga horária total do curso (3600 horas), conforme Parecer CNE/CES nº 8/2007 – homologado através do despacho do ministro em 12 de junho de 2007.

3.1.4 Matriz Curricular

1º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Coordenação do Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
Departamento de Física	Disciplina		Física I	4.2.0	90	-
Departamento de Matemática	Disciplina		Cálculo Diferencial e Integral I	3.1.0	60	-
Departamento de Matemática	Disciplina		Álgebra Linear e Geometria Analítica	3.1.0	60	
Departamento de Química	Disciplina		Química Geral e Analítica	4.2.0	90	-
Curso de Arquitetura e Urbanismo	Disciplina		Desenho Técnico	2.2.0	60	
			TOTAL	17.8.0	375	

2º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Filosofia	Disciplina		Metodologia e Técnicas de Pesquisa	2.2.0	60	-
Departamento de Física	Disciplina		Física II	4.2.0	90	Física I
Departamento de Matemática	Disciplina		Cálculo Diferencial e Integral II	3.1.0	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Departamento de Química	Disciplina		Química Orgânica	3.1.0	60	Química Geral e Analítica
Curso Engenharia Mecânica	Disciplina		Termodinâmica I	3.1.0	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Departamento de Biologia	Disciplina		Biologia Celular e Molecular	2.1.0	45	
			TOTAL	17.8.0	375	

Vinício Campelo

3º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Física	Disciplina		Física III	4.2.0	90	Física II
Departamento de Matemática	Disciplina		Cálculo Diferencial e Integral III	3.1.0	60	Cálculo Diferencial e Integral II
Departamento de Biologia	Disciplina		Microbiologia Geral	4.2.0	90	Biologia Celular e Molecular
Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental	Disciplina		Fenômeno de Transportes I	3.1.0	60	Cálculo Diferencial e Integral II; Física II
Curso de Ciências da Computação	Disciplina		Introdução à Ciência da Computação	0.2.0	30	
Curso Engenharia Mecânica	Disciplina		Termodinâmica II	3.1.0	60	Termodinâmica I
			TOTAL	17.9.0	390	

4º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental	Disciplina		Fenômeno de Transportes II	3.1.0	60	Fenômeno de Transportes I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Química de Alimentos	2.2.0	60	Química Orgânica
Departamento de Nutrição	Disciplina		Microbiologia de Alimentos	3.2.0	75	Microbiologia Geral
Departamento de Nutrição	Disciplina		Bioquímica de Alimentos	3.3.0	90	Química Orgânica
Curso Engenharia de Materiais	Disciplina		Ciência dos Materiais	2.1.0	45	Química Geral e Analítica
Departamento de Ciências da Computação	Disciplina		Algoritmos e Programação de Computadores	2.2.0	60	Cálculo Diferencial e Integral I
			TOTAL	15.11.0	390	

5º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Curso Engenharia de Materiais	Disciplina		Resistência e Reologia dos Materiais	3.1.0	60	Ciência dos Materiais; Fenômeno de Transportes II
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Higiene Industrial, Legislação de Alimentos e Segurança no Trabalho	3.1.0	60	Microbiologia de Alimentos
Coordenação Curso Zootecnia	Disciplina		Estatística Básica	2.2.0	60	Cálculo Diferencial e Integral III
Curso de Nutrição	Disciplina		Nutrição	3.1.0	60	Bioquímica de alimentos
Departamento de Zootecnia	Disciplina		Controle Físico-Químico de Alimentos	3.1.0	60	Química de Alimentos
Departamento de Matemática	Disciplina		Métodos Numéricos	4.0.0	60	Física III
Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental	Disciplina		Ciências do Ambiente	2.1.0	45	-
			TOTAL	20.7.0	405	

6º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Processos Mecânicos	2.2.0	60	Resistência e Reologia dos Materiais
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Processos na Indústria de Alimentos	2.2.0	60	Microbiologia de Alimentos; Bioquímica de Alimentos; Resistência e Reologia dos Materiais
Curso de Farmácia	Disciplina		Enzimologia	2.1.0	45	Bioquímica de Alimentos
Curso de Nutrição	Disciplina		Análise Sensorial de Alimentos	2.2.0	60	Estatística Básica; Controle Físico-químico de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Operações Unitárias I	3.1.0	60	Fenômeno de Transportes II
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Gestão da Segurança da qualidade de Alimentos	3.1.0	60	Higiene Industrial, Legislação de Alimentos e Segurança no Trabalho

Vinício Campelo

Curso de Arquitetura e Urbanismo	Disciplina		Desenho Universal	0.2.0	30	Desenho Técnico
			TOTAL	14.11.0	375	

7º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Refrigeração Aplicada a Indústria de Alimentos	3.1.0	60	Operações Unitárias I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tecnologia de Produtos de Origem Animal I	2.2.0	60	Processos na Indústria de Alimentos; Processos Mecânicos; Operações Unitárias I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal I	2.2.0	60	Processos na Indústria de Alimentos; Processos Mecânicos; Operações Unitárias I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Embalagens e estabilidade de Alimentos	3.1.0	60	Processos na Indústria de Alimentos; Análise Sensorial de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Gerenciamento de Resíduos na Indústria de Alimentos	2.1.0	45	Operações Unitárias I; Microbiologia de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Operações Unitárias II	3.1.0	60	Operações Unitárias I, Fenômenos de Transportes II
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Optativa I	2.2.0	60	
			TOTAL	17.10.0	405	

Vinícius Campelo

8º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Ciências Econômicas	Disciplina		Desenvolvimento Socioeconômico	4.0.0	60	Cálculo Diferencial e Integral III
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tecnologia de Produtos de Origem Animal II	2.2.0	60	Tecnologia de Produtos de Origem Animal I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal II	2.2.0	60	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal I
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Operações Unitárias III	2.1.0	45	Operações Unitárias II
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Instalação Industrial	3.1.0	60	Processos Mecânicos; Processos na Indústria de Alimentos; Gerenciamento de Resíduos na Indústria de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		TCC I	1.1.0	30	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Optativa II	2.2.0	60	
			TOTAL	16.9.0	375	

9º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Planejamento e Política Agrícola	Disciplina		Empreendedorismo	2.1.0	45	Desenvolvimento socioeconômico
Coordenação curso de Farmácia	Disciplina		Toxicologia de Alimentos	2.1.0	45	Química dos Alimentos Bioquímica de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos	0.4.0	60	Instalação Industrial
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Alimentos e Sociedade	2.1.0	45	Desenvolvimento socioeconômico
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Processos Biotecnológicos	3.1.0	60	Microbiologia de Alimentos; Processos na Indústria de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios	0.4.0	60	Processos na Indústria de Alimentos; Análise

Vinícius Campelo

						Sensorial de Alimentos
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		TCC II	0.2.0	30	TCC I
						-
			TOTAL	09.14.0	345	

10º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Estágio Obrigatório I (Controle de Qualidade de Indústrias Alimentos)	0.12.0	180	Empreendedorismo, Toxicologia de Alimentos, Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos, Alimentos e Sociedade, Processos Biotecnológicos, Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Estágio Obrigatório II (Produção Industrial de Alimentos)	0.12.0	180	Empreendedorismo, Toxicologia de Alimentos, Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos, Alimentos e Sociedade, Processos Biotecnológicos, Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios
			TOTAL	0.24.0	360	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
Departamento de Química	Disciplina		Tópicos de Química: Patentes, Marcas, e Propriedade Intelectual	2.2.0	60	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tópicos Especiais em Engenharia de Alimentos I	2.2.0	60	
Curso Engenharia de Alimentos	Disciplina		Tópicos Especiais em	2.2.0	60	

Vinícius Campelo

			Engenharia de Alimentos II			
Coordenação do Curso de Letras - Libras	Disciplina		Libras – Língua Brasileira de Sinais	2.2.0	60	
			TOTAL			

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	3255	217
Disciplinas Optativas	120	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	360	24
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão	405	27
TOTAL	4320	288

3.2 Fluxograma do Curso de Engenharia de Alimentos

1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO		9º PERÍODO		10º PERÍODO	
1.1	-	2.1	-	3.1	2.2	4.1	1.2	5.1	4.1/4.5	6.1	4.3/4.4/5.1	7.1	6.7	8.1	3.1	9.1	8.4	10.1	9.1/9.2/ 9.3/9.4/ 9.5/9.6
Seminário de Introd. ao curso		Metodologia e técnicas de pesquisa		Cálculo, Diferencial e Integral III		Ciência dos Materiais		Resistência e reologia dos Materiais		Processos na Indústria de Alimentos		Refrigeração aplicada a Indústria de Alimentos		Desenvolvimento socioeconômico		Planj. E Proj. na Ind. De Alimentos		Estágio Obrigatório I (Cont. Qual. Indústria de Alimentos)	
15	1.0.0	60	2.2.0	60	3.1.0	45	2.1.0	60	3.1.0	60	2.2.0	60	3.1.0	60	4.0.0	60	0.4.0	180	0.12.0
1.2	-	2.2	1.5	3.2	2.3	4.2	2.5	5.2	4.4	6.2	5.1	7.2	6.1/6.2/6.7	8.2	7.2	9.2	8.1	10.2	9.1/9.2/9.3/9.4/9.5/9.6
Química Geral e analítica		Cálculo, Diferencial e Integral II		Física III		Química de Alimentos		Hig.industrial, Leg. de alimentos e Seg, Trabalho		Processos Mecânicos		Tecnologia de Prod. De Origem Animal I		Tecnologia de Prod. De Origem Animal II		Empreendedorismo		Estágio Obrigatório II (Prod.Ind.de Alimentos)	
90	4.2.0	60	3.1.0	90	4.2.0	60	2.2.0	60	3.1.0	60	2.2.0	60	2.2.0	60	2.2.0	45	2.1.0	180	0.12.0
1.3	-	2.3	1.6	3.3	-	4.3	2.5	5.3	3.1	6.3	4.3	7.3	6.1/6.2/6.7	8.3	7.3	9.3	4.2/4.3		
Álgebra linear e Geometria analítica		Física II		Introdução à Ciência da Computação		Bioquímica de Alimentos		Estatística Básica		Enzimologia		Tecnologia de Prod. De Origem Vegetal I		Tecnologia de Prod. De Origem Vegetal II		Toxicologia de Alimentos			
60	3.1.0	90	4.2.0	30	0.2.0	90	3.3.0	60	2.2.0	45	2.1.0	60	2.2.0	60	2.2.0	45	2.1.0		
1.4	-	2.4	-	3.4	2.4	4.4	3.4	5.4	4.3	6.4	5.2	7.4	6.1/6.5	8.4	6.1/6.2/7.5	9.4	8.1		
Desenho técnico		Biologia Celular e Molecular		Microbiologia Geral		Microbiologia de Alimentos		Nutrição		Gestão da Seg.da qual. de alimentos		Embalagens e estabilidade de alimentos		Instalação industrial		Alimentos e Sociedade			
60	2.2.0	45	2.1.0	90	4.2.0	75	3.2.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	45	2.1.0		
1.5	-	2.5	1.2	3.5	2.2/2.3	4.5	3.5	5.5	4.2	6.5	5.3/5.5	7.5	4.4/5.7	8.5	7.6	9.5	4.4/6.1		
Cálculo, Diferencial e Integral I		Química orgânica		Fenômenos de Transporte I		Fenômenos de Transporte II		Controle físico-químico de alimentos		Análise Sensorial de Alimentos		Gerenciamento de resíduos na indústria de alimentos		Operações Unitárias III		Processos Biotecnológicos			
60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	2.2.0	45	2.1.0	45	2.1.0	60	3.1.0		
1.6	-	2.6	1.5	3.6	2.6	4.6	-	5.6	3.2	6.6	1.4	7.6	5.7	8.6	-	9.6	6.1/6.5		
Física I		Termodinâmica I		Termodinâmica II		Algoritmos e Programação de Computadores		Métodos Numéricos		Desenho Universal		Operações Unitárias II		TCC I		Desenv. de novos produtos alimentícios			
90	4.2.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	2.2.0	60	4.0.0	30	0.2.0	60	3.1.0	30	1.1.0	60	0.4.0		
Legenda		A	B					5.7	-	6.7	4.5	7.7	-	8.7	-	9.7	8.6		
A: Cód. Disciplina								Ciências do ambiente		Operações Unitárias I		Optativa I		Optativa II		TCC II			
B: Pré-requisito																			
C: Disciplina		C																	
D: Carga horária		D		E															
E: Créditos																			

Vinícius Campelo

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

O Estágio Obrigatório é uma atividade acadêmica que irá propiciar ao aluno uma experiência profissional específica e que deverá contribuir, de forma eficaz, para a sua absorção pelo mercado de trabalho. De acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Engenharia (Resolução CNE/CES nº 02/2019), o estágio curricular supervisionado é obrigatório para os cursos de engenharia no Brasil, com carga horária mínima de 160 horas, e apresentação de relatório final obrigatório. No PPC do Curso de Engenharia de Alimentos, a disciplina de estágio supervisionado obrigatório encontra-se dividida em duas disciplinas com 180 horas cada uma, totalizando 360 horas de estágio, atendendo assim a carga horária exigida na resolução supracitada para os cursos de engenharia.

Configura-se, a partir da inserção do aluno no campo de estágio, garantindo a contextualização da formação e do exercício profissional, mediante participação direta do discente em processos de construção e implementação da prática profissional. Enquadra-se nessa atividade as experiências realizadas em ambiente de trabalho, o cumprimento de tarefas com prazos estabelecidos, o trabalho em ambiente hierarquizado e com componentes cooperativistas ou corporativistas, dentre outros.

O estágio permite o desenvolvimento do aluno através da aplicação prática de estudos teóricos. Através do estágio é que os alunos desenvolverão a maturidade necessária para enfrentar o concorrido mercado de trabalho. Além disso, estando presente no meio industrial, o aluno irá desenvolver e aplicar os preceitos necessários para atender ao perfil do egresso dos cursos de engenharia.

A interação com o meio industrial proporcionará ao aluno a aprendizagem e a vivência da Engenharia de Alimentos, visto que, sua passagem pela indústria, possibilitará ao graduando a oportunidade de encarar os problemas práticos e reais decorrentes dos processos industriais e pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do seu curso de graduação pela integração dos conhecimentos específicos, conhecimentos na área de gestão e na parte de humanidades. Outra vantagem que o estágio proporciona é a maior interação entre o meio acadêmico, o meio industrial e a comunidade.

Os discentes do curso de Engenharia de alimentos terão que cumprir os estágios supervisionados que têm uma carga horária total de 360 horas, equivalentes a 24 créditos, o que corresponde a 7,89% da carga horária total do curso de Engenharia de Alimentos e estão

distribuídos em duas áreas de atuação: Estágio Obrigatório I em Controle de Qualidade de Indústria de Alimentos e Estágio Obrigatório II em Produção Industrial de Alimentos.

Os campos de estágio, organizados pela Coordenação do Curso e Coordenação de Estágio, são ofertados mediante estabelecimento de convênios com instituições públicas e/ou privadas e a universidade, dentro dos seguintes segmentos: Indústria de Produtos Alimentícios; Indústria de Insumos para Processos e Produtos (matérias-primas, equipamentos, embalagens, aditivos); Empresas de Serviços; Órgãos e Instituições Públicas de pesquisa e fiscalização de alimentos. Os locais de estágios devem ter um Responsável Técnico pela área de atuação (Controle de Qualidade de Indústria de Alimentos e Produção Industrial de Alimentos) e oferecer condições adequadas ao bom desenvolvimento do estágio.

As duas disciplinas de estágio supervisionado obrigatório serão ofertadas no último semestre letivo com o objetivo de oportunizar ao discente a possibilidade de realizá-las em locais distintos da sede do curso, uma vez que a cidade de Teresina não dispõe de uma grande quantidade de indústrias que possam ser utilizadas para a realização desse componente curricular. Em razão disto, é colocada, como pré-requisito para a realização das duas disciplinas de estágio supervisionado obrigatório, a necessidade de que o discente tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares que antecedem o período de oferta da disciplina de estágio.

O estágio terá a orientação de um professor do curso e será acompanhado por um supervisor da empresa onde o estágio será realizado, que serão responsáveis pela orientação do discente na elaboração do relatório técnico do estágio e acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade de estágio, respectivamente. O aluno estará apto a cursar as disciplinas de Estágio Obrigatório após ter integralizado todos os componentes curriculares obrigatórios.

A operacionalização do estágio segue as exigências legais em relação às diretrizes curriculares dispostas na Resolução CNE/CES nº 02/2019 para cursos de Engenharia, o Regimento Geral da UFPI, normatização específica do âmbito acadêmico da UFPI, normas específicas estabelecidas pelo Colegiado do Curso em consonância com as Resoluções dos Colegiados Superiores e as diretrizes curriculares.

3.3.2. Trabalho de conclusão de curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui atividade obrigatória como requisito para a graduação, pois traduz um momento de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, de acordo com os padrões e exigências metodológicas da produção acadêmico-científica, e deverá ser executado pelo aluno durante as atividades de TCC I e TCC II.

No TCC I, o aluno deverá elaborar um projeto que comprove sua capacitação técnico-científica, em área por si escolhida em comum acordo com o orientador. Na elaboração deste trabalho, o aluno, deverá aprimorar os seus conhecimentos de metodologia científica, consolidando, através de uma vivência, o elo entre ciência e tecnologia. O tema do projeto deve estar vinculado aos conteúdos dos núcleos constitutivos do currículo, articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que assegurem a relação desta atividade com as disciplinas teóricas e práticas, com os projetos de pesquisa e o estágio obrigatório.

No TCC II o discente executará o projeto elaborado no TCC I, devendo produzir, ao final, um artigo científico, revisão de literatura ou relato de caso.

O processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso exige orientação docente sistemática e continuada, durante os períodos de realização, ou seja, no 8º (TCC I) e 9º (TCC II) períodos, totalizando carga horária de 30 (trinta) horas em cada um dos TCCs. Cada docente atenderá, no máximo, 05 (cinco) alunos para o acompanhamento de tutoria.

Tanto o projeto elaborado durante o TCC I, quanto o trabalho elaborado durante o TCC II, deverão ser submetidos à avaliação de uma banca examinadora composta pelo professor orientador e dois professores na área de conhecimento em que está inserido o tema abordado, ao final do período em que o aluno cursar tais cátedras.

A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá às Normas Especificadas pelo Colegiado do Curso e as Resoluções dos Colegiados Superiores e das Diretrizes Curriculares.

3.3.3. Atividades complementares

O aluno será incentivado a desenvolver atividades acadêmicas que agreguem à sua formação profissional conteúdos teóricos e vivências em processos interventivos e investigativos durante o período de graduação.

Será exigido para a integralização curricular o cumprimento da carga horária de 120 (cento e vinte) horas, equivalentes a 08 (oito) créditos. O aluno deverá escolher as atividades dentre as enumeradas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão observando o quadro 2.

O reconhecimento e a incorporação das atividades como créditos na formação do aluno, obedecerão às Normas Específicas estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

Essas atividades quando desenvolvidas pelo aluno serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite de 08 (oito) créditos. A consignação é feita atendendo o que dispõe a Resolução No 177/12 (CEPEX / UFPI) sobre as

Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades Complementares) nos Cursos de Graduação da UFPI.

É relevante assinalar, que essas atividades enquanto desenvolvidas pelo aluno, devem ter afinidades com áreas de Engenharia e/ou incorporar valores de cidadania ao estudante.

Quadro 2: Atividades complementares e carga horária/atividade do curso de Engenharia de Alimentos

Nº	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (h)	
		ATIV	MÁX.
I) INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA		Até 90 horas	
<u>Exigência:</u> relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes.		conjunto atividade	
1	Monitoria no curso por período letivo.	15	30
2	Projetos de pesquisa, projetos institucionais, PET/PIBIC,	15	45
3	Participação em grupo de estudo/pesquisa, orientados por docente da UFPI.	05	15
II) APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS		Até 60 horas	
<u>Exigência:</u> certificado de participação, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidade competentes.		conjunto atividade	
1	Participação em evento científico: congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	05	45
2	Organização de evento científico: congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	03	15
III) EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES		Até 120 horas	
<u>Exigência:</u> termo de compromisso da PREX, atestados de participação e apresentação de relatório técnico.		conjunto atividade	
1	Realização de estágios não obrigatórios, diferenciados do estágio obrigatório, com duração mínima de 90 dias, cadastrados na PREX/UFPI.	15	60
2	Realização de estágios em Empresa Júnior ou Incubadora de Empresa.	05	10

Vinícius Campelo

3	Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltado a assistência em segurança alimentar à população carente, com duração mínima de 60 dias.	05	20
4	Participação em programas de bolsas da UFPI, por período letivo.	05	20
IV) TRABALHOS PUBLICADOS, APRESENTAÇÕES E PREMIAÇÕES CIENTÍFICAS		Até 90 horas	
<u>Exigência:</u> cópias de artigos publicados; certificados e cópias de trabalhos completos ou resumos apresentados em eventos científicos e, certificados ou diplomas de premiação em evento/concurso científico.		conjunto atividade	
1	Trabalhos publicados em revistas indexadas.	15	30
2	Premiação em evento ou concurso científico.	10	10
3	Apresentação de trabalhos em eventos científicos na área de Engenharia de Alimentos ou áreas afins: congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas.	05	30
4	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Engenharia de Alimentos	05	20
V) ATIVIDADES DE EXTENSÃO		Até 90 horas	
<u>Exigência:</u> atestados e certificados de participação e apresentação de relatório técnico ou projeto registrado na Pró-Reitoria de Extensão/UFPI.		conjunto atividade	
1	Programas/projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI, por semestre concluído.	15	30
2	Curso com duração mínima de 180 horas.	10	10
3	Treinamento em Engenharia de Alimentos e/ou áreas afins com duração mínima de 40 horas.	10	20
4	Cursos à distância, com duração mínima de 40 horas.	05	10
5	Curso de extensão na área de Engenharia de Alimentos e/ou áreas afins, com duração mínima de 20 horas.	05	10
6	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Engenharia de Alimentos	02	10
VI) VIVÊNCIAS DE GESTÃO		Até 40 horas	
		conjunto de atividades	

<u>Exigência:</u> atas das reuniões das quais o aluno participou; declarações dos órgãos/unidade competentes; outros atestados de participação e apresentação de relatório técnico.			
1	Representação estudantil junto aos órgãos colegiados da UFPI com mandato mínimo de 1 ano.	05	15
2	Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria.	05	10
3	Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionado a eventos.	05	15
VII) ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA <u>Exigência:</u> atestados/certificados de participação; apresentação de relatório técnico e trabalhos produzidos ou produtos.		Até 40 horas Conjunto de atividades	
1	Produção ou elaboração de softwares, vídeos e programas radiofônicos na área de Engenharia de Alimentos	05	10
2	Produção ou elaboração de softwares, vídeos e programas radiofônicos ou televisivos.	05	10
3	Participação em atividades esportivas	05	10
4	Participação em grupos de arte: artes cênicas, plásticas, coral, dança, literatura, música, poesia, teatro.	02	10
VIII) DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DA UFPI OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR <u>Exigência:</u> apresentação de documento oficial e comprobatório. Histórico Escolar.		Até 40 horas conjunto de atividades	
1	Disciplina cursada em outro curso da UFPI ou em outra IES	10	40

3.3.4. Extensão

De acordo com a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 Art. 3º “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de

ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. A citada resolução também enfatiza que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

No âmbito da Universidade Federal do Piauí – UFPI a Resolução Nº 053/2019, de 12 de abril de 2019 - CEPEX/UFPI regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam: reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social, garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social, proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades, estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do curso de Engenharia de Alimentos, com o intuito de atender a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução n. 053/2019 de 12 de abril de 2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 405 horas (ACE = disciplinas obrigatórias + disciplinas optativas + TCC + Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório + Atividades Complementares) para a realização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE). Tal carga horária compreende 10,34% da carga horária total do Curso de Engenharia de Alimentos.

Serão consideradas atividades de extensão aceitas para creditação de horas junto ao Curso de Engenharia de Alimento, as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução nº 7/ 2018 do Ministério da Educação sobre as diretrizes para a Extensão.

Considerando as Resoluções citadas, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Engenharia de Alimentos seguirão as seguintes normativas:

1) As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

2) Os alunos do Curso de Engenharia de Alimentos deverão integralizar, até o 10º semestre/período, 405 horas de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Alimentos;

3) O Curso terá um Coordenador de Extensão que participará de todas as etapas que envolvam oferta, execução, integralização e creditação das ACEs, conforme as atribuições previstas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3º, art. 2º);

4) As horas curriculares de extensão, no Curso de Engenharia de Alimentos, em cumprimento ao Art. 2 §1º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI, poderão ser creditadas da seguinte forma:

- i) Cumprimento das atividades extensionistas denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”. Nesta modalidade, para fins de integralização curricular as ACEs devem ser cadastradas na PREXC/UFPI e seguirem as etapas previstas no Art. 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI. Para esta modalidade, os professores do curso de Engenharia de Alimentos serão motivados a elaborar propostas de atividades de extensão, utilizando o sistema SIGAA, e disponibilizar vagas destinadas ao cumprimento das ACEs, de modo que os discentes tenham a possibilidade de creditarem horas nessas atividades. Oportunamente, os discentes serão estimulados a participarem de ACEs oferecidas por cursos afins e que contribuam com a formação do Engenheiro de Alimentos;
- ii) Cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Nesta modalidade, para fins de integralização curricular, as atividades extensionistas deverão ser inseridas no Módulo de Extensão da PREXC/UFPI, a exemplo do que ocorre com as atividades complementares, e atender os requisitos dispostos no Art. 6º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

5) Os professores ligados ao curso de Engenharia de Alimentos oferecerão, obrigatoriamente, a cada semestre, no mínimo, uma ACE conforme descrito no quadro 3 e atendendo a resolução vigente;

6) Os discentes poderão requerer, junto ao coordenador do curso ou ao coordenador de extensão do curso, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que atendem aos interesses dispostos nesse PPC com relação às habilidades e perfil requerido ao engenheiro de alimentos. A creditação pode ser efetuada por disciplina ou

por emprego do módulo de extensão do SIGAA, no mesmo modelo de lançamento das horas das atividades complementares.

7) Cabe ao coordenador do curso efetuar o cadastro das horas de extensão para fins de integralização curricular. O coordenador do curso poderá delegar a creditação das horas de extensão ao coordenador de extensão do curso, quando for o caso. Nos casos de ACEs ofertadas via SIGAA e homologadas pela PREXC, o cadastro das horas será lançado automaticamente no histórico do discente. A creditação dependerá de aprovação do projeto e do relatório final da ação na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas exibirá o nome de cada atividade de extensão creditada, assim como o somatório da carga horária de extensão cumprida pelo discente.

Quadro 3: Organização das atividades curriculares de extensão e distribuição da carga horária atribuída por semestre e por eixos temáticos do curso de Engenharia de Alimentos

Período	Carga horária mínima/semestre	Atividade Curricular de Extensão	Eixo Temático*
1º	--	Nesse primeiro período, por ainda estarem conhecendo a instituição, o próprio Curso, e a carga horária está concentrada em disciplinas básicas do curso, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão, no entanto não lhe será negada essa possibilidade de participação.	--
2º	30	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Formação humanista e holística, com ênfase na cooperação e na ética, sob perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares.
3º	45	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
4º	45	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
5º	60	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Empreendedorismo

6º	60	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Cultura, Regionalismo e Comunicação com a sociedade
7º	60	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Aspectos globais de segurança e saúde no trabalho
8º	60	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Inovação tecnológica / empreendedorismo
9º	45	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastros na PREXC/UFPI	Cultura, Regionalismo e Comunicação com a sociedade
10º	--	Nesse último período letivo não será exigido a participação do aluno em atividades de extensão, pois estarão no estágio final, normalmente, fora da UFPI, o que dificultaria sua participação, porém, caso haja a necessidade de sua participação para integração da carga horária, será permitido	

* Eixos temáticos definidos com base no artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019.

3.4 Metodologia

O curso está organizado para ser desenvolvido a partir das necessidades específicas. Assim, devem ser priorizadas práticas pedagógicas inovadoras, que rompam com padrões e caminhos solidificados, como aqueles baseados somente na transmissão de conteúdos fragmentados, e que possibilitem integrar as disciplinas e os saberes, ensinar novas formas de pensamento, de organização e de transmissão mais horizontais, que abram caminhos a outras formas de relação na universidade, possibilitando a construção de novos conhecimentos. Dessa forma a inovação não deve ser a simples incorporação de meios ou técnicas, mas outro formato para o processo ensino e aprendizagem, um modelo construtor de conhecimento.

Nesta perspectiva, o curso deve ser desenvolvido com base na concepção de que cada indivíduo deve pensar seu próprio papel na sociedade, na profissão e no trabalho, interagindo com sua realidade, a fim de transformá-la e, transformando-se a partir da aquisição de novos

conhecimentos. É fundamental que o indivíduo tenha sua criatividade estimulada, que reflita criticamente sobre sua realidade e busque transformá-la.

Assim, o ensino deve integrar teoria e prática, problematizar a realidade e propiciar ao discente domínio de conhecimentos gerais e específicos da área, pensamento crítico e transformador, espírito de inovação, preceitos éticos, capacidade para enfrentar problemas reais, visão e interesse pela extensão e pela pesquisa científico-pedagógica, perspectivas de mobilidade interinstitucional, bem como, integração real, compromisso prático com a sociedade. Além disso, deve ainda estimular trocas de experiências e conhecimentos entre o professor e o aluno na busca do aprendizado. Ou seja, fundamentar-se em uma metodologia de trabalho na perspectiva dialética compreendendo os seguintes elementos: partir da prática, refletir sobre a prática, transformar a prática. Por meio de um processo de construção de conhecimento.

Assim, desde o início do curso, o aluno terá oportunidade de observar, participar, analisar, refletir, levantar problemas, investigar e propor soluções. Pois, a abordagem pedagógica do curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história e o docente como facilitador desse processo e elemento produtor do conhecimento pela sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática.

As atividades práticas estão presentes em toda a estrutura curricular e contextualizam a formação teórica. Embora algumas disciplinas incluam carga horária específica para as atividades práticas, todas fazem referência à dimensão prática. Essas atividades são desenvolvidas com ênfase na execução e observação de experimentos, com contextualização e resolução de situações problemas, características do cotidiano de um engenheiro de alimentos.

O presente projeto pedagógico guarda, portanto, relação entre a teoria e a prática como ponto forte, mostrado na matriz curricular. Além disso, as parcerias com as empresas do setor alimentício e de insumos para a indústria alimentícia, como de açúcar, amido, carnes, bebidas e laticínios, além de empresas de processamento e comercialização de alimentos fornecem sustentação a esta integração, com visitas *in loco* e acompanhamento de processos.

A implantação de uma Empresa Júnior na área de Engenharia de Alimentos também é uma das propostas de extensão. O objetivo dessa proposta é desenvolver projetos de consultoria, protótipos de novos produtos, estratégias de gestão e marketing, bem como estudos e pesquisas sobre o mercado de atuação para empresas de pequeno e médio porte, entidades do setor alimentício e para a sociedade em geral. Além disso, poderão ser ministrados treinamentos e cursos na área de segurança alimentar e boas práticas de fabricação. Essa proposta proporcionará aos alunos do curso pôr em prática tudo que foi estudado em sala de aula, podendo incentivá-los ao empreendedorismo e preparando-os solidamente para atuação no mercado de trabalho. A equipe

será formada pelos consultores (discentes), sempre assessorados e orientados pelo professor responsável e por outros professores da área.

A disposição das disciplinas nos Eixos de Conhecimentos Interdisciplinares proporciona uma formação com foco na interdisciplinaridade e no diálogo entre áreas de conhecimento e entre componentes curriculares, estruturando as trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular. Possibilitando disponibilizar aos alunos experiências de aprendizagem, de modo a colocá-los em contato com o objeto do conhecimento, possibilitando aos alunos do Curso resolver situações problema prático/real e buscando o conhecimento do mercado de trabalho/área de atuação. Desde modo, todos os professores serão estimulados a adotar a prática das metodologias ativas, buscando aquelas mais adequadas à realidade que se pretende imergir os discentes, buscando desenvolver nestes um senso crítico que os motive a buscar soluções para os diversos problemas que poderão surgir na vida profissional.

A matriz curricular está organizada a partir dos seguintes eixos: Ciência da Engenharia; Engenharia de Processos; Ciência de Alimentos; Produtos e Processos; Disciplinas Optativas. No eixo de conhecimento Ciência da Engenharia, os conteúdos desenvolvidos devem ser utilizados em disciplinas aplicadas que integram e inter-relacionam os mesmos. Por exemplo, as disciplinas Química de Alimentos e Análise de alimentos, que é uma disciplina de fundamentação da ciência de alimentos aplicada à Indústria de Alimentos, representa este papel, pois utiliza conceitos de física, termodinâmica, química, cálculo e outras disciplinas básicas. No eixo Engenharia de Processos as disciplinas que abordam conteúdos de Fenômenos de Transferência (Fenômenos de Transporte). Os conteúdos abordados nestas disciplinas são gradativamente utilizados em Operações Unitárias. Da mesma forma, a integração acontece com várias outras disciplinas, tais como das áreas de Química, Física e Bioquímica, com disciplinas em períodos mais avançados do curso.

O eixo Ciência de Alimentos tem como base a análise crítica à operação e à manutenção de sistemas sendo composto por disciplinas que fornecem conhecimentos científicos sobre valor nutricional dos alimentos, na biodisponibilidade dos nutrientes e na saúde humana o que propiciará a interação com as disciplinas de cada período. Enquanto o eixo Produto e Processo tem como norte a concepção, desenvolvimento e análise de sistemas, bem como o desenvolvimento e utilização de novas ferramentas e técnicas.

A integração entre a teoria e a prática é realizada de forma diferenciada: algumas disciplinas apresentam conteúdos abordados de forma eminentemente teórica, outras combinam teoria e prática e algumas são essencialmente práticas. De uma maneira geral, todos os conteúdos são

revisados ou aplicados em disciplinas de projetos, de processos, no estágio supervisionado na indústria e através da elaboração de relatórios e no trabalho de conclusão de curso.

Outras disciplinas que devem cumprir a função integradora são as de indústrias de alimentos (Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal e disciplinas optativas), Processos de Conservação de Alimentos, Controle de Qualidade de Alimentos e Tecnologia de Embalagens. Estas disciplinas permitem a integração entre diferentes núcleos e podem ajudar na realização de sínteses, envolvendo a aplicação de conteúdos de Ciências de Alimentos e Engenharia de Processos.

Ademais, as disciplinas adotarão recursos relacionados às tecnologias da informação e comunicação e poderão ser ministradas com até 20% da carga horária contabilizada por meio de atividades à distância ou outras formas não presenciais de ensino conforme prevê as diretrizes da Resolução 177/12, constituindo mais uma ferramenta de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado dessas tecnologias para a realização dos objetivos pedagógicos.

O presente Projeto Pedagógico ainda assegura 10% de sua carga horária total para projetos e programas de extensão, conforme consta no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Desta maneira, são assegurados, no mínimo, 405 horas para ações de extensão.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

Esse texto, incorporado a este PPC, foi extraído, na sua integralidade, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI, aprovado pela Resolução Conjunta Conselho Diretor - CONSUN nº 002/2015, de 15/07/2015, a fim de se manter uma uniformidade de informações a respeito desse assunto. O texto a seguir encontra-se nas páginas 218 a 222 do referido documento:

“Em sua fundamentação, o PPI da UFPI expressa uma visão de mundo e da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na busca da articulação entre o real e o desejável. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, delineador do horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão. Fundamentada nestes pressupostos, a UFPI formulou seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao PDI/20152019, definindo sua finalidade como IES e assumindo o papel que lhe cabe no desenvolvimento regional sustentável.

Na atualidade da educação superior brasileira, a formulação de um PPI se traduz em tarefa de alto grau de complexidade, considerando-se a pretensão de:

- a) pensar global para agir localmente;
- b) proporcionar um sólido arcabouço de conhecimentos básicos e tecnológicos, articulados a valores humanísticos e às relações interpessoais;
- c) desenvolver os preceitos do empreendedorismo, visando o crescimento individual voltado ao desenvolvimento coletivo;
- d) estabelecer o critério da constante atualização tanto para atender as necessidades já postas pela sociedade, como para antever e fazer propostas tendo em vista as necessidades profissionais que advirão.

Assim, na concepção do PPI da UFPI estão presentes elementos que evidenciam a condução do estudante no aprender, prevendo a formação de um profissional construtor do conhecimento ao longo de sua vida profissional por ser capaz de entender e buscar a formação continuada; capacidade de empreender a partir de vivências que a educação superior proporciona;

¹. O texto integral do PDI-UFPI pode ser acessado no endereço eletrônico [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019 UFPI Reformulado Versao%20Final docx\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019%20UFPI%20Reformulado%20Versao%20Final%20docx(1).pdf)

propriedade para atuar em equipes multidisciplinares indispensáveis para interferir no desenvolvimento de uma região; entendimento da necessidade das experiências, dos contatos com estudantes, professores e profissionais de outras regiões do país e do mundo. Assim, além da missão, valores e eixos norteadores do desenvolvimento institucional, apresentados anteriormente, a UFPI adota como complementares à sua política de ensino, os seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

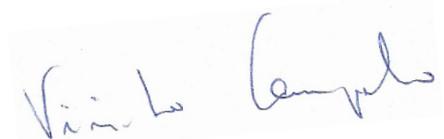
a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana, levando em consideração os pressupostos axiológicos-éticos, a dimensão sociopolítica a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional;

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente e às diferenças, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana,

d) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, considerando-se que só se adquire competência científica se cada curso de graduação conseguir trabalhar no sentido de que os alunos consolidem conhecimentos a partir de fundamentos que sustentam a parte científica pertinente a cada área do conhecimento. É na base destes fundamentos que se pode construir o "aprender a aprender", condição essencial para o exercício profissional.

A real articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa prevista na organização do PPC. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada curso, irá oferecer uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhar um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.



A utilização de pesquisa nas experiências de ensino/aprendizagem é perfeitamente viável, na medida em que, associado à pesquisa, o ensino constitui-se numa forma das mais inovadoras de estabelecimento da relação entre a teoria e a prática profissional, pois retira o estudante da posição de receptor do conhecimento e contribui para a formação de atitudes investigativas, do pensamento crítico e da construção do conhecimento e da autonomia.

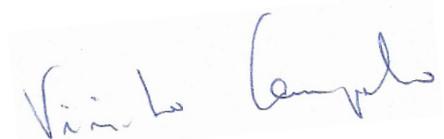
A adoção de práticas de ensino que congreguem atividades de extensão reforça o processo de ensino e de aprendizagem, desde que haja participação direta dos estudantes na sua concepção, realização e avaliação. Isso se justifica na medida em que a extensão, entendida como uma forma de articulação entre os saberes construídos na universidade e as demandas da comunidade, preferencialmente voltada para o apoio solidário na resolução de problemas sociais, de forma solidária e dando voz aos grupos excluídos e discriminados, oportuniza aprendizagens fundamentais aos futuros profissionais, destacando-se o compromisso ético, político e social;

e) Interdisciplinaridade e multirreferencialidade. A complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A diversidade de componentes curriculares assume então a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, portanto, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares.

A multirreferencialidade, também, pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico;

f) Uso de tecnologias de comunicação e informação - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.



As mediações e as proposições hipertextuais emergentes de ensino/aprendizagem no AVA (ambiente virtual de aprendizagem), assim como, sua dinâmica de acompanhamento, sistematização e avaliação são, também, pertinentes a este eixo;

g) Avaliação, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Assim como, a tomada de decisão planejada e alinhada com as mudanças que afetam a formação profissional. Cabem os relatos de atividades que compreendam a avaliação como um valor, um dispositivo formativo;

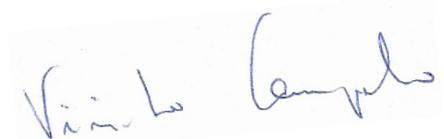
h) Articulação entre teoria e prática. A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da construção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados.

Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a construção de conhecimentos, um exercício através do qual o aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o objeto de estudo.

É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o Projeto Pedagógico de cada curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido lato, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania. Isso significa conceber um Projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que deem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação;

i) Flexibilização curricular. A partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.



A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas e nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco se limita à inclusão de atividades complementares; ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

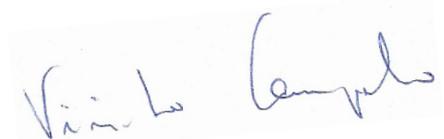
Dentro desse espírito é louvável a criação de espaços interdisciplinares denominados “Projetos Integradores” que podem ser incorporados aos PPCs e que tendem a ser componentes curriculares obrigatórios a todos os cursos de graduação, em consonância com as diretrizes curriculares vigentes. A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estrutura curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. Essa flexibilização poderá ser operacionalizada em diferentes níveis, por meio do (a):

- arejamento do currículo;
- respeito à individualidade no percurso de formação;
- utilização da modalidade do ensino à distância;
- incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação;
- adoção de formas diferenciadas de organização curricular;
- flexibilização das ações didático-pedagógicas;
- programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil.

4.2 Apoio ao discente

O discente chega à universidade com suas particularidades e individualidades. Tal contexto pode influenciar na sua carreira profissional de diferentes formas, o que inclui seus interesses e conquistas que estão além do curso universitário.

A Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos buscará identificar, juntos com as instâncias competentes da UFPI, aqueles discentes que possuem alguma necessidade especial de aprendizado e buscará formas de praticar uma inclusão social eficiente de modo a garantir o sucesso desse discente no curso. A Coordenação, após ouvido o NDE, buscará incentivar os



docentes a incluírem formas didáticas que permitam facilitar a inclusão dos discentes. Sempre que necessário, a Coordenação fará, com a ajuda de setores da UFPI que possam colaborar, a organização de ações pedagógicas formativas para os docentes aprimorarem suas técnicas de ensino.

O Centro Acadêmico (C.A.) de Engenharia de Alimentos será um parceiro ativo de articulação entre a Coordenação e os discentes. Será estimulado que o C.A. realize ações de integração entre os discentes, principalmente entre os veteranos e calouros, de modo que possa incentivar a permanência dos estudantes em atividades curriculares e extracurriculares ligadas ao curso. O C.A. será um agente divulgador das ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no curso orientando os discentes a quais docentes devem ser procurados de acordo com a área de interesse do discente. O C.A. também será estimulado a organizar torneios esportivos como forma de integração entre os discentes, bem como outras atividades culturais com o mesmo potencial integrativo.

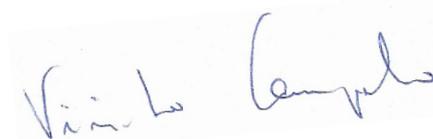
A Coordenadoria de Assistência Comunitária (Cacom), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), é responsável pela execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no âmbito da UFPI. Para desenvolver as ações, a Cacom é composta por diversos setores que são:

I. Setor Pedagógico (SEPE), responsável pelo atendimento, acompanhamento e orientação educacional a todos os estudantes da UFPI, prioritariamente àqueles vinculados aos benefícios que a PRAEC oferece. Sua finalidade é auxiliar os estudantes para concluir seus cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando possibilidades de evasão;

II. Setor de Serviço Social (SES), responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades socioeconômicas, garantindo assim sua permanência na instituição e sucesso na conclusão dos cursos;

III. Setor Psicológico (SAPSI), que presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica;

IV. O Setor Odontológico (SEOD), que presta atendimento gratuito à comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes, em dois campi: Ministro Petrônio Portella (Teresina) e Senador Helvídio Nunes (Picos). O SEOD também é responsável pelos editais



do benefício “Kit Odontológico”, que visa fornecer, em regime de comodato, um kit contendo os principais instrumentais necessários às disciplinas clínicas do curso de odontologia;

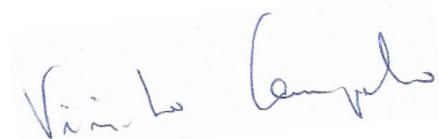
V. Setor de Amamentação da UFPI (SAMA), realiza atendimento às mães discentes e servidoras que estão amamentando, disponibiliza informações, acompanhamento e espaço adequado para coleta e estocagem de leite materno;

VI. Divisão de Gestão e Avaliação (DGA), tem como objetivos planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente, ações da política de assistência estudantil, no âmbito da UFPI, para adequar os recursos financeiros do Pnaes destinados às bolsas de apoio aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social;

VII. Núcleos de Assistência Estudantil (NAE), criados em 2014, nos campi fora de sede da UFPI. São 04 (quatro) Núcleos de Assistência Estudantil que têm sua gestão administrativa compartilhada com a Diretoria dos campi. Sua principal missão é descentralizar os programas, projetos e ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (AE) na UFPI (BRASIL, 2019). Cada campus é responsável pela infraestrutura, de acordo com suas especificidades, de forma a acomodar adequadamente os serviços oferecidos pelo NAE, bem como as equipes multiprofissionais responsáveis pela execução da política de AE. Os serviços oferecidos pelos NAEs compreendem, de maneira geral e conforme a disponibilidade, os mesmos setores que compõem a Cacom, conforme descritos anteriormente.

Compõem, ainda, a política de apoio aos discentes, os Restaurantes Universitários (Rus) e o Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). A Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), coordena os 06 (seis) RUs da UFPI distribuídos nos quatro campi, com as mesmas características gerais e padrão de qualidade, oferecendo à comunidade universitária, refeições balanceadas, higiênicas e seguras do ponto de vista sanitário.

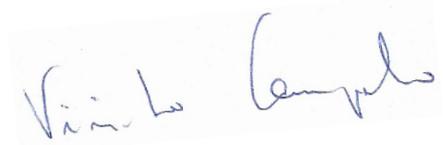
Esses restaurantes funcionam no sistema de autogestão. Os trabalhadores dos RUs, em sua maioria, são terceirizados. Servidores técnico-administrativos da UFPI compõem a equipe de comando administrativo e técnico dos serviços. Importante citar que nos campi de Teresina, Picos e Floriano, os RUs participam da formação acadêmica de estudantes do curso de graduação em Nutrição, recebendo-os para estágio curricular e extracurricular. O curso de engenharia de produção, em Teresina, também utiliza os RUs como espaço para desenvolvimento de pesquisas e trabalhos científicos, sendo que esse espaço poderá ser utilizado pelo curso de Engenharia de



Alimentos para possibilitar aos seus discentes o fornecimento de conhecimento necessário ao seu processo formativo.

Criado em outubro de 2014, através da Resolução CAD n. 28, o Núcleo de Acessibilidade da UFPI iniciou suas atividades, em 2016, em todos os campi da UFPI, sendo constituído por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de serviço social, pedagogia e psicologia, e atua visando garantir o acesso e a permanência qualificada das pessoas que representam público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino superior (pessoas com altas habilidades/superdotação; com transtorno do espectro autista; com deficiências intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), por meio da redução das barreiras de ordem pedagógica, arquitetônica, de comunicação, de informação e atitudinais.

O NAU acompanha estudantes PAEE, assim como dos seus respectivos auxiliares. Para efetivação de suas ações, destina parte dos recursos recebidos do Incluir para aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e para pagamento de bolsas/auxílio, direcionados ao estudante regularmente matriculado na UFPI, que presta auxílio acadêmico a um estudante que apresente necessidades especiais. Outro benefício concedido é o “Kit lupas manuais”, um conjunto de lupas que viabiliza a acessibilidade de estudantes com deficiência visual auxiliando-os no processo de leitura. Desta forma, o curso de Engenharia de Alimentos tem à disposição uma estrutura organizada e preparada para dar suporte ao discente com necessidades especiais que venha fazer parte do seu corpo discente.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vincenzo Campolo", is located in the bottom right corner of the page.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

A concepção de avaliação adotada por este Projeto tem por base o enfoque do modelo qualitativo. Este modelo de avaliação é muito mais que medida. É um julgamento de valor construído em uma relação social específica entre aluno e professor.

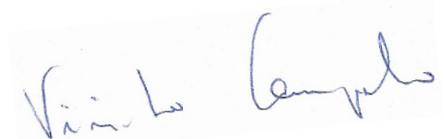
Neste aspecto, a autoavaliação do aluno constitui-se um componente potencial para controlar o processo de ensino. Neste caso, a ênfase desloca-se do produto para o processo, ou seja, é preciso compreender a situação com o fim de intervir de modo adequado. O caráter é reflexivo e assume forma diagnóstica caracterizando a avaliação formativa ou em processo realizada no dia a dia de sala de aula. Assim, as provas escritas ou orais (avaliação teórica), a participação nas atividades (práticas e nas aulas), nos trabalhos escritos (relatórios, textos, inclusive com análise crítica de trabalhos científicos), na realização de pesquisa, na solução de estudos de casos, na elaboração de projetos de pesquisa, entre outros, constituem instrumentos de avaliação, que fornecem indicadores de onde se pode melhorar o processo de ensinar e aprender.

A avaliação do ensino e da aprendizagem, apesar de ter o caráter formativo, exige a atribuição de notas e deverá basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares. Também obedecerá à Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí, a qual estabelece que a avaliação do rendimento escolar seja feita por período letivo, em cada disciplina, através da verificação do aproveitamento e da assiduidade às atividades didáticas. A assiduidade é aferida através da frequência às atividades didáticas programadas.

O aproveitamento acadêmico é avaliado através do acompanhamento contínuo de desempenho do aluno e do resultado obtido nas verificações parciais e no exame final, expressos por nota, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). A assiduidade é aferida através de frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo.

A modalidade, o número e a periodicidade das verificações parciais são explicitados no Plano de Ensino, de acordo com a especificidade da disciplina. Esse plano contendo, no mínimo, a ementa, os objetivos, conteúdo programático, procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia, é entregue aos alunos no início de cada período letivo.

O número de verificações parciais é proporcional à carga horária da disciplina, sendo no mínimo de: duas, quando a carga horária é igual ou inferior a 45 horas; três, nas disciplinas com



carga horária entre 60 e 75 horas; quatro, quando a carga horária da disciplina é superior a 75 horas.

A aprovação nas disciplinas ocorre quando o aluno obtém frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e uma média igual ou superior a 7,0 (sete) nas verificações parciais. Caso o aluno não consiga essa média nas verificações parciais, mas possua a frequência já citada, ele é submetido a exame final, desde que tenha uma média mínima de 4,0 (quatro) nas verificações parciais. Neste caso, será aprovado se a média resultante da nota do exame final com a média das verificações parciais for igual ou superior a 6,0 (seis).

No caso da disciplina Estágio Curricular Obrigatório e do Trabalho de Conclusão de Curso, a avaliação obedecerá além da Resolução nº 177/12, às normas do regulamento específico, aprovado pelo Colegiado do Curso de Engenharia de Alimentos.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

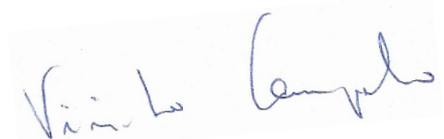
A implantação e desenvolvimento curricular do Curso de Graduação em Engenharia de Alimentos deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento. Neste caso, o currículo será avaliado considerando-se duas dimensões: Processo e Produto.

A avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico poderá ser tarefa tão complexa quanto à avaliação da aprendizagem, pois também se avaliará processo e produto. Adicionalmente, ambas as avaliações se completam.

Processo – durante a execução deste currículo, será observado se a aprendizagem dos alunos nas diversas disciplinas em termos de resultados parciais está se processando satisfatoriamente ou se necessita de reformulação. Este trabalho será realizado através da comparação das atividades realizadas com as planejadas, tendo em vista promover a melhoria curricular. A cada ano será feita uma avaliação deste processo para se detectar se há necessidades de alteração.

Produto – após a conclusão de 01 (uma) turma em períodos consecutivos realizar-se-á uma avaliação, objetivando-se a visualização do conjunto de resultados previstos e realizados, permitindo um julgamento eficaz de todas as atividades desenvolvidas.

Com relação ao egresso, o objetivo é verificar se a sua atuação é compatível com as necessidades do mercado de trabalho e as aspirações da comunidade, bem como se os conhecimentos adquiridos durante o curso ofereceram condições para um desempenho profissional satisfatório.



Observando a relação entre os princípios norteadores do Projeto Pedagógico, objetivos, perfil do egresso, competências, conteúdos, estrutura curricular etc., algumas estratégias devem ser desenvolvidas, tais como:

- Realização de fóruns abertos de avaliação, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Reunir periodicamente todos os professores, agrupados por disciplinas afins, com a finalidade de proporcionarem a integração curricular;
- Controlar a elaboração dos planos de curso sem esquecer os elementos que compõem este plano;
- Aplicar a cada final de período letivo, questionário de avaliação do desempenho do professor;
- Reunir periodicamente os professores que trabalham com o programa de orientação acadêmica, para colher subsídios;
- Realizar pesquisas periódicas para detectar o grau de satisfação dos egressos e mercado de trabalho com relação à otimização do currículo;
- Elaborar um plano de gestão para cada dois anos de atividades do curso, onde serão avaliadas e estabelecidas metas, necessidades, forma de condução do curso, funcionamento e novas estratégias, a fim de buscar possíveis e necessárias melhorias.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação desse currículo, assim como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

6.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Seminário de Introdução ao Curso	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h	(nome e código)---	
EMENTA:			
<p>Perfil do curso, da definição e das especificidades do curso de Engenharia de Alimentos e da Universidade. Áreas e Subáreas do curso de Engenharia de Alimentos. Desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento profissional; Perfil do egresso do curso de Engenharia de Alimentos. Apresentação das principais normas de graduação vigentes adotadas pela UFPI. Projeto de Pesquisa, Extensão, Monitoria e Atividades complementares.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2020-2024 / Universidade Federal do Piauí. – Teresina, 2020. 349 p</p> <p>2. UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regimento Geral da UFPI, de 05 de fevereiro de 1993. Teresina: EDUFPI, 1993.</p> <p>3. BRASIL. Resolução CNE no 1, de 26 de Março de 2021. Altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=175301-rces001-21&category_slug=marco-2021-pdf&Itemid=30192</p> <p>4. BRASIL. Resolução CNE no 2, de 24 de Abril de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=112681-rces002-19&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192</p> <p>5. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Alimentos, Teresina: 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. do V. Introdução à engenharia. Florianópolis, SC: UFSC, 2006.</p> <p>2. UFPI. Resolução CEPEX nº 177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf</p> <p>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.</p> <p>3. UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução Nº 017/2011. Guia Acadêmico do aluno 2011. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/GUIA%202011.pdf. Acesso em: 18/09/2013.</p> <p>4. 5. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº 032/05. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, de 10/10/2005. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf. Acesso em: 18/09/2013</p>			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Física 1	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Física
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.2.0	90h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Trabalho e Energia Mecânica: Trabalho Mecânico, Energia Cinética, Centro de Massa, Leis de Conservação da Energia e do Momento Linear. Colisões. Dinâmica da Rotação. Momento Angular e sua Conservação. Estática de Corpos Rígidos. Gravitação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RESNICK, R. HALLIDAY, D. E KRANE, K.S., Física , vol. I, 4ª ed., Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro (1994).			
2. NUSSENZVEIG, H. M., Curso de Física Básica , vol. I, 3ª ed., Edgard Blucher, São Paulo (1996).			
3. RESNICK, R., - COLAB., HLLIDAY, D., E WALTER, J., Fundamentos da Física , Vol.1, 3ª . Ed., Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro (1994).			
4. TIPLER, P.A. Física , Vol. 1, 4ª ed., LTC, Rio de Janeiro (1999)			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. FEYNMAN R.P. et al. Lectures on Physics , vol. 1, Addison-Wesley Publishing Company, Massachusetts (1964).			
2. SERWAY, R.A., Física para Cientistas e Engenheiros com Física Moderna , Vol.1, 3ª . Ed., Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro (1979).			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Cálculo Diferencial e integral I	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Funções. Limites e continuidade. Derivada. Regras de derivação. Derivadas de funções notáveis. Aplicações da derivada. Integral. Teorema fundamental do cálculo. Técnicas de Integração. Aplicações da Integral.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. THOMAS, G. B. Cálculo . 11.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009. v.1.			
2. STEWART, J. Cálculo . 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. v.1.			
3. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 1.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1 ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v.1.			
2. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limites, derivação e integração . 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
3. LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica . 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. v.1.			
4. MEDEIROS, V. Z. (coord.) et al. Pré-cálculo . São Paulo: Thomson Learning, 2006.			
5. SIMMONS, G. F. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Pearson Makron Books, 1987. v.1.			

Vinício

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Álgebra Linear e Geometria Analítica	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Vetores. Álgebra Vetorial. Produto Escalar, Vetorial e Misto. Retas, Planos e Esferas. Determinantes e Matrizes. Sistemas de equações lineares. Espaços Vetoriais. Transformações lineares.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra Linear . 3 ed. São Paulo: Harbra, 1980.			
2. LIPSCHUTZ, S.; LIPSON, M. L. Teoria e problemas de álgebra linear . 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.			
3. KOLMAN, B.; HILL, D. Introdução à Álgebra linear com aplicações . 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. STEINBRUCH, A. Introdução à álgebra linear . São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2005.			
2. CALLIOLI, C. A.; DOMINGUES, H. H.; COSTA, R. C. F. Álgebra linear e aplicações . 6. ed. rev. São Paulo: Atual, 1990.			
3. K. H- R. K. Álgebra Linear , Ed. Polígono.			
4. LIMA, E. L. Álgebra Linear . 8 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2009.			
5. SANTOS, R.J. Um curso de geometria analítica e álgebra linear . Belo Horizonte:Imprensa Universitária da UFMG, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Química Geral e Analítica	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Química
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.2.0	90h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Identificação e separação de misturas. Estequiometria. Propriedades periódicas de elementos químicos. Ligações químicas. Cinética e equilíbrio químico. Concentração de substâncias em solução. Equilíbrio iônico em soluções. Discussão geral da análise volumétrica. Princípios básicos da espectrofotometria. Região visível e de fotometria de chama. Medidas em químicas. Separação de misturas e identificação de substâncias. Técnicas de laboratório na análise volumétrica. Aplicações de métodos analíticos volumétricos (neutralização, formação de complexo e oxiredução).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BACCAN, N. et al. Química analítica quantitativa elementar . Campinas: Editora da Unicamp, 2001.			
2. OHLWEILER, O. A. Química analítica quantitativa . v. 1, 2 e 3, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.			
3. PINHEIRO, J. A. Química analítica qualitativa - gravimetria e hidrovolumetria (noções teóricas e exercícios) . Fortaleza: Edições UFC - PROED, 1983.			
4. SLABAUGH, W. H ; PARSONS, T. D.; Química geral . 2ª ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. MASTERTON, W. L.; SLOWINSKI, E. J.; STANITSKI, C. L. Princípios de química . 6ª ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1990.			

Vinício Campelo

2. CHANG, R. **Química Geral e Reações Químicas**, São Paulo: McGraw Hill, 2006. BRADY, J.E.; RUSSELL, J.W. & 3. HOLUM, J.R. **Química – A matéria e suas Transformações**. 5ª ed, Vols. 1 e 2, LTC Editora: Rio de Janeiro, 2009.

4. MASTERTON, W. L.; HURLEY, C.N. **Princípios e Reações**, 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

5. ROSA, G. GAUTO, M.; GONÇALVES, F.; **Química Analítica – Práticas de Laboratório** Série Tekne, Bookman, 2013.

6. SKOOG D.A.; WEST D. M.; HOLLER F.J.; CROUCH S.R. **Fundamentos de Química Analítica**. 9ª ed. Norte Americana; São Paulo: Cengage Learning 2015

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Desenho Técnico	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Arquitetura e Urbanismo
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	(nome e código)---	
EMENTA:			
1. Introdução ao desenho técnico; 2. Normas e convenções; 3. Representação gráfica de linhas, ponto, reta e plano; 4. Escalas numéricas e gráficas; 5. Noções de Geometria Descritiva; 6. Vistas ortográficas; 7. Cortes e seções; 8. Perspectivas: cônicas, cavaleira e axonométrica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CARVALHO, B. de A. Desenho básico . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.			
2. GIESECKE, FREDERICK E. et al, Comunicação gráfica moderna – trad. Alexandre Kawano, et al. Porto Alegre: Bookman, 2002.			
3. ESTEPHANIO, C. Desenho técnico básico ; 2º. e 3º. Graus. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ERRERO, M. B. Geometria descritiva aplicada . Publicaciones de La Universidad de Sevilla. Urmo.			
2. FRENCH, T. E. & VIERCK, C. J. Desenho técnico e tecnologia gráfica . Rio de Janeiro: Globo, 1985.			
3. GIONGO, A. R. Curso de desenho geométrico . 3. ed. São Paulo: Nobel, 1986.			
4. PEREIRA, A. Desenho técnico básico . Colaboração de Ademar d'Abreu Pereira. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.			
5. SILVA, S. F. da. A Linguagem do desenho técnico . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.			

2º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Metodologia e Técnicas de pesquisa	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	(nome e código)---	
EMENTA:			
1. Pensamento racional empírico e pensamento lógico científico. 2. Abstração e a teoria científica. 3. Hipóteses. 4. Pesquisa básica e aplicada. 5. Instrumentos de coleta de informação. 6. Mecanismos de análise. 7. Revisão bibliográfica. 8. Projeto e relatório de pesquisa. 9. Trabalhos científicos. 10. Normas para publicações técnico-científicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			

Vinício Cengelo

2.SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia; elementos de metodologia de trabalho científico**. 4. ed. [S.l.]: Interlivros, 1996.
 3.BASTOS, L. et al, **Manual para preparação de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1.LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (org.), **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cutix, 1974.
 2. CERVO, A. & BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
 3.GUEDES, E. M., **Curso de metodologia científica**. Curitiba: HD Livros, 1977.
 4.SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 5. MAIA, T. L **Metodologia básica**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Tradição e Cultura, 2001

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Física II	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Física
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.2.0	90h	Física I	
EMENTA:			
Gravitação. Oscilações Mecânicas. Ondas Progressivas Unidimensionais. Ondas Harmônicas. Equação de onda. Interferência. Ondas estacionárias e modos normais de vibração. Reflexão. Ondas sonoras. Ondas Planas e Esféricas. Efeito Doppler. Temperatura, Calor e a Primeira Lei da Termodinâmica. A Teoria Cinética dos Gases. Entropia e a Segunda Lei da Termodinâmica. Atividades de Laboratório.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física:gravitação, ondas e termodinâmica. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v. 2. 2. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. Física: para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica . 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v.1. 3. YOUNG, H. D; FREEDMAN, R. A. S. e Z. Física III . 10.ed. São Paulo: Pearson Education, 2003. v.3			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DAVID J. G. Introduction to electrodynamics . New Jersey: Prentice Hall, 1999. 2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blücher, 2002. v. 3. 3. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física: the Feynman lectures on physics . Porto Alegre: Bookman, 2008. v.2. 4. CHAVES, A. Física . Rio de janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. v. 2. 5. GONÇALVES, D. A física através dos gráficos . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1975.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Cálculo diferencial e integral II	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral I	
EMENTA:			
Vetores. Curvas e Superfícies no Espaço. Funções de Várias Variáveis. Fórmula de Taylor. Máximos e Mínimos de Funções de Várias Variáveis. Integrais Múltiplas. Integrais de Linha. Teorema da Divergência e de Stokes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. THOMAS, G. B. et al. Cálculo . 11 ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009. v. 2.			

Vinício Campos

2. STEWART, J. **Cálculo**. 5 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008. v.2.
 3. GUIDORIZZI, H. L. **Um curso de cálculo**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1 ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. **Cálculo**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v. 2.
 2. LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra, 1984. v. 2.
 3. APOSTOL, T. M. **Cálculo**. 2.ed. Revert Brasil, 2008. v. 2.
 4. ZILL, Dennis G.; CULLEN, Michael R., Louis. **Matemática avançada para engenharia**. 3.ed., Bookman Companhia, 2009. v. 2.
 5. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo: funções, limites, derivação e integração**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Química orgânica	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Química
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	90h	Química Geral e Analítica	
EMENTA:			
Atomística: Características dos compostos orgânicos. Isomeria: Classificação. Isomeria espacial. Polímeros. Estereoquímica: Disposição dos átomos no espaço. Hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos. Derivados halogenados. Funções oxigenadas: álcoois, aldeídos, cetonas e ácidos. Funções nitrogenadas: aminas, aminoácidos. Proteínas. Enzimas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. SOLOMONS, T. G. G.; FRYLE, C. B. Química orgânica . 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v. 1. 2. BRUICE, P. Y. Química orgânica . 4 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. v. 1. 3. VOLLHARDT, K. Peter; SCHORE, Neil E. Química orgânica: estrutura e função . 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. MORRISON, R.; BOYD, R. Química orgânica . 13 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 2. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978. 3. HOFFMAN, R. V. Organic chemistry: an intermediate text . 2 ed. Hoboken, N.J.: Wiley-Interscience, 2004. 4. HART, H. Organic chemistry: a short course . 4. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1972. 5. McMURRY, J. Fundamentals of organic chemistry . 7 ed. Australia: Brooks/Cole: Cengage Learning, c2011.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Termodinâmica I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral I	
EMENTA:			
Conceitos e definições. Comportamento termodinâmico de substâncias puras. Calor. Trabalho. Conservação de massa e energia aplicado a sistemas e volumes de controle operando em regime transitório, permanente e uniforme. Segundo princípio. Ciclo de Camot. Eficiência termodinâmica. Entropia. Variação de entropia em processos reversíveis. Variação de entropia de um sistema em processo irreversível. Trabalho perdido. Princípio do aumento de entropia. Variação de entropia de um sólido ou líquido e de gases perfeitos. A segunda lei para um volume de controle.			

Vinicius Campelo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SONNTAG, R. E.; BORGNACKE, C. **Introdução à Termodinâmica para Engenharia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2003.
2. MORAN, M.J., SHAPIRO, H.N. **Princípios de Termodinâmica para Engenharia**. 6.ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2009.
3. VAN W.G.J.; SONNTAG, R.E.; BORGNACKE, C. **Fundamentos da Termodinâmica**, 5.ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1998

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ÇENGEL, Y.A., BOLES, M. A., **Termodinâmica**. 7.ed. São Paulo: Amgh Editora, 2013.
2. LEVENSPIEL, O. **Termodinâmica Amistosa para Engenheiros**, São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
3. TERRON, L.R., **Termodinâmica Química Aplicada**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2008.
4. LEVENSPIEL, O. **Termodinâmica Amistosa para Engenheiros**, São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
5. SANTOS, N. O. **Termodinâmica Aplicada as Termoelétrica**. 2.ed. São Paulo: Interciência, 2006

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Biologia Celular e Molecular	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Biologia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Estudo dos constituintes e processos celulares sob os pontos de vista estrutural, ultra-estrutural, molecular e fisiológico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K. and WALTER, P. Biologia Molecular da Célula. 5a edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009. 2. DE ROBERTIS, E.M.F. e HIB, J. Biologia Celular e Molecular. 16a edição. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 2017. 3. JUNQUEIRA, L.C. e CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. 9a edição. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 2012. 4. LODISH, H.; BERK, A.; ZIPURSKY, S.L.; MATSUDAIRA, P.; BALTIMORE, D.; DARNELL, J. Molecular Cell Biology. 7a ed. New York: Freeman, 2014. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBERTS, B. et al. Fundamentos da Biologia Celular. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 2. ALMEIDA, L. M. & Pires, C. Biologia celular: estrutura e organização molecular. 1. ed. São Paulo: Ed. Érica, 2014. 3. COOPER, G. M. & HAUSMAN, R. E. A Célula – Uma Abordagem Molecular. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 4. LEHNINGER, A.L. et al. Princípios de Bioquímica. 4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006. 5. STRYER, L. Bioquímica. 4a edição. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 1996. 1000p. 			

Vinício

3º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Física III	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Física
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.2.0	90h	Física II	
EMENTA: Cargas Elétricas; Campo Elétrico; Lei de Gauss; Energia e Potencial Eletrostático; Condutores; Dielétricos e Capacitores; Circuitos e Correntes; Campo Magnético; Leis de Ampère e de Faraday; Indutância; Propriedades Magnéticas da Matéria; Equações de Maxwell; Ondas Eletromagnéticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: eletromagnetismo . 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. v. 3.			
2. YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Sears e Zemansky Física III: eletromagnetismo . 12.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.			
3. TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física: para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo , ótica. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. v. 2.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Física 3: eletromagnetismo . 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
2. SERWAY, R. A.; JEWETT, J. W. Princípios de física: eletromagnetismo . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. v. 3.			
3. NUSSENZVERG, H. M. Curso de física básica: mecânica . 4. ed. São Paulo: Blucher, 2008. v. 3.			
4. MÁXIMO, A. Física . V. único. São Paulo: Scipione, 1997. 670p.			
5. TOLEDO. W. R. Física: fundamentos da física . 6ª ed. São Paulo: Moderna, s/d. 479p			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Cálculo diferencial e Integral III	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral II	
EMENTA: Series numéricas. Séries de potência. Equações diferenciais ordinárias. Sistemas de equações diferenciais. Resolução de equações diferenciais em séries de potência. Transformada de Laplace. Série e integrais de Fourier. Equações diferenciais parciais (Elípticas, Parabólicas e hiperbólicas). Transformada de Fourier.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BOYCE, W. E.; DIPRIMA, R. C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno . 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.			
2. ZILL, D. G.; CULLEN, M. R. Equações diferenciais . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. v. 1.			
3. SIMMONS, G.; KRANTZ, S. G. Equações diferenciais: teoria, técnica e prática . São Paulo: McGraw-Hill, 2008			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ZILL, D. G.; CULLEN, M. R. Equações diferenciais . 3.ed. São Paulo:			

Vinício Campos

- Pearson Makron Books, 2001. v.2. 2. MOORE, Walter J. **Físico-química**. São Paulo: Edgard Blücher, 1976. v. 1. 383p.
2. ZILL, D. G. **Equações diferenciais com aplicações em modelagem**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
3. IÓRIO, V. **EDP: um curso de graduação**. 2 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2007.
4. FIGUEIREDO, D. G. de. **Análise de Fourier e equações diferenciais parciais**. 4. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2009.
5. ANTON, H. **Cálculo: Um Novo Horizonte - Vol. 2**, 6.ed., São Paulo: Editora Artmed.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Microbiologia Geral	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Biologia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.2.0	90h	Biologia Celular e Molecular	
EMENTA:			
<p>Conceitos fundamentais de microbiologia abrangendo as bactérias, fungos e vírus. Morfologia, fisiologia, metabolismo, genética, interação com o ser humano e mecanismos de virulência. Estudo de microrganismos patogênicos. Técnicas de identificação e isolamento de bactérias. Desinfecção e esterilização. Agentes antimicrobianos. Conceito de biossegurança.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. BLACK, J.G. Microbiologia: Fundamentos e Perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 828p.</p> <p>2. FRAN FISHER, M. Micologia: Fundamentos e Diagnóstico. Ed. Norma B. Cook. Editora Revint R. Ltda. 2001. 337p.</p> <p>3. PELCZAR Jr., M. J.; CHAN, E.C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: Conceitos e Aplicações. v. 1 e 2, 2 a edição. 1996.</p> <p>4. RIBEIRO, M. C.; SOARES, M. M. S. R. Microbiologia prática roteiro e manual: bactérias e fungos. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>5. SILVA, C.H.P.M. Bacteriologia: um texto ilustrado. Teresópolis: Eventos, 1999. 531p.</p> <p>6. STROH, W. A.; ROUSE, H.; FISHER, B. D. Microbiologia Ilustrada. Porto Alegre: Artmed. 2004. 531p.</p> <p>7. TORTORA, G. J. Microbiologia. Porto Alegre: Artmed. 8ª ed 2005. 920p.</p> <p>8. VERMELHO, A. B.; BASTOS, M. C. F.; SÁ, M. H. B. Bacteriologia Geral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 582p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. RAW, I.; SANT'ANNA, O. A. Aventuras de microbiologia. Editora Hacker. 2002. 171p.</p> <p>2. VERMELHO, A. B.; PEREIRA, A. F.; COELHO, C. R. R. R.; SOUTO-PADRÓN, T. C. B. S. Práticas de Microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 239p.</p> <p>3. BLACK, J.G. Microbiologia: fundamentos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>2. 4. MADIGAN, M. T. Microbiologia de Brock. Porto Alegre: Artmed, 2010. 3. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; 5. CASE, C. L. Microbiologia. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Fenômeno de Transportes I	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral II; Física II	
EMENTA:			

Vinício

Introdução. Analogia entre transferência de massa, calor e quantidade de movimento. Estática dos fluidos (manometria). Análise dimensional e semelhança. Balanços globais. Balanços diferenciais. Escoamento de fluidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. SISSON, L. E. & PITTS, D. R., **Fenômenos de Transporte**, Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1979.
2. FOX, R. W. & MCDONALD, A. T., **Introdução à Mecânica dos Fluidos**, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981.
3. BIRD, R. B., STEWART, W. E. & LIGHTFOOT, E. N., **Fenômeno de transporte**, Barcelona: Reverté, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. NAVARRO, R. F., **Fundamentos de reologia de polímeros**, Caxias do Sul: EDUCS, 1977.
2. INCROPERA, F.P. et al **Fundamentos de transferência de Calor e Massa**, Ed. LTC/Livros Técnicos e Científicos, 7a. Edição, 2014.
3. CREMASCO, M. A. **Fundamentos de Transferência de Massa**. 2ª. Ed., Editora UNICAMP, 2011.
4. LIVI, C. P. **Fundamentos de Fenômenos de Transporte**. Um texto para curso Básico. LTC, 2012. 224p.
5. POTTER, M. C., WIGGERT, D.C., HONDZO, M., SHIH, T.I.P., PACINI, A., OLIVEIRA FILHO, A.G. **Mecânica dos fluidos**. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Introdução a Ciência da Computação	Código (quando houver)	Tipo	Curso da Ciências da computação
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Histórico. Representação dos dados. Sistema de Computação. Hardware. Fluxo de informações entre as unidades. Microcomputadores. Software. Software básico. Software utilitário. Software aplicativo. Rede de computadores. Programação. Linguagem de programação. Técnicas de programação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FARRER, H. Pascal Estruturado. LTC 3.ed. 1999. ASCÊNCIO, A. F. G.; CAMPOS, E. A. V. Fundamentos da Programação de Computadores. Algoritmos, Pascal e C/C++, Prentice Hall, 2003. FORBELLONE, A. L. V; EBERSPACHER, H. F. Lógica de Programação. 2.ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 2000.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARROL, D.W. Programando em Turbo Pascal. McGraw-Hill, 1988. DAN SWAIT JR, J. Fundamentos Computacionais - Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1991.			

Vinícius Campos

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Termodinâmica II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Termodinâmica I	
EMENTA:			
Ciclos motores a vapor (de Rankine; com reaquecimento; regenerativo; afastamento dos ciclos reais). Relações termodinâmicas (equação de Clapeyron, gases reais). Misturas e soluções (de gases perfeitos; gases vapor, saturação adiabática; psicrometria). Combustão (combustíveis; estequiometria; entalpia de formação; temperatura adiabática de chama; calor de reação; equilíbrio químico). Escoamentos compressíveis (em bocas e difusores; entre pás).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. SONNTAG, R. E.; BORGNAKKE, C. Introdução à Termodinâmica para Engenharia . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2003.			
2. MORAN, M.J., SHAPIRO, H.N. Princípios de Termodinâmica para Engenharia . 6.ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2009.			
3. VAN W.G.J.; SONNTAG, R.E.; BORGNAKKE, C. Fundamentos da Termodinâmica , 5.ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1998			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ÇENGEL, Y.A., BOLES, M. A., Termodinâmica . 7.ed. São Paulo: Amgh Editora, 2013.			
2. LEVENSPIEL, O. Termodinâmica Amistosa para Engenheiros , São Paulo: Edgard Blucher, 2002.			
3. TERRON, L.R., Termodinâmica Química Aplicada . 1.ed. São Paulo: Manole, 2008.			
4. LEVENSPIEL, O. Termodinâmica Amistosa para Engenheiros , São Paulo: Edgard Blucher, 2002.			
5. SANTOS, N. O. Termodinâmica Aplicada as Termoelétrica . 2.ed. São Paulo: Interciência, 2006			

4º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Fenômeno de Transportes II	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Fenômenos de Transportes I	
EMENTA:			
Mecanismos de transporte de calor. Condução unidimensional em regime estacionário. Condução em Regime Transiente. Convecção natural e forçada. Transmissão de calor por radiação. Transferência de Massa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ÇENGEL, Y.A.; GHAJAR, A.F. Transferência de calor e massa: uma abordagem prática . Editora McGraw Hill. 4ª Ed., 2012			
2. BENNETT, C.O. Fenômenos de transporte: Quantidade de Movimento, calor e Massa . São Paulo: McGraw-Hill, 1978.			
3. INCROPERA, F. P. Fundamentos de Transferência de calor e massa . Rio de Janeiro, 6 ed. 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ROMA, WOODROW NELSON LOPES. Fenômenos de transporte para engenharia . São Paulo. Rima. 2006.			
2. KREITH, F. Princípios da transmissão de calor . São Paulo, Ed. Edgard Bulcher. 1998.			

Vinício

3. INCROPERA, F.P., DEWITT, D.P. **Fundamentos de transferência de calor e de massa**. 7ª Ed. LTC Editora, 2010. 4. WELTI-CHANES, J.; VÉLEZ-RUIZ, J.F.; BARBOSA-CÁNOVAS, G.V. **Transport phenomena in food processing**. Boca Raton: CRC Press, 2003. 5. BIRD, R.B., STEWART, W.E., LIGHTFOOT, E.N. **Fenômenos de Transporte**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Química de alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Química Orgânica	
EMENTA:			
Água. Carboidratos. Proteínas. Enzimas. Lipídios. Pigmentos naturais. Vitaminas e Minerais. Aditivos químicos em alimentos. Reações e transformações decorrentes do processamento e armazenamento.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.ARAUJO, J.M.A. Química de Alimentos - Teoria e Prática . Editora UFV, 6a. Ed., 2015. 668p. 2.KOBLITZ, M.G.B. Bioquímica de Alimentos: teoria e aplicações práticas . Ed. Guanabara Koogan. 1a Edição. 2008. 3.RIBEIRO, E.P.; SERAVALLI, E.A.G. Química de alimentos . 2a ed. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia: Edgard Blücher, 2007. 184 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.BOBPIO, F. O.; BOBBIO, P. A. Introdução à Química de Alimentos . Ed. Varela, 3a.ed., 2003. 238p. 2.BOBPIO, F.O.; BOBBIO, P.A. Manual de Laboratório de Química de Alimentos . Ed. Varela. 2003.135p. 3.BOBPIO, P. A.; BOBBIO, F. O. Química do Processamento de Alimentos . Ed. Varela, 3a. ed., 2001. 143p. 4.COULTATE, T. P. Alimentos: a química de seus componentes . Porto Alegre: Artmed, 2004. 5.DAMODARAN, S.; PARKIN, K. L.; FENEMMA, O. R. Química de alimentos . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 900p. 6.GRANATO, D., NUNES, D.S. Análises Químicas, Propriedades Funcionais e Controle de Qualidade de Alimentos e Bebidas . Ed. Elsevier. 1a Edição. 2016. OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos . Barueri, SP:Manole, 2006, 612 p. ORDONEZ, J. A.; RODRIGUEZ, M. I. C.; ALVAREZ, L. F.; SANZ, M. L.G.; MINGUILLON, G. D. G. F., PERALES, L. H.; CORTECERO, M. D. S. Tecnología de Alimentos: Componente dos alimentos e processos . Porto alegre: Artmed. v. 1, p. 294 p, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Microbiologia de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Nutrição
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.2.0	75h	Microbiologia Geral	
EMENTA:			
Introdução à microbiologia de Alimentos. Fatores que condicionam a vida e morte de microrganismos de alimentos. Fontes gerais de microrganismos e suas vias de transmissão aos alimentos. Estudo e análise microbiológica dos diversos tipos de alimentos e sua conservação. Microrganismos deteriorantes, patogênicos, benéficos e indicadores em alimentos. Estudo das doenças transmitidas por alimentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

Vinícius Campos

1. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança Alimentar**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002, 424p.
2. FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos Alimentos**. São Paulo: Editora Atheneu, 2008, 182p.
3. JAY, J. M. **Microbiologia de Alimentos**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1 SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A; SILVEIRA, N. F. A. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Varela, 2001.
2. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
3. PELCZAR JUNIOR, M. J. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
4. LIGHTFOOT, N.F.; MAIER, E.A. **Análisis microbiológico de alimentos y aguas. Directrices para el aseguramiento de la calidad**. Ed. Acribia, 2002.
5. MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; PARKER, J. **Microbiologia de Brock**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Bioquímica de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Nutrição
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.3.0	90h	Química Orgânica	

EMENTA:

Água – propriedades e função nos alimentos – atividade de água. Transformações bioquímicas em alimentos: Alterações bioquímicas “post mortem” de animais e peixes. Alterações bioquímicas pós-colheita de frutas e hortaliças. Enzimas importantes no processamento de frutas e hortaliças. Produção e aplicação de enzimas no processamento de alimentos. Imobilização de enzimas e sua aplicação em alimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. KOBLITZ, M.G. **Bioquímica de Alimentos: teoria e aplicações práticas**. Guanabara Koogan, 2008.
2. MACEDO, G. **Bioquímica Experimental de alimentos**. Editora Varela, 2005
3. NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 5.ed. Porto alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MACEDO, G.A.; PASTORE, G. M.; SATO, H. H.; PARK, Y. G. K. **Bioquímica experimental de alimentos**. São Paulo: Varela, 2005.
2. HUI, Y. **Food biochemistry & food processing**. 1. ed. New York: Blackwell Publishing, 2009.
3. BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F. O. **Química do processamento de alimentos**. 3.ed. São Paulo: Varela, 2001. Ed. UFV - CPT, 2008.
4. RIBEIRO, E. P.; SERAVALLI, E. A. G. **Química de Alimentos**, editora Edgard Blücher LTA, São Paulo, 2004. 184p.
5. WONG, D. W. S. **Química de los alimentos: mecanismo y teoría**. Zaragoza: Acribia, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Ciência dos Materiais	Código (quando houver)	Tipo	Curso Engenharia de Materiais
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Química Geral e Analítica	

EMENTA:

Classificação e seleção de materiais. Propriedades determinantes na seleção de um material para aplicação industrial. Estrutura dos Materiais. Processos de degradação dos materiais: oxidação, corrosão, radiação e

Vinício Campos

fadiga. Tratamentos térmicos, termoquímicos, isotérmicos e termomecânicos em materiais. Novos materiais em estudo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CALLISTER JR., W.D. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2002.
2. SCHCKELFORD, J.F. **Ciência dos Materiais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
3. SMITH, W.F., HASHEMI, J. **Fundamentos da Engenharia e Ciência dos Materiais**. Flórida: Mc Graw Hill, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. VAN VLACK, L.H. **Princípios de Engenharia e Ciência de Materiais**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1998.
2. SMITH, W. F. **Princípios de Ciência e Engenharia dos Materiais**, 3.ed, São Paulo: Mc Graw-Hill, 2008.
3. GUY, A. G. **Ciências dos Materiais**. Rio de Janeiro: LTC/EDUSP, 1993.
4. GARCIA, A.; SPIM, J. A.; SANTOS, C. A. **Ensaio dos Materiais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.
5. CHIAVERINI, V. **Aços e Ferros Fundidos**. 1.ed. São Paulo: ABM, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Algoritmos e Programação de Computadores	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral I	

EMENTA:

Descrição de Algoritmos. Construção de algoritmos utilizando uma metalinguagem. Procedimentos e algoritmos fundamentais de sistemas computacionais. Introdução a computabilidade. Análise de complexidade de algoritmos. Estudo dos recursos de linguagens de programação de alto nível. Variáveis, comandos, declarações, subprogramas. Desenvolvimento sistemático de programas. Introdução a uma linguagem de programação estruturada. Aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.VIANA, Mateus M., **Programação de Computadores para Ciências e Engenharia**, Fortaleza: UFC Edições, 2001.
- 2.VELOSO, PAULO A.S., **Estruturas de Dados**, Editora Campus, 29a ed.
- 3.FORBELLONE, A.L.V.; BERSPACHER, H.F., **Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados**, São Paulo: Makron Books; Pearson Education do Brasil, 2006, 3a ed.
- 4.TANENBAUM, A.M.; LANGSAM, Y.; AUGENSTEIN, M. J., **Estruturas de Dados Usando C**, São Paulo: Makron Books; Pearson Education do Brasil, 2009.
- 5.SCHILDT, HERBERT, **C Completo e Total**, São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996, 3a ed.
- 6.MEDINA, M. **Algoritmos e Programação: Teoria e Prática**. Novatec Editora, São Paulo, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.NASCIMENTO, A. J.; HELLER, J.L., **Introdução à Informática**, São Paulo: Makron Books, 1993, 2a ed. rev. e ampl.
- 2.DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. **C++ How to Program**, Editora Deitel & Associates, 8a ed.
- 3.FARRER, H. **Algoritmos Estruturados**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
4. ASCENCIO, A. F. G.; CAMPOS, E. A. V. **Fundamentos da Programação de Computadores - Algoritmos, Pascal e C/C++**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Vinício Campos

5.FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPACHER, H. F. **Lógica de Programação**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000

5º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Resistência e Reologia dos Materiais I	Código (quando houver)	Tipo	Curso Engenharia de Materiais
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Ciência dos Materiais; Fenômeno de Transportes II	
EMENTA:			
<p>Conceitos da Tensão e Deformação. 2. Elasticidade: módulos e deformação elásticos. 3. Mecanismo de Deformação Plástica. 4. Mecanismo da Deformação Altamente Elástica (borrachosa). 5. Mecanismos de Fratura, Fadiga e Fluência. 6. Viscosidade e Mecanismos de Escoamento. 7. Fenômenos Não-Newtonianos. 8. Viscoelasticidade. 9. Técnicas de Medidas de Propriedades Mecânicas e Reológicas. 10. Reologia e Processamento.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1.SCHRAMM, G., Reologia e Reometria, Artliber, São Paulo, 2006. 2.BRETAS, R. e. S. & D'AVILA, M.A., Reologia de polímeros fundidos, EDUFSCar, São Carlos, 2000. 3.MACHADO, J. C. V., Reologia e escoamento de fluidos, Interciência, Rio de Janeiro, 2002.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1.BRYDSON, J.A., Flow properties of polymer melts, 2. ed. London: George Godwin Limi, 1891. 2.NAVARRO, R. F., Fundamentos de Reologia de Polímeros, EDUCS, Caxias do Sul, 1997. 3.BIRD, R.B.et al, Dynamics of polymeric liquids, Vol. 1, Wiley, New York, 1977. 4.POWELL, P. C., Engineering with polymers, Chapman & Hall, London, 1983. 5.MORRISON, F.A., Understanding rheology, New York: Oxford University Press, 2001.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Higiene Industrial, Legislação de Alimentos e Segurança no Trabalho	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Microbiologia de Alimentos	
EMENTA:			
<p>Higiene e saúde pública. Noções sobre higiene industrial. Limpeza e sanificação. Detergentes. Qualidade da água. Controle de pestes. Normas e padrões da construção de uma indústria de alimentos. Aditivos. Resíduos industriais. Salubridade do ambiente. Legislação para produtos de origem vegetal e animal. Estudos das medidas de prevenção de acidentes de trabalho; Normas de Segurança – Normas Regulamentadoras n. 1 a 26; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; Proteção contra incêndios; Primeiros socorros.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1 GERMANO, P. M. L; GERMANO, M. I. S. Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos, 4ª ed. São Paulo: Manole, 2011. 2. JAY, J. M. Microbiologia de Alimentos, 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, 711p. 3. MASSAGUER, P. R. Microbiologia dos processos alimentares. Ed Varela, 2006, 258p.</p>			

Vinício

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
1. SILVA, N. et al. Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água . Ed Varela, 2010, 624p.	
2. ANDRADE, N. J.; MACÊDO, J. A. B. Higiene na indústria de Alimentos . Ed Varela, 1996, 182p.	
3. ANDRADE, N. J.; PINTO, C. L. O. Higienização na indústria de Alimentos . Ed. UFV - CPT, 2008.	
4. FONSECA, A. L. Segurança alimentar em restaurantes e lanchonetes Treinamento de manipuladores de alimentos Ed. UFV - CPT, 2004.	
5. FONSECA, A. L. Segurança alimentar em restaurantes e lanchonetes Treinamento de gerentes . Ed. UFV - CPT, 2007.	
6. Legislações de Alimentos. www.anvisa.gov.br	

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Estatística Básica	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Zootecnia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral III	
EMENTA:			
Introdução. Princípios básicos da Estatística. Somatório e produtório. Estatística descritiva. Distribuição de frequências pontual e intervalar. Medidas de posição e dispersão. Introdução à teoria da probabilidade. Teoremas do cálculo de probabilidades. Probabilidade condicionada e independência. Variáveis aleatórias. Funções de variáveis aleatórias. Distribuições de variáveis aleatórias. Correlação. Regressão linear simples. Testes de hipóteses.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BLACKWELL, D. Estatística Básica . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil Ltda. 1974. 143p. BUSSAB, W.O.; 2. MORETTIN, P.A. Estatística Básica . São Paulo: Atual Editora. 1987. HOEL, P.G. Estatística Elementar . São Paulo: Editora Atlas S.A. 1980.			
3. IEMMA, A.F. Estatística Descritiva . Piracicaba: Fi Sigma Rô Publicações. 1992. 182p.			
4. SPIEGEL, M.R. Estatística . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1975. 580p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BOTELHO, E. M. D.; MACIEL, A. J. Estatística Descritiva (Um Curso Introdutório) . Viçosa: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Viçosa. 1992. 65p.			
2. MEYER, P. L. Probabilidade, Aplicações à Estatística . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A. 1976.			
3. LAPPONI, J. C. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus; Elsevier, 2005. xvi, 476 p.			
4. MANN, P. S.; LACKE, C. J. Introdução à estatística . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. xviii, 765 p.			
5. MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. Estatística básica . 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p.			
6. VIEIRA, S. Introdução à bioestatística . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. xi, 345 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nutrição	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Nutrição
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Bioquímica de alimentos	
EMENTA: Digestão, absorção, transporte, metabolismo celular e qualidade nutricional de nutrientes e substâncias bioativas.			

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.GROPPER, S.S.; SMITH, J.L.; GROFF, J.L. **Nutrição avançada e metabolismo humano**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.
- 2.MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. **Bioquímica básica**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ : Guanabara Koogan, 2007.
- 3.AMAYA-FARFAN, J. **Valor Nutritivo dos alimentos processados**. In: MARCHINI, J.S.; OLIVEIRA, J.E.D. (eds.) **Ciências Nutricionais: aprendendo a aprender**. 2.ed. Sarvier. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.KRAUSE, M.V.; MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. **Alimentos, nutrição & dietoterapia**. 11.ed. São Paulo, SP: Roca, 2005.
 - 2.BENDER, D.A. **Introduction to nutrition and metabolism**. 4th ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2008.
 - 3.DRI - **Dietary Reference Intake**. 2010. <https://fnic.nal.usda.gov/dietary-guidance/dietary-reference-intakes>.
 - 4.SILVA, M. C. S. da; MURA, J. D. P.(Orgs) **Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia**. 2.ed. São Paulo, SP: Roca, 2011.
 - 5.SALGADO, J. **Alimentos Funcionais**. Oficina de Textos. 2017.
- Alimentos funcionais: componentes bioativos e efeitos fisiológicos / Organizadoras: Neuza Maria Brunoro Costa, Carla de Oliveira Barbosa Rosa. 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Controle Físico-Químico de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Zootecnia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Química de Alimentos	

EMENTA:
Análises de rotina no laboratório físico-químico de alimentos: Composição centesimal de alimentos. Acidez em alimentos. Provas de deterioração. Determinação de peso líquido. Análise sensorial. Análise de conservas. Avaliação de embalagens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.AOAC – **Association of Official Analytical Chemistry. Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemistry**. 16th ed., Washington, 1997.
- 2.ANDRADE, N.J.; MARTYN, M.E.L. **A água na indústria de alimentos**: 141, Viçosa, Univ. Fed. Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Departamento de Tecnologia de Alimentos, 1982.
- 3.BOBBO, P.A, BOBBIO, F. **Química do processamento de alimentos**. 2 ed. São Paulo: Varela, 1995.
- 4.BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Métodos físico- químicos para análise de alimentos**. Brasília.: Ministério da saúde, 2005.
- 5.BRASIL, Instrução Normativa no 22, de 14 de abril de 2003. **Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais Físico-Químicos, para Controle de Leite e Produtos Lácteos, em conformidade com o anexo desta Instrução Normativa, determinando que sejam utilizados no Sistema de Laboratório Animal do Departamento de Defesa Animal**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Diário Oficial da União, 02/05/2003. Seção 1, p. 3, 2003.
- 6.BRASIL. **Ingredientes e saneantes: autorização de uso em estabelecimentos sob inspeção federal (1982-1988)**.Brasília: Ministério da Agricultura, Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, Secretaria de Inspeção de Produto Animal, 1989. 198p.
- 7.BRASIL. **Métodos analíticos oficiais para controle de produtos de origem animal e seus ingredientes**. I - Métodos físicos e químicos. Brasília: Ministério da Agricultura, Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, Laboratório Nacional de Referência Animal, 1981.
- 8.BRASIL. **Métodos analíticos para controle de alimentos para animais e seus ingredientes**. Brasília: Ministério da Agricultura, Laboratório Nacional de Referência Animal, 1983.
- 9.BRASIL. Portaria no. 367, de 04 de setembro de 1997. **Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997.

10. BRASIL. Portaria no. 371, de 04 de setembro de 1997. **Regulamento técnico para rotulagem de alimentos**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997. 34 p.
11. FENNEMA, O.R. **Química de los Alimentos**. Zaragoza: Editorial Acribia S.A., 1993.
12. SILVA, E. L., CASTILLO, J.C., ORTEGA, M.M.E. **Efeito do cozimento na qualidade do músculo semitendinosos**. Ciência e Tecnologia de Alimentos. v. 23, n. 03, p.441-445, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BRASIL. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997. **Regulamento técnico sobre as condições higiênicas-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997.
2. HERSOM, A.C.; HULLAND, E.D. **Conservas alimentícias**. Zaragoza: Acribia, 1974, 360p.
3. STONE, H.; SIDEL, J.L. **Sensory evaluation practices**. 2nd ed. London: Academic Press, 1993.
1. GOMES, J. C. **Legislação de alimentos e bebidas**. Viçosa: Editora UFV, 2009.
2. INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz: métodos químicos e físicos para análise de alimentos**. São Paulo: IMESP, 2005

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Métodos Numéricos	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de matemática
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Física III	
EMENTA:			
1. Resolução numérica de equações não lineares; 2. Erros; 3. Interpolação e aproximação de funções por séries; 4. Integração e diferenciação numérica; 5. Resolução numérica de sistemas de equações lineares; 6. Tratamento numérico das equações diferenciais ordinárias.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BURDEN, R. L. & FAIRES, J. D., Análise Numérica . Thompson, 2003.			
2. FRANCO, N.B. Cálculo Numérico , Editora Pearson Education, 2006.			
3. CHAPRA, S. C.; CANALE, R. P. Métodos Numéricos para Engenharia . Tradução técnica: Helena Castro. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CUNHA, C. Métodos Numéricos para Engenharia e Ciências Aplicadas , Edunicamp, 1993.			
2. HUMES, A. F. P. C.; MELO, I.S.H. DE; YOSHIDA, L. K. & MARTINS, W. T. Noções de Cálculo Numérico , McGraw-Hill, 1984. JACQUES, I.; JUDD, C. Numerical Analysis , Chapman and Hall, 1987.			
3. RUGGIERO, M. A. G. & LOPES, V. L. R. Cálculo Numérico: Aspectos Teóricos e Computacionais , ed.2., Makron Books, 1997.			
4. SCHEID, F. Theory and Problems of Numerical Analysis , McGraw-Hill, 1968.			
5. GILAT, A.; SUBRAMANIAM, V. Métodos Numéricos para Engenheiros e Cientistas . 1.ed. Porto Alegre: Bookman. 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Ciências do ambiente	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotécnica e Saneamento Ambiental
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código)---	
EMENTA:			
1. Engenharia e meio ambiente; 2. Noções gerais de Ecologia; 3. Noções de ecossistema; 4. Ciclos Biogeoquímicos; 5. Definição de meio ambiente: interligações do homem ao meio terrestre. Degradação e conservação do meio ambiente; 6. Ar: noções de poluição atmosférica; 7. Solo: composição e propriedades. Aspectos ecológicos. Importância da vegetação no equilíbrio ecológico. Lixo e poluição do solo; 8. O meio			

Vinícius Campelo

aquático: necessidade e utilização de água. Requisitos de qualidade da água. Poluição das águas; 9. Fontes de energia: exploração racional e utilização; esgotamento de reservas; 10. Noções sobre contaminação radioativa do ambiente; 11. Gestão do meio ambiente. Legislação Ambiental Brasileira. Avaliação de impacto ambiental. Metodologia de Avaliação do impacto ambiental. Gestão ambiental ISO 14.000.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. VALLE, EYER CYRO. **Como se preparar para as normas ISO14000**. São Paulo: Pioneira, 1995.
2. VITERBO JR. ENIO. **Sistema integrado da gestão ambiental**. São Paulo: Aquariana, 1999.
3. MILLER JR., G.T.; SPOOLMAN, S. E.; ARAÚJO, M.S.; LAPOLA, D.; SOUSA, E.C.P.M.de. **Ecologia e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BACQUER. Paul D. **Gestão ambiental: administração verde**. São Paulo: Qualitymark, 1998.
2. BRANCO, S.M., ROCHA, A. A. **Elementos de Ciências do Ambiente**. ed.2. São Paulo: CETESB, 1987.
3. D'AVIGNON, A. **Normas ambientais ISO 14000: como podem influenciar sua empresa**. ed. 2. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1996.
4. LOPEZ, I. et al. **Gestão ambiental no Brasil: experiências e sucesso**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
5. MAIMON, D. **Passo a passo da gestão ambiental**. SEBRAE, 1999.
6. SEWELL, G.H. **Administração e controle da qualidade ambiental**. São Paulo, EDUSP/CETESB, 1978. saber. SEBRAE, 1996.

6º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Processos Mecânicos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Resistência e Reologia dos Materiais	
EMENTA:			
Dimensionamento de tubulações e acessórios, equipamentos para transporte de fluidos compressíveis e incompressíveis. Sistemas de agitação. Dimensionamento de equipamentos para redução de tamanho, separação mecânica e transporte de sólidos particulados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. MEIRELLES, A. J. de A.; TADINI, C. C.; TELIS, V. G. N.; PESSOA FILHO; P. A. (Orgs.) Operações unitárias: na indústria de alimentos . Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2016.			
2. MCCABE, W.L.; SMITH, J.C.; HARRIOTT, P. Unit operations of chemical engineering . Boston: 6th ed. McGraw-Hill, 2001.			
3. GEANKOPLIS, C. J. Transport processes and separation process principles (includes unit operations) . 4th ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall PTR, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DARBY R. Chemical Engineering Fluid Mechanics , 2aEd, Taylor & Francis, 2001.			
2. STEFFE, J.F. Rheological methods in food processing engineering , Freeman Press (disponível em www.egr.msu.edu/~steffe), 1996.			
3. BRENNAN, J.G., BUTTERS, J.R., COWELL, N.D., LILLEY, A.E.V. Food Engineering Operations , 3a edição, ed. Elsevier Science Publishers Ltd., London, 1990.			
4. FOUSt. Princípios das Operações Unitárias . LTC			
5. R PAUL SINGH, DENNIS R. HELDMAN. Introduction to Food Engineering . Academic Press, 2013			

Vinícius Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Processos na Indústria de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Microbiologia de Alimentos; Bioquímica de Alimentos; Resistência e Reologia dos Materiais	
EMENTA:			
Aspectos teóricos e práticos dos processos de conservação dos alimentos. Operações básicas do processamento de alimentos: Emulsificação, carbonatação, irradiação, hidrogenação, geleificação. Reações físico-químicas envolvidas na conservação e processamento dos alimentos. Concentração, defumação, redução do pH, salga, processos combinados e desidratação. Processamento térmico dos alimentos: branqueamento, pasteurização e esterilização. Equipamentos. Processos de separação por membranas. Desenvolvimento de novos produtos, novos processos de conservação e armazenamento.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FELLOWS, P.J. Tecnologia do Processamento de Alimentos - Princípios e prática. São Paulo, Artmed, 2006. 602p.			
2. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . São Paulo: Atheneu, 2003.			
3. ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos . Porto Alegre: Artmed, 2005. v.1.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal . Porto Alegre: Artmed, 2005. v.2.			
2. FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos . São Paulo: Atheneu, 2004.			
3. JAY, J. M. Microbiologia de Alimentos . 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.			
4. CHITARRA, M. I. F. Processamento mínimo de frutos e hortaliças . Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 1998.			
5. GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos . São Paulo: Nobel, 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Enzimologia	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Farmácia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Bioquímica de Alimentos	
EMENTA:			
Estudos das enzimas verificando suas importâncias biotecnológicas (clínica, farmacêutica e industrial). Estudos dos processos de fermentação, visando à produção de células e enzimas e /ou metabólitos microbianos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.ESKIN, M.; SHAHIDI, F. Bioquímica de Alimentos . 3ª ed. Elsevier, 2015.			
2.BENJAMIN K. SIMPSON (ED.) Food Biochemistry and Food Processing , John Wiley & Sons, Inc. 2012.			
3.NAGODAWITHANA, T., REED, G.; TAYLOR, S. Enzymes in Food Processing 3rd ed. 1993.			
4.BON, E.P.S.; FERRARA, M.A.; CORVO, M.L. Enzimas em Biotecnologia: Produção, Aplicação e Mercado . Ed. Interciência. 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. EVASENA, T. Enzymology . Oxford University Press, 2010, 492p			

2. Yon-Kahn, J., Hervé, G. **Molecular and Cellular Enzymology**. Springer, 2010, 783p (Volumes I e II).
 3. BON, E. P. S., FERRARA, M. A., CORVO, M. L. **Enzimas em biotecnologia: produção, aplicações e mercado**. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2008. xxxvii, 506 p.
 4. RICE, N. C., STEVENS, L. **Fundamentals of Enzymology: the cell and molecular biology of catalytic proteins**.
 5. MACEDO, G.A.; PASTORE, G.M.; SATO, H.H.; PARK, Y.K. **Bioquímica Experimental de Alimentos**. São Paulo: Varela, 2005

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Análise Sensorial de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Nutrição
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Estatística Básica; Controle Físico-químico de Alimentos	
EMENTA:			
Análise Sensorial de Alimentos - histórico, definição e aplicações. Os receptores sensoriais – elementos de avaliação sensorial. Atributos sensoriais dos alimentos. Condições para degustação. Amostra e seu preparo. Seleção e treinamento da equipe. Métodos sensoriais. Delineamentos Experimentais e testes estatísticos. Correlação com análise físicas e químicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FRANCO, M. R. B. Aroma e Sabor de Alimentos: temas atuais. Temas Atuais . Varela Editora e Livraria Ltda. São Paulo, 2004. 246p. 2. ALMEIDA, T. C. A.; HOUGH, G.; DAMÁSIO, M. H.; DA SILVA, M. A. A P. Avanços em Análise Sensorial . São Paulo: CYTED. Livraria Varela, 1999. 286p. 3. MININ, V.P.R. Análise sensorial: estudos com consumidores . Viçosa: UFV. 2006			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. TEIXEIRA NETO, R. O. et al. Reações de Transformação e Vida-de-Prateleira de Alimentos Processados . Campinas: ITAL. Manual Técnico nº 6, 1993. 36p. 2. SHIROSE, J.; MORI, E. E. M. Estatística aplicada a Análise Sensorial (módulo 1) . Campinas: ITAL. Manual Técnico nº13, 1994. 73p. 3. AMERINE, M. A.; PANGBORN, R. M.; ROESSELER, E. B. Principle of Sensory of Food . New York: Academic Press, 1965. 602 p. 4. DUTCOSKY, S. D. Análise Sensorial de Alimentos . Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1996. 123p. 5. FERREIRA, V. L. P.; ALMEIDA, T. C. A.; PETTINELI, M. L. C. V.; CHAVES, J. B. P.; BARBOSA, E. M. M. Análise Sensorial: Testes Discriminativos e Afetivos . Campinas: SBCTA/PROFÍQUA. Manual – Série Qualidade, 2002. 127p. 6. MORAES, M. A. C. Métodos para Avaliação Sensorial dos Alimentos . 8. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 93p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Operações Unitárias I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Fenômeno de Transportes II	
EMENTA:			
Fricção em tubulações e acessórios, cálculo de potência e bombeamento, equipamentos para movimentar fluidos, separação mecânica, agitação, escoamento em meios porosos e fluidização.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FOUST, A.S. Princípios de operações Unitárias . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2008.			

Vinício Campos

2. GEANKOPLIS, C.J., **Transport process and separation process principles (includes unit operations)**. New Jersey: Prentice Hall (PTR), 2003.
3. TOLEDO, R.T. **Fundamentals of Food Process Engineering**. Academic Plenum Publishers, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BARBOSA-CANOVAS, G. V. **Unit Operations in Food Engineering**. Florida: CRC press, 2002.
2. COULSON, J.M., RICHARDSON, J.F. **Tecnologia Química**, v. 1. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
3. FELLOWS, P.J. **Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática**, 4.ed. São Paulo: Artmed, 2019.
4. PERRY, R.H., GRENN, D.W. **Perry's Chemical Engineering' Handbook**. São Paulo: MacGraw-Hill, 2007 5.
5. SINGH, R.P. **Introducción a la ingeniería de los alimentos**. Zaragoza: Acribia, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão da Segurança da Qualidade de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Higiene Industrial, Legislação de Alimentos e Segurança no Trabalho	

EMENTA:

Introdução aos sistemas de gestão e qualidade. Assuntos regulatórios e normas de segurança do trabalho. Estudos Epidemiológicos de doenças veiculadas por alimentos e sua importância para a gestão de risco na cadeia produtiva de alimentos. Sistemas de gestão da segurança dos alimentos: Boas práticas de fabricação. Análise de Perigos e Pontos críticos de controle. Análise de risco. Princípios da Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Gestão da Qualidade. Normas da Qualidade e certificação. Fraude, Autenticidade e Rastreabilidade. Normas de segurança de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CARPINETTI, L.C. R., GEROLAMO, M.C. **Gestão da qualidade ISO 9001: 2015 – Requisitos e integração com a ISO 14.000:2015-** São Paulo: Atlas, 2016.
2. PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. São Paulo: Pearson, 2011.
3. CAMPOS, V. F. **TQC: controle da qualidade total (no estilo japones)**. 8.ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MONTGOMERY, D. C. **Introdução ao controle estatístico da qualidade**. 7ed. LTC, 2016.
2. WEREKEMA, C. **Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas**. Elsevier, 2013.
3. VIEIRA, S. **Estatística para a qualidade: como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier : Campus, 1999.
4. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Guia para elaboração do plano APPCC: geral**. 2a ed. Brasília. SENAI – DN, 2000. 301p. (série qualidade e segurança alimentar). Projeto APPCC - Indústria, Convenio CNC/CNI/SEBRAE/ANVISA.
5. MELLO, C. H. P. **ISO 9001:2008. Sistema de Gestão da Qualidade para Operações de Produção e Serviços**. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Desenho Universal	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Arquitetura e Urbanismo
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Desenho Técnico	

Vinício Campos

EMENTA: O conceito do Design no projeto universal. Os sete princípios básicos do Desenho Universal. Leis de acessibilidade e Desenho Universal. Metodologias para projetos específicos com ênfase na acessibilidade. Processo de tomada de decisões para o deslocamento seguro em um ambiente ou em uma rota pré-definida. Desenvolvimento de instrumentos de leitura de projetos para indivíduos com diferentes habilidades hápticas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano . Rio de Janeiro: ABNT, 2004; 2015. PRADO, A. R. A; LOPES, M. E. ; ORNSTEIN, S. W. (org). Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil . São Paulo, Editora Annablume, 2010. CARVALHO E CASTRO, J. Ir e Vir - Acessibilidade, compromisso de cada um . Gráfica Gibim e Editora, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GEHL, J. Cidades para Pessoas . Ed. Perspectiva. São Paulo, 2013. OLIVEIRA, J. Município e a Acessibilidade Urbana . 1ª edição. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2018. PREISER, Wolfgang F. E.; OSTROFF, E. Universal Design handbook . 2. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2010. SPECK, Jeff. Cidade Caminhável . 1ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2015. SAAD, A. L. Acessibilidade. Guia Prático Para o Projeto de Adaptações e de Novas Edificações . 1ª edição. Editora PINI. São Paulo, 2011.

7º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Refrigeração Aplicada a Indústria de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Operações Unitárias I	
EMENTA: Conceitos e princípios gerais de refrigeração e congelamento. Direção e regime de transferência de calor. Agentes refrigerantes. Equipamentos para refrigeração. Matérias-primas para a refrigeração e congelamento de origem animal e vegetal. Refrigeração de Alimentos. Congelamento de Alimentos. Armazenamento de alimentos refrigerados e congelados. Dimensionamento e cálculos de projeto de câmaras frias.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.STOECKER, W. F.; JABARDO, J. M. Saiz. Refrigeração industrial . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 2.DOSSAT, Roy J. Princípios de refrigeração: teoria, praticas, exemplos, problemas soluções . São Paulo: Hemus, [1995?]. 3.ASHRAE handbook: refrigeration . Atlanta, Ga: American Society of Heating, Refrigeration and Air-Conditioning Engineers, 2010. 1v + 1 CD-ROM			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.NEVES FILHO, L.C. Alimentos e refrigeração . Campinas: FEA/UNICAMP, 2012. (Apostila) NEVES 2.FILHO, L.C. Manual de práticas e exercícios . Campinas: FEA/UNICAMP, 2012. (Apostila) 3.THRELKELD, J. L. Thermal environmental engineering . New Jersey: Prentice-hall, 1990. 4.ERICKSON, M.C.; HUNG, Y. Quality in frozen food . New York: Chapman & Hall, 1997.			

Vinício Campos

5. MEIRELLES, A. J. de A.; TADINI, C. C.; TELIS, V. G. N.; PESSOA FILHO, P. A. (Orgs.) **Operações unitárias: na indústria de alimentos**. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2016. 2v.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Processos na Indústria de Alimentos; Processos Mecânicos; Operações Unitárias I	
EMENTA:			
Cadeia produtiva, pós-colheita e processamento de frutas, hortaliças e leguminosas. Pós-colheita e Processamento. Especificações, instalações e equipamentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e práticas . 2.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. (Biblioteca Artmed).			
2. BARRETT, D. M.; SOMOGYI, L. P.; RAMASWAMY, H. S. (Eds.) Processing fruits: science and technology . 2nd ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2005.			
3. HUI, Y. H.; EVRANUZ, E. O.; Handbook of vegetable preservation and processing . 2nd ed. Boca Raton: CRC Press, 2016. Disponível em: http://www.crcnetbase.com/ISBN/9781482212297			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. VENTURINI FILHO, W. G. Bebidas alcoólicas: ciência e tecnologia . São Paulo, SP: Blucher, 2010. (Bebidas: v.1).			
2. VENTURINI FILHO, W. G. Bebidas não alcoólicas: ciência e tecnologia . São Paulo, SP: Blucher, 2010. (Bebidas: v.2).			
3. SCHMIDT, F. L.; EFRAIM, P. (Coords.) Pré-processamento de frutas, hortaliças, café, cacau e cana-de-açúcar . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier : Campus, 2015.			
4. BECKETT, S. T. (Ed.) Industrial Chocolate Manufacture and Use . 4th ed. Chichester, U.K.; Aimes, IA: Wiley- Blackwell, 2009. E-BOOK. (688 p.) Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1002/9781444301588 >. Acesso em: 15 mar. 2019.			
5. CLARKE, R. J.; O.G. Vitzthum. COFFEE Recent Developments . Blackwell: Oxford, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tecnologia de Produtos de Origem Animal I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Processos na Indústria de Alimentos; Processos Mecânicos; Operações Unitárias I	
EMENTA:			
Química do leite. Obtenção. Métodos. Instalações e equipamentos. Processamento de derivados do leite. Química do Ovo. Qualidade e produtos derivados. Química do mel. Qualidade e produtos derivados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BEZERRA, J.R.M., RIGO, M., CORDOVA, K.R.V., RAYMUNDO, M. S. Introdução a tecnologia de leite e derivados . Rio de Janeiro: Unicentro, 2013.			
2. FELLOWS, P.J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática , 4.ed. São Paulo: Artmed, 2019. 3.			
3. MOTA, D.D.G., MEDEIROS, S.R.A., MOURA, G.S. Produção e Qualidade do Mel . Fortaleza: UFC, 2018.			

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1.FURTADO, M.M. A arte e a ciência do queijo . São Paulo: Globo, 1991. 2.LUQUET, F.M. Leche y productos lácteos . v.1. Zaragoza: Acribia, 1991. 3.OLIVEIRA, B.L., Oliveira, D.D. Qualidade e tecnologia de ovos . Lavras: UFA, 2013. 4.PEREDA, J.A.O. Tecnologia de Alimentos . V 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. 5.RUIZ, R.L. Microbiologia Zootécnica . São Paulo: Roca, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Embalagens e Estabilidade de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processos na Indústria de Alimentos; Análise Sensorial de Alimentos	

EMENTA:
 Histórico e funções das embalagens, plásticos, vidros, latas e celulósicas. Sistemas, máquinas e equipamentos de acondicionamento. Controle e garantia da qualidade; logística, transporte e distribuição. Estabilidade de alimentos: estudos de vida útil prolongada e testes acelerados e cálculo de vida útil; interação alimento-embalagem; embalagens ativas, inteligentes e biodegradáveis; legislação; inovação e desenvolvimento de embalagens; reciclagem e reutilização de embalagens e ciclo de vida de embalagens

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1.HAN, J. H. Innovations in Food Packaging . Amsterdam: Academic Press, 2013. 2.ROBERTSON, G. L. Food packaging and shelf life: a practical guide . Boca Raton, FL: CRC Press; Taylor & Francis, 2010. 3.CARVALHO, M.P. Engenharia de Embalagens . Novatec, 288p., 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1.BUREAU, G.; MULTON, J. L. Food packaging technology . New York, NY: Wiley-VCH, 1996. v.1. 2.SELKE, S. M.; CULTER, J. D.; HERNANDEZ, R. J. Plastics packaging: properties, processing, applications and regulations . 2nd ed. [Germany]: Hanser, 2004. 3.ALVES, R. M. V. et al. Ensaio para avaliação de embalagens plásticas rígidas . Campinas, SP: CETEA/ITAL, 1998. 4.CROMPTON, T. R. Additive migration from plastics into foods: a guide for analytical chemists . Shawbury: Smithers Rapra Technology, 2007. 5.BRODY, A. L.; STRUPINSKY, E. R.; KLINE, L. R. Active packaging for food applications . Lancaster, Pa.: Technomic, 2001. 6.SARANTOPOULOS, C. L. et al. Embalagens plásticas flexíveis: principais polímeros e avaliação de propriedades . Campinas, SP: CETAE/ITAL, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Gerenciamento de Resíduos na Indústria de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Operações Unitárias I; Microbiologia de Alimentos	

EMENTA:
 Qualidade da água. Parâmetros de poluição hídrica. Impacto do lançamento de efluentes nos corpos receptores. Tratamento de efluentes e resíduos sólidos na indústria de alimentos. Aproveitamento de resíduos da indústria de alimentos. Planejamento e gestão ambiental. Série ISO 14000

Vinício Campos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. ALMEIDA, J. R. de. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex. 2001.
2. VON SPERLING, M. Introdução a qualidade das águas e ao tratamento de esgoto. Belo Horizonte: UFMG. 2005.
3. VON SPERLING, M. Princípios básicos do tratamento de esgoto. Belo Horizonte: UFMG. 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BAID, C. Química ambiental. Porto Alegre: Bookman, 2002.
2. CAMPOS, J.R. Tratamento de esgotos sanitários por processo anaeróbio e disposição controlada no solo. Janeiro: ABES, 1999.
3. CHERNICHARO, C.A. L. Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios. Belo Horizonte: Programa de Pesquisa em Saneamento Básico – PROSAB, 2001.
4. VON SPERLING, M. Lagoas de estabilização. v.3. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
5. VON SPERLING, M. Lodos ativados. V. 4. 2ª. Belo Horizonte: UFMG, 1997

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Operações Unitárias II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Operações Unitárias I, Fenômenos de Transportes II	
EMENTA:			
Propriedades térmicas dos alimentos. Operações unitárias e/ou equipamentos que envolvam transferência de calor: tratamento térmico, condensação, ebulição e evaporação. Aplicações na indústria de alimentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. INCROPERA, F. P., DEWITT, D. P. Fundamentos de transferência de calor e de massa. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
2. GENAKOPLIS, C.J. Transport process and separation process principles (includes unit operations). New Jersey: Prentice Hall (PTR), 2003.			
3. KREITH, F. Princípios de transmissão de calor. Edgard Blucher, 1977			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. FELLOWS, P.J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática, 4.ed. São Paulo: Artmed, 2019.			
2. FOUST, A.S. Princípios de operações Unitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2008.			
3. KERN, D. Q. Processos de Transmissão de Calor, editora Guanabara Dois, 1980.			
4. SINGH, R.P. Introducción a la ingeniería de los alimentos. Zaragoza: Acirbia, 1998.			
5. TOLEDO, R.T. Fundamentals of Food Process Engineering. Academic Plenum Publishers, 1991.			

8º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Desenvolvimento Socioeconômico	Código (quando houver)	Tipo	Curso Ciências Econômicas
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Cálculo Diferencial e Integral III	
EMENTA:			
Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico. Determinantes do Desenvolvimento; Indicadores de desenvolvimento. Teorias de desenvolvimento. CEPAL, a visão da dependência, a industrialização tardia.			

Vinício Campos

Teorias de Desenvolvimento da Agricultura. Desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas e instituições.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. NICHOLSON, W. **Teoria microeconómica: princípios y ampliaciones**. 8ª Ed., Espanha: Thomson, 2006. 761p.
2. RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 7ª ed., Pearson do Brasil, 2010. 647p.
3. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de economia**. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
4. STIGLITZ, J. E. **Introdução à microeconomia**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 2003. 387p.
5. VASCONCELOS. Marcos Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 5ª Ed., Atlas: São Paulo, 2010. 441p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FEIJO, R. L. CHAVES. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Editora LTC. 1ª Ed. 2011.
2. MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária**. Curitiba: IFIL Ed. Gráfica Popular, 2004.
3. SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
4. VASCONCELOS, M. A. S. de; OLIVEIRA, G. de. **Manual de microeconomia**. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2010. 317p.
5. ZARO, M. **Desperdício de alimentos** [recurso eletrônico] : velhos hábitos, novos desafios / org. Marcelo Zaro. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/e-book-desperdicio-de-alimentos-velhos-habitos.pdf>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tecnologia de Produtos de Origem Animal II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Tecnologia de Produtos de Origem Animal I	
EMENTA:			
Cadeia produtiva de carne: abate e métodos. Instalações. Equipamentos. Processamento de carne. Fundamentos. Qualidade. Processos tecnológicos utilizados na industrialização de carne. Introdução ao processamento do pescado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. LAWRIE, R.A. Ciência da carne. Porto Alegre: Artmed, 2005. 2. OGAWA. Manual da pesca. São Paulo: Varela. 1999. 3. ORDÓÑEZ, J.A. Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Artmed. v.2.2004. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto de Tecnologia de Alimentos. Ciência e tecnologia da carne bovina. Campinas: CTC/ITAL, 1995. 2. OCKERMAN, H.W.; HANSEN, C.L. Industrialización de Subproductos de Origem Animal. Zaragoza: Acribia, 1994. 3. PRANDL, O., SCHMIDHOFER, T., SINELL, H.J. Tecnología e higiene de la carne. Zaragoza: Acribia, 1994. 4. PRICE, J.F.; SCHWEIGERT, B.S. Ciencia de la carne y de los productos carnicos. Zaragoza: Acribia, 1994. 5. VARNAN, A.H., SUTHEERLAND, J.P. Carne y productos carnicos: tecnologia, química y microbiologia. Zaragoza: Acribia, 1998. 			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL
-----------------------	---------------------

Vinício

Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal I	
EMENTA:			
Pré-processamento e processamento de grãos, cereais, raízes e tubérculos. Obtenção de óleos e derivados. Produtos de panificação e massas alimentícias. Produtos extrusados. Produtos derivados da mandioca.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.ZHOU, W. & HUI, Y.H. (Eds.) Bakery Products Science and Technology . 2nd edition. Chichester: Wiley- Brackwell, 2014. 761p. (E-book)			
2.HOSENNEY, R.C. Principios de ciencia y tecnologia de los cereales . Zaragoza:Acribia, 1991.			
3.MORETTO, E., Fett, R. Tecnologia de óleos e gorduras vegetais na indústria de alimentos . São Paulo: Varela, 1998			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.CEREDA, M. P., VILPOUX, O.F. Tecnologia, usos e potencialidades de tuberosas amiláceas latino americanas . São Paulo: Fundação Cargill, 1993. 2			
2. BUSHUK, W.; RASPER, V. F. Wheat production, properties and quality . New York: Ed. Chapman & Hall, 1996.			
3.LIU, K. Soybeans: chemistry, technology and utilization . New York: Chapman & Hall, 1999.			
5.4.LAWSON, H. W. Aceites y grasas alimentarios: tecnologia, utilizacion y nutricion . Zaragoza: Acribia, 1999.			
6. POTTER, N.N.; Ciência de los alimentos . Zaragoza: Acribia, 1999.			
7.SCADE, J. Cereales . Zaragoza: Acribia, 1981.			
8.STAUFFER, C. E. Functional additives for bakery foods . New York: Avi, 1991.)			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Operações Unitárias III	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Operações Unitárias II	
EMENTA:			
Destilação, Absorção, Extração Líquido-Líquido, Extração Sólido-Líquido, Cristalização, Umidificação e Desumidificação. Uso de softwares livres para simulação das operações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.FOUST, A.S. Princípios de operações Unitárias . Rio de Janeiro: GuanabaraDois, 2008.			
2.GEANKOPOLIS, C.J., Transport process and separation process principles(includes unit operations) . New Jersey: Prentice Hall (PTR), 2003.			
3.SINGH, R.P. Introducción a la ingeniería de los alimentos . Zaragoza: Acribia,1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.BLACKADDER, D.A., NEDDERMAN, R.M., Manual das operações unitárias , Editora Hemus,1982.			
2.EARLE, R.L. Ingenieria de los alimentos: las operaciones básicas aplicadas a la tecnologia de alimentos , Editorial Acribia, 1988.			
3.GEANKOPLI, C.J., Transport process and separation process principles (includes unit operations) . New Jersey: Prentice Hall (PTR), 2003.			
4.MAFART, P. Ingeniería industrial alimentaria Volumen II: Técnicas de separación . Zaragoza: Acribia, 1994.			

Vinilo Bengelo

5. TOLEDO, R.T. Fundamentals of Food Process Engineering. Academic Plenum Publishers, 1991

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Instalação Industrial	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processos Mecânicos; Processos na Indústria de Alimentos; Gerenciamento de Resíduos na Indústria de Alimentos	
EMENTA:			
Materiais utilizados em instalações industriais alimentícias. Elementos da instalação e distribuição de utilidades industriais. Fundamentos de higienização, métodos e fatores que influenciam sua eficiência. Agentes de limpeza e sanitização. Desenho sanitário de equipamentos e instalação. Desenho técnico aplicado ao projeto de instalações alimentícias, seus equipamentos, tubulações e lay-out. Elaboração de um projeto de instalação industrial para processamento de alimentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. TELLES, P.S. Tubulações industriais: materiais, projeto, montagem. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1997.			
2. TELLES, P.S. Materiais para equipamentos de processos. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 1994.			
3. CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de Produção e Operações. São Paulo: Atlas, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. GARCIA, C.A. Plant layout. São Paulo, SP: Fundacentro, 1980.			
2. TELLES, P.S. Tubulações industriais: cálculo. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1982.			
3. TAMIME, A. (Ed.) Cleaning-in place: dairy, food and beverage operations. Oxford, U. K.: Blackwell Pub., 2008, (Society of Dairy Technology series			
4. MANFE, G.; POZZA, R.; SCARATO, G. Desenho técnico mecânico: curso completo. [São Paulo, SP]: Hemus, 1991.			
5. MUTHER, R.; WHEELER, J. Planejamento Simplificado de Layout – Sistema SLP. São Paulo: IMAM, 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Trabalho de Conclusão de Curso I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	(nome e código)---	
EMENTA:			
Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa. Linhas de investigação em engenharia de alimentos. Elaboração do projeto de pesquisa: trabalho de conclusão de curso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 13. ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.			
2. RODRIGUES, A. de J. Metodologia científica/ completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Editora Avercamp, 2006. il.			
3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cor-tez, 2007. 335 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 3. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. xxviii, 308 p.			
2. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 13. ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.			

Vinícius Campelo

3. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
 4. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2016. (Série Estratégia de ensino; 20).
 5. MANZANO, A.L.N.G.; MANZANO, M.I.N.G. **TCC: Trabalho de Conclusão de Curso utilizando o Microsoft Word 2007**. São Paulo: Érica, 2008.

9º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Empreendedorismo	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Planejamento e Política Agrícola
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Desenvolvimento socioeconômico	
EMENTA:			
O processo empreendedor: conceito de si, características do empreendedor, criatividade, processo visionário, identificação de oportunidades, Plano de Negócios.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2004. 2. COSTA, N. P. da. Marketing para Empreendedores: um guia para montar e manter um negócio: um estudo da administração mercadológica . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. 3. DEGEN, R. O Empreendedor: fundamentos da Iniciativa Empresarial . 8.ed. São Paulo: McGRAW HILL, 2004. 4. DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor . 13ª ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999. 5. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001. 6. FILLION, L. J. O Planejamento do seu Sistema de Aprendizagem Empresarial: Identifique uma Visão e Avalie o seu Sistema de Relações . Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, v.31, n.2, p.63-71, jul/set, 1991. 7. FILLION, L. J.; DOLABELA, F. Boa Idéia! E agora? Plano de Negócios, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa . São Paulo: Cultura Editores Associados. 2000. 8. NEVES, M. F. e THOMÉ e CASTRO, L. (Org.). Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos . São Paulo: Atlas, 2003. 9. OLIVO, S., HAYASHI, A. R. e SILVA, H. E. Como entender o mundo dos negócios: o empreendedor, a empresa, o mercado . Brasília: SEBRAE, 2003. 85 p. (Série O Empreendedor, 1). ISBN - 85-7333-338-3. 10. OLIVO, S., HAYASHI, A. R. e SILVA, H. E. Como planejar sua empresa: riscos do negócio, roteiro para o plano de negócio . Brasília: SEBRAE, 2003. 87 p. (Série O Empreendedor, 2). ISBN - 85-7333-337-5. 11. OLIVO, S., HAYASHI, A. R. e SILVA, H. E. Como abrir e administrar sua empresa: registro da empresa, registro da marca, organização e gestão do negócio . 2. Ed. Rev. E amp. - Brasília: SEBRAE, 2003. 87 p. (Série O Empreendedor, 3). ISBN - 85-73333-339-1. 12. PADULA, A. D. Empresa Familiar: profissionalização, desenvolvimento e sucessão . 2 ed. - Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2002. 64p. 13. SALIM, C.S.; NASOJON, C; SALIM, H. E MARIANO, S. Administração Empreendedora. Teoria e prática usando estudos de casos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 14. SENGE, P.M. A Quinta Disciplina, 11ª São Paulo: Best Seller, 1990. 15. THIAGARAJAN, S. Trabalhando em Equipe: jogos e atividades para construção e treinamento de equipes ; tradução de Carlos Henrique Treischmann. - Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

Vinício Campelo

- 1.DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. 13. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- 2.DOLABELA, F. **A vez do Sonho**. 13. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.
- 3.OECH, R. V. **Um Toc na Cuca**. São Paulo:Cultura Editores Associados, 1988.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Toxicologia de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Farmácia
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Química dos Alimentos; Bioquímica dos Alimentos	
EMENTA:			
Histórico e importância da Toxicologia de Alimentos. Fundamentos de Toxicologia e delineamento de estudos de toxicidade. Carcinogênese química. Compostos tóxicos naturais de origem vegetal, animal e fúngica. Metais tóxicos, contaminantes ambientais e agrotóxicos. Aditivos alimentares e contaminantes formados durante o processamento			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.SHIBAMOTO, T.; BJELDANES, L.F. Introduction to food toxicology . 2nd ed. Amsterdam: Elsevier/Academic, 2009.			
OGA, S. et al. Fundamentos de toxicologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008. 696 p.			
3.MIDIO, A. F. et al. Toxicologia de Alimentos . São Paulo: Varela, 2000. 295 p			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.MIDIO, A.F.; MARTINS, D.I. Toxicologia de alimentos . São Paulo, SP: Varela, 2000.			
2.KLAASSEN, C.D.; WATKINS, J.B. Fundamentos em toxicologia de Casarett e Doull . 2.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.			
3.CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. de O. Fundamentos de toxicologia . São Paulo, SP: Atheneu, 2003.			
4.PUSSA, T. Principles of food toxicology . 2nd ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2013.			
5.DESHPANDE, S.S. Handbook of food toxicology . New York, NY: Marcel Dekker, 2002. (Food science and technology: 119).			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Instalação Industrial	
EMENTA:			
Estudo de mercado. Localização. Escala de produção. Engenharia do projeto. Layout industrial. Avaliação da viabilidade econômica do projeto da indústria de alimentos. Elaboração de um projeto de uma planta industrial. Simulação. Plano de Negócio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.ARAÚJO, L. C. G. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total e reengenharia . São Paulo: Atlas, 2008.			
2. BATALHA, M.O. Gestão agroindustrial . São Paulo: Atlas, 2009.			
3.RUSSOMANO, V. H. Planejamento e controle da produção . São Paulo: Pioneira, 2000. 4. Jaffe, R. W. Administração Financeira . São Paulo: Atlas, 2009.			

Vinícius Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ARAÚJO, R. et al. **Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade**. 1998. Brasília: CNPq, 1998.
2. CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de Produção e Operações**. São Paulo: Atlas, 2006.
3. Dissertações, Teses e produções científicas disponíveis no repositório institucional <http://repositorio.uft.edu.br/> e no portal de periódicos Capes <http://www-periodicos-capesgov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/>
4. JOHN, W. **Perspectivas do investimento no agronegócio**. 2009. Rio de Janeiro: UFRJ Disponível em https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/ie_ufrj_sp04_agronegocio.pdf.
5. MUTHER, R.; WHEELER, J. **Planejamento Simplificado de Layout – Sistema SLP**. São Paulo: IMAM, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Alimentos e Sociedade	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Desenvolvimento socioeconômico	
EMENTA:			
Aspectos culturais, econômicos, tecnológicos, políticos, legais e ambientais que impactam historicamente a relação Alimento-Sociedade: Hábitos Alimentares; Sistema Alimentar e Cadeias Alimentares; Alimento e Saúde; Produção e Consumo de Alimentos; Sustentabilidade; Segurança Alimentar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. História da Alimentação . São Paulo: Estação Liberdade, 1998.			
2. POULAIN, J-P. Sociologias da Alimentação . 2ª edição. Florianópolis: EDUFSC, 2014.			
3. CARNEIRO, H. Comida e Sociedade: uma história da alimentação . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.			
4. MENDES, JUDAS T. G. Agronegócio: Uma abordagem Econômica . 2007			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. SINGER, P. Aprender Economia . 22ª edição. São Paulo, SP: Contexto, 2002.			
2. MANKIW, G., N. Introdução à Economia . Tradução da 6ª edição estadunidense. [Livro Eletrônico disponível na SBU]			
3. MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. Caderno Segurança Alimentar . Brasília: CONSEA, 2017 [disponível em http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019]			
4. MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. Ecologia e Sustentabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2012. [Livro Eletrônico disponível na SBU].			
5. MORAN, E. F. Environmental Social Science - Human-Environment Interactions and Sustainability . West Sussex, UK: John Wiley & Sons, 2010. [Livro eletrônico disponível na SBU]			
6. ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição . São Paulo, SP: Pioneira, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Processos Biotecnológicos	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Microbiologia de Alimentos; Processos na Indústria de Alimentos	
EMENTA:			
Obtenção, melhoramento e uso de microrganismos em bioprocessos industriais. Rotas metabólicas envolvidas em bioprocessos industriais. microrganismos e meios de cultivo industriais. Cinética de			

Vinícius Campelo

crescimento microbiano. Classificação dos bioprocessos quanto ao crescimento microbiano e produção de metabólitos. Aspectos tecnológicos e classificação de biorreatores. Formas de condução de um processo fermentativo. Biorreatores enzimáticos. Agitação, Aeração e Respiração Microbiana. Recuperação e purificação de bioprodutos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BORZANI, W. et al. **Biotecnologia industrial**. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2001.
2. PASTORE, G. M.; BICAS, J. L.; MAROSTICA, M. R. (Eds.) **Biotecnologia de alimentos**. São Paulo, SP: Atheneu, 2013. (Ciência, tecnologia, engenharia de alimentos e nutrição: v.12)
3. LEE, B. H. **Fundamentals of food biotechnology**. 2nd ed. New York: Wiley, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MEIRELES, M. A. de A.; PEREIRA, C. G. **Fundamentos de engenharia de alimentos**. São Paulo, SP: Atheneu, 2013. (Ciência, tecnologia, engenharia de alimentos e nutrição: v.6),
2. T. D. et al. **Biology of microorganisms**. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 1997
3. PESSOA JUNIOR, A.; KILIKIAN, B.V. **Purificação de produtos biotecnológicos**. Barueri: Manole, 2005.
4. AQUARONE, E.; LIIMA, U. A.; BORZANI, W. **Biotecnologia industrial**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 4v
5. DUNFORD, N. T. **Food and industrial bioproducts and bioprocessing**. Hoboken, NJ: John Wiley, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Processos na Indústria de Alimentos; Análise Sensorial de Alimentos	

EMENTA:

Mercado mundial, nacional e regional de Alimentos. Tendências de consumo. Inovação na indústria de alimentos. Comportamento do consumidor. Legislação. Tecnologia. Gerenciamento do processo de desenvolvimento de novos produtos. Etapas. Avaliação do desempenho do produto no mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BATALHA, W. S.C. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas. 2009.
2. THOMAS, R. J. **New product development: managing and forecasting for strategic success**. New York, NY: John Wiley, 1993. 352 p., il. (The Portable MBA series).
3. KOTTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BAXTER, M. **Projeto de Produto**. São Paulo: Blucher, 2001.
2. CARPENTER, R.P., LYON, D.H., HASDELL, T.A. **Guidelines for sensory analysis in food product development and quality control**. Gaithersburg: Aspen Publishers, 2000.
3. COBRA, M. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 1992.
4. CHIAVENATO, I., Sapiro, A. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
Dissertações, Teses e produções científicas disponíveis no repositório institucional <http://repositorio.uft.edu.br/> e no portal de periódicos Capes <http://www-periodicos-capesgov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/>.
5. PAHL, G. **Projeto na engenharia: fundamentos do desenvolvimento eficaz de produtos, métodos e aplicações**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL
-----------------------	---------------------

Vinícius Campos

Trabalho de Conclusão de Curso II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Trabalho de Conclusão de Curso I	
EMENTA:			
Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa. Linhas de investigação em engenharia de alimentos. Elaboração do projeto de pesquisa: trabalho de conclusão de curso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1.SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 13. ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.			
2.RODRIGUES, A. de J. Metodologia científica/ completo e essencial para a vida universitária . São Paulo: Editora Avercamp, 2006. il.			
3.SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cor-tez, 2007. 335 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1.MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática . 3. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. xxviii, 308 p.			
2.SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 13. ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 425 p.			
3.GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.			
4.MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2016. (Série Estratégia de ensino; 20).			

10º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Estágio Obrigatório I (Controle de Qualidade de Indústrias de Alimentos)	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.12.0	180h	Empreendedorismo, Toxicologia de Alimentos, Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos, Alimentos e Sociedade, Processos Biotecnológicos, Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios	
EMENTA:			
Contato com a área de gestão e gerenciamento da qualidade em sistemas laboratoriais de controle de qualidade de matérias-primas, insumos e ingredientes, embalagens, produtos acabados e de produtos em processo. Aplicação dos conhecimentos adquiridos. Relacionamento profissional. Desenvolvimento da competência técnico-científica. Criatividade aplicada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

Vinícius Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Estágio Obrigatório II (Produção Industrial de Alimentos)	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.12.0	180h	Empreendedorismo, Toxicologia de Alimentos, Planejamento e Projetos na Indústria de Alimentos, Alimentos e Sociedade, Processos Biotecnológicos, Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios	
EMENTA:			
Contato com a área de processamento industrial alimentícia, planejamento e controle da produção, produtividade, rendimentos industriais e controle de processos, além de desenvolvimento e/ou modificação de equipamentos ou de procedimentos operacionais. Aplicação dos conhecimentos adquiridos. Relacionamento profissional. Desenvolvimento da competência técnico-científica. Criatividade aplicada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

6.2 Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tópicos de Química: Patentes, Marcas, e Propriedade Intelectual	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Química
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA:			
Estudar a transferência de conhecimento científico para a sociedade através de propriedade intelectual e de serviços: artigos, patentes, marcas, e outros, os resultados de pesquisa e desenvolvimentos com apropriação dos resultados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. Cartilha/PI. O quê? Como? Por quê? Para quê? Rede NIT-NE, 2006, INPI, (www.nit.ufba.br) 2. FEDERMAN, S. R. Patentes: Desenvolvendo seus Mistérios , Rio de Janeiro, Qualitymark, 2006. 3. PIMENTEL, L. O. Propriedade Intelectual e Universidade: Aspectos Gerais . Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. SILVA, A. C. T. Inovação: Como Criar Ideias que geram Resultados , Rio de Janeiro, Qualitymark, 2003. 2. SILVA, C. L. Licenciamento, Marca e Significado, Marketing de reconhecimento , Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.			

Vinício Campos

3. DOLABELA, F. **O segredo de Luiza**, 13 ed., São Paulo, Cultura Editores Associados, 1999. 02 90 21.
4. MAGALHÃES, W. G. LEWELYNAND, D. L. **Propriedade Intelectual Biotecnologia e Biodiversidade**. Editora: Fiuza. 2011.
5. PIMENTEL, L. O.; BOFF, S. O.; DEL'OLMO, F. de S. (Org.) **Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tópicos Especiais em Engenharia de Alimentos I	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA:			
Disciplina de ementa variável, abordando assuntos atuais em Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos, segundo as especialidades de professores ministrantes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Bibliografia pertinente ao tópico contida na biblioteca ou nas plataformas digitais.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Bibliografia pertinente ao tópico contida na biblioteca ou nas plataformas digitais.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Tópicos Especiais em Engenharia de Alimentos II	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Alimentos
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA:			
Disciplina de ementa variável, abordando assuntos atuais em Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos, segundo as especialidades de professores ministrantes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Bibliografia pertinente ao tópico contida na biblioteca ou nas plataformas digitais.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Bibliografia pertinente ao tópico contida na biblioteca ou nas plataformas digitais.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Libras – Língua Brasileira de Sinais	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação do Curso de Letras - Libras
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA:			
Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.			

Vinício

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1.FELIPE, T. A. Introdução a Gramática da Libras. I: Brasil, Língua Brasileira de Sinais. Série atualidades pedagógicas, vol. III. Brasília: SEESP, 1997.
2.QUADROS, R., KARNOPP, L.B. Língua Brasileira de Sinais: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
3.AHLGREEN, I.; HYLSTENSTAM, K. Bilingualism in deaf education. Hamburg: signumverl., 1994.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1.FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.
2. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE., 1997, 2ª Edição.
3.PIMENTA, N. Números na língua de sinais brasileira (DVD). LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009.
4.SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
5.GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

Para a realização de atividades didáticas, de pesquisa ou extensão, o Curso de Engenharia de Alimentos, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, contará com a utilização de laboratórios da UFPI para o pleno atendimento das recomendações contidas nas Referências Curriculares.

A Direção do Centro de Ciências Agrárias viabilizará espaço destinado à Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos e os novos professores serão alocados em departamentos existentes no CCA, a critério da Direção do Centro.

Os discentes do curso de Engenharia de Alimentos utilizarão as instalações laboratoriais (Quadros 4 e 5) do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Processamento de Alimentos – NUEPPA/ e do Curso de Nutrição/CCS a saber:

Quadro 4: Equipamentos existentes no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUEPPA

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Misturador c/ Motor	1
2	Balança Filizola	2
3	Balança Arja	1
4	Cilindro Completo	1
5	Tambor	1

Vinício Campelo

6	Masseira	1
7	forno industrial	1
8	forno elétrico	1
9	batedeira orbital	1
10	Laboratório de Frutas	1
11	Liquidificador Industrial	1
12	Picador de Carne	1
13	Estufa a Vácuo	1
14	Digestor de Fibra	1
15	Refrigerador	3
16	Freezer	3
17	Encapsuladores	1
18	Tacho Industrial Eléctrico	1
19	Despolpadeira Industrial Eléctrica	1
20	Tanque Inox de Lavar	1
21	Tacho de Cobre	1
22	XBA a Vácuo	1
23	Balança Caudurc	1
24	Caldeira c/ Motor Xba	1
25	Reservatório de Fibra	1
26	Descascador de Arroz	1
27	Balança de Precisão	1
28	Balança Debal	1
29	Esterilizador de Garrafas	1
30	Microscópio de luz	20
31	pH-Metro	3
32	Refratômetro	1
33	System 7300 - High-Performace Anlyses	1
34	Moinho Eléctrico	1
35	Estufa	3
36	Polarímetro	1
37	Balança Analítica	1

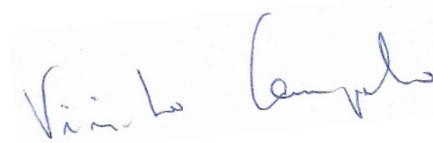
Vinilo Composto

38	Agitador Magnético	1
39	Eletroforese	1
40	Extrator de Gordura	1
41	Polisacarino	1
42	Programador Linear de Temperatura	1
43	Deionizador de Água	1
44	Destilador de Água	3
45	Balança Eletrônica	1
46	Rotavapor	1
47	Destilador e Digestor de Nitrogênio	1
48	Capela	2
49	Balança de Tríplice Escala	1
50	Extrator de Gordura	1
51	Tanque Inox	1
52	Desnatadeira Elétrica	1
53	Mesa Inox	2
54	Tacho Inox Elétrico	1
55	Centrífuga	1
56	Balança de Tríplice Escala	1
57	Crioscópio Gerber	1
58	Fogão Industrial	1
59	Batedeira Manual	1
60	Microfermentador	1
61	Refrigerador	3
62	Contador de Colônia	1
63	Lavador de Pipetas	1
64	Quant-Tray-Selaer	1
65	Estufa BOD	1
66	termociclador;	1
67	Cromatógrafo Líquido de Alta Eficiência- HPLC modelo Shimatzu	1
68	Autoclave vertical	3

Vinício

Quadro 5: Equipamentos existentes no Curso de Nutrição – CCS/ UFPI

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Centrífuga;	1
2	Centrífuga refrigerada	1
3	Banho-maria	1
4	Banho-maria com agitação	1
5	Espectrofotômetro UV-vis	1
6	Balança semi-analítica de precisão	1
7	Refrigeradores	2
8	Balança analítica	1
9	Digestor e destilador Kjeldahl	1
10	Extrator de Soxhlet	1
11	Extrator de lípides marca Marconi	1
12	Estufa à vácuo	1
13	Forno mufla	1
14	Destiladores de água	1
15	Chapa aquecedora	1
16	Bomba à vácuo	1
17	Mantas aquecedoras	1
18	Moinho da marca Fritsh	1
19	Freezers	2
20	Dessecadores	1
21	Capelas de exaustão de gases	2
22	Potenciômetro portátil	1
23	Potenciômetro de bancada	1
24	Paquímetro	1
25	Refratômetro portátil	1
26	Refratômetro de Abbé	1



27	Evaporador rotativo	1
28	Estufa ventilada	1
29	Centrífuga refrigerada	1
30	Sistema de purificação de água - MiliQ	1
31	Banho de ultrassom	1
32	Condutivímetro	1
33	Texturômetro	1
34	Termômetros portáteis	1
35	Antioxidantes	1
36	Espectrofotômetro UV Visível	1
37	Espectrofotômetro de Varredura	1
38	Colorímetro marca Cellm	1
39	Balança Analítica	1
40	Balança Semianalítica	1
41	Cromatógrafo Líquido da Alta Eficiência- HPLC	1
42	Banho-maria	1
43	Contador de placas	1
44	Capela fluxo laminar	1
45	Estufa de esterilização e secagem	1
46	Autoclave	1
47	Microscópios	10
48	Estufa BOD	1
49	Fogão	1
50	Espectrofotômetro UV-visível	1
51	Centrífuga refrigerada	1
52	Deionizador de água	1
53	Balança digital semi-analítica de precisão	1
54	Bioimpedância elétrica	1
55	Ultra-freezer	1
56	Analizador bioquímico	1
57	Multiprocessador de alimentos	1

Vinício

Um dos principais espaços destinados a atender as demandas do Curso de Engenharia de Alimentos é o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Processamento de Alimentos/CCA. Esse prédio teve sua estrutura física reformada nos últimos anos de modo a atender as demandas acadêmicas com mais qualidade. No entanto, no projeto de reforma e reestruturação uma parte do prédio ainda necessita de ser construída e esta obra melhorará ainda mais o funcionamento do NUEPPA, bem como terá a capacidade de absorver os novos docentes que serão contratados por ocasião da implantação do curso. A estimativa de recursos necessários para organização do curso, no que se refere a espaço físico e equipamentos, encontra-se descrito no quadro 6.

Quadro 6: Espaço físico e equipamentos para o curso de Engenharia de Alimentos

Especificação	Quantidade	Construção	Equipamentos	Valor Total
Laboratórios	01	3.445.000,00	1.500.000,00	4.945.000,00
Salas de aula	05	1.339.000,00	83.540,00	1.422.540,00
Sala de professores	07	112.476,00	26.320,00	138.796,00
Sala de Coordenação do curso	01	42.900,00	18.000,00	60.900,00
Sala do Centro Acadêmico e Empresa Júnior	02	195.000,00	15.000,00	210.000,00
Total				6.777.236,00

7.2 Biblioteca

A Universidade Federal do Piauí tem uma Biblioteca Central que contém 43.209 títulos e 126.592 exemplares físicos, além de periódicos e acervo digital que podem ser acessados pelos sítios eletrônicos <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf> e <https://www.ufpi.br/biblioteca>. O Centro de Ciências Agrárias conta com uma biblioteca setorial que possui cerca de 5.662 Títulos totalizando 14.239 exemplares. Por se tratar de um curso novo, a biblioteca realizará a aquisição de títulos para as disciplinas específicas no curso de Engenharia de Alimentos tão logo a proposta seja aprovada nas instâncias administrativas. A UFPI conta com

Vinício Campelo

uma política de atualização de acervo bibliográfico e constantemente está destinando recursos para esta finalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. MEC: Brasília - DF, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolu%C3%87%C3%83o-n%C2%BA-2-de-24-de-abril-de-2019-85344528>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. MEC: Brasília -DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 27 set. 2022.

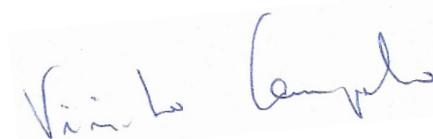
BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária** - PNEEX. In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/PNEEX.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI** - Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_177_12_-_CEPEX_-_UFPI20201111154344.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº 053/2019 CEPEX/UFPI** - Regulamento a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2019. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Resolu%C3%A7%C3%A3o_053_201920190514173348.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

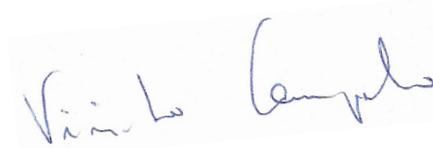
UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº 054/2017 CEPEX/UFPI** - Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2017. Disponível em:



https://www.ufpi.br/images/CCE/RESOLU%C3%87%C3%95ES/Resolu%C3%A7%C3%A3o_054-2017.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI: 2020-2024. Teresina: UFPI, 2020. 349p. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/CCA/PDU/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf. Acesso em: 27 set. 2022

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Centro de Ciências Agrárias. **Resolução nº 01/2020 Conselho Departamental/CCA/UFPI** - Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU: 2020-2022. Teresina: UFPI, 2020. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/CCA/PDU/BOLETIM_355_NOVEMBRO_2020_RESOLU%C3%87%C3%83O_1_2020_PDU_CCA_2020-2022.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.





Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 535, DE 20 DE JULHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/07/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.090597/2018-96;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2023, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

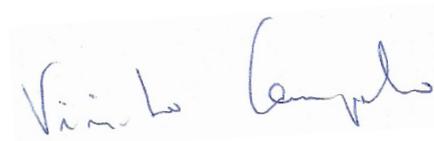
Teresina, 20 de julho de 2023

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor no exercício da Reitoria

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA,
MODALIDADE PRESENCIAL

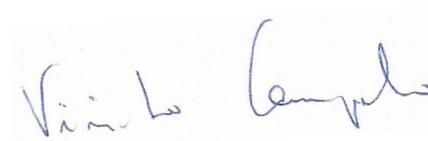
A rectangular stamp containing a handwritten signature in blue ink. The signature appears to read "Vinícius Campelo".

TERESINA, MARÇO 2022
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA,
MODALIDADE PRESENCIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
História, Modalidade Presencial. Universidade
Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio
Portella, Teresina (PI) – **a ser implantado em 2023.2**

TERESINA, JUNHO 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Viana Campos", is located at the bottom right of the page.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

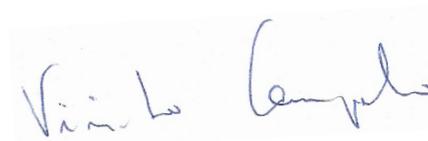
Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Mônica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CORPO DIRIGENTE

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Eliese Idalino Rodrigues

Coordenadora Geral do Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria de Brito Aragão

Assistente da Pró-Reitora



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CORPO DIRIGENTE

DIRETORA

Prof. Dra. **Edna Maria Goulart Joazeiro**

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. **João Benvindo de Moura**

COORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. **Dalton Melo Macambira**

SUBCOORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. **Agostinho Júnior Holanda Coe**

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO
DOCENTES

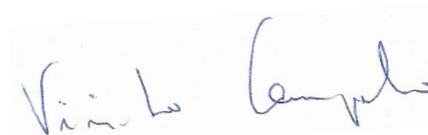
Prof. Dr. Dalton Melo Macambira
Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe
Prof. Dr. Antônio Melo Filho
Profa. Msc. Maria do Socorro Rangel
Prof. Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho

DISCENTES

Pedro Rangel Ferreira Silva – Titular
João Vitor dos Santos – Suplente

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Prof. Dr. Dalton Melo Macambira
Profa. Dra. Elizangela Barbosa Cardoso
Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe
Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Prof. Dr. Antônio Fonseca dos Santos Neto
Prof. Msc. Maria do Socorro Rangel
Prof. Dr. Antônio Melo Filho
Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga, s/n,

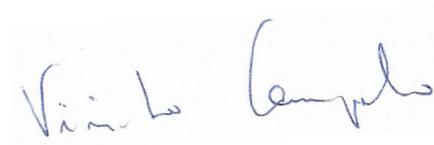
CEP: 64049-250

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3125-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vinícius Campelo", is located in the bottom right corner of the page. The signature is written in a cursive style.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em História

CÓDIGO DO CURSO: 494

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução n.

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC n.

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em História

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Integral

Mínimo: 4 (quatro) anos

Máximo: 7(sete) anos

Noturno

Mínimo: 4,5 (quatro e meio) anos

Máximo: 8,0 (oito) anos

Alunos com Necessidades Especiais terão acréscimo em 50% do prazo máximo de permanência no curso.

ACESSO AO CURSO: Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC, de acordo com Edital específico da UFPI.



REGIME LETIVO: Sistema de Crédito

TURNO(S) DE OFERTA: Integral (matutino e vespertino) e Noturno

VAGAS AUTORIZADAS: 100 (cem vagas) – 50 (cinquenta) no primeiro semestre, turno diurno (manhã e tarde) e 50 (cinquenta) no segundo semestre, turno noturno.

TURNO DE VAGAS POR SEMESTRE

Integral (matutino e vespertino)	50 vagas	Primeiro Semestre
Noturno	50 vagas	Segundo Semestre

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR

GRUPO	CARGA HORÁRIA
Grupo I – Formação Comum	810 Horas
Grupo II – Conhecimentos Específicos da Área de História	1640 Horas
Grupo III - Prática Docente	825 Horas
Atividades Curriculares de Extensão	330 Horas (carga horária incluída nas 810 horas, relativas ao Grupo I)
Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	200 Horas (carga horária distribuída na carga horária relativa aos Grupos I, II e III)
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.275 Horas (carga horária relativa à soma das cargas horárias dos Grupos I, II e III)

Vinícius Gonçalves

QUADRO-SÍNTESE - CARGA HORÁRIA/ CRÉDITO/ HORA-AULA

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITO
Disciplinas Obrigatórias (A)	2100H	
Disciplinas Optativas (B)	180H	12
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (C)	60H	4
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (D)	405H	27
Atividades Complementares - AC (E)	200H	13,33
Subtotal 1 (F = A + B + C + D + E)	2945H	196,33
Atividades Curriculares de Extensão - ACE (10% de F, no mínimo) (G)	330H	22
Subtotal 2 (G)	330H	22
TOTAL (F + G)	3275H	218,44

Vinícius Campos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
2.1	Universidade Federal do Piauí (UFPI).....	12
2.2	O Curso de Licenciatura em História/CCHL	16
2.3	Estrutura e Funcionamento do Curso de Licenciatura em História.....	19
2.4	Contexto Regional e Local.....	23
2.5	Justificativa e Atualização do Projeto Pedagógico do Curso.....	23
2.5.1	Adaptação à BNC-Formação e Integração das Atividades Curriculares de Extensão.....	23
2.5.2	Inclusão das Atividades Curriculares de Extensão.....	35
2.5.3	Adaptação à Base Nacional Comum Curricular.....	39
3	CONCEPÇÃO DO CURSO	43
3.1	Princípios curriculares.....	44
3.2	Objetivos.....	45
3.3	Perfil do Egresso.....	46
3.4	Competências e Habilidades.....	46
3.5	Mercado de Trabalho.....	47
3.6	Corpo Docente.....	47
4	PROPOSTA CURRICULAR.....	52
4.1	Estrutura e Organização Curricular.....	52
4.2	Prática Pedagógica.....	82
4.3	Regulamentos.....	84
4.3.1	Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.....	84
4.3.2	Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.....	84
4.4	Trabalho de Conclusão de Curso.....	97
4.4.1	Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	97
4.5	Metodologia.....	102
4.6	Atividades Complementares.....	107
5	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	109
5.1	Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão	112
5.2	Políticas de Apoio ao Discente	112
6	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	113
6.1	Avaliação Institucional, do Curso e do Projeto Pedagógico.....	113
6.2	Avaliação da Aprendizagem.....	116
7	EMENTÁRIOS, REFERÊNCIAS E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	117
7.1	Núcleo Obrigatório	117

Vinício Gonçalves

7.2	Disciplinas	do	Núcleo	Optativo	
				149
8	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS				
				183
8.1	Local de Funcionamento, Infraestrutura Física e Acadêmica				
				183
8.2	Bibliotecas.....				185
9	PLANO DE MIGRAÇÃO DOS ALUNOS PARA A MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA				
				186
9.1	Cláusula		de	Vigência	
				186
9.2	Equivalência		entre	Projetos	Pedagógicos
				187
9.3	Integralização			Curricular	
				192
	REFERÊNCIAS				194
	APÊNDICE				195

Vinício Campelo

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ofertado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), campus Ministro Petrônio Portella, bem como propor sua adequação à legislação em vigor. Com efeito, apresentam-se o histórico e a estrutura organizacional da UFPI e do curso, sua modalidade de funcionamento, justificativa de atualização do PPC, estrutura curricular, corpo docente, políticas institucionais que o regem, sistemática de avaliação, ementário das disciplinas obrigatórias e optativas, infraestrutura física e instalações acadêmicas e também as disposições transitórias.

2 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) foi instituída nos termos da Lei 5.528 de 12 de novembro de 1968 e oficialmente instalada em 01 de março de 1971, com objetivo de criar e manter a Universidade Federal do Piauí (UFPI). A instituição resultou da incorporação das faculdades existentes no Piauí até aquela época, quais sejam Faculdade de Direito (FADI), Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), Faculdade de Odontologia (1967), Faculdade de Administração (1969) e Faculdade de Medicina (1968). Sua sede foi implantada, em Teresina, no campus Ministro Petrônio Portella, bairro Ininga.

A UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, que é exercida na forma de legislação vigente, do seu Estatuto e de seu Regimento Geral. É uma instituição financiada pelo governo federal, agências de fomento ao ensino, pesquisa e extensão, mediante parcerias com a iniciativa privada, intercâmbios culturais e científicos com instituições nacionais e internacionais, bem como através de recursos próprios.

Dentre seus objetivos, destacam-se: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; possibilitar a formação



continuada nas diversas áreas em que atua; promover extensão, de modo a integrar-se à sociedade, através da difusão de conhecimentos gerados e divulgados pela instituição.

A UFPI oferece cursos de graduação, pós-graduação, extensão, médio e profissionalizante, na modalidade presencial e à distância. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação das atividades de ensino de graduação. Em nível de graduação, a instituição oferece cursos nas modalidades Bacharelado e Licenciatura. O Bacharelado tem por objetivo a formação de profissionais capacitados ao exercício da profissão. A Licenciatura tem por objetivo formar professores habilitados para atuar na educação básica.

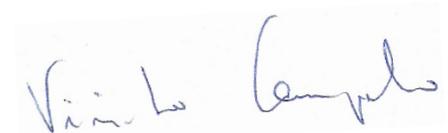
A UFPI oferece 102 (cento e dois) cursos de graduação, ofertado nos campi instalados nas cidades de Teresina, Bom Jesus, Floriano, Parnaíba e Picos. Também conta com programas de qualificação para professores através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Além dos cursos de graduação, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, oferece cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (em nível de Mestrado e Doutorado) e Lato Sensu (modalidades: Especialização, Residência Médica e Residência Médico-Veterinária). Esses cursos visam qualificar profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento às demandas sociais de qualificação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI) é responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades de pesquisa, oferecendo para os cursos de graduação, os seguintes programas de iniciação científica: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nas Ações Afirmativas (AF) e o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

A Pró-Reitoria de Extensão (PREX) é a responsável pelos programas de extensão ofertados pela UFPI, que contemplam cursos, eventos e estágios extracurriculares que integram às atividades de ensino e pesquisa.

Através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), a UFPI oferece programas e serviços de apoio ao estudante. Trata-se do Programa Bolsa de Apoio Estudantil, que contribui com o estudante da UFPI em dificuldade socioeconômica; Residência Universitária, que propicia moradia; Isenção Taxa Alimentar, que visa garantir acesso ao



Restaurante Universitário; Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA), que estimula a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI; Auxílio Creche, concedido aos estudantes com dificuldade socioeconômica que sejam pais ou mães de bebês em idade de até 2 anos e 11 meses; Atendimento Odontológico, disponibilizado para toda a comunidade acadêmica; Atendimento Psicossocial e Pedagógico, que visa a superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica; Apoio Pedagógico, que visa dá apoio ao estudante com necessidades educacionais específicas; Kit Odontológico, que consiste no empréstimo gratuito de material.

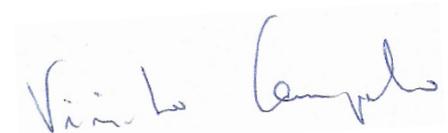
O curso de Licenciatura em História é ofertado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), instalado no campus Petrônio Portella. Importante destacar que este Centro foi organizado no contexto de implantação da UFPI, ainda em 1972. Trata-se de uma das bases da instituição. Sua origem são os cursos então ofertados pela Faculdade Católica de Filosofia (FAFI).

O centro conta com os órgãos deliberativos (Conselho Departamental, Assembleias Departamentais e os Colegiados de Curso), executivos (Diretoria do Centro e Departamentos de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, História e Serviço Social) e as Coordenações dos Cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Geografia, Letras Estrangeiras, Libras, Letras vernáculas). O centro possui cursos de doutorado em Políticas Públicas e em História, bem como mestrados acadêmicos em História, Antropologia, Ciência Política, Filosofia, Letras, Políticas Públicas, Geografia e Sociologia.

2.2 O Curso de Licenciatura em História, campus Ministro Petrônio Portella

O curso de Licenciatura em História ofertado no CCHL, campus Ministro Petrônio Portella, nasceu na Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), em 1958, quando da instalação da instituição. A FAFI, inicialmente, ofertava os cursos de Filosofia, Letras Neolatinas História e Geografia. Durante os primeiros anos, os cursos de História e Geografia eram integrandos. Data de 1963, a formação em separado no interior destas áreas.

Em 1971, quando da implantação da UFPI e de sua organização em centros e departamentos, com base na incorporação das instituições de ensino superior então existentes no Estado, dentre elas a FAFI, os cursos de Geografia e História passaram integrar a mesma estrutura organizacional, compondo o Departamento de Geografia e História (DGH).



Os cursos de Geografia e História permaneceram no mesmo departamento por 43 (quarenta e três) anos, quando, através da Resolução CEPEX n. 027/2014, O Departamento de Geografia e História (DGH) foi transformado em Departamento de História (DH), enquanto os professores do curso de Geografia foram lotados na Coordenação do Curso de Geografia.

Para atender às demandas sociais e legais, emanadas do CNE, o curso de Licenciatura em História efetivou ao longo dos anos um conjunto de reformas curriculares. Na segunda metade dos anos 1980, contexto de intensa discussão sobre o ensino de história, o corpo docente passou a refletir sobre a atualização da estrutura curricular do curso.

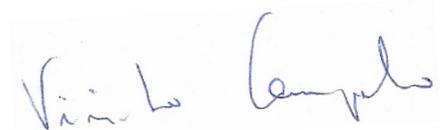
Sensível às discussões em pauta, acerca da formação de professores e do ensino de história, e comprometido com a ampliação da qualidade do ensino oferecido pela UFPI, em 1995, o curso de licenciatura em História implantou reforma curricular, que, naquele contexto, passou a operacionalizar princípios curriculares que vieram a constituir diretrizes curriculares, através do Parecer CNE/CP 009/2001, normatizadas através da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.¹

Atento à expansão dos temas, das fontes e dos aportes teóricos e metodológicos, no âmbito da historiografia – característica das últimas quatro décadas –; o corpo docente, com a reforma curricular de 1995, buscou criar condições para formar professores, a partir das perspectivas mais promissoras que se delineavam naquele contexto. Assim, pioneiramente, o Projeto Pedagógico do Curso instituiu as monografias de conclusão de curso, centrando a matriz curricular na articulação ensino/pesquisa e teoria/prática. Tratava-se da primeira experiência desta natureza nos cursos de licenciatura ofertados pela UFPI.

Na oportunidade, foram implantadas as disciplinas Teoria e Metodologia da História I, Teoria e Metodologia da História II, Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, Monografia I e Monografia II, que contemplavam um ciclo de pesquisa e culminavam na apresentação de um trabalho de conclusão de curso pelos futuros professores.

No conjunto de disciplinas específicas à área de formação do professor de História, especialmente, nas disciplinas que compõem o ciclo de pesquisa, passou a se processar o “ensino visando à aprendizagem do aluno”, “o aprimoramento em práticas investigativas” e “a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares”, orientações que passaram a nortear a formação da atividade docente, somente a partir de 2002,

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. [Brasília], 2002; BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 009/2001**. [Brasília], 2001.



com a instituição das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior.² Reafirmadas, por sua vez, através do Parecer 002/2015, relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica³, bem como nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum Formação, de 2019.⁴

Antes que as políticas educacionais nacionais instituíssem as diretrizes supracitadas para a formação de professores da educação básica, os professores formados em História pela UFPI puderam desenvolver a reflexão acerca de um conteúdo curricular, através da elaboração e execução de um projeto de pesquisa. Durante o ciclo de pesquisa, passaram a escolher e problematizar um tema, estabeleceram o universo documental pertinente à escolha e expuseram os resultados obtidos, em relatório final. Nesse percurso, os futuros professores passaram a aprender acerca das práticas investigativas e, ao mesmo tempo, se qualificaram para elaboração e execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares, que constituem o saber histórico escolar, na educação básica.

O currículo implantado em 1995 sofreu reformulação implantada em 2012 para atender à nova legislação em vigor, oriunda do CNE e da UFPI. Seguindo prerrogativa da Coordenação de Currículo, da UFPI, que visava implantar o sistema de bloco em detrimento do sistema de créditos, o curso passou a integrar o sistema de bloco. Ademais, implantou-se também o curso de Bacharelado em História.

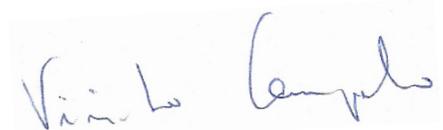
Uma vez que a experiência do corpo docente era concentrada na formação de professores, visto que a única experiência como a modalidade bacharelado havia sido quando da implantação do curso, em 1958, e também em vista às características do mercado de trabalho para a área, que se concentra no magistério, optou-se, em 2015, por cessar a matrícula no curso de Bacharelado e ofertar as vagas apenas para o curso de Licenciatura.

Em 2015, com base no estudo do Projeto Pedagógico implantado em 2012, efetivou-se novo ajuste curricular no curso, implantado em 2016. O curso passava a funcionar através do sistema de créditos, com pré-requisitos entre disciplinas, em detrimento do sistema de bloco, bem como disciplinas então obrigatórias tornaram-se optativas.

² BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. [Brasília], 2002;

³ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer 002/2015**. [Brasília], 2015.

⁴BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro**. Brasília, 2019.



Desde 2019, em virtude de demandas legais, sociais e de autoavaliação, o curso de Licenciatura em História encontra-se em processo de adaptação à nova legislação em vigor. Inicialmente, foi adaptado à Resolução CNE/CP 02/2015. Com a revogação desta Resolução e a instituição de novas diretrizes curriculares para os cursos formadores de professores, nesta versão do PPC, ocorre à adaptação à Resolução CNE/CP 02/2019, dentre outras normativas, conforme expresso no item Justificativa.

Importante destacar que, a partir da década de 1990, o governo federal, através do Ministério da Educação, vem trabalhando para consolidar políticas educacionais, que integram os diferentes níveis de ensino. Nesse processo, tem criado mecanismos para integrar a educação em nível superior à educação básica, bem como para articular graduação e pós-graduação. Tem também repensado a formação dos profissionais para o magistério da educação básica, criando mecanismos para aprimorar a formação inicial e continuada desses profissionais. Nesse processo, a legislação pertinente à formação de professores para a educação básica vem sendo constantemente reelaborada, demanda adaptação recorrente do PPC.

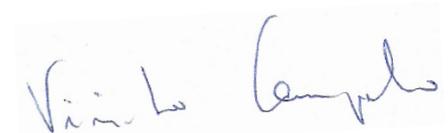
Como desdobramento das políticas para formação de professores, o Ministério da Educação vem criando programas para elevar a qualidade da formação. Destacam-se, com este objetivo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica (RP) e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

O curso de História vem integrando as políticas de formação de professores, através do PIBID e da RP, o que tem oportunizado ao corpo discente a iniciação à docência e a respectiva conexão entre teoria e prática no interior da formação. Por sua vez, parte dos professores que compõem o Departamento de História vem atuando também, no PARFOR, contribuindo com a política qualificação de professores em nível de segunda licenciatura, na área.

2.3 Estrutura e funcionamento do Curso de Licenciatura em História

O Departamento de História é responsável pelas funções executivas de administração. Controla e coordena a distribuição das disciplinas. É chefiado por dois professores, eleitos por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes.

O conjunto de professores do curso de História e representantes discentes compõem a assembléia Departamental. Esta tem caráter consultivo e deliberativo, em vista a analisar e a decidir sobre os assuntos relativos ao curso. Sua presidência será exercida pelo chefe do



Departamento e/ou vice-chefe.

A Assembléia deliberará sobre assuntos pertinentes ao curso em reunião convocada por meio de memorando, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de sua composição em primeira convocação ou, em segunda convocação, terá presença de 50% (cinquenta) por cento, mais um, e, ainda, em terceira convocação, com presença mínima de cinco integrantes, para que ocorra *quórum*. Caso não haja *quórum* mínimo, nova reunião, em caráter extraordinário, estará convocada para realização em 24 (vinte e quatro) horas após início do horário da reunião anterior. As decisões da Assembléia serão referendadas por votação. São consideradas aprovadas as decisões que obtiverem maioria absoluta. Estas deverão ser lavradas em ata.

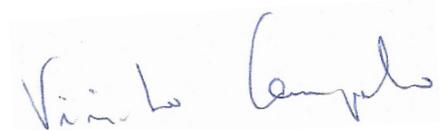
A Coordenação do curso de História é órgão responsável pela parte didática e pedagógica do curso. A ele compete o acompanhamento da vida acadêmica do discente, desde a sua entrada no curso pretendido até a conclusão do mesmo. É exercida por dois professores eleitos (coordenador e vice) por seus pares e pelo corpo discente.

O regime de trabalho do coordenador do curso deve ser o integral para permitir o atendimento da demanda externa. É responsabilidade do Coordenador dedicar pelo menos 20 (vinte) horas semanais de trabalho às demandas relativas à coordenação do curso. O vice-coordenador deverá reservar pelo menos 10 (dez) horas de trabalho semanal, às atividades de coordenação ou exercendo a função de coordenador em substituição, em caso de ausência do coordenador em virtude de compromissos acadêmicos.

O coordenador deve administrar as potencialidades do corpo docente, favorecendo a integração e contínua melhoria do curso. Assim, a relação entre os docentes e os discentes e os colegiados superiores deve se pautar em plano de ação compartilhado, em vista ao aprimoramento do curso.

O Colegiado do Curso é formado pelo seu coordenador, como seu presidente, pelo sub-coordenador, como vice-presidente, por um representante por Departamento que ministre disciplinas específicas no Curso, eleito por seus pares, com respectivo suplente, por um mandato de 2 (dois) anos e pela representação discente, com mandato de 1 (um) ano. Cabem ao colegiado do curso as atribuições previstas no Estatuto da UFPI.

O curso de Licenciatura em História, em observância à legislação em vigor implantou o Núcleo Docente Estruturante (NDE). O Núcleo compõe-se por, no mínimo, 5 (cinco) professores do curso, em regime de trabalho integral, dentre os quais o coordenador do curso. De acordo com a Resolução CEPEX n. 278/2011, o NDE deve constituir-se enquanto integrante



da gestão acadêmica. São atribuições do Núcleo acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Cabe ao NDE realizar estudos e atualização periódica, verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do corpo discente, bem como avaliar a adequação do perfil do egresso, em consideração com as DCNs e às novas demandas do mundo do trabalho. É seu papel atuar na autoavaliação institucional e também na recepção dos resultados de avaliação externa, de modo a contribuir para o aprimoramento do curso. Assim, o NDE tem papel fundamental na gestão do curso.

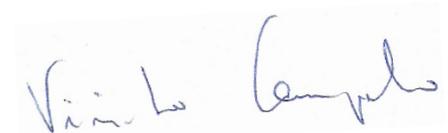
2.4 Contexto regional e local

O contexto regional e local, historicamente, tem sido marcado pela recorrência do subdesenvolvimento, pela constante presença, em termos globais, de índices de desenvolvimento abaixo da região Nordeste e do Brasil. No que tange à história educacional do Estado, a permanência de níveis de escolarização e de escolaridade abaixo daqueles verificados para o Brasil e a região Nordeste, é um dado.

O surgimento do curso de História da UFPI, campus Ministro Petrônio Portella, integra processo mais geral caracterizado pela tomada de consciência do subdesenvolvimento do Estado e da adoção de medidas para intervir neste quadro, através da formação de professores que pudessem reverter os baixos índices de escolaridade que caracterizavam a população, bem como, mediante produção de saber histórico, desvelar as condições históricas que configuraram o Piauí enquanto Estado subdesenvolvido. Isto posto com o intuito de interferir no contexto educacional, social, político e econômico.

O ensino superior no Piauí foi implantado tardiamente. A primeira instituição de ensino nesse nível, a Faculdade de Direito (FADI, surgiu, somente, em 1931. A segunda instituição, a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), implantou-se em 1958, mais de 25 anos após a emergência da primeira. Assim, a implantação do curso de Licenciatura em História e da Universidade Federal do Piauí são resultados de iniciativas que visam modificar o contexto local e regional, através do impacto da educação superior enquanto agente transformador e desencadeador de mudanças sociais, políticas e econômicas.

Assim, a história do curso de Licenciatura em História da UFPI, campus Ministro Petrônio Portella, integra aquela da expansão do sistema de ensino em diferentes níveis, uma vez que foi graças à formação de professores em nível de terceiro grau em diferentes áreas,



iniciada pela FAFI, com continuidade, na UFPI, que emergiram mudanças efetivas na história da educação no Piauí, no sentido de reverter tradição de atraso nos níveis de escolaridade da população em relação aos quadros do Nordeste e do Brasil.

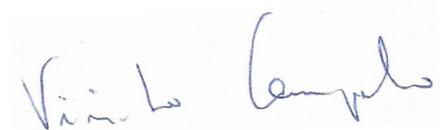
Com base em políticas de qualificação de professores empreendidas pelo Departamento de Geografia e História, hoje, Departamento de História, logrou-se formar em nível de mestrado e de doutorado parte do quadro docente da área de História. Com esta formação, um conjunto de professores, implantou, na UFPI, o curso de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), em nível de mestrado, em 2004. Programa este que, em 2018, recebeu aprovação da proposta de Doutorado em História.

Através do trabalho desenvolvido pelo PPGHB, foi possível qualificar parte do corpo docente do Departamento de História, da UFPI, do Departamento de História, da UESPI, bem como alunos egressos do Programa. Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) foi celebrado um Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a UFPI. Também foi celebrado um DINTER com a Universidade Federal de Pernambuco. Ambos qualificaram professores da UFPI e da UESPI.

Entre 2004 e 2021, mais de 200 (duzentos) alunos concluíram o curso de Mestrado. O que revela a contribuição do Programa para a consolidação da pós-graduação no Brasil, bem como seu papel indispensável como instrumento de qualificação dos quadros acadêmicos, da área, nas regiões Norte e Nordeste.

Dentre os egressos do PPGHB 17 (dezessete) docentes atuam, na UFPI, nos campi de Picos, Bom Jesus, Parnaíba e Teresina; 27 (vinte e sete), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); 39 (trinta e nove) docentes na Universidade Estadual do Piauí; 15 (quinze) docentes na Faculdade Maurício de Nassau; 24 (vinte e quatro) professores na Universidade aberta e a distância(UAB); 4 (quatro) docentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão(IFMA); 1(um) docente na Universidade Federal do Maranhão; 2 (dois) docentes na Universidade Estadual do Maranhão; 13 (treze) docentes da Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC-PI); 7 (sete) docentes na Faculdade Internacional do Delta(FID) e 1(um) docente na Faculdade do Médio Parnaíba, Localizada na cidade de Parnaíba.

Base do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, o curso de Licenciatura em História, ao longo de sessenta anos, tem formado profissionais que atuaram e atuam na área de História em grande parte do território piauiense e de outros estados do Nordeste. Cumprindo,



assim, no decorrer deste período, a missão que lhe foi atribuída quando de sua instituição, na FAFI: contribuir para alterar o contexto educacional marcado por baixos níveis de escolaridade.

O curso de Licenciatura em História da UFPI é, portanto, a matriz da área de História no Estado, tanto da educação básica quanto do ensino superior. Nessa esfera, a configuração da área, na atualidade, caracteriza-se por cursos de graduação e pós-graduação, na UFPI, na UESPI, na rede privada, no Ensino à Distância e em segunda licenciatura vinculada ao PARFOR. Isto demonstra que o trabalho de formação desenvolvido no interior do curso de Licenciatura em História, da UFPI, campus Ministro Petrônio Portella, foi fator imprescindível na expansão da oferta de ensino superior na área e na multiplicação das oportunidades de formação docente para a educação básica, nuclear ao desenvolvimento do Piauí.

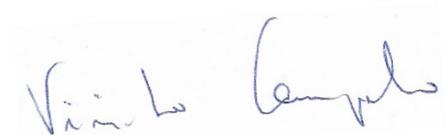
Ao longo de mais de 60 (sessenta) anos, o impacto social do curso de Licenciatura em História no contexto local e regional, integra aquele desencadeado pela UFPI. Por quase cinquenta anos, única instituição universitária no Estado, a UFPI tem exercido importante papel no processo de desenvolvimento do Piauí, como fonte de recursos e de investimentos no Estado. Vale lembrar que é grande empregadora de mão-de-obra qualificada e principal instituição formadora nos níveis de graduação e de pós-graduação. Em linhas gerais, o trabalho empreendido no interior do curso de Licenciatura em História por diferentes gerações, tem buscado alterar permanências da história social, cultural, econômica e educacional do Estado, que têm possibilitado caracterizar o Piauí como estado subdesenvolvido.

2.5 Justificativa e atualização do Projeto Pedagógico do Curso

O funcionamento atual do curso de Licenciatura em História é norteado pelo Projeto Pedagógico implantado em 2012, reformulado por ajuste curricular aprovado em 2016. Conforme estabelecido naquele Ajuste, o curso compunha-se de 3.095 (três mil e noventa e cinco) horas de carga horária, em regime de crédito, ofertando anualmente 50 vagas para o turno diurno e 50 vagas para o turno noturno.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso, a partir de demanda da Universidade Federal do Piauí (UFPI), através da Coordenação de Currículo, neste item apresenta a proposta de atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História reformula-se em virtude da necessidade de adaptação à legislação em vigor, a saber:



1. Resolução CNE/CP 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).⁵
2. Resolução CNE/CES, 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na educação superior;⁶
3. Resolução CEPEX 053/2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.⁷
4. Resolução CNE/CP 02/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica;⁸
5. Portaria INEP, n. 493, que institui temas de formação comum a ser avaliados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENADE).⁹
6. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI, que prevê como política de ensino graduação a oferta de disciplinas em fluxo contínuo.¹⁰

A adaptação do Projeto Pedagógico do Curso a esta legislação contempla as seguintes alterações:

- a) Ajuste do currículo do curso de Licenciatura em História às diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, o que implica alteração da carga horária do curso para 3.275 (três mil, duzentas e setenta e cinco) horas e organização e distribuição dos conteúdos conforme estabelecido na referida Resolução, em observância à BNC-Formação.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018.

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 053/2019**. Teresina, 2019.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília, 2017.

⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria n. 493. **Diário Oficial da União**, n. 109, Seção,1, p.35, Brasília, 2017.

¹⁰PIAUÍ. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019**. Teresina, 2015.

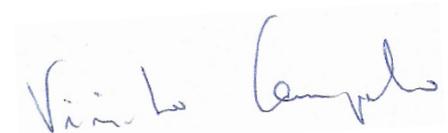
- b) Inserção das atividades curriculares de extensão (ACE), na estrutura curricular, para atender às Resoluções CNE/CES 07/2018 e CEPEX 053/2019.
- c) Adaptação do conteúdo do curso à Resolução CNE/CP 02/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, através de ajuste de ementas, integração da disciplina História da África ao núcleo obrigatório, criação de disciplinas optativas e alteração do nome de disciplina História Indígena (DHG 341) para História dos Índios (DGH 341);
- d) Criação da disciplina História Contemporânea III para contemplar a abordagem de temas previstos na portaria INEP n. 493.
- e) Compatibilização das resoluções CNE/CES 13/2002, CNE/CP 02/2017, CNE/CES 07/2018, CNE/CP 02/2019, CEPEX 053/2019, acima referidas, na estrutura curricular.

2.5.1 Adaptação à BNC-Formação e Integração das Atividades Curriculares de Extensão

A Resolução CNE/CP 02/2019, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Curricular para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelece uma conexão entre a Base Nacional Comum Curricular e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), através da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Na Resolução, o conhecimento produzido na escola é visto como base para formação inicial dos professores. A Resolução também engloba as competências e as habilidades esperadas para um professor/pesquisador e um pesquisador/professor.

Assim, os conhecimentos previstos na Base Nacional Comum para a Formação inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) serão integrados no currículo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e através do diálogo com a Base Nacional Comum Curricular, as diretrizes curriculares para os cursos de História e as diretrizes para implantação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

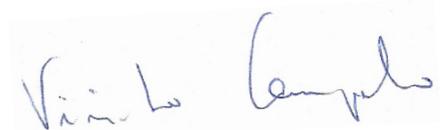
A Resolução estabelece três modalidades de curso, a saber: 1) Formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil; 2) Formação de professores multidisciplinares dos



anos iniciais do Ensino Fundamental; 3) Formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso de Licenciatura em História integra a terceira modalidade.

A Resolução estabelece que a carga horária mínima para os cursos de licenciatura deve ser de 3.200 (três mil e duzentas) horas, distribuídas em três grupos, a saber: Grupo I – 800 (oitocentas) horas de base comum, que compreendem conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos; Grupo II – 1600 (um mil e seiscentas) horas para o aprofundamento de estudos na etapa e/ou componente curricular ou área de conhecimento; e Grupo III – 800 (oitocentas) horas de prática pedagógica, distribuídas em 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho na escola e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

A carga horária de 800 horas do Grupo I deve ter início no primeiro ano, através da integração das três dimensões das competências profissionais docentes: conhecimento, prática e engajamento profissionais. A Resolução estabelece que neste primeiro grupo devem ser abordadas as seguintes temáticas: 1) Currículos e seus marcos legais; 2) Didática e seus fundamentos; 3) Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados; 4) Gestão escolar; 5) Educação Especial: marcos legais, conceitos básicos, propostas e projetos para o atendimento de estudantes com deficiência e necessidades especiais; 6) Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e informações de avaliações de desempenho escolar, realizados pelo MEC e pelas secretarias de Educação; 7) “Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhorias das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar”; 8) Conhecimento da cultura da escola, como forma de mediação dos conflitos; 9) Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor”; 10) “Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural”; 11) “Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente”; 12)



“entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática”; 13) “Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos”.¹¹

Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, às 1600 (mil e seiscentas horas) para aprofundar e desenvolver os saberes específicos podem ser ofertados de acordo com a organização curricular como **componentes curriculares, componentes interdisciplinares** ou **áreas de estudo**, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Neste PPC, esta carga horária será ofertada na modalidade de componentes curriculares.

Incluem-se nas 1600 (mil e seiscentas horas) os seguintes **saberes específicos: conteúdos da área, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento previstos pela BNCC** e correspondentes competências e habilidades. Este grupo será integralizado no PPC nas disciplinas específicas da área de História.

No que diz respeito ao grupo III, a referida Resolução, estabelece:

Art.15. No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II;

A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)¹² estabelece competências docentes, gerais e específicas. São competências gerais:

1. “Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva”¹³

¹¹BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019. Não paginado.

¹²BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019. Não paginado.

¹³ Esta competência geral deverá ser desenvolvida ao término do curso com a integralização dos componentes curriculares previstos no PPC que agregam os diferentes eixos de conhecimento, em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão.

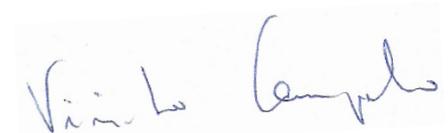
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;¹⁴
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural;¹⁵
4. “Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos em que levem ao entendimento mútuo”.¹⁶
5. “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens”;¹⁷
6. “Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”
7. “Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideais, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta”;

14Esta competência será desenvolvida, sobretudo, nas disciplinas Ensino de História I, II, e III, Metodologia do Ensino de História I e II e nos estágios supervisionados obrigatórios, no decorrer do curso.

15Esta competência será desenvolvida nas disciplinas que compõem o eixo central da prática como componente curricular, no componente curricular História, Arte e Cultura, quanto mediante atividades curriculares de extensão.

16Esta competência será desenvolvida especialmente nos componentes curriculares Metodologia do Ensino de História I e II, nos estágios supervisionados obrigatórios e em atividades curriculares de extensão.

17Esta competência será desenvolvida especialmente nos componentes curriculares Metodologia do Ensino de História I e II, nos estágios supervisionados obrigatórios e em atividades curriculares de extensão.



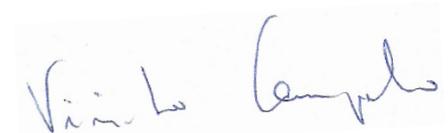
8. “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes”;
9. “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem”;¹⁸
10. “Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores”;

A Base Nacional Comum Formação articula competências gerais e específicas, que englobam as dimensões de conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Para oportunizar a assunção tanto das competências gerais, quanto das específicas, foi necessário integrar conhecimentos específicos da área, em articulação com os previstos para a Base Nacional Comum Curricular, desde o início do curso. A Base Nacional Comum Curricular estabelece a distribuição dos conteúdos a partir dos critérios cronológico e temático. Assim, para seguir estes critérios no nível da formação, tornou-se imprescindível inserir alguns conhecimentos da área de História no primeiro ano de formação.

A prática pedagógica no curso de Licenciatura em História para os últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio atravessará todo o curso, a partir do primeiro semestre, tanto em componentes curriculares da Base Nacional Comum que integra o Grupo I da estrutura Curricular, quanto no Grupo II, voltado especificamente para a aprendizagem dos conteúdos específicos da área e para o domínio pedagógico dos conteúdos previstos na BNCC.

Os componentes curriculares cujos créditos serão integralizados como prática pedagógica estão referidos na estrutura curricular deste PPC. Ao longo desses componentes curriculares, os graduandos deverão desenvolver as competências e as habilidades específicas da dimensão da prática profissional. Com efeito, ao término do curso devem ser capazes de:

¹⁸ Espera-se alcançar as competências gerais docentes de número 10 (dez) e 11(onze) ao longo do processo de formação, conforme previsto neste PPC.



1. Planejar ações de ensino que resultem em aprendizagens efetivas;
2. Saber criar e gerir situações e ambientes de aprendizagem;
3. Saber avaliar o desenvolvimento do educando e a relação ensino-aprendizagem;
4. Saber conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades;

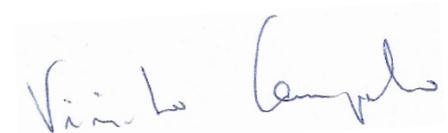
A competência de planejamento de ações de ensino e sua relação com aprendizagens efetivas ocorrerá, especialmente, no interior dos componentes curriculares que integram o eixo curricular da prática pedagógica, através do ensino-aprendizagem do como planejar ações de ensino com vista a aprendizagens efetivas, da avaliação e da autoavaliação, com vista a desenvolver o conjunto de habilidades necessárias para atingir a referida competência.

De forma específica, no interior dos componentes curriculares Metodologia do Ensino de História I e Metodologia de Ensino de História II, ocorrerá a experiência de aprendizagem de planejamento, de sequenciamento de conteúdos curriculares, de uso de estratégias didático-pedagógicas, de identificação e de produção de recursos didáticos, com uso de tecnologias digitais em vista ao desenvolvimento de atividades efetivas, em forma de laboratório de aprendizagem. Nesse processo, a aprendizagem dos discentes, tornar-se-á foco de avaliação e de parâmetro de compreensão para identificar como a aprendizagem acontece e como planejar ações para alcançar aprendizagens efetivas.

Nos componentes curriculares, relativos ao estágio supervisionado obrigatório, os estudantes, em princípio, terão a oportunidade de observar, na prática, ações de planejamento de ensino, de sequenciamento de conteúdos curriculares, de aplicação de estratégias didático-pedagógicas, de uso de materiais didáticos para fins de aprendizagem e, acompanhar, a verificação desse processo através das formas de avaliação. Em seguida, desenvolverão, na prática docente, as habilidades da dimensão da prática pedagógica, conforme referidas.

O conjunto de habilidades previstas para alcançar as competências relativas à dimensão de prática profissional também serão alcançadas mediante atividades de extensão, através do desenvolvimento de projetos de ensino-aprendizagem.

As 800 (oitocentas) horas, estabelecidas para o grupo I, de base de formação comum, serão integralizadas no curso de Licenciatura em História através de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, incluindo atividades complementares. As atividades de ensino e de pesquisa serão desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares: 1) Marcos Legais, Currículos,



Educação Especial e Gestão Escolar (60h); 2) Didática (60h); 3) História da Educação (60h); 4) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (60h), 5) Psicologia da Educação (60h).

Integram ainda a carga horária do grupo I, as disciplinas Teoria e Metodologia da História I (60h), Teoria e Metodologia da História II (60h) e as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais, também de formação comum a todos os cursos de graduação, conforme legislação em vigor.

Ao tratar dos conteúdos que devem integrar o grupo I, no item III, a Resolução CNE/CP 02/2019, estabelece:

metodologia, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem.¹⁹

Na estrutura curricular proposta, as metodologias serão integralizadas em dois níveis. Nas disciplinas Teoria e Metodologia da História I e Teoria e Metodologia da História II, nas quais abordar-se-ão os aspectos teóricos e metodológicos da área e nas disciplinas Metodologia do Ensino de História I e Metodologia do Ensino de História II, nas quais serão trabalhadas metodologias e práticas de ensino, conforme previsto na BNCC. Com relação às últimas disciplinas, objetiva-se que as ementas sejam desenvolvidas, de forma prática, através do processo de planejamento, de seleção de conteúdo, de apresentação de aula, de avaliação e de autoavaliação, para que os alunos e as alunas possam apreender o conteúdo pedagógico de temáticas estabelecidas na BNCC.

As 1600 (mil e seiscentas) horas voltadas para o aprofundamento de estudos na área de conhecimento, estabelecidas para o grupo II, serão integralizadas através de disciplinas específicas da área de História e atividades complementares.

As 800 (oitocentas horas) estabelecidas para a prática pedagógica, grupo III, serão integralizadas através das disciplinas: 1) Ensino de História I (60H), 2) Ensino de História II (60H), 3) Avaliação da Aprendizagem (60H), 4) Metodologia do Ensino de História I (60H), 5) Metodologia do Ensino de História II (60H), Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (60H), Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (75H), Estágio Supervisionado Obrigatório II (90h) e Estágio Supervisionado Obrigatório III (120h) e Estágio Supervisionado

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019. Não paginado.

Obrigatória IV (120h) e também mediante Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais.

A adaptação à Resolução CNE/CP 02/2019, implicou na redefinição das disciplinas de formação comum a todas as licenciaturas, então em vigor na UFPI, uma vez que a Resolução CNE/CP 02/2019 instituiu novos conteúdos, ao tempo em que revogou as resoluções e pareceres que estavam na base da Resolução CEPEX n. 115/05, que instituiu na UFPI, disciplinas de formação comum a todas as licenciaturas. Assim, todos os conteúdos voltados para a formação comum, apresentados na Resolução CNE/CP 02/2019, foram incluídos neste PPC e agrupados nas disciplinas 1) Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar (60h); 2) Didática (60h); 3) História da Educação (60h), 4) Psicologia da Educação (60h), conforme ementas abaixo:

- A) **CURRÍCULOS, MARCOS LEGAIS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E GESTÃO ESCOLAR (60H):** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Parâmetros Curriculares Nacionais. Diretrizes curriculares Nacionais. BNCC: introdução, fundamentos e estrutura. Currículos estaduais e municipais. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial. Propostas e projetos para o atendimento de estudantes com deficiência e necessidades especiais. O projeto pedagógico da escola, o regimento escolar, os planos de trabalho anual, os colegiados, os auxiliares da escola, as famílias dos estudantes. A cultura escolar e a mediação de conflitos. Pesquisa sobre o cotidiano, a gestão, a cultura escolar, os tempos, os ritmos e os espaços escolares. Pesquisa e observação. Entrevista. Uso das plataformas virtuais.
- B) **DIDÁTICA (60H)²⁰:** Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. O processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para a vida. Ritmos, espaços e tempos na dinâmica de sala de aula e na motivação dos estudantes. Elaboração e aplicação de procedimentos de avaliação,

20A Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as diretrizes curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelece os conteúdos específicos que devem integrar o eixo Didática e seus fundamentos. Dentre os conteúdos previstos, não foram incluídos na ementa, as alíneas “e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa; e f) compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade”. Estes temas foram incluídos no currículo nas atividades curriculares de extensão.

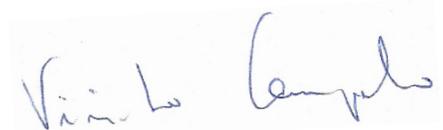
para subsidiar os processos progressivos de aprendizagem e na recuperação contínua dos estudantes. Didática e seus fundamentos na Educação Especial.

C) HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (60H): Ideias, práticas pedagógicas, instituições escolares, cultura escolar, papel social do professor, em seus fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos. O sistema educacional: evolução histórica e políticas. Contextos socioculturais dos estudantes, territórios educativos. Interpretação e análise dos indicadores e informações das avaliações do desempenho escolar, realizados pelo MEC e pelas secretarias de Educação.

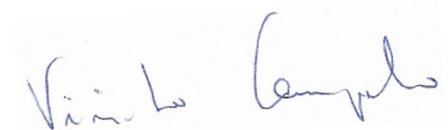
D) PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas, físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio ambiente sociocultural. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente. Aprendizagem e Educação Especial.

A adaptação à Resolução 02/2019 também ocorreu através de uma linha no currículo que aborda o ensino de história, que engloba do saber histórico escolar ao ensino na escola básica, que atravessará o curso, a partir do primeiro ano, integralizada através do desenvolvimento das seguintes ementas:

A) ENSINO DE HISTÓRIA I (60 HORAS): A história do Ensino de História. A história escolar. Os cursos universitários de História e a profissionalização dos professores. As políticas educacionais do Ministério da Educação no século XX, a Base Nacional Comum Formação e as competências gerais docentes: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional na área de História. O/a professor pesquisador/a e o pesquisador/a professor/a. Saber histórico escolar: bases epistemológicas da História: sujeito/objeto do conhecimento, concepções de tempo histórico, de documentos como suportes das relações sociais, as linguagens através dos quais os seres humanos se apropriam do mundo. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. As diferentes fontes e a compreensão das relações tempo/espaço/relações sociais no ensino de História. Saber escolar e materiais didáticos. O objeto histórico transformado em exercício, em laboratório da memória. A atitude historiadora em sala de aula e a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Demandas sociais e ensino de História. A sala de aula como lugar de pesquisa.

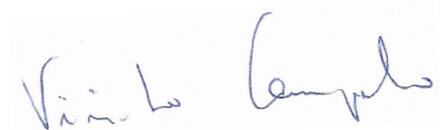


- B) ENSINO EM HISTÓRIA II (60 HORAS): Campos contemporâneos da área de História e o ensino de História na Educação Básica. A história oral como possibilidade metodológica no ensino de História na Educação Básica. Filme, cinema e ensino de História na Educação Básica. História, cultura e arte no Ensino de História. Relações de gênero no ensino de História. Patrimônio, história e meio ambiente na Educação Básica. Cultura afro-brasileira e indígena e o ensino de História na Educação Básica. Suportes tecnológicos aplicados ao ensino de História: ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos. Pesquisa sobre recursos didáticos na área de História.
- C) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (60 HORAS): Crianças e jovens e o pensamento histórico. Teorias da aprendizagem e o ensinar e o aprender em História. A avaliação da aprendizagem. A relação entre o processo de ensino e aprendizagem e o processo de avaliação na área de História. Habilidades e competências docentes, aprendizagem e avaliação na Educação Especial. Professores e alunos como sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem. Pesquisa sobre aprendizagem e avaliação na área de História.
- D) METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA I (60 H): Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Ensino Fundamental. Base Nacional Comum Curricular, área História: unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades. Os processos de identificação, análise, comparação, contextualização e interpretação no Ensino de História. O conhecimento pedagógico do conteúdo, prática e metodologias de ensino. Gestão, planejamento e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.
- E) METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA II (60 H): Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio e o Ensino de História. O novo Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Ensino de História. Os conceitos de tempo, espaço, território, fronteira, indivíduo, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho, na BNCC, Ensino Médio. Competências, habilidades e o conhecimento pedagógico do conteúdo, no Ensino Médio. Prática, metodologias de ensino, gestão, planejamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem.
- F) MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA (60 H): A pesquisa histórica. Relação sujeito/objeto. Diversidade e características das fontes. O Projeto de Pesquisa. Pesquisas exploratórias. A pesquisa arquivística e os procedimentos de



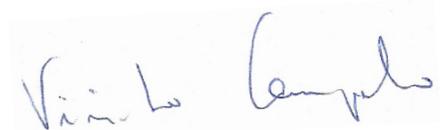
registro. Relatos de memória. A ética na pesquisa histórica. Redação do texto historiográfico. Relações entre o orientador e o orientando.

- G) ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I (75 h): Atividades de observação e de prática pedagógica destinadas a propiciar ao aluno: 1) a aprendizagem e a aplicação do planejamento de ações de ensino que resultem em aprendizagens efetivas; 2) aprender a criar e a gerir ambientes de aprendizagem; 3) aprender a avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; 4) aprender a conduzir as práticas pedagógicas dos conhecimentos, competências e habilidades previstas na BNCC 6º ano do Ensino Fundamental. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do 6º ano do Ensino Fundamental. Educação Especial. Redação e apresentação do relatório final.
- H) ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II (90 HORAS): Atividades de observação e de prática pedagógica destinadas a propiciar ao aluno: 1) a aprendizagem e a aplicação do planejamento de ações de ensino que resultem em aprendizagens efetivas; 2) aprender a criar e a gerir ambientes de aprendizagem; 3) aprender a avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; 4) aprender a conduzir as práticas pedagógicas dos conhecimentos, competências e habilidades previstas na BNCC 7º ano do Ensino Fundamental. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 7º ano do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com



alunos e alunas do 7º ano do ensino fundamental. Educação Especial. Redação e apresentação do relatório final.

- I) ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVIZADO III (120 HORAS): Atividades de observação e de prática pedagógica destinadas a propiciar ao aluno: 1) a aprendizagem e a aplicação do planejamento de ações de ensino que resultem em aprendizagens efetivas; 2) aprender a criar e a gerir ambientes de aprendizagem; 3) aprender a avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; 4) aprender a conduzir as práticas pedagógicas dos conhecimentos, competências e habilidades previstas na BNCC 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do 8º e 9º anos do ensino fundamental. Educação Especial. Redação e apresentação do relatório final.
- J) ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVIZADO III (120 HORAS): Atividades de observação e de prática pedagógica destinadas a propiciar ao aluno: 1) a aprendizagem e a aplicação de planejamento de ações de ensino que resultem em aprendizagens efetivas; 2) aprender a criar e gerir ambientes de aprendizagem; 3) aprender a avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; 4) aprender a conduzir as práticas pedagógicas dos conhecimentos, competências e habilidades previstas na BNCC para o Ensino Médio. As referidas competências deverão ser desenvolvidas através do contato e observações da realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno, bem como mediante atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local



de estágio, com alunos e alunas do Ensino Médio. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. Redação e apresentação do relatório final.

2.5.2 Inclusão das Atividades Curriculares de Extensão

Incluem-se no PPC do curso de Licenciatura em História, 330 (trezentas e trinta) horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), para atender: à Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano de Educação – PNE 2014-2024; à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e na Resolução CEPEX n. 053/19, que regulamenta as atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

As 330 (trezentas e trinta) horas de ACE correspondem acerca de 10% (dez por cento) da carga horária do Curso de Licenciatura em História, conformem estabelecem a Resolução n.7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução CEPEX n. 53, de 2019.

De acordo com a Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018,

A extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.²¹

Conforme a referida concepção, a extensão é uma forma de aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Considerando sua especificidade, compreende-se que o processo de curricularização da extensão, requer, no campo curricular, tempo e espaço específicos para o ensino da atividade de extensão. Com efeito, este PPC estabelece que parte das 330 (trezentas e trinta) horas voltadas para atividade de extensão, será

²¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MATENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018, sem paginação.

integralizada através dos processos de ensino e de aprendizagem formativos para a ação extensionista, definida de acordo com a natureza da atividade e as demandas de formação discente, avaliadas pelos professores responsáveis pela oferta das ACE. Assim, para efeito de integralização da carga horária da extensão, os alunos e alunas atuaram nas ACE na condição de participantes, de organizadores e de executores.

A Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelece a carga horária mínima para as licenciaturas em 3200 (três mil e duzentas) horas e a organização em três grupos, a saber: grupo I – 800 horas de formação Comum; grupo II – 1600 horas para aprofundamento de estudos na área de conhecimento e grupo III – 800 horas de prática como componente curricular. No curso de Licenciatura em História, a carga horária das ACE, integra o grupo I, de formação comum a todas as licenciaturas. Isto porque as ACE constituem uma formação de natureza comum a todos os cursos de graduação e, no que tange às diretrizes para a formação inicial de professores para a Educação Básica, a formação comum integra atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

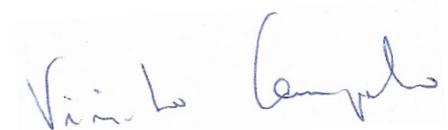
As ACE seguem as linhas e eixos temáticos de extensão definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária e os temas definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, conforme Resolução CNE/CP, nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

As linhas de extensão são as seguintes: 1)alfabetização, leitura e escrita; 2) artes cênicas (dança, teatro, técnicas circenses e performance); 3) artes integradas; 4)artes plásticas; 5) artes visuais; 6) comunicação estratégica; 7) desenvolvimento de produtos; 8) desenvolvimento regional; 9) desenvolvimento rural e questão agrária; 10) desenvolvimento tecnológico; 11) desenvolvimento urbano; 12) direitos individuais e coletivos; 13)educação profissional; 14)empreendedorismo; 15) emprego e renda; 16) endemias e epidemias; 17) espaços da ciência; 18)esporte e lazer; 19) estilismo; 20)fármacos e medicamentos; 21) formação docente; 22) gestão do trabalho urbano e rural; 23) gestão informacional; 24) gestão institucional; 25) gestão pública; 26) grupos sociais vulneráveis; 27) infância e adolescência; 28)inovação tecnológica; 29) jornalismo; 30)jovens e adultos; 31) línguas estrangeiras; 32) metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem; 33) mídia-artes; 34)mídias; 35)música; 36) organização da sociedade



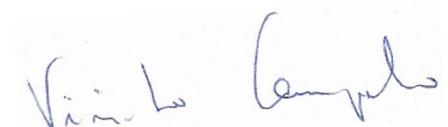
civil e movimentos sociais e populares; 37) patrimônio cultural histórico, natural e imaterial; 38) pessoas com deficiência incapacidades e necessidades especiais; 39) propriedade intelectual e patentes; 40) questões ambientais; 41) recursos hídricos; 42) resíduos sólidos; 43) saúde animal; 44) saúde da família; 45) saúde e proteção no trabalho; 46) saúde humana; 47) segurança alimentar; 48) segurança pública e defesa social; 49) tecnologia da informação; 50) temas específicos; 51) terceira idade; 52) turismo e desenvolvimento sustentável; 53) uso de drogas e dependência química.

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular, para a área de História, são temáticas para atividade de extensão: 1) A Base Nacional Comum Formação e a formação de professores; 2) A Base Nacional Comum Curricular e a formação de professores; 3) A Base Nacional Comum Curricular na área de História e a formação de professores; 4) O ensino de história e a Base Nacional Comum Curricular; 5) A Base Nacional Comum Formação e as competências docentes; 6) Pesquisas na área das Ciências da Educação e formação docente; 7) Inovações, linguagens digitais e formação docente; 8) Avaliação e formação docente; 9) Gestão educacional e formação docente; 10) Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e formação docente; 11) Os objetos de conhecimento da BNCC e o ensino de história; 12) Currículos, marcos legais e formação docente; 13) Didática, seus fundamentos e formação docente; 14) Didática, seus fundamentos na Educação Especial; 15) Metodologias, práticas de ensino e didáticas dos conteúdos na área de História; 16) Marcos legais e Educação Especial na formação docente; 17) Indicadores, avaliação escolar e formação docente; 18) Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação e formação docente; 19) Processos de desenvolvimento e formas de aprendizagem na formação docente; 20) Contextos socioculturais dos estudantes, territórios educativos e formação docente; 21) Leitura, produção e utilização de gêneros literários; 22) Conhecimento matemático e uso de estatísticas e indicadores educacionais; 23) Linguagem digital e situações de aprendizagem na Educação Básica; 24) Alfabetização, fluência em leitura e produção de escritas das crianças, jovens e adultos; 25) Conhecimento pedagógico dos conteúdos da área de História na educação básica; 26) Resolução de problemas, processos investigativos de aprendizagem e intervenção; 27) Projetos e trabalhos coletivos no espaço escolar; 28) Aprendizagens, metodologias, criatividade e inovação no ensino de História; 29) Educação especial; 30) Arte e Cultura no ensino de História; 31) Linguagens verbal, corporal, visual, sonora e digital nas relações de ensino e de



aprendizagem; 32) Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem; 33) Desenvolvimento tecnológico mundial e o uso crítico dos recursos e das informações; 34) Elaboração e execução de projetos de pesquisa que visem conhecer a escola e seu entorno e à melhoria do ensino; 35) Projetos de ensino e aprendizagem na área de história na Educação Básica; 36) Os fenômenos digitais e o pensamento computacional no processo de ensino e de aprendizagem na contemporaneidade; 37) Patrimônio e ensino de História; 38) O ensino de História Antiga na educação básica; 39) O ensino de História Medieval na educação básica; 40) o ensino de História Moderna na educação básica; 41) O ensino de História Contemporânea na educação básica; 42) O Ensino de História do Brasil na educação básica; 43) O ensino de historiografia na educação básica; 44) O ensino da história local e regional na educação básica; 45) Memória, patrimônio e cidade no ensino de história na educação básica; 46) Relações étnicas, raciais e de gênero na educação básica; 47) História e meio ambiente na educação básica; 48) Culturas afro-brasileiras e indígenas na Educação Básica; 49) História política, social, econômica, demográfica e cultural na educação básica; 50) História da África e da Ásia na educação básica; Fontes históricas no ensino de História, na educação básica; 51) Os conceitos de história, memória, identidade, tempo, espaço, narrativa e causalidade no ensino de História; 52) Teorias e metodologias da história, na educação básica; 53) Temáticas e metodologias do ensino de história no ensino fundamental; 54) Temáticas e metodologias do ensino de História no ensino médio; 55) Elaboração e divulgação de material didático na área de História; 56) História das religiões e das religiosidades e o ensino de História; 57) Espaços, fronteiras e relações internacionais com o Brasil e o ensino de História; 58) História das Américas e o Ensino de História; 59) Educação política e ensino de História; 60) História, Memória, Mídias e Audiovisuais; 61) Metodologia do trabalho científico; 62) Direitos das crianças e dos adolescentes; 63) Educação para o Trânsito; 64) Educação Ambiental; 65) Educação alimentar e nutricional; 66) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 67) Educação em Direitos Humanos; 68) Saúde, vida familiar e social; 69) Educação para o consumo; 70) Educação financeira e fiscal e 70) Trabalho, ciência, tecnologia e diversidade cultural.

A oferta das ACE para o curso de Licenciatura em História é de responsabilidade da Universidade Federal do Piauí, através de seus Departamentos, Chefias de Curso, Pró-Reitorias, Superintendências e Núcleos de Extensão. As ACE ofertadas pelos professores do curso de Licenciatura em História se articulam com as atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas em nível de graduação e de pós-graduação.

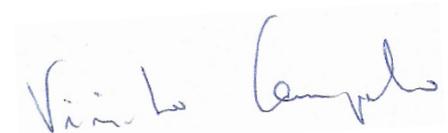


No que diz respeito à organização, às atribuições dos professores, do colegiado do curso e da coordenação do curso, dos direitos e deveres dos alunos dos processos de avaliação e de implantação das ACE, dar-se-á conforme regulamento apresentado neste PPC.

2.5.3 Adaptação à Base Nacional Comum Curricular

A BNCC para a área de História, Ensino Fundamental apresenta diretrizes específicas para anos iniciais (do primeiro ao quinto) e os anos finais (do sexto ao nono). Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, contempla a construção do sujeito. Do primeiro ao quinto anos, deve-se trabalhar o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. No terceiro e quarto ano, deve-se centrar na noção de lugar, a partir da ênfase nos temas cidade, diferenciação entre vida privada e vida pública, o urbano e o rural. Também deverão ser abordados os processos de circulação dos primeiros grupos humanos. Esta análise deve ser ampliada no quinto ano com a inclusão da reflexão sobre a diversidade dos povos e das culturas e suas formas de organização. Esta abordagem articula-se ao estudo das formas de registro dos diferentes povos e de sua relação com a memória, a identidade e a produção de patrimônios materiais e imateriais de grupos e de povos específicos.

Para os anos finais do Ensino Fundamental, as temáticas e objetos de conhecimento embasam-se em três procedimentos, a saber: 1) identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente, o Brasil), a partir de perspectiva de ordenação cronológica; 2) compreensão a respeito da produção, da circulação e da utilização de documentos, de modo a criticar formas de registro e de memória consolidados, através de várias linguagens; 3) capacidade de interpretar diferentes versões de um mesmo fenômeno, mediante avaliação de hipóteses e de argumentos, em vista a elaborar proposições próprias. O estudo dos eventos deve favorecer a construção de uma visão global da história, a partir das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia, no decorrer dos séculos. Visa-se o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a comparação, a interpretação e a proposição de soluções, bem como a ação de problematizar. Espera-se que o/a estudante seja capaz de identificar, de interpretar, de analisar e de compreender formas de registro e também perceber que a história se faz mediante perguntas e que a aprendizagem da história é tributária da produção destas.



Do ponto de vista metodológico, a BNCC para o Ensino Fundamental propõe o estudo dos conhecimentos históricos partindo-se do local em direção ao global, mediante uso das perspectivas cronológica e temática.

No Ensino Médio, o ensino de História foi incorporado à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O estudo da História articula-se, assim, às áreas de Filosofia, de Geografia e de Sociologia. A proposta da BNCC para este nível de ensino é o aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem desencadeado no Ensino Fundamental. Espera-se que o/a jovem desenvolva habilidades que permitam a crítica dos registros e das linguagens contemporâneas, bem como a capacidade de elaborar questões, recortes e interpretações, com base em hipóteses, que ancorem a construção da argumentação. Considera-se necessário saber comparar, compreender contextos e identidades, bem como problematizar e criticar posições. Espera-se que os/as estudantes desenvolvam habilidades que os permitam tematizar e problematizar categorias consideradas centrais na área de Ciências Humanas, quais sejam: tempo, espaço, territórios, fronteiras, indivíduo, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho. Espera-se que o estudo das referidas categorias oportunize o desenvolvimento das competências, a seguir, referidas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvem o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global;



4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades;
5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar pessoal e coletivamente do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.²²

As unidades temáticas e os objetos de conhecimento fontes da relação ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme a BNCC, ancoram-se em temáticas clássicas da área de História em articulação com temas estudados, especialmente, a partir da segunda metade do século XX. São conhecimentos, cujo conteúdo, na grande maioria, já constava na estrutura curricular do curso de Licenciatura em História desde reforma curricular implantada em 1995, quando foram incorporados, ao currículo, o estudo dos novos temas, objetos e problemas que caracterizavam a produção historiográfica contemporânea, bem como as disciplinas teóricas e metodológicas que sustentam as práticas de pesquisa, no curso de Licenciatura em História.

As unidades temáticas apresentadas na BNCC são consumos da historiografia produzida no âmbito da História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea, História das Américas e América-Afro-portuguesa, História da África e da Ásia, História do Piauí, História Urbana, História Demográfica, História da Vida Privada, História Econômica, História Política, História da Família, História e Meio Ambiente, História e Patrimônio, História das Mulheres e das Relações de Gênero, História e Memória, Teoria e Metodologia da História, História do Brasil Império, História do Brasil República e História do Brasil Contemporâneo, bem como História do Tempo Presente.

Quanto à metodologia sugerida para ensino de história no Ensino Fundamental e Médio, embasa-se, em parte, na transposição dos métodos e das técnicas da História para o Ensino de História. Conhecimento aprimorado, no currículo, nos componentes curriculares que

²² BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, 2017. p.558.

constituem o ciclo de pesquisa, quais sejam: Métodos e Técnicas em História, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

Com efeito, o ajuste do Projeto Pedagógico do Curso à resolução CNE/CP 02/2017, far-se-á através do ensino dos conteúdos e das metodologias referidos na BNCC em todos os cursos cujo conteúdo são específicos da área de História. Para atingir este objetivo reformulou-se as ementas das disciplinas da área de História, obrigatórias e optativas, bem como se criou um conjunto de disciplinas optativas que possibilitam aprofundar a conexão entre o ensino ministrado e a BNCC, considerando as necessidades específicas do corpo discente.

TABELA 01 - NOVAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História da África	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Oriente	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Cristianismo	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História das Américas	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História da América Afro-portuguesa	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Império	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil República	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Contemporâneo	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Historiografia Brasileira	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Teoria da História	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Piauí	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Ensino de História	60h
A DEFINIR	História da Democracia no Brasil	60h
A DEFINIR	História do Brasil: Poder e Cultura	60h
A DEFINIR	História e Movimentos Sociais no Brasil	60h
A DEFINIR	História das Instituições Escolares	60h
A DEFINIR	História e Imagem	60h
A DEFINIR	História e Imprensa	60h
A DEFINIR	Introdução a Arquivologia	60h
A DEFINIR	Introdução a Museologia	60h
A DEFINIR	Introdução a Paleografia	60h
A DEFINIR	História das Emoções	60h
A DEFINIR	Realidade Socioeconômica e Política do Brasil	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h

Vinícius Campos

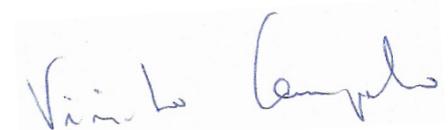
3 CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Princípios curriculares

Por meio deste Currículo, propomos um conjunto de atividades, de experiências, que integram ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de favorecer situações de ensino-aprendizagem, ao longo da formação acadêmica, que oportunizarão o desenvolvimento das competências docentes e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica, especialmente, nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Pretendemos assegurar uma formação competente para a atuação profissional, que integre, simultaneamente, a BNC-Formação e a BNCC. Assim, as atividades a serem desenvolvidas buscam articular as dimensões humana, técnica, político-social e ética. O Currículo articula três linhas de abordagem, a saber: 1) a área de História; 2) o saber histórico escolar e suas metodologias de ensino, conforme a BNCC, e 3) a prática docente como componente curricular, conforme a BNC-Formação. Isto posto através da ênfase na relação entre o saber produzido na área de História, a BNC-Formação e a BNCC.

Nessa perspectiva, consideramos os princípios:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço de produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades.
- Formação profissional para a cidadania, uma vez que a universidade deve ter o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que o profissional por meio do questionamento permanente dos fatos possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- Interdisciplinaridade, princípio que proporciona a integração disciplinar e possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re) criação do conhecimento.
- Indissociabilidade entre teoria e prática, que deve ser inerente a todo conteúdo curricular, uma vez que o projeto pedagógico deve se fundamentar na articulação teoria e prática, que representa a etapa essencial do ensino-aprendizagem. Adotar este



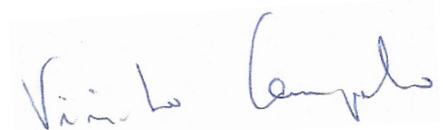
princípio permite desenvolver habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.

3.2 Objetivos

O curso de Licenciatura Plena em História, campus, Ministro Petrônio Portella, objetiva formar profissionais qualificados para o exercício do magistério na escola básica, conforme a legislação em vigor, comprometidos com a formação continuada, capazes de pensar e de agir frente aos problemas da educação brasileira e da História, em particular, no contexto sociocultural no qual estão imersos, através da ênfase, simultânea, nos saberes da área de História, no saber histórico escolar e nos saberes das ciências da Educação, conforme estabelecido na BNCC e na BNC-Formação. Espera-se que os profissionais desenvolvam competências referentes ao “comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática”, “à compreensão do papel social da escola”, “ao domínio de conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar”, “ao domínio do conhecimento pedagógico” e “ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica”.²³ Para alcançar este objetivo geral, buscar-se-á atingir os seguintes objetivos específicos:

- Abordar as diferentes concepções teóricas e metodológicas que embasam a elaboração de categorias para investigação, análise das relações sócio-históricas e ensino na educação básica;
- Estudar diferentes relações de tempo e de espaço, a partir da abordagem dos múltiplos sujeitos históricos;
- Estudar as diferentes épocas históricas em várias tradições civilizatórias e também estabelecer sua inter-relação;
- Estudar e analisar os conteúdos objetos de ensino-aprendizagem na educação básica;
- Estudar a transposição dos métodos da História para o ensino de História;
- Aplicar os métodos e as técnicas pedagógicos adequadas à abordagem dos conteúdos objetos da relação ensino-aprendizagem em diferentes níveis de ensino da educação básica;

²³ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 009/2001**. [Brasília], 2001 p. 31-32.



- Abordar e aplicar as novas tecnologias de comunicação e de informação.
- Instrumentalizar os futuros educadores a elaborarem projetos de docência e investigação da própria prática de ensino;
- Incentivar a prática de formação continuada, no âmbito dos estudos pós-graduados.

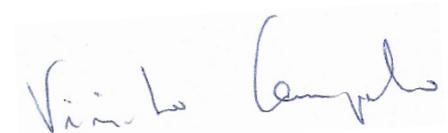
3.3 Perfil do Egresso

Nas últimas duas décadas, a legislação que tem instituído e redefinido as diretrizes curriculares para formação inicial dos professores para a educação básica, tem apontado a necessidade de desenvolvimento de competências docentes nucleares, que capacitem para autonomia profissional, formação continuada e atuação engajada e comprometida com uma educação básica de alto nível. Isto significa o desempenho de uma prática pedagógica norteada pela incessante busca de conhecimentos, que possibilitem intervir no cotidiano escolar, em vista a assegurar a real aprendizagem dos alunos e das alunas e uma relação ensino/aprendizagem baseada no saber ético.

Espera-se o desenvolvimento da competência dialógica, que se caracteriza pela compreensão do educador como agente de interlocução entre a escola e a sociedade. O processo dialógico deve levar em conta a interação entre os agentes das instituições de ensino em si; os diferentes segmentos em cada instituição de ensino; os espaços educacionais e as políticas públicas; a construção de um projeto pedagógico que valorize a importância da instituição escolar, na comunidade.

A competência ética, fundamental à responsabilidade pela vida, que diz respeito à grandeza e aos desafios de ser educador, é também imprescindível à formação e à prática docente. Ela deve ser inerente às práticas cotidianas dos professores, na escola, bem como fundamentar a construção de um projeto pedagógico centrado em relações de respeito entre aqueles que ensinam e aqueles que aprendem; e a consciência de que o professor é uma pessoa pública, cujos valores ultrapassam a sala de aula, e que repudia ideologias e práticas transgressoras da dignidade humana.

Ao término do curso de Licenciatura em História, espera-se, portanto, que o professor de História, formado pela UFPI, tenha desenvolvido as competências e habilidades docentes consideradas imprescindíveis, na legislação em vigor, que devem ser comum a todos os professores em diferentes áreas. E, conseqüentemente, quando de sua prática profissional, haja

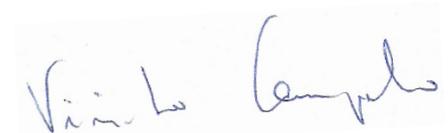


de forma ética e avalie cotidianamente o seu exercício e o contexto em que atua, para interagir, cooperativamente, com os demais profissionais da educação, em prol de uma educação básica de qualidade, comprometida com a defesa da dignidade humana.

3.4 Competências e Habilidades

Em termos específicos da área, ao final do Curso, espera-se que o professor de História tenha desenvolvido as seguintes habilidades e competências:

- Domínio de conteúdos histórico-historiográficos da área;
- Domínio das concepções teóricas e metodológicas que orientam o trabalho de investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Conhecimento e compreensão das relações espaço-tempo;
- Reconhecimento e problematização das múltiplas experiências dos sujeitos históricos;
- Identificação da posição do Brasil e do Piauí, em particular, no contexto das nações e as injunções e interesses que permeiam essas relações;
- Conhecimento de interpretações e tendências historiográficas, bem como avaliação de materiais didáticos;
- Exercício do trabalho de docência em todas as suas dimensões, o que inclui o domínio da natureza do conhecimento histórico e de práticas essenciais à sua produção e difusão;
- Capacidade de transformar o saber acadêmico em saber escolar, de modo a produzir, criticar e transmitir conhecimentos;
- Produção de recursos didáticos, que permitam ampliar as formas de ler e interpretar a História;
- Domínio dos conteúdos que integram o currículo do ensino básico, na área, especialmente, do conteúdo dos últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como das dimensões legal, filosófica, social, cultural, política e econômica da educação;
- Utilização dos métodos e técnicas de pesquisa no ensino de História e na produção de conhecimento a respeito da prática docente;
- Utilização dos métodos e das técnicas pedagógicas adequadas aos diversos conteúdos ministrados;



- Conhecimento da historicidade das manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais do tempo presente, em vista a estabelecer a relação presente/passado, no ensino de História;
- Domínio e aplicação das novas tecnologias ao ensino de história;
- Capacidade de trabalhar, no cotidiano escolar, de forma interdisciplinar;
- Reconhecimento da importância da formação continuada em nível de estudos pós-graduados para um exercício profissional de alto nível;
- Atualização e enriquecimento da cultura geral, científica, técnica e profissional.

3.5 Mercado de Trabalho

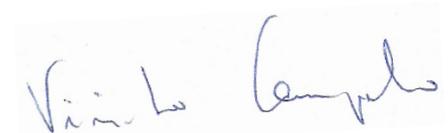
Os egressos do curso de Licenciatura em História exercerão atividade profissional, na educação básica, sobretudo, nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em instituições públicas e particulares em todo o território nacional. E, uma vez prosseguidos os estudos em nível pós-graduados, em instituições de ensino superior.

3.6 Corpo Docente

O corpo docente do curso é formado por professores que integram o Departamento de História, o Departamento de Fundamentos da Educação e o Departamento de Métodos e Técnicas da Educação. No Departamento de História, o curso conta com 21 (vinte) professores, 17 (dezessete) com doutorado na área de História, com regime de trabalho em dedicação exclusiva.

A maioria dos professores vem desenvolvendo atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Docentes estão exercendo um conjunto de atividades que visam à qualificação da formação graduada em História na UFPI, através da atuação nos programas de Monitoria, PET, PIBIC, ICV, PIBEX , PIBID e RP.

O PIBID foi implantado no referido curso desde o Edital CAPES/2009. Tem sido decisivo para a formação de professores nessa área, uma vez que tem dado oportunidades aos acadêmicos para criarem identificação com a docência, à medida que cria condições para desenvolver neles competências em sua área de atuação profissional ao longo do curso,



conforme destaca o Parecer CNE/CES 492/2001, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de História.

Inicialmente, o curso de Licenciatura em História do Campus Ministro Petrônio Portella formou uma equipe que contava com um coordenador institucional (Professor do Quadro Permanente do Curso de História da UFPI), doze graduandos do Curso e dois professores efetivos da Rede Pública de Ensino do Estado do Piauí, na área de História, que supervisionavam uma equipe constituída, respectivamente, por seis acadêmicos.

Com os bons resultados, o número de graduandos envolvidos neste Programa foi sendo ampliado e chegou a quarenta no campus Ministro Petrônio Portella, coordenados por dois professores de História da UFPI, atuando em quatro escolas públicas. O Programa foi desativado em 2017 e voltou a funcionar a partir do edital CAPES 07/2018.

A implantação do PIBID/HISTÓRIA/UFPI tem sido fundamental para estimular o desenvolvimento do interesse dos graduandos do curso de Licenciatura em História pelo aprendizado do ofício docente, contribuindo para a integração entre o Ensino Superior e a Educação Básica e para a melhoria dos índices de permanência e conclusão desses estudantes na graduação, bem como para o desenvolvimento de melhores práticas de ensino e para sua inserção qualificada na educação básica piauiense.

Em 2018, também foi implantado na UFPI o Programa de Residência Pedagógica (RP), após a aprovação da proposta submetida ao Edital Capes 06/2018. Com isso, os graduandos do curso de Licenciatura em História, que já haviam integralizado a partir de 50% do fluxograma, puderam participar. A primeira equipe foi composta por trinta graduandos (vinte e quatro bolsistas e seis voluntários), uma professora coordenadora da área de História – professora efetiva do DH - e três professoras efetivas da Rede Estadual de Ensino, da área de História. Esse Programa foi criado com o objetivo de:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;



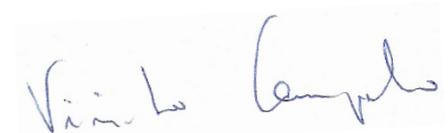
- II. Induzir a reformulação do estágio curricular supervisionado obrigatório nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
- IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).²⁴

Desse modo, o Curso de História da UFPI, tem contado com Programas diretamente voltados para o incentivo à formação docente, o que indica um forte compromisso com a formação docente de qualidade na área de História, no estado do Piauí.

Do ponto de vista da experiência profissional, no grupo, as experiências são múltiplas, contando com saber acumulado em relação à atuação na educação básica, no ensino superior em nível de graduação e pós-graduação, na educação à distância e no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Importante lembrar, que desde 2004, a UFPI conta com o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil em nível de mestrado e, a partir de 2018, em nível de doutorado, no qual, atuam a maioria dos docentes que ministram aulas na graduação. Com efeito, no interior da área, há integração entre os estudos em nível de graduação e de pós-graduação. Essa integração acontece através da atuação simultânea de professores na graduação e na pós-graduação, ministrando aulas, cursos, palestras, oficinas, coordenação de eventos acadêmicos, no envolvimento com os programas de Monitoria, PET, PIBIC, ICV, PIBEX, PIBID e RP, orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, integração de discentes da graduação em projetos e grupos de estudo, orientação do Estágio Docência, que integra a grade curricular do curso de Mestrado e de Doutorado.

²⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital CAPES n. 06/2018**. Brasília, 2018. p. 1.



Os discentes participam dos projetos de pesquisa, de atividades no NUPEM, no Núcleo de História Oral, na monitoria de eventos acadêmicos, assistem defesas públicas e são motivados a verticalizarem sua formação em nível de mestrado.

Importante ressaltar, também, que o Estágio Docência tem se constituído numa experiência rica do ponto de vista do aprendizado dos pós-graduandos e dos alunos da graduação. A oportunidade de compartilhar cotidianamente suas atividades de pesquisa junto aos graduandos tem se mostrado um fator estimulante, motivando-os frequentemente a se engajar em atividades de pesquisa e também a participar dos processos de seleção para o mestrado, nos quais anualmente egressos do Curso de Graduação em História da UFPI têm obtido êxito.

Professores do Departamento de História, desde 2011, quando foi implantado o curso de graduação em História, segunda Licenciatura, vinculada ao PARFOR, vêm atuando neste nível de graduação na área.

Alguns docentes vinculados ao Departamento de História atuam no Curso de Especialização em História Social da Cultura do Centro de Educação Aberta e a distância (CEAD) da UFPI, na coordenação do curso, ministrando aulas, selecionando tutores presenciais e à distância, assessorando o Centro de Educação na elaboração de projetos e de cursos de capacitação de professores.

A partir de 2019, o Programa de Pós-Graduação em História da UFPI passou a contar com o curso de doutorado em História, no qual atua parte do quadro docente do Departamento de História.

São atribuições do corpo docente: 1) analisar os conteúdos dos componentes curriculares, 2) enfatizar sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente; 3) fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, além da bibliografia proposta; 4) proporcionar acesso a conteúdos de pesquisa de ponta; 5) relacionar os referidos conteúdos aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso; 6) incentivar a produção do conhecimento através de grupos de estudo ou de pesquisa e também de publicação.

TABELA 2 - QUADRO DE PROFESSORES DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Agostinho Junior Holanda Coe	Doutor	Dedicação Exclusiva, com redução legal de 20h

Antônio Fonseca dos Santos Neto	Doutor	Dedicação Exclusiva
Áurea da Paz Pinheiro	Doutor	Dedicação Exclusiva
Antônio Melo Filho	Doutor	Dedicação Exclusiva
Bernardo Pereira Sá Filho	Doutor	40 horas
Cláudia Cristina da Silva Fontineles	Doutora	Dedicação Exclusiva
Dalton Melo Macambira	Doutor	Dedicação Exclusiva
Edwar de Alencar Castelo Branco	Doutor	Dedicação Exclusiva
Elizangela Barbosa Cardoso	Doutora	Dedicação Exclusiva, com redução legal de 20h
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito	Doutor	Dedicação Exclusiva
Francisco Alcides do Nascimento	Doutor	Dedicação Exclusiva
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	Doutor	Dedicação Exclusiva
João Paulo Charrone	Doutor	Dedicação Exclusiva
Jonhy Santana de Araújo	Doutor	Dedicação Exclusiva
Manoel Ricardo Arraes Filho	Doutor	Dedicação Exclusiva
Maria do Socorro Rangel	Mestre	Dedicação Exclusiva
Marylu Alves de Oliveira	Doutora	Dedicação Exclusiva, com redução legal de 20h
Merlong Solano Nogueira	Mestre	Dedicação Exclusiva
Pedro Vilarinho Castelo Branco	Doutor	Dedicação Exclusiva
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	Doutora	Dedicação Exclusiva

4 PROPOSTA CURRICULAR

4.1 Estrutura e organização curricular

Este PPC implantará duas estruturas curriculares: uma no turno diurno e outra no turno noturno, para atender as especificidades do curso noturno.

As estruturas e a organizações curriculares apresentadas neste PPC têm por base as diretrizes curriculares para os cursos da área de História, a BNCC, a BNC-Formação e a inclusão de atividades curriculares de extensão nos cursos de graduação da UFPI, bem como as atividades complementares ou atividades acadêmicas científicas e culturais. As estruturas

curriculares foram projetadas de acordo com as possibilidades de execução, uma vez que o curso de Licenciatura em História é ofertado nos turnos diurno e noturno. Com efeito, este PPC estabelece uma estrutura curricular para o turno diurno e outra para o turno noturno.

“Os componentes curriculares são unidades de estruturação didático-pedagógicas”.²⁵ Subdividem-se em disciplinas, estágios, trabalho de conclusão de curso, atividades acadêmicas complementares e atividades curriculares de extensão. Os componentes curriculares estão distribuídos na estrutura curricular em disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas da área específica de História, disciplinas com conteúdo de formação comum às licenciaturas ofertadas pela UFPI, estágio curricular supervisionado obrigatório e trabalho de conclusão de curso. Esses componentes curriculares visam oferecer mecanismos de compreensão da historicidade da história vivida e da história conhecimento; analisar a construção do saber científico e permitir a identificação e a análise dos modelos teórico-metodológicos a partir dos quais os conteúdos escolares foram selecionados e organizados, além da ênfase no conhecimento pedagógico do conteúdo objeto da relação ensino-aprendizagem na educação básica.

“Disciplina é um conjunto sistematizado de conhecimentos a serem ministrados por um ou mais docentes, sob a forma de aulas, com uma carga horária semanal e semestral pré-determinada, em um período letivo e de acordo com o PPC”.²⁶

O Estágio é uma atividade acadêmica “que prepara o[a] discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho”²⁷. No caso das Licenciaturas, os(as) discentes são obrigados(as) a realizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Este estágio, deve compreender o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (75 h), Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II (90h), Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III (120 h) e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV (120 h).

O Trabalho de Conclusão de Curso “corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos[as] alunos[as], assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação”²⁸. No curso de Licenciatura em

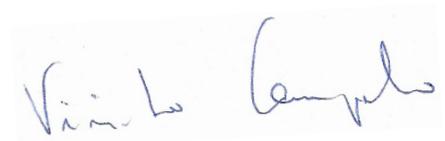
²⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012, p.5.

²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012, p. 6.

²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012, p. 8.

²⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012, p. 12.

História, os componentes curriculares Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, TCC I e TCC II permitem a experiência de um ciclo de pesquisa, da elaboração ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Com a efetivação destes cursos, o(a) aluno(a) desenvolve, simultaneamente, competências relativas à pesquisa em História, bem como à transposição dos métodos da História para o ensino da história.

A handwritten signature in blue ink, reading "Vinícius Campos". The signature is written in a cursive style and is located in the bottom right corner of the page.

Os componentes curriculares que integram o curso de Licenciatura em História organizar-se-ão conforme a estrutura prevista na Resolução CNE/CP 02/2019, em diálogo com a BNCC e com as diretrizes curriculares para os cursos de História. A referida resolução estabelece a carga horária mínima de 3.200 (três e duzentas horas) para os cursos de licenciatura, assim distribuídas: 1) 800 (oitocentas) horas para a base comum; 2) 1600 (mil e seiscentas horas) para aprendizagem dos conhecimentos específicos da área e unidades temáticas objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos; 3) 800 (oitocentas) horas, de prática pedagógica.

No grupo I, de base comum, constam as disciplinas com conteúdos de formação comum, metodologias específicas da área de História e Atividades Curriculares de Extensão e parte da carga horária específica das atividades complementares ou atividades acadêmicas, científicas e culturais, comuns a todos os cursos de graduação da UFPI. Os conteúdos de formação comum foram agrupados nas seguintes disciplinas: 1) Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar (60h); 2) História da Educação (60h); 3) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (60h); 4) Didática (60h); 5) Psicologia da Educação (60h) e 6) Didática (60h), além de 60 horas integralizadas no formato de atividades complementares. As referidas disciplinas, à exceção de História da Educação – ofertada pelo Departamento de História, serão ofertadas pelo Centro de Ciências da Educação, através dos Departamentos de Fundamentos da Educação e Métodos e Técnicas da Educação. As disciplinas Teoria e Metodologia da História I (60h) e Teoria e Metodologia da História II (60h), que abordam as metodologias da história em articulação com os seus referenciais teóricos, serão ofertadas pelo Departamento de História. As Atividades Curriculares de Extensão somam 330 (trezentas e trinta) horas, cuja oferta será de responsabilidade da UFPI, através de seus Departamentos, Chefias de Curso, Pró-reitorias e Núcleos de Extensão.

TABELA 1 – COMPONENTES CURRICULARES DO GRUPO I

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar	60h
História da Educação	60h

Vinício Campelo

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Teoria e Metodologia da História I	60h
Teoria e Metodologia da História II	60h
Atividades Curriculares de Extensão	330h
Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	60h
Total	810h

As disciplinas do grupo II, listadas abaixo, serão ofertadas pelo Departamento de História.

TABELA 2 – COMPONENTES CURRICULARES DO GRUPO II

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Introdução aos Estudos Históricos	60h
História Antiga	60h
História Medieval	60h
História da África	60h
História das Américas	60h
História Moderna I	60h
História Moderna II	60h

Vinício Campelo

História Contemporânea I	60h
História Contemporânea II	60h
História Contemporânea III	60h
História da América Afro-portuguesa	60h
História do Brasil Império	60h
História do Brasil República	60h
História do Brasil Contemporâneo	60h
Formação Econômica do Brasil	60h
História e Meio Ambiente	60h
História das Ideias Políticas e Sociais	60h
História do Piauí I	60h
História do Piauí II	60h
Historiografia Brasileira	60h
Historiografia Piauiense	60h
TCC I	60h
TCC II	60h
Disciplina Optativa I	60h
Disciplina Optativa II	60h
Disciplina Optativa III	60h
Atividades Complementares ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	80h
Carga horária total	1640h

Vinício Temporal

TABELA 3 – COMPONENTES DO GRUPO III

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Ensino de História I	60h
Ensino de História II	60h
Avaliação da Aprendizagem	60h
Metodologia do Ensino de História I	60h
Metodologia do Ensino de História II	60h
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	75h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	90h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	120h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	120h
Atividades Complementares ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	60h
Total	825

Vinício Campelo

Para cumprir a integralização curricular, os(as) alunos(as) deverão cursar 180 (cento e oitenta) horas em disciplinas por eles escolhidas, as chamadas disciplinas optativas. Os objetivos destas disciplinas são: 1) permitir o tratamento especializado de temas; 2) favorecer a formação curricular complementar; e 3) ampliar o diálogo interdisciplinar.

As disciplinas do grupo III, 1) Ensino de História I (60h), 2) Ensino de História II (60h), 3) Avaliação da Aprendizagem (60h); 4) Metodologia do Ensino de História I (60h); 5) Metodologia do Ensino de História II (60h), 6) Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (60h), 7) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (75h); 8) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II (90h), 9) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III (120h) e 10) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV (120h) serão ofertadas respectivamente pelo Departamento de História e pelo Departamento de Métodos e de Técnicas da Educação. São de responsabilidade do DH, as disciplinas listadas no intervalo de 1-6 (um a seis) e de responsabilidade do DMTE as apresentadas no intervalo de 7-10(sete a dez).

A “estrutura curricular de um curso é a disposição ordenada de componentes curriculares que constituem a formação pretendida no projeto pedagógico do curso (PPC)”.²⁹

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História, diurno, distribui-se em 8 (oito) semestres letivos, integralizada por meio do sistema de créditos, conforme apresentada nas tabelas a seguir:

²⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí.** Teresina, 2012, p. 2.

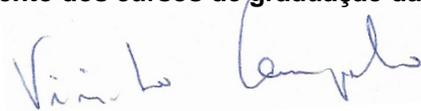


TABELA 4 - MATRIZ CURRICULAR (MATUTINO E VESPERTINO)

1º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH0203	Introdução aos Estudos Históricos	4.0.0	60	Não
DEFE	Disciplina	A DEFINIR	Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar	3.1.0	60	Não
Coordenação do Curso de Letras – Libras	Disciplina	LIBRAS010	Libras – Língua Brasileira de Sinais	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	Ensino de História I	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH0283	História Antiga	3.1.0	60	Não
DEFE	Disciplina	DFE00985	Psicologia da Educação	4.0.0	60	Não
			---			Não
			TOTAL		360	

Vinício Campelo

2º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	A DEFINIR	Ensino de História II	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	História da Educação	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH007	Teoria e Metodologia da História I	4.0.0	60	DGH0203: Introdução aos Estudos Históricos
DH	Disciplina	DGH0340	História da África	3.1.0	60	Não
DEFE	Disciplina	DMT0208	Didática Geral	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH009	História Medieval	3.1.0	60	DGH0283: História Antiga
						Não
			TOTAL		360	

Vinício Campelo

3º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH024	História Moderna I	3.1.0	60	DGH009: História Medieval
DH	Disciplina	DGH012	Teoria e Metodologia da História II	4.0.0	60	DGH007: Teoria e Metodologia da História I
DH	Disciplina	DGH008	História da América Afro-portuguesa	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH025	História das Américas	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História I	1.3.0	60	Não
			TOTAL		300	

Vinício Campelo

4º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Disciplina	DMT0054	Avaliação da Aprendizagem	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH039	História Moderna II	3.1.0	60	DGH024: História Moderna I
DH	Disciplina	DGH023	História do Brasil Império	3.1.0	60	DGH008: História da América Afro-portuguesa
DH	Disciplina	DGH047	História do Piauí I	3.1.0	60	DGH008: História da América Afro-portuguesa
DH	Disciplina	A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História II	1.3.0	60	Não
			Disciplina optativa (1) ³⁰	4.0.0	60	Não
			TOTAL		360	

³⁰ Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinício Campelo

5º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH094	História Contemporânea I	3.1.0	60	DGH039: História Moderna II
DH	Disciplina	DGH029	História do Brasil República	3.1.0	60	DGH023: História do Brasil Império
DH	Disciplina	DGH101	História do Piauí II	3.1.0	60	DGH047: História do Piauí I
DMTE	Estágio	DMTE402	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	0.0.5	75	Não
DH	Disciplina		Disciplina optativa (2) ³¹	4.0.0	60	Não
			TOTAL		315	

³¹ Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinício Campelo

6º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE403	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	0.0.6	90	Não
DH	Disciplina	DGH102	Métodos e Técnicas da Pesquisa em História	0.4.0	60	DGH012: Teoria e Metodologia da História II
DH	Disciplina	DGH103	História Contemporânea II	3.1.0	60	DGH094: História Contemporânea I
DH	Disciplina	DGH107	Historiografia Brasileira	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH056	História do Brasil Contemporâneo	3.1.0	60	DGH029: História do Brasil República
DH			Disciplina Optativa (3) ³²	4.0.0	60	Não
			TOTAL		390	

³² Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinício Campelo

7º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE404	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	0.0.8	120	Não
DH	Disciplina	DGH109	TCC I	2.2.0	60	DGH102: Métodos e Técnicas da Pesquisa em História
DH	Disciplina	DGH110	Historiografia Piauiense	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	História Contemporânea III	3.1.0	60	DGH103: História Contemporânea II
DH	Disciplina	DGH108	Formação Econômica do Brasil	4.0.0	60	Não
			TOTAL		360	

Vinício Campelo

8º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE405	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	0.0.8	120	Não
DH	Trabalho de Conclusão de Curso	DGH114	TCC II	0.4.0	60	DH109: TCC I
DH	Disciplina	DGH112	História e Meio Ambiente	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH111	História das Ideias Políticas e Sociais	4.0.0	60	Não
			TOTAL		300	

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	330H
-------------------------------------	------

ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS	200H
---	------

CARGA HORÁRIA TOTAL	3275 HORAS
----------------------------	-------------------

Vinício Campelo

TABELA 5 - FLUXOGRAMA DO CURSO DE HISTÓRIA MATUTINO E VESPERTINO: SÍNTESE DA ESTRUTURA CURRICULAR

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
1. Introdução aos Estudos Históricos 60h	7. Teoria e Metodologia da História I 60h Pré – 1	14. Teoria e Metodologia da História II 60h Pré – 7	20. Avaliação da Aprendizagem 60h	27. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I 75h	33. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II 90h	40. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III 120h	45. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III 120h
2. Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar 60h	8. História Medieval 60h Pré – 3	15. História da América Afro-Portuguesa 60h	21. História do Brasil Império 60h Pré – 15	28. História do Brasil República 60h Pré – 21	34. História do Brasil Contemporâneo 60h Pré – 28	41. TCC I 60h Pré – 37	46. TCC II 60h Pré - 41
3. História Antiga 60h	9. História da Educação 60h	16. História Moderna I 60h Pré – 8	22. História Moderna II 60h Pré- 16	29. História Contemporânea I 60h Pré – 22	35. História Contemporânea II 60h Pré – 29	42. História Contemporânea III 60h Pré – 35	47. História e Meio Ambiente 60h
4. Libras 60h	10. Ensino de História II 60h	17. História das Américas 60h	23. História do Piauí I 60h Pré – 15	30. História do Piauí II 60h Pré – 23	36. Historiografia Brasileira 60h	43. Historiografia Piauiense 60h	48. História das Ideias Políticas e Sociais.
5. Ensino de História I 60h	11. Didática Geral 60 h		24. Metodologia do Ensino de História II 60h	31. Disciplina Optativa (2) 60h	37. Métodos e Técnicas de Pesquisa em História 60h Pré-14	44. Formação Econômica do Brasil 60h	
6. Psicologia da Educação 60h	12. História da África 60h	18. Metodologia do Ensino de História I 60h	25. Disciplina Optativa (1) 60h		38. Disciplina Optativa (3) 60h		

Vinício Campelo

	13. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h ³³	19. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h	26. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h	32. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h	39. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 90h
--	--	--	--	--	--

³³ As ACE **não serão** ofertadas no curso de História no formato de disciplina, conforme Regulamento, neste Projeto. A carga horária apresentada neste fluxograma diz respeito à programação da oferta das ACE pelo Departamento de História, uma das unidades responsáveis pela oferta de ACES para os alunos e alunas do curso de História. Para informações adicionais sobre o funcionamento das ACE, consultar Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Vincenzo Campello".

TABELA 6 – MATRIZ CURRICULAR (NOTURNO)

1º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH0203	Introdução aos Estudos Históricos	4.0.0	60	Não
DFE	Disciplina	A DEFINIR	Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar	3.1.0	60	Não
Coordenação do Curso de Letras - Libras	Disciplina	LIBRAS010	Libras – Língua Brasileira de Sinais	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	Ensino de História I	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH0283	História Antiga	3.1.0	60	Não
DFE	Disciplina	DFE00985	Psicologia da Educação	4.0.0	60	Não

			TOTAL		360	

2º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	A DEFINIR	Ensino de História II	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	História da Educação	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DH007	Teoria e Metodologia da História I	4.0.0	60	DGH0203: Introdução aos Estudos Históricos
DH	Disciplina	DGH0340	História da África	3.1.0	60	Não
DMTE	Disciplina	DMT0208	Didática Geral	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH009	História Medieval	3.1.0	60	DGH0283: História Antiga
						Não
			TOTAL		360	

3º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH024	História Moderna I	3.1.0	60	DGH009: História Medieval
DH	Disciplina	DGH012	Teoria e Metodologia da História II	4.0.0	60	DGH007: Teoria e Metodologia da História I
DH	Disciplina	DGH008	História da América Afro-portuguesa	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH025	História das Américas	3.1.0	60	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História I	1.3.0	60	Não
			TOTAL		300	

Vinício Campelo

4º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Disciplina	DMT0054	Avaliação da Aprendizagem	2.2.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH039	História Moderna II	3.1.0	60	DGH024: História Moderna I
DH	Disciplina	DGH023	História do Brasil Império	3.1.0	60	DGH008: História da América Afro-portuguesa
DH	Disciplina	DGH047	História do Piauí I	3.1.0	60	DGH008: História da América Afro-portuguesa
DH	Disciplina	A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História II	1.3.0	60	Não
DH	Disciplina		Disciplina optativa (1) ³⁴	4.0.0	60	Não
			TOTAL		360	

³⁴ Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinício Campelo

5º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Disciplina	DGH094	História Contemporânea I	3.1.0	60	DGH039: História Moderna II
DH	Disciplina	DGH029	História do Brasil República	3.1.0	60	DGH023: História do Brasil Império
DH	Disciplina	DGGH101	História do Piauí II	3.1.0	60	DGH047: História do Piauí I
DMTE	Estágio	DMTE402	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	0.0.5	75	Não
DH	Disciplina		Disciplina optativa (2) ³⁵	4.0.0	60	Não
			TOTAL		315	

³⁵ Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinício Campelo

6º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE403	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	0.0.6	90	Não
DH	Disciplina	DGH102	Métodos e Técnicas da Pesquisa em História	0.4.0	60	DGH012: Teoria e Metodologia da História II
DH	Disciplina	DGH103	História Contemporânea II	3.1.0	60	DGH094: História Contemporânea I
DH	Disciplina	DGH056	História do Brasil Contemporâneo	3.1.0	60	DGH029: História do Brasil República
			TOTAL		270	

Vinício Campelo

7º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE404	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	0.0.8	120	Não
DH	Disciplina	A DEFINIR	História Contemporânea III	3.1.0	60	DGH103: História Contemporânea II
DH	Disciplina	DGH108	Formação Econômica do Brasil	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina		Disciplina optativa (3) ³⁶		60	
			TOTAL		300	

³⁶ Todas as disciplinas optativas ofertadas pelo curso devem ser cadastradas nos semestres em que constam disciplinas optativas, pois os alunos e as alunas escolhem quais disciplinas optativas desejam cursar. O que é obrigatório é o crédito da disciplina optativa, não é uma disciplina optativa em específico.

Vinícius Campelo

8º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DMTE	Estágio	DMTE405	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	0.0.8	120	Não
DH	Disciplina	DGH109	TCC I	2.2.0	60	DGH102: Métodos e Técnicas de Pesquisa em História
DH	Disciplina	DGH112	História e Meio Ambiente	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH107	Historiografia Brasileira	4.0.0	60	Não
			TOTAL		300	

Vinício Campelo

9º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
DH	Trabalho de Conclusão de Curso	DH114	TCC II	0.4.0	60	DH109: TCC I
DH	Disciplina	DGH111	História das Ideias Políticas e Sociais	4.0.0	60	Não
DH	Disciplina	DGH110	Historiografia Piauiense	4.0.0	60	Não
			TOTAL		180	

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	330H
-------------------------------------	------

ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS	200H
---	------

CARGA HORÁRIA TOTAL	3275 HORAS
----------------------------	-------------------

Vinício Campelo

TABELA 7 - FLUXOGRAMA DO CURSO DE HISTÓRIA NOTURNO: SÍNTESE DA ESTRUTURA CURRICULAR

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
1. Introdução aos Estudos Históricos 60h	8. Teoria e Metodologia da História I 60h Pré - 1	15. Teoria e Metodologia da História II 60h Pré - 8	21. Metodologia do Ensino de História II 60h	28. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I 75h	34. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II 90h	38. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III 120h	42. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV 120h	46. História das Ideias Políticas e Sociais 60h
2. Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar 60h	9. História da África 60h	16. História da América Afro-Portuguesa 60h	22. História do Brasil Império 60h Pré - 16	29. História do Brasil República 60h Pré - 22	35. História do Brasil Contemporâneo 60h Pré - 29	39. Formação Econômica do Brasil 60h	43. TCC I 60h Pré - 37	47. TCC II 60h Pré - 43
3. História Antiga 60h	10. História Medieval 60h Pré - 3	17. História Moderna I 60h Pré - 10	23. História Moderna II 60h Pré- 17	30. História Contemporânea I 60h Pré - 23	36. História Contemporânea II 60h Pré - 30	40. História Contemporânea III 60h Pré - 36	44. Historiografia Brasileira 60h	48. Historiografia Piauiense 60h
4. Libras 60h	11. História da Educação 60h	18. História das Américas 60h	24. História do Piauí I 60h Pré - 16	31. História do Piauí II 60h Pré - 24	37. Métodos e Técnicas de Pesquisa em História 60h Pré - 15	41. Disciplina Optativa (3) 60h	45. História e Meio Ambiente 60h	
5. Ensino de História I 60h	12. Ensino de História II 60h	19. Metodologia do Ensino de História I 60h	25. Avaliação da Aprendizagem 60h	32. Disciplina Optativa (2) 60h				
6. Psicologia da Educação 60h	13. Didática 60h	20. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h	26. Disciplina Optativa (1) 60h	33. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 90h				

Vinício Campelo

7. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h ³⁷	14. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h		27. Atividade Curricular de Extensão (ACE) 60h			
---	--	--	--	--	--	--

TABELA 8 - COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS OFERTADOS PELO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS
Introdução aos Estudos Históricos	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História da África	60h – 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História Antiga	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Teoria e Metodologia da História I	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História da América Afro-portuguesa	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História Medieval	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Teoria e Metodologia da História II	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História do Brasil Império	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História Moderna I	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História das Américas	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História do Brasil República	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História Moderna II	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História do Piauí I	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História do Brasil Contemporâneo	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História Contemporânea I	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
História do Piauí II	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)

³⁷ As ACE **não serão** ofertadas no curso de História no formato de disciplina, conforme Regulamento, neste Projeto. A carga horária apresentada neste fluxograma diz respeito à programação da oferta das ACE pelo Departamento de História, uma das unidades responsáveis pela oferta de ACES para os alunos e alunas do curso de História. Para informações adicionais sobre o funcionamento das ACE, consultar Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.

Vinício Campelo

Métodos e Técnicas da Pesquisa em História	60h– 4 CRÉDITOS (0.4.0)
História Contemporânea II	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Historiografia Brasileira	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
Formação Econômica do Brasil	60h– 4 CRÉDITOS (3.1.0)
TCC I	60h– 4 CRÉDITOS (2.2.0)
Historiografia Piauiense	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História das Ideias Políticas e Sociais	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História e Meio Ambiente	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
TCC II	60h – 4 CRÉDITOS (0.4.0)
História Contemporânea III	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
História da Educação I	60h – 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Ensino de História I	60h – 4 CRÉDITOS (2.2.0)
Ensino de História II	60h – 4 CRÉDITOS (2.2.0)
Metodologia do Ensino de História I	60h – 4 CRÉDITOS (1.3.0)
Metodologia do Ensino de História II	60h – 4 CRÉDITOS (1.3.0)

TABELA 9 - COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS OFERTADOS POR OUTROS DEPARTAMENTOS

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS
Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar	60h – 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Didática	60h – 4 CRÉDITOS (3.1.0)
Psicologia da Educação	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
Avaliação da Aprendizagem	60h – 4 CRÉDITOS (2.2.0)
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	75h – 5 CRÉDITOS (0.5.0)
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	90h –6 CRÉDITOS (0.6.0)
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	120h –8 CRÉDITOS (0.8.0)
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	120h –8 CRÉDITOS (0.8.0)
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)

Vinício Campelo

TABELA 10 – DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS
DGH117	Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil	60h - 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0300	História da Infância e da Juventude	60h - 4 CRÉDITOS (4.0.0)
A DEFINIR	Realidade Socioeconômica e Política do Brasil	60 h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0282	História Ibérica	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DCS0207	Introdução à Antropologia	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0296	História da América Latina	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0303	Cultura Afro-Brasileira	60 – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0330	Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH371	Gestão Escolar e do Ensino de História	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DHG0234	História Econômica Geral	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0339	História e Memória	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0341	História dos Índios	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0298	História e Cidade	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0299	História e Movimentos Sociais	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)

Vinício Campelo

DGH0304	História e Literatura	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0343	História e Gênero	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0305	História e Cinema	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0345	História, Arte e Cultura	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0347	História do Tempo Presente	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0306	História, Cultura e Trabalho	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0300	História da Infância e da Juventude	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0349	História da Arte	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0350	Cultura Brasileira	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0338	Introdução à Política	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DFI0255	Introdução à Filosofia	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0328	Introdução à Arqueologia	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DCS0052	Introdução à Sociologia	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0353	Tópicos Especiais em História Antiga	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0354	Tópicos Especiais em História Medieval	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)

Vinício Campelo

DGH0355	Tópicos Especiais em História Moderna	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DGH0357	Tópicos Especiais em História Contemporânea	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DLE0002	Português I Prática de Redação	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DLE0174	Inglês Instrumental Básico	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DLE0229	Francês Instrumental Básico	60 h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEF0073	Prática Desportiva	30 h– 4 CRÉDITOS (0.0.2)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Oriente	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História da África	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Cristianismo	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História das Américas	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História da América Afro-portuguesa	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Império	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)

Vinício

DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil República	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Contemporâneo	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em Historiografia Brasileira	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em Teoria da História	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Piauí	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Tópicos Especiais em Ensino de História	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História da Democracia no Brasil	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História do Brasil: poder e cultura	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História e Movimentos Sociais no Brasil	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História das Instituições Escolares	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História e Imagem	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)

Vinício Campelo

DEFINIR	História e Imprensa	60h– 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Introdução a Arquivologia	60h – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Introdução a Museologia	60H – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	Introdução a Paleografia	60H – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
DEFINIR	História das Emoções	60H – 4 CRÉDITOS (4.0.0)
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA		180h

TABELA 11 – PRÁTICA PEDAGÓGICA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Ensino de História I	60h	2.2.0
Ensino de História II	60h	2.2.0
Avaliação da Aprendizagem	60h	2.2.0
Metodologia do Ensino de História I	60h	1.3.0
Metodologia do Ensino de História II	60h	1.3.0
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h	0.4.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	75h	0.5.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	90h	0.6.0

Vinício Campelo

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	120h	0.8.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	120h	0.8.0

TABELA 12– RESUMODA MATRIZ CURRICULAR

GRUPO	CARGA HORÁRIA
Grupo I – Formação Comum	810h
Grupo II – Conteúdos específicos da área	1640h
Grupo III – Prática Docente	825h
Atividades Curriculares de Extensão (carga horária incluída no Grupo I)	330h
Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (carga horária incluída nos Grupos I, II e III)	200h
Carga horária total do curso	3275h

Vinício Campelo

4.2 Prática Pedagógica

A prática como componente curricular é uma dimensão do conhecimento que produz, no âmbito do ensino, a aplicação de saberes relativos à docência. A Prática como componente curricular não se restringe a um espaço isolado. Este PPC estabelece que ela deve ser experienciada em tempos e espaços curriculares ao longo do curso, desde o início da formação do futuro professor. A Resolução CNE/CP 002/ 2019 instituiu a carga horária de 800 (oitocentas) horas para a prática como componente curricular, denominada, nesta resolução, de prática pedagógica. A Resolução estabelece que a prática pedagógica deve ser articulada desde o início do curso, com os estudos e as práticas previstos nos componentes curriculares, distribuída em 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado obrigatório, em ambiente de ensino aprendizagem; e 400 (quatrocentas) horas, ao longo do curso, entre temas dos Grupos I e II.

Com efeito, as 800 (oitocentas) horas voltadas para a prática pedagógica serão integralizadas, a partir do primeiro ano do curso, ao longo das seguintes disciplinas: Ensino de História I (60h), Ensino de História II(60h), Metodologia do Ensino de História I(60h), Metodologia do Ensino de História II(60h), Avaliação da Aprendizagem (60h), Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (60h), Estágio Curricular Supervisionado I (75h), Estágio Curricular Supervisionado II (90h), Estágio Curricular Supervisionado III (120h) e Estágio Curricular Supervisionado IV (120h) e também mediante integralização de atividades complementares.

O Currículo foi organizado a partir da articulação entre a área de História, o saber histórico escolar, a contribuição das ciências da educação para a formação docente, avaliações e metodologias de ensino e prática no interior da escola básica. O conjunto de disciplinas referido e listado abaixo visa integrar e aplicar os conhecimentos dos componentes curriculares que tratam especificamente da área de História, dos conhecimentos de formação comum às licenciaturas, no processo de formação docente.

As disciplinas do Grupo III constituem uma linha do currículo que abordará a constituição do saber histórico escolar, a relação entre saber histórico escolar, os campos historiográficos e as políticas educacionais do Ministério da Educação para a formação inicial de professores, os materiais didáticos, o conteúdo histórico pedagógico, suas metodologias, formas de avaliação e práticas pedagógicas no interior da escola básica.

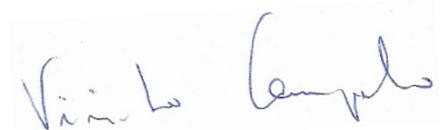


TABELA 13 – PRÁTICA PEDAGÓGICA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Ensino de História I	60h	2.2.0
Ensino de História II	60h	2.2.0
Avaliação da Aprendizagem	60h	2.2.0
Metodologia do Ensino de História I	60h	1.3.0
Metodologia do Ensino de História II	60h	1.3.0
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h	0.4.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	75h	0.5.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	90h	0.6.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	120h	0.8.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	120h	0.8.0
Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	60h	
Total		825h

TABELA 14
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO (PCC)³⁸

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Ensino de História I	60h	2.2.0

³⁸ Em todas as disciplinas obrigatórias da área de História, cujo conteúdo está diretamente articulado ao ensino de história na educação básica, incluiu-se, nas ementas, a prática como componente curricular, através da vinculação da temática da disciplina ao ensino de história na Educação Básica, conforme pode ser verificado no item Ementas, com o objetivo de atender ao disposto na BNCC. A carga horária prevista na legislação em vigor para o desenvolvimento da Prática como Componente Curricular Obrigatório (PCC) está contemplada nas disciplinas listadas na tabela 14.

Ensino de História II	60h	2.2.0
Avaliação da Aprendizagem	60h	2.2.0
Metodologia do Ensino de História I	60h	1.3.0
Metodologia do Ensino de História II	60h	1.3.0
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h	0.4.0
Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	60h	

TOTAL	420	
--------------	------------	--

TABELA 15 – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	75h	0.5.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	90h	0.6.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	120h	0.8.0
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	120h	0.8.0
Total		405h

4.3 Regulamentos

4.3.1 Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Disposições Preliminares

Art. 1º -O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em História da UFPI, campus Ministro Petrônio Portella, é regido em consonância com a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, pela Lei nº 11.788 de 25.09.2008, pela Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI, de 05/11/2012, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica/Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, conforme a resolução CNE/CP 02/2019 e pela Base Nacional Comum Curricular, resolução CNE/CP 02/2017.

Princípios e Objetivos

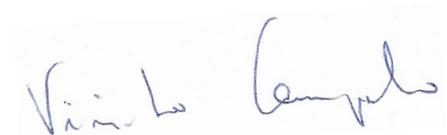
Art. 2º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em História da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências, de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em História da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídos no processo de formação do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, de execução e de avaliação de atividades na área específica de seu estágio;
- III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

Condições para a Realização do Estágio

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vim L. Campos'.

Art. 4º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. Proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. Dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. Existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

Organização

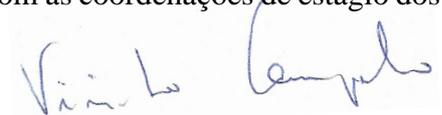
Art. 5º - A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de Campo;
- V. Estudante Estagiário.

Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos



cursos, um sistema de documentação e de cadastramento dos estágios.

Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

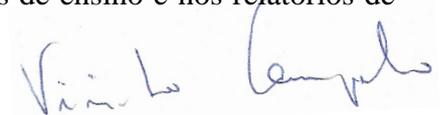
Art. 7º-São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

Professor Orientador de Estágio

Art. 8º - O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários, simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de



estágio;

- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.
- g) Registrar as práticas em portfólio para compilação de evidências das aprendizagens do aluno, características da docência, tais como: planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

Supervisor de Campo de Estágio

Art. 9º - O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento, desenvolvida no curso do estagiário, responsável, neste local, pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades. São suas atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

Estudante Estagiário

Art. 10º - São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.



Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Art. 11º - O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 4 (quatro) estágios, a saber: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (75h); Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II (90h); Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III (120h) e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV (120h).

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; docência, que permita ao aluno ministrar aulas ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo de ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- c) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

Avaliação

Art. 12º - A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em História, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 13º - A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.14º - Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário

específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;

II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;

III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

Parágrafo 1º - O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

Parágrafo 2º - As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

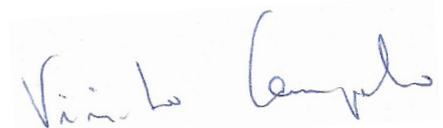
Art. 15º - Os estagiários que exercem atividades de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) das horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

Parágrafo 1º - Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à _____ e à Câmara de Ensino (CAMEN).

Estratégias para Gestão da Integração do Ensino no Curso de Licenciatura em História na Rede de Escolas da Educação Básica

Art. 16º - Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em História deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar a atualização curricular;



- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da educação básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da educação básica, docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e dos resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

Disposições Finais

Art. 17º - As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em História e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino (CAMEN).

4.3.2 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão

Título I

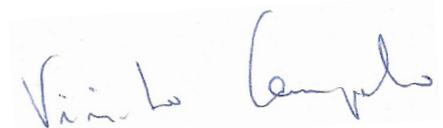
Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este regulamento tem por finalidade estabelecer normas para as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), no curso de Licenciatura em História, Campus Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Parágrafo único – as ACE são requisitos indispensáveis à integralização curricular.

Art. 2º - Este regulamento tem por base a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto



na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano de Educação – PNE 2014-2024; a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e na Resolução CEPEX n. 053/19, que regulamenta as atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

Art. 3º - Este regulamento estabelece que 10% (dez por cento) da carga horária do Curso de Licenciatura em História são destinados às ACE.

Parágrafo único – a carga horária das ACE é somada no Projeto Pedagógico do Curso no Grupo I – Formação Comum, conforme estabelecido na Resolução CNE/CP, nº 2 de 20 de dezembro de 2019.

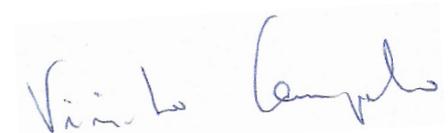
Art. 4º - As ACE seguem as linhas e os eixos temáticos de extensão definidos no Plano Nacional de Extensão Universitária e os temas definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação e pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, conforme Resolução CNE/CP, nº2, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 5º - A oferta das ACE para o curso de Licenciatura em História é de responsabilidade da Universidade Federal do Piauí, através de seus Departamentos, Chefias de Curso, Pró-Reitorias, Superintendências e Núcleos de Extensão.

Art.6º As ACE articulam-se às atividades de pesquisa e de ensino e serão ofertadas de forma interdisciplinar.

§ 1º As ACE ofertadas pelos professores do curso de Licenciatura em História articulam-se com as atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas em nível de graduação e de pós-graduação.

§2º É permitido aos estudantes participarem de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior.



§3º Os estudantes integrarão as ACE na condição de participantes, na organização e na execução da atividade, com ou sem bolsa de extensão.

§ 4º As ACE desenvolvidas pelos professores do curso de Licenciatura em História podem ser realizadas em parceria com professores de outras instituições de ensino superior.

Título II

Seção I

Da Organização

Art. 7º - As ACE poderão ser ofertadas através das seguintes modalidades:

- I – Programas;
- II – Projetos;
- III – Cursos e oficinas;
- IV – Eventos;
- V – Prestação de serviços.

Art. 8º - Na distribuição da carga horária do curso, as ACE estão previstas para integralização do segundo ao sexto período do curso, podendo ser integralizadas até o último semestre do curso.

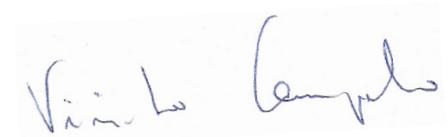
Art. 9º - Os alunos matriculados no turno noturno poderão desenvolver as ACE no turno diurno e vice-versa.

Art. 10º - Os processos de desenvolvimento das ACE serão precedidos de uma fase de formação dos estudantes, que contará como carga horária integralizada de extensão.

§ 1º As ACE poderão ser ofertadas na modalidade formação, destinadas à formação discente para atuar nas ACE na condição de executante;

§ 2º A carga horária destinada à formação será definida de acordo com a natureza da atividade e expressa no ato de cadastramento da atividade na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Art. 11º - O curso de Licenciatura em História ofertará pelo menos uma ACE por semestre.



Art. 12º - O curso de Licenciatura em História desenvolverá um programa de extensão, a ser cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura, que integrará todos os professores do curso.

Art. 13º - A cada semestre, um professor será responsável pela oferta das ACE, assumindo, também, a condição de coordenador da atividade curricular de extensão;

Art. 14º - Em um semestre, mais de um professor poderá ofertar ACE;

Art. 15º - A oferta das ACE pelos professores do curso será feita com base em lista alfabética ou em outro critério definido pelo Colegiado do Curso.

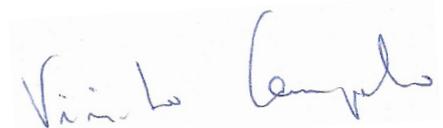
Art.16º - As ACE, para efeito de integralização da carga horária docente, corresponderá à oferta de uma disciplina de 60 (sessenta) horas.

Art.17º - O programa de extensão a ser desenvolvido pelo curso de Licenciatura em História poderá integrar discentes dos cursos de mestrado e de doutorado, bem como do Programa de Pós-doutorado.

Art.18º - Além dos professores do curso de Licenciatura em História, a oferta das atividades de extensão, também pode se efetivar através dos discentes do Programa de Pós-Graduação em História, cursos de Mestrado e de Doutorado e daqueles integrados em Programas de Pós-Doutorado.

Art.19º - As ACE nas modalidades Curso de extensão de Iniciação e Evento de Extensão podem ser coordenadas por entidades estudantis com representação comprovada.

Art.20º - A inserção das ACE no PPC do curso segue as seguintes etapas: 1) cadastramento do programa de extensão a ser desenvolvido pelos professores do curso de Licenciatura em História; 2) Oferta das ACE pelo professor responsável, no semestre; 3) cadastramento das ACE na PREXC pelo professor responsável; 4) Oferta, pela PREXC, da ACE cadastrada, via módulo de extensão no SIGAA; 5) Inscrição dos candidatos pela Coordenação do Curso; 6) Execução da ACE; 7) Envio do relatório pelo professor responsável pela oferta da ACE à PREXC, via módulo SIGAA; 8) Homologação do relatório pela PREXC; 9) Lançamento da carga horária da ACE.



Art.21º - A oferta das ACE será semestral através do SIGAA, obedecendo calendário acadêmico da UFPI.

Art.22º - As ACE serão integralizadas no currículo do curso de Licenciatura em História no módulo de extensão SIGAA e lançadas no histórico do aluno como “Atividades Curriculares de Extensão” – ACE.

Título III

Seção I

Das Atribuições do Colegiado de Curso

Art. 23º - Ao Colegiado do Curso de Graduação em História, compete:

- I Cadastrar Programa de Extensão que integre os professores e professoras do Curso;
- II Levantar demandas para ACE e propor soluções;

Seção II

Das Atribuições do Coordenador do Curso

Art. 24º - São atribuições do Coordenador do Curso, no que diz respeito às ACE:

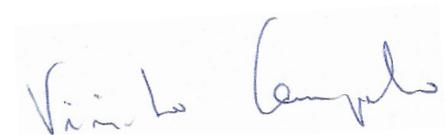
- I Inscrever os alunos e alunas nas ACE, via módulo SIGAA;
- II Lançar carga horária da ACE, após homologação do relatório pela PREXC;

Seção III

Das Atribuições do Professor Responsável pela Ofertada ACE

Art. 25º - Ao(à) professor (a) responsável pela oferta da ACE, compete:

- I Cadastrar a ACE na PREXC;
- II Ofertar a ACE;
- II Formar os alunos e alunas para a ACE;
- III Selecionar a equipe executante da ACE;
- IV Coordenar e orientar a execução da ACE;
- V Executar a ACE;
- VI Enviar relatório da ACE à PREXC.



Seção IV

Dos Deveres e dos Direitos dos Alunos e das Alunas

Art. 26º - Além dos previstos no regimento interno da UFPI e legislação pertinente ao assunto, são direitos dos (as) alunos (as), no tocante às Atividades Curriculares de Extensão:

- I. Dispor de condições necessárias à execução das atividades, de acordo com as possibilidades científicas e técnicas da UFPI;
- II. Integrar fase de formação para o desenvolvimento das ACE, com a devida integralização da carga horária na forma de ACE;
- III. Integrar as ACE na condição de participante, organizador e executante, com ou sem bolsa;
- IV. Dispor da orientação do professor responsável pela ACE no momento de execução da atividade.

Art. 27º - Além dos previstos nas normas internas da UFPI legislação pertinente ao assunto, são deveres dos (as) alunos (as) no tocante às ACE:

- I. Cumprir este regulamento;
- II. Matricular-se nas ACE ofertadas pelo curso de Licenciatura em História e pela UFPI;
- III. Cumprir atividades, horários e cronogramas previstos na ACE;
- IV. Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei, a favor de terceiros (as), quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

Título IV

Da Avaliação

Art. 28º - Após implantação das ACE, no currículo do curso de Licenciatura em História, o Núcleo Docente Estruturante, avaliará:

- I A pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
- II A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do PPC;
- III A relação entre fluxo curricular e as ACE;
- IV A relação entre ACE e evasão;
- V As ACE e o funcionamento do curso de Licenciatura em História no turno noturno;

Título V



Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 29º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em História.

Art. 30º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

4.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Um dos requisitos da integralização curricular do curso de Licenciatura em História é a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esta parte do currículo será integralizada conforme o regulamento a seguir apresentado.

4.4.1 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Título I

Seção I

Das Disposições Preliminares

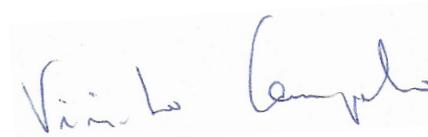
Art. 1º – Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) da Graduação em História, Modalidade Licenciatura Plena da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portella.

Parágrafo único - O TCC é requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º – O TCC, atividade curricular integrante do Currículo do Curso de Graduação em História, é obrigatório.

Art. 3º – O TCC será elaborado individualmente, sobre problemas de natureza histórica, tendo por princípio a sua relevância social e científica na formação docente.

Art. 4º – O TCC será normalizado de acordo com a ABNT.



Parágrafo Único – Serão aceitas como modalidades de TCC: Monografias, Artigos Científicos para publicação em Revistas Especializadas indexadas (acompanhado do respectivo aceite de publicação do trabalho) e Documentários em Vídeo.

Art. 5º – Nas atividades acadêmicas específicas TCC I e TCC II, haverá 5 (cinco) orientandos(as), no máximo, para cada professor(a).

Título II
Seção I
Da Organização

Art. 6º – As atividades acadêmicas específicas TCC I e TCC II compreenderão atividades de orientação, acompanhamento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Título II
Seção II
Das Atribuições do Colegiado do Curso de História

Art. 7º – À Coordenação do Curso, compete:

- I. Publicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o local, o horário, a data da defesa e a composição da banca;
- II. Providenciar encaminhamento à Biblioteca do CCHL de cópia do TCC aprovado, em meio digital;
- III. Manter banco de dados atualizado dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, bem como *linhas de pesquisa* dos professores orientadores;
- IV. Colaborar, sempre que necessário, com o(a) Professor(a) Orientador(a), no que diz respeito aos contatos com instituições públicas, privadas e de terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material de referência para a pesquisa, durante a elaboração do TCC pelo(a) aluno(a).

Título II
Seção III
Das Atribuições do Professor Orientador do TCC

Art. 8º – Ao(à) professor(a) orientador(a) compete:



- I. Observar as normas que orientam o TCC;
- II. Colaborar com o(a) discente na escolha e definição do tema do TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de seus orientandos(as);
- IV. Orientar e avaliar o(a) discente em todas as fases do processo de elaboração do projeto, execução da pesquisa e apresentação do TCC;

Art. 9º – Os(as) professores(as) orientadores(as) serão, obrigatoriamente, do quadro docente da UFPI, com formação na área de História.

Parágrafo único – Os (as) professores (as) de outros Departamentos ou Chefias de Curso poderão orientar um(a) aluno(a) por semestre.

Art. 10º –O Departamento de História ofertará a cada semestre os componentes curriculares TCC I e TCC para todos (as) os professores efetivos do curso.

Art. 11º - O Departamento de História poderá ofertar os componentes curriculares TCC I e TCC II para professores substitutos, desde que o contrato não finde antes do término do semestre.

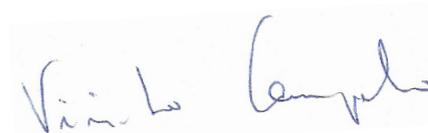
Art. 12º - Os(as) professores(as) substitutos poderão orientar 1 (um) aluno (a) por semestre.

Parágrafo Único – Cada aluno(a) deverá escolher o(a) orientador(a) do seu trabalho de acordo com a área de interesse da pesquisa e da disponibilidade do orientador(a).

Art. 13º – Ao escolher o(a) professor(a) orientador(a), o(a) aluno(a) deverá realizar convite formal, acompanhado do Projeto de Pesquisa.

Art. 14º - A matrícula nos componentes curriculares TCC I e TCC II deverá ocorrer após a anuência do professor(a) orientador(a);

Art. 15º – O professor(a) orientador(a) poderá solicitar o afastamento da orientação, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados.



Parágrafo Único - Para tanto, deverá comunicar de forma escrita, ao(à) aluno(a) por ele orientado e ao Colegiado do Curso, para que o(a) aluno(a) e o Colegiado do Curso de Graduação apresentem um novo orientador.

Art. 16º – O(a) aluno(a) poderá solicitar, por iniciativa própria, ao Coordenador do Curso de Licenciatura, a substituição de seu(sua) orientador(a), desde que justifique as razões por escrito e indique novo(a) orientador(a). Ao(à) Coordenador(a) do Curso, caberá submeter tal solicitação à apreciação do Colegiado de Curso.

Título III
Seção I
Da Avaliação

Art. 17º – A avaliação do TCC será feita por uma Comissão de Avaliação formada, pelo(a) professor(a) orientador(a) e por 02 (dois) professores com qualificação acadêmica compatível, indicados em comum acordo por orientador e orientando, cuja banca será cadastrada pela Coordenação do Curso.

Parágrafo Único – o primeiro examinador (a) será, necessariamente, dos quadros da UFPI, mas o segundo examinador (a) poderá ser um pesquisador pertencente a qualquer instituição de ensino superior ou não, desde que possua pelo menos o mestrado.

Art. 18º – A avaliação do TCC levará em consideração os seguintes aspectos:

- I. Coerência entre problemas, objetivos e a argumentação;
- II. Normas da ABNT;
- III. Relevância da proposta, a natureza histórica e interdisciplinar, os aspectos teóricos, metodológicos e de narrativa do trabalho.

Art. 19º – Para a defesa do TCC, serão encaminhados 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) destinado ao (à) Professor (a) Orientador(a), 1 (um) para o examinador (a) I, e 1 (um) para o examinador (a) II.

§ 1º – O(a) professor(a) orientador(a) deverá encaminhar à Coordenação do Curso os dados relativos ao TCC em orientação, para que este baixe portaria estabelecendo a Comissão de



Avaliação com os(as) participantes indicados(as) pelo(a) professor(a) orientador(a) e pelo orientando(a).

§ 2º – A versão definitiva deverá ser encaminhada à Coordenação do Curso, em Cd-Rom ou DVD, onde deverá constar: nome do(a) aluno(a) e do(a) orientador(a), título do trabalho, linha de pesquisa e data de conclusão do trabalho, com a respectiva ficha catalográfica.

Título IV

Seção I

Dos Deveres e Direitos dos Alunos

Art. 20º – Além dos previstos no regimento interno da UFPI e legislação pertinente ao assunto, são direitos dos(as) alunos(as) matriculados(as) nas atividades acadêmicas específicas TCC I e TCC II:

- I. Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas da Universidade;
- II. Ser orientado(a) por um professor(a) na realização do TCC;
- III. Ser previamente informado sobre o prazo para entrega do TCC;

Art. 21º – Além dos previstos nas normas internas da Universidade e legislação pertinente ao assunto, são deveres do(a) aluno(a) matriculado(a) na disciplina TCC:

- I. Cumprir este regulamento;
- II. Realizar a Apresentação Pública nos prazos e condições determinados;
- III. Cumprir horários e cronogramas;
- IV. Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros (as), quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

Art. 22º - A Coordenação do Curso disponibilizará manual de elaboração do TCC e repositório na página do curso para publicação dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Título V

Seção II

Das Disposições Gerais e Transitórias



Art. 23º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em História, o(a) professor(a) orientador(a) e o orientando(a).

Art. 24º–Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

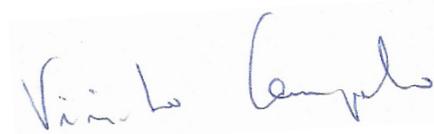
4.5 Metodologia

No que diz respeito à metodologia, seu princípio geral, será a articulação entre teoria/prática, ensino/pesquisa e extensão, através da operacionalização da estrutura curricular do curso de História, conforme legislação em vigor. A partir deste eixo geral, desdobram-se um conjunto de procedimentos metodológicos relativos aos componentes curriculares em observância às suas especificidades.

Trabalhar-se-á com disciplinas teóricas, práticas e teórico-práticas, que possibilitem oferecer mecanismos de compreensão da historicidade da história vivida e da história conhecimento; analisar a construção do saber científico e permitir a identificação e a análise, nas disciplinas de conteúdo, dos modelos teórico-metodológicos a partir dos quais os conteúdos foram organizados.

Na formação do professor de História para as diferentes etapas da educação básica dever-se-á observar princípios metodológicos que assegurem:

- I – a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II – a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dela se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;
 - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição de competências;
 - d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias;



III – a pesquisa, como foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.³⁹

A competência constitui, assim, uma concepção nuclear na orientação do curso, uma vez que expressa a aquisição de um conjunto de habilidades ensinadas em diferentes tempos e espaços curriculares, a partir da articulação entre teoria e prática, ensino/pesquisa e extensão. Trata-se de um conceito chave na articulação entre os níveis de ensino, princípio pedagógico da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica⁴⁰.

O ensino voltado para a aprendizagem do aluno, no curso de Licenciatura em História, embasa-se na experiência de ensino, pesquisa e extensão ao longo da graduação.

Na integralização dos componentes curriculares, especialmente, naqueles que integram o ciclo de pesquisa, os futuros professores devem aprender métodos da pesquisa em História que os capacitam para criarem experiências pedagógicas que possibilitam o ensino voltado para a aprendizagem do aluno na educação básica.

Importa destacar que aprender e ensinar história requer “a transposição dos métodos de pesquisa da História para o ensino de História”, uma vez que essa transposição “propicia situações pedagógicas privilegiadas para o desenvolvimento de capacidades intelectuais autônomas do estudante na leitura de obras humanas, do presente e do passado”.⁴¹ Isto porque

O conhecimento histórico escolar, além de se relacionar com o conhecimento histórico de caráter científico nas especificações das noções básicas da área, também se articula aos fundamentos de seus métodos de pesquisa, adaptando-os para fins didáticos.⁴²

A Base Nacional Comum Curricular para a educação básica, na área de História, pressupõe que o futuro professor tenha compreensão acerca da produção do conhecimento na área, dos métodos de pesquisa, das fontes e dos enfoques teóricos. Saberes adquiridos nas disciplinas que abordam o conhecimento relativo à área.

Através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o futuro professor deve aprender como se constrói o conhecimento na área de História. Por meio de contribuições

³⁹ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. [Brasília], 2002.

⁴⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta pública. [Brasília, 201_?].

⁴¹ PARÂMETROS Curriculares Nacionais: história e geografia. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 38.

⁴² PARÂMETROS Curriculares Nacionais: história e geografia. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 38.

peçoais deve alargar o campo da história do Piauí, interagindo com a realidade, transformando e, ao mesmo tempo, desenvolvendo habilidades, competências e conhecimentos que possibilitam o desempenho da prática docente de forma qualificada e enquadrada nas políticas nacionais de educação.

Ao elaborarem TCC's, os futuros professores devem deter um conhecimento basilar ao ensino e à aprendizagem de história na educação básica. Uma vez que os trabalhos que estão sendo produzidos pelos futuros professores abordam, especialmente, a história do Piauí, suas pesquisas produzem um saber local, imprescindível ao ensino e à aprendizagem de história no ensino fundamental no Estado.

A prática docente, na área de História, nas políticas públicas de educação contemporâneas, é marcada pela capacidade de transformar saber historiográfico em saber escolar, bem como em transpor os métodos de pesquisa em História para o ensino de História. Em outros termos, o desenvolvimento da prática de pesquisa no âmbito do curso de licenciatura em História é imprescindível ao desempenho de uma prática docente qualificada na educação básica.

Na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, quando da consulta pública, acentuava-se:

A pesquisa é um princípio básico dos processos de construção de conhecimentos históricos, articulados aos outros componentes das Ciências Humanas e das demais áreas do conhecimento. Considera-se o/a estudante como agente da construção do conhecimento, valorizando-se, assim, suas experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, o exercício de crítica documental, nas suas diversas modalidades e linguagens, se constitui como procedimento articulador dos processos de construção de conhecimentos históricos.⁴³

No processo de elaboração e de ajuste das diretrizes curriculares para a formação inicial de professores para a educação básica, o Ministério da Educação têm reiteradamente ressaltado a necessidade de articular teoria e pesquisa, na formação docente. Em 2001, em Parecer relativo às diretrizes para a formação de professores, já se ressaltava o seguinte:

Teorias são construídas sobre pesquisas. Certamente é necessário valorizar esta pesquisa sistemática que constitui o fundamento da construção teórica. Dessa forma a familiaridade com a teoria só pode se dar por meio do conhecimento das pesquisas que lhe dão sustentação. [...] A formação de professores para os diferentes segmentos da escola básica tem sido realizada muitas vezes em

⁴³ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [Brasília, 201-?]. p. 242.

instituições que não valorizam essa prática investigativa. Além de não manterem nenhum tipo de pesquisa e não perceberem a dimensão criativa que emerge da própria prática, não estimulam o contato e não viabilizam o consumo dos produtos da investigação sistemática. Com isso, a familiaridade com os procedimentos de investigação e com o processo histórico de produção e disseminação do conhecimento é, quando muito, apenas um item a mais em alguma disciplina teórica, sem admitir sua relevância para os futuros professores. Essa carência os priva de um elemento importante para compreensão da processualidade da produção e apropriação de conhecimento e da provisoriade das certezas científicas.⁴⁴

Este princípio metodológico, por sua vez, foi reafirmado através do Parecer CNE/CP n. 22/2019, relativo às diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que expressa a necessidade nos cursos formadores da “articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, que contemplem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”⁴⁵

Para atingir o referido princípio, a prática de ensino dos docentes formadores deverá se pautar nas seguintes referências metodológicas:

- compromisso com a aprendizagem dos alunos;
- coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor;
- percepção de que “não há real construção de conhecimentos sem que resulte, do mesmo movimento, a construção de competências”⁴⁶;
- centralidade da aprendizagem dos conteúdos, uma vez que é a partir desta experiência que ocorre a construção e o desenvolvimento de competências;
- abordagem dos conteúdos em suas dimensões conceitual (teorias, informações e conceitos), procedimental (saber fazer) e atitudinal (valores e atitudes que embasam a atuação profissional);
- articulação entre conteúdo e método de ensino;
- considerar que a avaliação pretende verificar o conhecimento adquirido, a capacidade de acioná-lo, bem como a busca de outros saberes para realizar o que foi proposto;

⁴⁴ BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 009/2001**. [Brasília], 2001, p.18.

⁴⁵ BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 22/2019**. [Brasília], 2019, p.13.

⁴⁶ BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História, p. 24.

- percepção da pesquisa como elemento fundamental na formação do professor de história.

Uma vez que há aportes teóricos que orientam a produção do saber histórico, ainda que não necessariamente apresentados de forma explícita pelo profissional de história, buscar-se-á fornecer instrumentos que permitam ao aluno identificá-los através do estudo historiográfico.

A formação teórica e prática processar-se-á através do estudo dos conteúdos histórico/historiográficos, que definem e abordam os “grandes recortes espaço-temporais”⁴⁷; conteúdos especializados, que permitem o aprofundamento de temas; e conteúdos pedagógicos, das ciências da educação, e de práticas de pesquisa, que, somados aos conteúdos histórico/historiográficos, permitem operacionalizar a transposição dos métodos da história para o ensino de história.

Em termos específicos, a formação teórica é objeto de disciplinas optativas, dentre as quais, História e Memória e História e Literatura, que permitem formação em campos específicos da área, bem como das disciplinas obrigatórias Introdução aos Estudos Históricos, Teoria e Metodologia da História I e II Historiografia Brasileira e Historiografia Piauiense.

Visto que a prática é um componente que embasa a matriz curricular ora apresentada, conforme orienta a legislação em vigor, a formação dessa natureza ocorrerá entrelaçada à teórica. Isto porque buscamos romper a dicotomia teoria X prática. Em termos específicos, o PPC, estabelece um conjunto de disciplinas voltadas para a prática pedagógica, a saber: Ensino de História I, Ensino de História II, Avaliação da Aprendizagem, Metodologia do Ensino de História I, Metodologia do Ensino de História II, Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV.

Os componentes curriculares Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, TCC I e TCC II permitem a experiência de um ciclo de pesquisa, da elaboração ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Com a efetivação destes cursos, o aluno desenvolve, simultaneamente, competências relativas à pesquisa em história, bem como à transposição dos métodos da história para o ensino da história.

A interdisciplinaridade na área de História é uma característica inerente à teoria e à metodologia da História, pois a constituição da área e a produção do conhecimento embasam-se na apropriação pela História de aportes teóricos e metodológicos das Ciências Humanas. O

⁴⁷ BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para o curso de História, p. 8.

diálogo interdisciplinar foi uma das bases da pluralização dos temas, dos enfoques teóricos e metodológicos e das fontes, característica da produção historiográfica nos séculos XX e XXI.

Os conteúdos da área e a historiografia correspondente fundamentam-se no diálogo interdisciplinar. Nesse sentido, a interdisciplinaridade concretizar-se-á através da abordagem dos conteúdos das disciplinas histórico/historiográficas obrigatórias, das disciplinas optativas que aprofundam campos e temas específicos, bem como mediante o estudo dos conteúdos de disciplinas de formação comum às licenciaturas, embasadas nas ciências da educação.

A interdisciplinaridade, portanto, deverá ser experienciada através de dois espaços e tempos curriculares: 1) conteúdos que se constituíram de maneira interdisciplinar, abordados em disciplinas obrigatórias e específicas, ministradas por professores da área de História; 2) conteúdos das disciplinas obrigatórias ofertadas pelo Departamento de Métodos e Técnicas em Educação e Departamento de Fundamentos da Educação.

4.6 Atividades Complementares

O aluno deverá obrigatoriamente desenvolver Atividades Complementares/Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais. Essas atividades perfazem um total de 200 (duzentas) horas e deverão ser cumpridas pelos alunos ao longo dos semestres letivos. Do ponto de vista da distribuição da carga horária, 60 (sessenta) horas serão integralizadas no Grupo I, 80 (oitenta) horas, no Grupo II e 60 (sessenta) horas, no Grupo III. Serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado e Coordenação do Curso: participação em eventos de caráter científico e/ou culturais como seminários, congressos, com ou sem apresentação de trabalhos; monitorias; participação em projetos, de ensino, de pesquisa e de extensão, cursos de aprendizagem de novas tecnologias aplicadas ao saber/fazer do licenciado em História.

Para fins de registro no histórico escolar do aluno devem considerar-se as seguintes atividades:

TABELA 16 - ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS POR CADA ATIVIDADE

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Iniciação à docência	DGH359	Participação em programa PIBID ou RP	60 h/a por semestre

Vinícius Gonçalves

	CCHIS010	Monitoria com bolsa	60 h/a por semestre
	DGH360	Monitoria voluntária	60 h/a por semestre
Iniciação à pesquisa	DGH361	Participação em grupos de estudo e de pesquisa sob supervisão de professores da UFPI e/ou alunos de cursos de mestrado e doutorado da UFPI	
	DGH366	Participação em programas PIBIC, PIBIT, RP ou PET como bolsistas	60 h/a por semestre
	DGH367	Participação em programas PIBIC, PIBID, RP, PIBIT ou PET como voluntários	60 h/a por semestre
	CCHIS015	Participação em minicursos como assistente (20h)	20 h/a por evento
	CCHIS016	Participação em minicursos como ministrante (40h)	40 h/a por evento

TABELA 17 – ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DA ATIVIDADE

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Participação em Congressos, Encontros e Colóquios de caráter local ou regional	DGH369	Como assistente apenas	10h/a por evento
	CCHIS011	Como apresentador de trabalhos técnico-científicos	20h/a por evento
Participação em Congressos, Encontros e Colóquios de caráter nacional ou internacional	CCHIS012	Como assistente apenas	20h/a por evento
	CCHIS013	Como apresentador de trabalhos técnico-científicos	30h/a por evento
Organização/ realização de eventos técnicos-científicos	CCHIS014	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns e semanas acadêmicas.	30h/a por evento

TABELA 18 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

Vinícius Gonçalves

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Projeto de Extensão	CCHIS023	Um semestre de participação com bolsa	30h/a
	CCHIS024	Um semestre de participação sem bolsa	30h/a
Curso de Extensão	CCHIS025	Como assistente apenas	20h/a
	CCHIS026	Como ministrante	30h/a

TABELA 19 – ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Realização de estágio não obrigatório	CCHIS017	Estágios de 50 a 100 horas	30h/a
	CCHIS018	Estágios 101 a 200 horas	60h/a
	CCHIS019	Estágios com mais de 200 horas	90h/a

TABELA 20 – TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DA ATIVIDADES

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Publicação de resumos em anais de eventos nacionais	CCHIS020	Publicações em anais de congressos e similares de caráter nacional	10h/a por publicação
Publicação de resumos em anais de eventos internacionais	CCHIS021	Publicações em anais de congressos e similares de caráter internacional	20h/a por publicação
Publicação de trabalhos completos	CCHIS022	Publicação de trabalhos completos na forma de artigos para periódicos de caráter acadêmico-científico. Publicação de livros.	40h/a por publicação

TABELA 21 – VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DAS ATIVIDADES

Atividade	Códigos	Descrição	Pontuação (C/H)
Participação em órgãos colegiados da UFPI	CCHIS027	Participação como representante estudantil em Colegiados e Curso, Conselho Departamental e Conselhos superiores da UFPI.	40h/a por ano

Vinícius Gonçalves

Participação em entidade estudantil	CCHIS029	Atuação como dirigente de Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudantes e entidades nacionais de representação estudantil.	40 h/a por ano
Participação em Comissões de trabalho da UFPI	CCHIS030	Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI	10h/a por comissão

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

5.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão encontram-se expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI. O PDI para o período de 2015-2019 prever a implantação de um conjunto de políticas relativas a estas áreas, com indicação das estratégias para alcançar os objetivos propostos.⁴⁸

As políticas institucionais para o ensino de graduação, para o quinquênio 2015-2019, segundo o PDI, têm como objetivos: 1) oferecer formação de qualidade; 2) garantir, na formação, os princípios éticos e humanistas; 3) melhorar o desempenho institucional nas avaliações internas e externas; 4) ampliar o processo de internacionalização; 5) ampliar a oferta de cursos de graduação; 6) oferecer em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, cursos de formação específica para os professores da Educação Básica.

Considerando os referidos objetivos, o Departamento e a Coordenação da área de História propõem-se desenvolver mecanismos para atingir as metas articuladas às suas atribuições e competências no interior da Instituição. Nesse sentido, adota neste PPC, algumas estratégias para atingir metas expressas para o ensino de graduação.

Em relação ao objetivo (um), destacam-se a incorporação das seguintes estratégias: estimular e promover desenvolvimento profissional docente; desenvolver políticas de acolhimento dos discentes; investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras; ofertar componentes curriculares em fluxo contínuo; aumentar a inserção dos discentes em

⁴⁸ As informações sobre as políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como de apoio discente têm por base o PDI UFPI 2014-2019. Ver PIAUÍ. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019**. Teresina, 2015.

grupos de pesquisa; articular o processo de ensino-aprendizagem à pesquisa e à extensão; atualizar o PPC, sempre que necessário; fomentar a demanda por bolsas para os discentes; realizar diagnóstico do curso de Licenciatura em História e criar mecanismos para sanar as dificuldades encontradas.

Com relação ao objetivo 2 (dois), este PPC prever articular o processo de formação ao contexto social e à comunidade, bem como estimular, no interior do Curso, a valorização e o respeito à diversidade e ao desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito ao objetivo 3 (três), a área de História, através deste PPC, compromete-se a enfatizar a importância dos sistemas de avaliação; divulgar, no interior do Curso, os resultados das avaliações; estudar as avaliações pertinentes ao Curso; criar estratégias para melhorar a qualidade do Curso, buscar elevar o conceito do Curso e aprimorar o sistema de planejamento pedagógico.

A implantação de estratégias que assegurem os objetivos 5(cinco) e 6 (seis) são de competência da UFPI.

O PDI estabelece um conjunto de objetivos para as políticas institucionais de pesquisa e inovação tecnológica, dentre o qual, destaca-se: 1) aumentar o número de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), CNPq/UFPI; 2) ampliar o número de bolsas de Iniciação Científica para discentes ingressos por ações afirmativas (PIBIC-AF); 3) expandir o número de discentes na Iniciação Científica Voluntária (ICV); 4) consolidar o Seminário de Iniciação Científica da UFPI; 5) melhorar a qualidade dos Grupos de Pesquisa da UFPI – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq; 6) dinamizar os núcleos de pesquisa; 7) aumentar o número de pesquisadores com Bolsa Produtividade; 8) criar novos laboratórios para pesquisa e ensino e 9) constituir uma política de publicação.

A contribuição do curso de Licenciatura em História para o alcance dos referidos objetivos consiste nas seguintes estratégias: estimular os professores a concorrer aos editais PIBIC, PIBIC-AF, ICV e de Bolsa de Produtividade; ressaltar no âmbito do corpo discente a importância da iniciação científica no processo de formação; incentivar a participação no Seminário de Iniciação Científica da UFPI; dinamizar os núcleos de pesquisa que integram o curso de Licenciatura em História; demandar a criação de laboratórios de pesquisa e ensino na área de História; incorporar a política de publicação a ser instituída.

As diretrizes para a política de extensão universitária da UFPI para o período de 2014-2020 foram aprovadas pela Resolução CEPEX n. 035/2014.⁴⁹ A Resolução reafirma o conceito

⁴⁹ PIAUÍ. Universidade Federal do Piauí. **Resolução CEPEX n. 035/2014**. Teresina, 2014.

de extensão universitária, processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que deve promover a integração transformada entre a universidade e a sociedade. Isto posto sob o princípio constitucional do caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Para o período de 2014-2020, a referida Resolução apresenta as seguintes diretrizes: 1) interação dialógica com a sociedade; 2) interdisciplinaridade; 3) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 4) impacto na formação do estudante e 5) impacto social. Apresenta, também, os seguintes objetivos: 1) reafirmar a extensão universitária no universo acadêmico; 2) atuar, através da extensão universitária, para resolver os problemas do Estado; 3) estimular as atividades de extensão; 4) possibilitar meios para produzir, inovar e disponibilizar conhecimento; 5) reforçar a relação universidade/sociedade; 6) promover atividades de extensão entre instituições; 7) assegurar o Programa de Fomento às atividades de extensão; 8) buscar outras formas de financiamento da extensão universitária; 9) manter a avaliação institucional das atividades de extensão; 10) utilizar espaços e aparelhos culturais da UFPI para fins de extensão; 11) construir regramentos favoráveis ao desenvolvimento da extensão.

O PDI reafirma as diretrizes e objetivos apresentados na referida Resolução, bem como apresenta metas e estratégias para a institucionalização da extensão universitária na UFPI.

5.2 Políticas de apoio ao discente

A UFPI vem continuamente desenvolvendo política de inclusão e manutenção do corpo discente, o que tem sido destaque nas sucessivas avaliações externas.⁵⁰

O atendimento ao corpo discente tem sido integral, com base na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – conjunto de princípios e diretrizes que visam garantir acesso, permanência e conclusão de um curso de graduação.

Os programas de apoio aos discentes são executados pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e Comunitários (PRAEC). Dentre as ações desenvolvidas, destacam aquelas relativas à alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, saúde, concessão de bolsas, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico.

⁵⁰ PIAUÍ. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019**. Teresina, 2015.

A UFPI oferece aos discentes assistência pedagógica através do Serviço Pedagógico (SEPE), assistência psicológica, através do Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI) e para os alunos com necessidades especiais, opera o Núcleo Acessibilidade (NAU).

O SEPE visa oferecer atendimento ao estudante para dirimir dificuldades de ordem social, psicológica e pedagógica, mediante os seguintes procedimentos: análise dos históricos escolares; entrevista pedagógica individual; aplicação de questionário sobre hábitos de estudo; e orientação educacional. O SAPSI presta serviços de apoio psicológico à comunidade acadêmica. O NAU visa criar condições para superação de dificuldades causadas por deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. O estudante beneficiado auxilia o colega de classe, o que se traduz em política inclusiva.

Os estudantes do curso de Licenciatura em História, no primeiro semestre letivo, na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, são informados sobre a estrutura e funcionamento da UFPI, do Curso e a política de ingresso e permanência que vem sendo desenvolvida pela PRAEC. São orientados a buscar os serviços compatíveis com suas demandas, em vista a criar condições para que permaneçam e concluem o Curso.

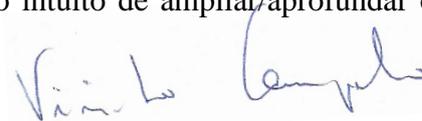
A respeito do apoio didático e de adequação do nível de escolarização em virtude de deficiências oriundas do Ensino Médio, o Curso planejará atividades de extensão relativa à leitura e à escrita, com vista a reverter o quadro. No decorrer do Curso serão programadas atividades nas modalidades de extensão em vistas a produzir conhecimento necessário ao bom desempenho do corpo discente, conforme diagnóstico de demanda, identificada através de acompanhamento pedagógico no interior do Curso.

Ademais, de forma individual ou e em grupo, os alunos poderão acessar a Coordenação de História para solicitar a oferta de atividade específica em vista a dirimir dificuldade de ensino-aprendizagem identificada.

Os professores, após realização de avaliações diagnósticas, deverão propor, no modelo extensão, atividades que visam produzir experiências de ensino-aprendizagem com vistas a corrigir deficiências acumuladas no processo de escolarização.

A Coordenação e o Departamento de História, em parceira com o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Pós-Graduação em História e demais coordenações, articulará esforços para acolher os discentes e propor atividades que elevem os níveis de formação em vista ao bom andamento do Curso.

No que tange à matriz curricular, este PPC criou um conjunto de disciplinas optativas, flexíveis, a ser ofertadas de acordo com a demanda, com o intuito de ampliar/aprofundar o



conhecimento básico da área de História, em vista a atender as necessidades de formação dos alunos e extinguir as deficiências de formação oriundas da Educação Básica.

6 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

6.1 Avaliação institucional, do Curso e do Projeto Pedagógico

A sistemática de avaliação do curso de Licenciatura em História integra processo mais geral de avaliação do sistema superior, conforme legislação em vigor. Assim, pauta-se nos parâmetros estabelecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que, estabelece processo global e sistemático de avaliação, a partir da avaliação das instituições, da avaliação dos cursos de graduação e da avaliação do desempenho dos estudantes.⁵¹

Importante destacar que, em 2004, o Ministério da Educação instituiu o (SINAES),⁵² com a finalidade de atuar para a melhoria da educação nos cursos de graduação e instituições de ensino superior. O SINAES visa assegurar o princípio constitucional da garantia da qualidade da educação superior, previsto no artigo 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

Acerca da avaliação das instituições, estabelece a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), em instituições públicas e privadas, responsável pela autoavaliação, bem como a realização de avaliação externa. Na segunda modalidade, a avaliação deve ocorrer mediante trabalho de comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cuja referência são os padrões de qualidade para educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação.

A CPA, da UFPI, iniciou seus trabalhos, em 2004. Sua atuação referencia-se nas diretrizes apresentadas pelo SINAES, a saber: missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a gestão e as respectivas formas de operacionalização; responsabilidade social; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira.⁵³

⁵¹ BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de ensino superior**. Brasília, DF, 2004.

⁵² BRASIL. Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 abr. 2004.

⁵³ PIAUÍ. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Piauí, ano de referência 2016**. Teresina, 2017.

A partir destes parâmetros, tem realizado processo de autoavaliação na periodicidade prevista pela legislação. Com efeito, a avaliação do curso de Licenciatura em História integra processo geral de autoavaliação efetivado pela UFPI, cujo resultado deve constituir base para o aprimoramento contínuo do Curso e de seu planejamento.

No que diz respeito à avaliação dos cursos de graduação, segundo nível do processo avaliativo, previsto pelo SINAES, entende-se que os cursos de graduação devem ser autorizados, reconhecidos e, periodicamente, submetidos a processo avaliativo para obter a renovação do reconhecimento. Através do processo avaliativo é gerado o Conceito do Curso (CC), em cinco níveis, em que os valores iguais ou superiores a três são considerados com qualidade satisfatória.⁵⁴

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, ferramenta dos avaliadores, apresenta os parâmetros para a avaliação dos cursos de graduação, com base em três dimensões, a saber: organização didático-pedagógica, o corpo docente e tutorial e a infraestrutura. Com efeito, na modalidade avaliação externa, os critérios para a avaliação do curso de Licenciatura em História são os apresentados a seguir:

1) **Organização Didático-pedagógica** – avaliar-se-á os seguintes indicadores: políticas institucionais no âmbito do curso; objetivos do curso; perfil profissional do egresso; estrutura curricular; conteúdos curriculares; metodologia; estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica; estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática; atividades curriculares de extensão (ACE); trabalho de conclusão de curso (TCC); apoio ao discente; gestão do curso e processos de avaliação interna e externa; procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem; número de vagas; integração com as redes públicas de ensino; atividades práticas de ensino.

2) **Corpo Docente e Tutorial** – a avaliação incidirá sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), atuação do Coordenador, regime de trabalho do coordenador de curso, corpo docente: titulação, regime de trabalho, experiência no exercício da docência na educação básica, experiência no exercício da docência superior, atuação do colegiado do curso ou equivalente, produção científica, cultural, artística e tecnológica.

3) **Infraestrutura** - a avaliação levará em consideração o espaço de trabalho para docentes em tempo integral, o espaço para o coordenador, a sala coletiva de professores, as

⁵⁴ As informações sobre os critérios de avaliação dos cursos de graduação presenciais pelo SINAES têm por base o seguinte documento: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância: reconhecimento, renovação e reconhecimento**. Brasília, 2017.



salas de aula, o acesso dos alunos a equipamento de informática e a bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

Além destes critérios de avaliação, a avaliação do curso de Licenciatura da UFPI ocorrerá mediante autoavaliação periódica do curso, com vistas a alcançar o padrão de qualidade previsto na legislação em vigor. Nesse processo, serão incorporados os resultados da autoavaliação institucional, bem como aquele resultante do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que contempla a avaliação dos estudantes.

Ademais, este Projeto Pedagógico prever que o NDE realize estudos periódicos a respeito do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem, de modo a acompanhar, consolidar e atualizar o PPC, considerando as DCN, as demandas do mundo do trabalho e a adequação do perfil do egresso. Com efeito, a avaliação do PPC será integrativa, contínua e sistemática, com vista a assegurar a qualidade do Curso, conforme padrões estabelecidos na legislação em vigor.

6.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no curso de Licenciatura em História fundamenta-se na Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012.⁵⁵ Nesta Resolução, entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos. Prever que a avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina. No processo de avaliação, o professor tem autonomia para escolher as formas a aplicar.

Esta legislação estabelece, ainda, que as avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e das habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina, que os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo professor, de forma clara para os alunos, que o professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

O professor, ao diagnosticar dificuldades de aprendizagem, poderá elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem adequada, bem como realizar avaliações

⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012.



diagnósticas, que possam subsidiar sua prática docente. Ademais, as avaliações diagnósticas, agregadas às formativas e somativas, produzem resultados para redefinir sua prática docente, de modo a adequá-la ao perfil dos alunos.

Serão considerados aprovados, no semestre, os discentes que obtiverem média geral 7,0 (sete) pontos nas avaliações parciais ou 6,0 (seis) pontos em exame final, desde que a frequência corresponda a 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária do componente curricular. O estudante que obtiver média aritmética inferior a 4,0 (quatro) pontos nas avaliações parciais será considerado reprovado.

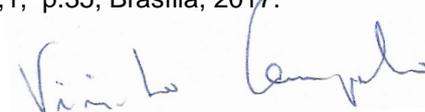
Os discentes do curso de Licenciatura em História, ao término dos componentes curriculares, devem avaliar o desempenho do professor, através de formulário disponível *on line*, via sistema SIGAA. O objetivo desta avaliação é apresentar subsídios para o aprimoramento do trabalho realizado pelos professores e também constituir base para a formação de indicadores que possibilitem a reflexão coletiva sobre a prática docente e formas de aprimoramento, visando à qualidade do Curso.

Com efeito, a sistemática de avaliação caracteriza-se pelo caráter processual, apresentando caráter diagnóstico, formativo, qualitativo e somatório. No que diz respeito à formação geral, objetiva averiguar a capacidade de ler e interpretar textos, analisar e criticar informações, elaborar conclusões por indução e/ou dedução, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, identificar contradições, fazer escolhas, avaliando as consequências, questionar a realidade e argumentar de maneira coerente. No tocante à apreensão dos conteúdos, visa averiguar a aprendizagem daqueles relativos à área de História e também aos conteúdos de formação geral, comum para todas as áreas, instituídos pelo INEP, através da portaria n. 493, de 2017.⁵⁶

Conforme a Portaria, o corpo discente precisar apreender saberes e práticas articulados ao seguintes temas: ética, democracia e cidadania; cultura e arte; globalização e política internacional; processos migratórios, vida rural e urbana, meio ambiente; políticas públicas (educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa), responsabilidade social; sociodiversidade e multiculturalismo; relações de trabalho; ciência, tecnologia e sociedade; inovação tecnológica.

Ela visa, por um lado, identificar o desenvolvimento de habilidades e de competências exigidas para atuação na área de História, em termos de conteúdos específicos e de formação

⁵⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria n. 493. **Diário Oficial da União**, n. 109, Seção,1, p.35, Brasília, 2017.



geral. Por outro lado, a sistemática de avaliação busca gerar dados, a partir dos quais, possam ser desenvolvidas estratégias que assegurem a aprendizagem adequada e a adaptação da prática pedagógica às diferentes situações de ensino e de aprendizagem identificadas no desenvolvimento do PPC.

7 EMENTÁRIOS, REFERÊNCIAS E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

7.1. Núcleo Obrigatório

A apresentação das ementas segue a disposição da estrutura curricular para o curso diurno.

7.1.1 Primeiro Semestre

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Históricos			UNIDADE RESPONSÁVEL
			Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	-	
EMENTA:			
O curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí: concepção e funcionamento. Especificidades da produção do conhecimento histórico, sobretudo, no século XIX. Concepções de história: fontes, objetos e métodos. O ofício do Historiador.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DUBY, Georges. A história continua . Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1993. MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX . Rio de Janeiro: FGV, 2010. BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia . São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à nova história . 2. ed. São Paulo; EDUSC, 2003. HOBSBAWN, Eric J. Sobre história . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LE GOFF, Jacques et al. A história nova . São Paulo: Martins Fontes, 1993. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações . Lisboa: Difel, 1990.			

DISCIPLINA: Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar			UNIDADE RESPONSÁVEL:
			Departamento de Fundamentos da Educação (DFE)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			

Vinícius Gonçalves

Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira. Parâmetros Curriculares Nacionais. Diretrizes curriculares Nacionais. Base Nacional Comum Curricular: introdução, fundamentos e estrutura. Currículos estaduais e municipais. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial. Propostas e projetos para o atendimento de estudantes com deficiência e necessidades especiais. O projeto pedagógico da escola, o regimento escolar, os planos de trabalho anual, os colegiados, os auxiliares da escola, as famílias dos estudantes. A cultura escolar e a mediação de conflitos. Pesquisa sobre o cotidiano, a gestão, a cultura escolar, os tempos, os ritmos e os espaços escolares. Pesquisa e observação. Entrevista. Uso das plataformas virtuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRASIL. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação brasileira**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Parecer CEB 04/98. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Parecer CEB 15/98. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Parecer CEB 22/98. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Parecer CEB 15/98. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB 20/2009. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais (1 a 4 série)**. Brasília, 1997. 10 volumes.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: ensino médio**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- PIAUI. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso Estado: educação infantil, ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- PIAUI. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso Estado: caderno 1: novo ensino médio**. Teresina, 2021. Versão preliminar.
- TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Teresina: Ensino Fundamental**. Teresina: SEMEC, 2018.
- ANDREOTTI, Azilde L; (Org.); LOMBARDI, José Claudinei (Org.); MINTO, Lalo Watanabe. **História da administração escolar no Brasil**. Curitiba, Autores Associados, 2013.
- CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis et al. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Curitiba, Autores Associados, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Vinícius Campos

ROYO, Maria Angeles Lou; URQUIZAR, Natividad López. **Bases psicopedagógicas da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, Demerval et al. **Da LDB (1996) ao Novo PNE (2012-2024)**: por uma outra política educacional. 5. ed. Curitiba: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Demerval (Org.). **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2018.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas de ensino**: legislação e política educacional para a educação básica. Curitiba: Intersaberes, 2017.

DISCIPLINA: História Antiga		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>A disciplina procurará debater o mundo Antigo pela tendência historiográfica que considera os pontos de contato entre as sociedades que viveram em torno do Mediterrâneo, isto significa abordar tal período não em unidades e sequências, mas, em espaço geográfico. O guia mestre desta disciplina será, portanto, o exame do processo que conduziu a uma paulatina articulação das fronteiras internas dos diferentes povos mediterrânicos (identidades, controle da terra etc.) com aquelas externas. Esse processo de interrelação não somente encurtou distâncias entre regiões cada vez mais amplas, mas também produziu, na longa duração, sistemas cada vez mais complexos e sofisticados de identidade e alteridade. A História Antiga na Educação Básica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FUNARI, Pedro Paulo. <i>Grécia e Roma</i>. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>GUARINELLO, Luiz Norberto. <i>Mediterrâneo processo de integração</i>. Ensaio sobre história antiga. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2014.</p> <p>LIVERANI, Mario. <i>Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia</i>. São Paulo: Edusp, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>EYLER, Flávia M. S. <i>História Antiga: Grécia e Roma a formação do Ocidente</i>. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.</p> <p>Guarinello, Norberto Luiz, <i>Ordem Integração e Fronteiras</i>. Mare Nostrum, ano 2010.</p> <p>KORMIKIARI, M. C. <i>O conceito de 'cidade' no mundo antigo e seu significado para o norte da África berbere</i>". in: Estudos sobre a cidade antiga, M. B. FLORENZANO E E. HIRATA (ORGS.). SÃO PAULO, EDUSP/FAPESP, 2009: 137-172.</p> <p>PARRA, Ezequiel Martin. <i>De Atenas a Pataliputra</i>: historiografia sobre contatos entre gregos e indianos durante o período helenístico. Revista Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.2 - 2019.2. p. 144-165. 2019.</p> <p>POZZER, K. M.; SILVA, M. A. de O.; PORTO, V. C.. Um outro mundo antigo. São Paulo/SP: Annablume, Fapesp, 2013..</p> <p>Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. <i>Teorias da etnicidade, seguido de "Grupos étnicos e suas fronteiras"</i>, de Frederik Barth. São Paulo: Unesp, 2011.</p> <p>RICHARD HINGLEY. <i>O Imperialismo Romano</i>: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: ANNABLUME, 2010.</p>		

Vinícius Gonçalves

SEGREDO, Raisal. Miradas *afrocêntricas em torno da africanização do Egito Antigo: entre racialização e identidades*. Revista Faces da História, Assis-SP, v.4, nº2, p. 06-27, Jun.-Dez., 2017.

Silva, U. G. da. (2017). Introdução ao Dossiê "História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa": Uma Antiguidade Fora do Lugar?. *Mar Nostrum*, 8(8), 1-12. <https://doi.org/10.11606/issn.2177-4218.v8i8p1-12>.

VERNANT, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, São Paulo, Brasiliense, 1988. [P.01-24]

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 24ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. Capítulo IV O NASCIMENTO ESPIRITUAL DA PÓLIS [p. 53-71].

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. [p.01-28].

DISCIPLINA: Ensino de História I		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
<p>A história do Ensino de História. A história escolar. Os cursos universitários de História e a profissionalização dos professores. As políticas educacionais do Ministério da Educação no século XX, a Base Nacional Comum Formação e as competências gerais docentes: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional na área de História. O/a professor pesquisador/a e o pesquisador/a professor/a. Saber histórico escolar: bases epistemológicas da História: sujeito/objeto do conhecimento, concepções de tempo histórico, de documentos como suportes das relações sociais, as linguagens através dos quais os seres humanos se apropriam do mundo. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. As diferentes fontes e a compreensão das relações tempo/espaço/relações sociais no ensino de História. Saber escolar e materiais didáticos. O objeto histórico transformado em exercício, em laboratório da memória. A atitude historiadora em sala de aula e a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Demandas sociais e ensino de História. A sala de aula como lugar de pesquisa.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Brasília, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP. n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.</p> <p>FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Universidade e ensino de história. Rio de Janeiro: FGV, 2021.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>PINSK, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>PINSK, Carla Bassanezi (Org.). LUCA, Tânia Regina de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

Vinícius Gonçalves

MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história**: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.); MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.); GONTIJO, Rebeca (Org.). **O ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro FGV, 2017.

FIRMIANO, Maria Belintane; SANTOS, Adriane Santarosa dos. **Ensino de História para o Fundamental I**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

GONÇALVES, Marcia de Almeida; ROCHA, Helenice Aparecida (Org.); REZNIK, Luis (Org.); MONTEIRO, Ana Maria (Org.). **Qual o valor da história hoje?**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO (DFE)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas, físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio ambiente sociocultural. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente. Aprendizagem e Educação Especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIGGE, M. **Teorias da aprendizagem para professores**. São Paulo: M. G. Editores Associados, 1977.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: MacGrawHill, 1983.

ELKIND, D. **Desenvolvimento e Educação da Criança**: aplicação em sala de aula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

GOULART, I. B. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MOREIRA, M. A. **Ensino e Aprendizagem**: enfoques teóricos. São Paulo: Moraes, 1985.

PENTEADO, W. M. A. **Psicologia e Ensino**. São Paulo: Papelivros, 1980.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Revista do Programa de estudos pós-graduados PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2004-. ISSN 2175-3520 versão *online*. Disponível em: <https://revistas.puc-sp.com.br/psicoeduca>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SISTO, F.F.; MARTINELLI, S.C. **Afetividade e dificuldades de aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Vetor Editora, 2006.

TANAMACHI, E. (Org.); PROENÇA, M. 9 (Org.); ROCHA, M. (Org.). **Psicologia e educação**: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Vinícius Gonçalves

DISCIPLINA: LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Coordenação do Curso de Letras Libras		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fonte de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira dos Sinais, instrumentos para a prática docente. Utilização de LIBRAS na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão. Favorecer a socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino. Educação especial.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>QUADROS, RM. <i>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa</i>. Brasília: MEC, 2004. ALMEIDA, EC. <i>Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS</i>. São Paulo: Revinter, 2004. BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. <i>O surdo, este desconhecido</i>. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>DIDEROT, D. <i>Programa Surdez: educação, saúde e trabalho</i>. In: 5ª MOSTRA DE EXTENSÃO, 2001, Rio de Janeiro. CD-Room da 5ª Mostra de Extensão da UERJ. Rio de Janeiro: DINFO - Departamento de Informática da UERJ, 2001.. LEITE, T. de A.; MCCLEARY, L. E. “Aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua: estudo em diário.” In: XLIX SEMINÁRIO DO GEL, 2001, Marília, SP. Seminário do GEL - Programação e Resumos. Assis, SP: Diretoria do GEL (1999-2001), 2001. CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. Sinais da LIBRAS e o universo da Educação. In: <i>Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em LIBRAS</i>. (Vol. 1, de 19 volumes, 340 pp.). São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis. DIDEROT, D. <i>Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam</i>. São Paulo, Editora Nova Alexandria, 1993.</p>		

7.1.2 Segundo Semestre

DISCIPLINA: Ensino de História II		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

Vinícius Gonçalves

EMENTA:

Campos contemporâneos da área de História e o ensino de História na Educação Básica. A história oral como possibilidade metodológica no ensino de História na Educação Básica. Filme, cinema e ensino de História na Educação Básica. História, cultura e arte no Ensino de História. Relações de gênero no ensino de História. Patrimônio, história e meio ambiente na Educação Básica. Cultura afro-brasileira e indígena e o ensino de História na Educação Básica. Suportes tecnológicos aplicados ao ensino de História: ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos. O ensino de História e a internet. Pesquisa sobre recursos didáticos na área de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HISTÓRIA HOJE. Revista de História e Ensino. Publicação da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) dedicada à temática História e Ensino. São Paulo: ANPUH, 2012-. ISSN 1806-3993 versão *on line*. Disponível em: <https://anpuh.br/index.php/revistas-anpuh/revista-historia-hoje>. Acesso: 20 jan. 2022.

HISTÓRIA& ENSINO. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1995-. ISSN 1808-303X versão *on line*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/História-Ensino-2238-3018>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REVISTA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA (REDUH). Revista do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2012-.ISSN 2316-7576 versão *on line*. Acesso em: 20 jan. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COSTA, Marcella Albaine Farias. **Ensino de história e historiografia escolar digital**. Curitiba: CRV, 2021.

DANTAS, Camila Guimarães. **O passado em bits: memórias e histórias na internet**. 1998. Dissertação de Mestrando em História Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

DISCIPLINA: Teoria e Metodologia da História I UNIDADE RESPONSÁVEL**Departamento de História (DH)**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Introdução aos Estudos Históricos

EMENTA:

Contribuições para o conhecimento histórico (Historicismo, Escola Metódica, Marxismo, Escola dos Annales e Micro-história): concepções de sujeitos, objetos, métodos, fontes, tempos e espaços. A função social da História e seus desafios. A ética e o ofício do historiador e do professor de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV/São Paulo: UNESP, 2012.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F. da Silva (Org.). **Nova História em perspectiva 1**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
 NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F. da Silva (Org.). **Nova História em perspectiva 2**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
 HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 BURGUIÉRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
 BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

DISCIPLINA: História Medieval		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História Antiga
EMENTA: Essa disciplina configura-se como uma abordagem introdutória ao estudo da Idade Média "Global". Seu recorte cronológico é o período entre os séculos III e XV, e o recorte geográfico é a Afro-Eurásia. No decorrer da disciplina será problematizado o conceito de "História Medieval" e suas apropriações ao longo do tempo; bem como, será examinado as relações entre Idade Média, Nacionalismo e formação do Ocidente. Também será apresentado as principais correntes e as interpretações sobre o período medieval, problematizando a metanarrativa europeia da História. Por fim, examinaremos o ensino de história medieval na Educação Básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. BASCHET, Jérôme, A Civilização feudal . São Paulo: Editora Globo, 2006. BERNARDO, João. Poder e Dinheiro: Do poder pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, séculos V-XV . vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1997. LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média . Lisboa: Editorial Estampa, 1980. WICKHAM, Chris. Europa Medieval . Lisboa : Edições 70, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CALAINHO, Daniela Buono. História Medieval do Ocidente . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. GEARY, Patrick. O mito das nações: a invenção do nacionalismo . São Paulo: Conrad, 2005 DUARTE, Paulo; NASCIMENTO, Renata. Ensaio de história medieval: temas que se renovam . Curitiba: CRV Editora, 2019. JUNIOR, Hilário Franco. A Idade Média: Nascimento do Ocidente . São Paulo: Brasiliense, 2001. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário analítico do Ocidente medieval . São Paulo: Editora Unesp, 2017 LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval . Bauru,SP: Edusc, 2005. SILVA, Marcelo Cândido da. História Medieval . São Paulo: Contexto, 2019.		

Vinício

WICKHAM, Chris. **O Legado de Roma: Iluminando a Idade das Trevas,400-1000**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

DISCIPLINA: Didática Geral		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes. O processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para a vida. Ritmos, espaços e tempos na dinâmica de sala de aula e na motivação dos estudantes. Elaboração e aplicação de procedimentos de avaliação, para subsidiar os processos progressivos de aprendizagem e na recuperação contínua dos estudantes. Didática e seus fundamentos na Educação Especial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem . Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.		
HERNANDEZ, F; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho . Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.		
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos . São Paulo: Loyola, 1985.		
PILETTI, Claudino. Didática geral . 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.		
MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo: EPU, 1989.		
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord). Repensando a didática . Campinas: Papyrus, 1989.		
_____. Técnica de ensino: por que não? Campinas: Papyrus, 1993.		

DISCIPLINA: História da Educação		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Ideias, práticas pedagógicas, instituições escolares, cultura escolar, papel social do professor, em seus fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos. O sistema educacional: evolução		

Vinícius Campelo

histórica e políticas. Contextos socioculturais dos estudantes, territórios educativos. Interpretação e análise dos indicadores e informações das avaliações do desempenho escolar, realizados pelo MEC e pelas secretarias de Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES.E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
 SAVIANI, Demerval (Org.). **Instituições escolares no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
 SAVIANI, Demerval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, I. S. **História da educação no Piauí**. Teresina: Edufpi, 1996.
 FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1986.
 PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. **Principais correntes da sociologia da educação: autores e temas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2021.
 SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2017.
 SOUZA, Rosa Fátima de (Org.); VASCONCELOS, Vera Teresa (Org.). **Cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

DISCIPLINA: História da África		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA: O surgimento da espécie humana no continente africano e sua expansão pelo mundo. Cultura, sociedade e organização política africanas antes da Colonização europeia. Expansão marítimo-comercial e colonialismo. Imperialismo e dependência. A construção do Terceiro Mundo. Descolonização da África. A África na Atualidade. O ensino de História da África na Educação Básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil . São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1971. BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira . Petrópolis: Vozes, 2009. DEL PRIORE. Mary; PINTO VENÂNCIO, Renato. Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica . Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula: visita à história contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil . São Paulo: Contexto, 2008.		

Vinícius Campos

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. Editora Atual. São Paulo, 1987.
 SILVA, Alberto da Costa. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

7.1.3 Terceiro Semestre

DISCIPLINA: Teoria e Metodologia da História II UNIDADE RESPONSÁVEL		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria e Metodologia da História I
EMENTA:		
<p>A produção do conhecimento histórico na contemporaneidade: tempo, espaço, indivíduo, sociedade, memória e identidade. Discussões sobre o retorno do político, do acontecimento, da narrativa, do sujeito. O debate sobre a virada historiográfica e a crise dos paradigmas. As tensões teóricas e metodológicas envolvendo a retórica e a prova. Hibridismos na produção do conhecimento histórico. Ampliação do espectro de fontes e expansão dos interesses temáticos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CERTEAU, Michel de (Org.). A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. Correntes históricas na França – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FGV/São Paulo: UNESP, 2012. GINZBURG, Carlo. Relações de Força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. RIOUX, Jean-Pierre; (Org.); SIRINELLI, Jean-François (Org.). Para uma história cultural. Lisboa: Porto, 2008.</p>		

DISCIPLINA: História Moderna I		
UNIDADE RESPONSÁVEL		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História Medieval
EMENTA:		
<p>O Renascimento. A expansão marítima dos séculos XV e XVI: conquista da América e as relações da Europa com a África e a Ásia. O Novo Mundo. Sociedades pré-colombianas. Violência e mestiçagens na conquista e colonização da América. O mercantilismo, o Estado Absolutista e o sistema colonial. A Era Moderna nos livros didáticos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p>		

Vinício Campelo

BETHENCOURT, F.; CURTO, D. M. (Org.). A expansão marítima portuguesa (1400-1800) . Lisboa, Edições 70, 2010.
BURKE, Peter. O Renascimento italiano . São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DELUMEAU, J. A civilização do Renascimento . Lisboa: Estampa, 1984.
FEBVRE, L. O problema da incredulidade no século XVI . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
GRUZINSKI, S. O pensamento mestiço . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
GRUZINSKI, S. A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI . São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
GRUZINSKI, S.; BERNAND, C. História do Novo Mundo: as mestiçagens . São Paulo: Edusp, 2007.

DISCIPLINA: História da América Afro-portuguesa UNIDADE RESPONSÁVEL		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	–
EMENTA:		
Elementos e forças confluentes da formação da sociedade brasileira: Europa mercantil expandida, indígenas, escravidão, e tráfico negreiro. A colonização em processo na margem ocidental do Atlântico. América portuguesa: a engenharia política e cultural lusitana se transmuta e deforma nas instâncias tropicais. Brasil, ideia e prática: a afro índia lusitana, sentidos de si e resistência. O pombalismo entre despótico e ilustrado: as seduções da liberdade. A História concernente aos temas relativos aos primeiros séculos da formação nacional, manualizada e ensinada na educação básica brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul . SP: Cia. das Letras, 2000.		
FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. (org.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.		
PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil . 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.		
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FRAGOSO, João; (Org.); GOUVÊA, Maria de F. (Org.); BICALHO, Maria Fernanda (Org.). O antigo regime dos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.		
NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial . São Paulo: Hucitec, 1989.		
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil . Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.		
SOUZA, Laura de M. (Org.). História da vida privada no Brasil . São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v.1.		
SOUZA, Laura de M. O diabo na terra de Santa Cruz . São Paulo: Cia. das Letras, 1986.		
VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil colonial . São Paulo: Objetiva, 2004.		
WELLING, Arno. Direito e justiça no Brasil colonial . Rio de Janeiro: Renovar, 2004.		

Vinício Gonçalves

DISCIPLINA: História das Américas		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	-
EMENTA: Teorias sobre a origem do homem americano e as rotas de povoamento no território das Américas. Astecas, maias e incas e demais povos indígenas: formas de organização, aportes culturais, sociais e econômicos. As migrações compulsórias no mundo atlântico e os encontros e conflitos de etnias entre os séculos XVI e XIX. As instituições políticas e o jogo do poder nas sociedades de Antigo Regime nas Américas. As revoluções liberais do final do século XVIII e a criação de novos arranjos institucionais. O espraiamento das ideias liberais e os processos de emancipação política na América. A construção das ideias de nação e de nacionalismo e a definição de fronteiras no espaço das Américas. A expansão do capitalismo no longo século XIX (1780 -1930) e as áreas de influência e imperialismo no espaço americano. O século XX e as nações americanas. Os movimentos revolucionários latino americanos, as ditaduras militares e a sociedade civil. As perspectivas do continente no final do século XX e no início do século XXI. O ensino de história das Américas e as categorias espaços, territórios, fronteiras, cultura, trabalho e sociedade conforme a BNCC.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
KARNAL, Leandro. A História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999. WILLIAMSON, Edwin. História da América Latina. Lisboa: Edições 70, 2016. ANDREWS, George Reid. América Afro-Latina – 1800 – 2000. São Carlos: EDUFSCar. 2014. PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: Editora HUCITEC. 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina - América Latina Colonial. (vol. 01 e volume 02) São Paulo, Edusp. 1997. GRUZINSKI, Serge. O Pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do Sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil 1750- 2016. Rio de Janeiro: Versal editores. 2017. TULCHIN, Joseph S. América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta. São Paulo: Editora Contexto, 2016.		

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de História I		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	-

Vinício Campelo

EMENTA: Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Ensino Fundamental. Base Nacional Comum Curricular, área História: unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades. Os processos de identificação, análise, comparação, contextualização e interpretação no Ensino de História. O conhecimento pedagógico do conteúdo, prática e metodologias de ensino. Gestão, planejamento e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais. História e Geografia. Brasília, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Brasília, 2018. MARTINS, Jorge S. Trabalho com projetos de pesquisa. Do ensino fundamental ao ensino médio. Campinas: Papyrus, 2001. VALLS, E. Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artmed, 1996. ZABALA, A. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artmed, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MORIN, Edgar et. all. Educar na era planetária. O pensamento complexo como método. São Paulo: Cortez Editora, 2003. KARNAL, Leandro. Conversas com um jovem professor. São Paulo: Contexto, 2012. MAIA, João Marcelo Ehlert (Org.); SANTOS, Ynaê Lopes dos (Org.); BLANK, Thais (Org.); FONSECA, Vivian (Org.). Como você ensina: educação e inovação no ensino de história e de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2019. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

7.1.4 Quarto Semestre

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE)		
Créditos	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	-
EMENTA: Crianças e jovens e o pensamento histórico. Teorias da aprendizagem e o ensinar e o aprender em História. A avaliação da aprendizagem. A relação entre o processo de ensino e aprendizagem e o processo de avaliação na área de História. Habilidades e competências docentes, aprendizagem e avaliação na Educação Especial. Professores e alunos como sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem. Pesquisa sobre aprendizagem e avaliação na área de História.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

Vinícius Gonçalves

HISTÓRIA HOJE. Revista de História e Ensino. Publicação da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) dedicada à temática História e Ensino. São Paulo: ANPUH, 2012-. ISSN 1806-3993 versão *on line*. Disponível em: <https://anpuh.br/index.php/revistas-anpuh/revista-historia-hoje>. Acesso: 20 jan. 2022.

HISTÓRIA & ENSINO. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1995-. ISSN 1808-303X versão *on line*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/História-Ensino-2238-3018>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RPEB). São Paulo: INEP, 1944-. ISSN 2176-6681 versão *on line*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2020.

PSICOLOGIA USP. Publicação do Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1990-. ISSN 1678-5177 versão *on line*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 20 jan. 2022.

EDUCAÇÃO & REALIDADE. Revista Acadêmica de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1976-. ISSN 2175-6236 versão *on line*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educaçãorealidade>. Acesso em: 20 jan. 22.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Revista do Programa de estudos pós-graduados PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2004-. ISSN 2175-3520 versão *online*. Disponível em: <https://revistas.puc-sp.com.br/psicoeduca>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REVISTA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA (REDUH). Revista do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2012-.ISSN 2316-7576 versão *on line*. Acesso em: 20 jan. 2022.

DISCIPLINA: História do Brasil Império		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História da América Afro-portuguesa
EMENTA:		
O governo português muda-se para a América tropical-colonial-brasileira. As estruturas econômicas do sistema mercantil em crise reconfiguram o pacto das trocas: a Inglaterra é o novo Império que subjuga. Brasil no contexto dos separatismos descoloniais: projetos de independência, Estado Imperial e manutenção do pacto escravista. As insurreições da liberdade do tempo do rei-menino: uma república quase a florir no “florão da América”. 1840: o pacto repressor e as linhagens políticas do Segundo Reinado. Sentidos de nação: a recusa da escravidão é condição da liberdade e da cidadania. A república e sua continuidade enquanto ideia na construção da vida nacional. Questões territoriais e de fronteira. O Império e as políticas oficiais para os povos indígenas. Populações indígena e negra e os discursos civilizatórios. A História concernente aos temas relativos do tempo do Império, manualizada e ensinada na educação básica brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 202 p.		

Vinilo Campos

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viott da. **Da Monarquia à república**: momentos decisivos. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. 2. ed. São Paulo, 1969.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Porto Alegre, 1975.

FLORES, Moacyr. **O negro da dramaturgia brasileira – 1838-1888**. Porto Alegre, 2010.

MATOS, Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro, ACCESS, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DISCIPLINA: História Moderna II		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História Moderna I
EMENTA:		
Reforma e Contrarreforma. Inquisição. O nascimento da ciência moderna e a emergência dos racionalismos. Cultura popular e transgressões sociais no mundo moderno. Cultura política e o tempo das Revoluções. Relações de gênero no mundo moderno. A Era Moderna nos livros didáticos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: Brasiliense, 1984.		
BRAUDEL, F. Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII) , Lisboa: Martins Fontes, 2009. 3v.		
BURKE, P. Cultura Popular na Idade Moderna . São Paulo: Companhia das Letras, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DELUMEAU, Jean. O pecado e o medo . Bauru: Edusc, 2003.		
FALCON, Francisco. Mercantilismo e transição . São Paulo: Brasiliense.		
HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.		
SCHWARTZ, Stuart B. Cada um na sua lei : tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.		
THOMAS, K. O homem e o mundo natural . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.		
VAINFAS, R. Trópico dos pecados . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.		

DISCIPLINA: História do Piauí I		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História da América Afro-portuguesa
EMENTA:		

Vinícius Gonçalves

O Piauí entre os séculos XVI e XVIII: populações, conflitos e formas de ocupação dos espaços geográficos entre a Serra da Ibiapaba e o Rio Parnaíba. O mundo colonial no Piauí: conflitos entre colonos e a instalação/criação da sociedade e da economia pecuária na região. A construção da ordem: A Coroa Portuguesa e suas ações na segunda metade do século XVIII. A cultura política local, as negociações, e a reconfiguração da ordem: o processo de emancipação política e a criação de novos arranjos de poder. As persistências no mundo do trabalho e nas estruturas sociais. A escravidão, a cultura política de exclusão e a Revolta da Balaiada. O Piauí pós-Balaiada. A estagnação econômica nos meados do século XIX. O ensino da história do Piauí e as categorias espaço, territórios, fronteiras, cultura, política, trabalho e sociedade conforme a BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense*. Recife: Editora da UFPE, 2012.
 MOTT, Luiz. R. B. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: FUNDAC / APL, 2010
 SOUSA NETO, Marcelo. *Entre Vaqueiros e Fidalgos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2013.
 FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.
 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Vol. I. Teresina: FUNDAPI.2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
 BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.
 CARVALHO, João Renor F. de. *Resistência indígena no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2005.
 CHAVES. Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: FUNDAPI. 2006.
 DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Instituto don Barreto, 2002.
 FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
 SILVA, Reginaldo Miranda da. *Aldeamentos dos Acoroás*. Teresina: COMEPI, 2003.
 SILVA, Mairton Celestino da Silva & OLIVEIRA, Marylu Alves. *Histórias: do social ao cultural e do cultural ao social*. Teresina: EDUFPI. 2015.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de História II **UNIDADE RESPONSÁVEL**
Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	-

EMENTA:

Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio e o Ensino de História. O novo Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Ensino de História. Os conceitos de tempo, espaço, território, fronteira, indivíduo, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho, na BNCC, Ensino Médio. Competências, habilidades e o conhecimento pedagógico do conteúdo, no Ensino Médio. Prática, metodologias de ensino, gestão, planejamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Vinícius Campos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais. Ensino médio. Brasília, 2000.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Brasília, 2018.
MAIA, João Marcelo Ehlert (Org.); SANTOS, Ynaê Lopes dos (Org.); BLANK, Thais (Org.); FONSECA, Vivian (Org.). Como você ensina: educação e inovação no ensino de história e de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
VALLS, E. Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artmed, 1996.
ZABALA, A. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artmed, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: UnB, 2008.2.v.
SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.
FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
SCOTT, John. Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar.
CASTRO, Iná Elias de (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1995.

7.1.5 Quinto Semestre

DISCIPLINA: História do Brasil República		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História do Brasil Império
EMENTA:		
Análise da produção historiográfica. As ideias republicanas e a Proclamação da República. Os Militares e a República. As relações sociopolíticas na República Velha. O movimento tenentista. O cangaço. Guerra de Canudos. Revolta da Vacina. Revolta da Chibata. Cultura e cidade na <i>belle époque</i> . Mundos do trabalho. Vocação agrária e emergência de uma economia urbana, o debate econômico. Semana de Arte Moderna de 1922. Religião e religiosidade no alvorecer da república. A Era Vargas. Debate acadêmico sobre o Populismo e o Trabalhismo. O ensino da história do Brasil na Educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARVALHO, José Murilo. <i>A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.</i> São Paulo: Companhia das Letras, 2021.		
_____. <i>Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.</i> São Paulo: Companhia das Letras, 2021.		
FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucília. <i>O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930.</i> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.v.01		

Vinícius Gonçalves

_____. (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v.2
 GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.
 CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 CASTRO, Celso. CASTRO, CELSO. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.
 NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle époque à Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2021.
 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil /prefácio de Gilberto Freyre. - 5.ed. - São Paulo: A Girafa, 2013*.
 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 RAMOS, Graciliano. São Bernardo. 83. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
 Ferreira, Jorge (org.) *O populismo e sua história — debate e crítica*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2017.
 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

DISCIPLINA: História Contemporânea I		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História Moderna II
EMENTA: Movimentos econômicos, políticos e culturais no século XIX. O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia. Ideologias raciais e determinismos científicos. Relações de dominação e reações das populações locais. O ensino da história do século XIX na escola básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. FURET, François. Pensando a revolução francesa . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1889. HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções . 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. HOBBSAWM, Eric J. A Era do Capital . 1848 –1875. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios . 1875 – 1914. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.		

Vinícius Gonçalves

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PERROT, Michelle. **História da vida privada: da Revolução francesa à Primeira Guerra**. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operaria inglesa II: a maldição de adão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUDÉ, George. **La Europa revolucionaria**. Madrid: Siglo XXI, 1974.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operaria inglesa III: a força dos trabalhadores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

WEBER, Eugene Joseph. **França Fin de Siecle**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

DISCIPLINA: História do Piauí II

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História do Piauí I

EMENTA:

A constituição política e administrativa do Piauí na segunda metade do século XIX e século XX. A economia piauiense: da pecuária ao extrativismo, integração do Piauí à economia regional e os projetos de desenvolvimento do Estado. Transformações na dinâmica urbana, na educação e na cultura. O ensino da história do Piauí na escola básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Tristeresina: um lugar triste e lindo, capaz de nos ensinar que as cidades existem em sua forma invisível. In: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; VASCONCELOS, José Gerardo. **Coisas de cidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

REGO, Ana Regina Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses: apontamentos biográficos**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasileira, 1982.

MARTINS, Agenor de Sousa [et. al]. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina: 1937-1945**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

Vinício Campos

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas da Educação (DMTE)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.5.0	75h	–
EMENTA: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção que visem conhecer a escola e seu entorno, em vista à melhoria do ensino, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. Redação e apresentação do relatório final.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.		
BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2003.		
_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2008.		
FONTINELES, C. C. S.; SOUSA NETO, M. . Transformações na oficina da história: o PIBID e a -variação de enredo- na formação de professores. Revista de História da Unisinos, v. 21, p.200-215, 2017.		

7.1.6 Sexto Semestre

DISCIPLINA: História do Brasil Contemporâneo		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História do Brasil República
EMENTA: Experiências da modernidade no Brasil; A Redemocratização pós-Estado Novo: tensões e alianças políticas. O ideal desenvolvimentista e o Populismo. O golpe militar de 1964, a Ditadura Militar e as diferentes formas de resistência política; Os protagonismos da sociedade civil na redemocratização e os limites da cidadania; A nova ordem erigida pela Constituição de 1988; marchas e contramarchas da democracia brasileira. As condições de vida das populações indígenas, afrodescendentes, periferias urbanas, lutas por igualdade de gênero e de liberdade religiosa e de sexualidade. O Ensino de História do Brasil na Educação Básica.		

Vinícius Gonçalves

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lília. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADILSON FILHO, José. (Org.). *O Brasil em tempos sombrios*. São Paulo: Liber Ars, 2020.

BRITO, Fábio Leonardo C. B. *Visionário de um Brasil profundo*. Teresina: EDUFPI, 2018.

CASTELO BRANCO, Edwar. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2018.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: editora Record, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964*. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. *Teatro e Modernidades: Benjamin Santos em incursão pela História e Memória do Teatro Brasileiro*. Teresina: EDUFPI, 2015

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do Jornal O dia*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 2007.

QUADRAT, Samanta Viz. *Não foi tempo perdido. Os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

_____. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: objetiva, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas da Educação (DMTE)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.6.0	90h	-

Vinícius Gonçalves

EMENTA: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 7º ano do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do 7º ano do Ensino Fundamental. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção que visem conhecer a escola e seu entorno, em vista à melhoria do ensino, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. Redação e apresentação do relatório final.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.		
BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2003.		
_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2008.		
FONTINELES, C. C. S.; SOUSA NETO, M. . Transformações na oficina da história: o PIBID e a -variação de enredo- na formação de professores. Revista de História da Unisinos, v. 21, p.200-215, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
PERRENOUD, Phillipe et. al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.		
SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. História Oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.		
ZAMBONI, Ernesta; (Org.); FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Espaços de formação do professor de História. Campinas(SP): Papyrus Editora, 2008.		
FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. As centelhas da esperança: o papel da literatura e da música no despertar da consciência histórica. Revista História Hoje, v. 5, p. 131-158, 2016.		
SILVA, Marcos. Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido, 4. ed. Campinas (SP): Contexto, 2012.		

DISCIPLINA: Métodos e Técnicas de Pesquisa em História		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.4.0	60h	Teoria e Metodologia da História II
EMENTA: A pesquisa histórica. Relação sujeito/objeto. Diversidade e características das fontes. O Projeto de Pesquisa. Pesquisas exploratórias. A pesquisa arquivística e os procedimentos de registro. Relatos de memória. Redação do texto historiográfico. Relações entre o orientador e o orientando.		

Vinícius Gonçalves

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa. América, [s.d]. (coleção saber).</p> <p>JENKIINS, KEITH. A História Repensada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo e outros. A Pesquisa em História. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BARROS, José D´Assunção. O projeto de pesquisa: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez . Os métodos da História. 5. ed. Rio de Janeiro, 1990.</p> <p>LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.</p> <p>LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetivos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.</p> <p>LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.</p>

DISCIPLINA: História Contemporânea II		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História Contemporânea I
EMENTA:		
<p>Economia, política, cultura e sociedade no século XX. As grandes guerras mundiais. Regimes nacionalistas, socialistas e fascistas. O processo de descolonização e o reordenamento das populações colonizadas nos novos espaços geopolíticos. Resistências das populações. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos. A Guerra Fria. O ensino da história do século XX na escola básica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CROUZET, Maurice. História geral das civilizações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 15; v. 16; v. 17.</p> <p>FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Monica Liz (Colab.). Da guerra fria a nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão e ZENHA, Celeste. O século XX: o tempo das crises. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>HOBSBAWM, Eric J. A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.</p> <p>MACMAHON, Robert. Guerra fria. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.</p> <p>MOURA, Gerson. <i>Estados Unidos e América Latina: as relações políticas no século XX</i>. 2 ed., São Paulo Contexto, 1991.</p> <p>EKSTEINS, Modris. Sagração da Primavera. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.</p> <p>FITZPATRICK, Sheila. A Revolução Russa. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2017.</p>		

DISCIPLINA: Historiografia Brasileira	UNIDADE RESPONSÁVEL
--	----------------------------

Vinícius Gonçalves

Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-
EMENTA: História e Historiografia: relações. A historiografia brasileira: constituição, institucionalização e profissionalização. A produção clássica: Francisco Adolfo de Varnhagen, João Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. A Historiografia contemporânea brasileira e sua interlocução com os modelos clássicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil . 4. ed. Brasília: INL, 1975. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala . 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
GOMES, Ângela Maria de Castro. Os historiadores e seu métier. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. História e historiadores . Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 75-124. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, n. 1, p.5-37, 1988. MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. Debate & Crítica . São Paulo, n. 5, p.1-26, mar. 1975. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC . 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 1. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: De Calmon a Bonfim . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 2.		

7.1.7 Sétimo Semestre

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas da Educação (DMTE)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.8.0	120h	-
EMENTA: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor		

Vinícius Gonçalves

orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do 8º e 9º anos do ensino fundamental. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção que visem conhecer a escola e seu entorno, em vista à melhoria do ensino, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. Redação e apresentação do relatório final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2003.
- _____. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2008.
- FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Currículos, saberes e culturas escolares**. 2. ed. Campinas(SP): Alínea, 2011.
- _____. **Caminhos da História ensinada**. São Paulo: Papyrus, 2012.
- _____. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papyrus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PERRENOUD, Phillipe et. al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **História Oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- ZAMBONI, Ernesta; (Org.); FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Espaços de formação do professor de História**. Campinas(SP): Papyrus Editora, 2008.
- FONTINELES, C. C. S.; SOUSA NETO, M. . Transformações na oficina da história: o PIBID e a -variação de enredo- na formação de professores. **Revista de História da Unisinos**, v. 21, p.200-215, 2017.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. As centelhas da esperança: o papel da literatura e damúsica no despertar da consciência histórica. **Revista História Hoje**, v. 5,p. 131-158, 2016.
- SILVA, Marcos. **Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido**. 4. ed. Campinas (SP): Contexto, 2012.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA:

Aportes teóricos e metodológicos que fundamentam o tema em desenvolvimento. Pesquisa e sistematização bibliográfica. Composição, sistematização e análise do corpus documental. Elaboração parcial do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: EdUFRJ/FGV, 1998.
- BURGUIÉRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

Vinício Campos

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BURKE, Peter. Variedades de história cultural . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
CARDOSO, Ciro Flamarion S. Os métodos da História . Rio de Janeiro: Graal, 1979.
CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história . Rio de Janeiro. Campus, 1997.
BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia . São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

DISCIPLINA: Historiografia Piauiense		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-
EMENTA: As interfaces da produção historiográfica piauiense com a historiografia brasileira. O paradigma do IHGB e o surgimento da historiografia no Piauí. A história como prática sócio-profissional. A historiografia universitária. O lugar da história no campo da escrita. A produção historiográfica piauiense e as instituições culturais. Temas, questões e preocupações na historiografia piauiense contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.		
CHAVES, JOAQUIM (Mons.). Obra completa . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.		
QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí 1900-1920 . Teresina: UFPI; Academia Piauiense de Letras, 1994.		
QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República : Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: UFPI; Academia Piauiense de Letras, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. Cotidiano e Pobreza : a magia da sobrevivência em Teresina: 1877-1914. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.		
CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres Plurais : a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.		
CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Todos os dias de paupéria : Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.		
DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e bem-te-vis : a guerrilha sertaneja. 2 ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.		
NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Revolução de 1930 no Piauí : 1928-1934. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.		

DISCIPLINA: História Contemporânea III		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

Vinícius Campos

3.1.0	60h	História Contemporânea II
EMENTA:		
<p>Modernidade e pós-modernidade. Globalização. Os novos conceitos de nação, estado e mercado. Indivíduo e individualismo. Guerras e conflitos entre o Ocidente e o Oriente. As relações socioculturais e econômicas entre o Ocidente e o Oriente (China, Tigres Asiáticos e Japão), com ênfase nas relações com o Brasil. O dogma do progresso e a sociedade de risco. Violência e populações marginalizadas. As redes na "Idade Mídia". Identidades e cultura nos dias atuais. Ensino de História Contemporânea na educação básica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Cap. 5.</p> <p>BAUMAN, Z. O Mal estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Caps. 1, 2 e 3.</p> <p>BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.); GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995</p> <p>CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</p> <p>MORIN, Edgard. Cultura de Massas no Século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.</p>		

DISCIPLINA: Formação Econômica do Brasil		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	—
EMENTA:		
<p>A formação econômica do Brasil no período colonial. O sistema colonial e a montagem da economia açucareira no Brasil, as formas de trabalho compulsório, a propriedade da terra e as relações de poder, a pecuária, a mineração e a expansão colonial. A crise do sistema colonial, a implantação do capitalismo, a dinâmica econômica brasileira, os processos migratórios no século XIX e as transformações no mundo do trabalho. A formação econômica no Brasil república: industrialização, processo de substituição de importações, as ações do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. A desarticulação do sistema nacional desenvolvimentista e a articulação do Brasil à ordem do capitalismo globalizado. História econômica do Brasil na educação básica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente (1889-1930). v. 1, 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.</p>		

Vinícius Gonçalves

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. v. 2, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira – 1500 a 2000 A grande transação**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Murilo. (Coord.). **A Construção Nacional – 1830 -1889**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. v. 2.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Coleção O Brasil Colonial –1580 -1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. v. 2.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Coleção O Brasil Colonial – 1720 -1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. v. 3.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

SCHWARTZ, Lilia Moritz. (Coord.) **A Construção Nacional – 1889 -1930**. V. 3. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

7.1.8 Oitavo Semestre

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Métodos e Técnicas da Educação (DMTE)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.8	120h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III

EMENTA:

Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Planejamento de atividades de ensino que considerem as múltiplas linguagens e as diferentes fontes para a aprendizagem dos temas históricos previstos na BNCC para o Ensino Médio. Exercício de docência, que permita ao aluno ministrar aulas ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio, com alunos e alunas do Ensino Médio. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção que visem conhecer a escola e seu entorno, em vista à melhoria do ensino, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História. Redação e apresentação do relatório final.

Vinícius Gonçalves

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.</p> <p>_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>PERRENOUD, Phillipe et.al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.</p> <p>SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. História Oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.</p> <p>ZAMBONI, Ernesta; (Org.). FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Espaços de formação do professor de História. Campinas(SP): Papyrus Editora, 2008.</p> <p>FONTINELES, C. C. S.; SOUSA NETO, M. Transformações na oficina da história: o PIBID e a -variação de enredo- na formação de professores. Revista de História da Unisinos, v. 21, p.200-215, 2017.</p> <p>FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. As centelhas da esperança: o papel da literatura e damúsica no despertar da consciência histórica. Revista História Hoje, v. 5,p. 131-158, 2016.</p> <p>SILVA, Marcos. Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido. 4. ed. Campinas (SP): Contexto, 2012.</p>

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.4.0	60h	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I
EMENTA:		
Complementação da pesquisa bibliográfica e documental. Redação final do trabalho de conclusão de curso (TCC). Normalização conforme a ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EdUFRJ/FGV, 1998.</p> <p>BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.</p> <p>BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>AZEVEDO, Israel Belo. Prazer da produção científica: diretrizes para elaboração de trabalhos científicos. 8. ed. São Paulo: Prazer de Ler, 2000.</p> <p>BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.</p> <p>CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). Construindo saber: técnicas de metodologia científica. Campinas: Papyrus, 1988.</p>		

Vinícius Gonçalves

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

DISCIPLINA: História e Meio Ambiente		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
O ambiente como objeto da História. As relações entre sociedade e natureza. História e meio ambiente no Brasil. Gênese e formação do pensamento ambiental e dos movimentos ambientalistas no Brasil. Educação ambiental no ensino fundamental e médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991, p. 177-197.</p> <p>GANDARA, G. S. Rio Parnaíba... Um cadinho de mim e a história ambiental. Textos de História, Brasília, v. 17, n. 1, p. 39-57, 2009.</p> <p>LEFF, E. Construindo a História Ambiental da América Latina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.</p> <p>MACAMBIRA, Dalton M.; CARVALHO, Ely Bergo de; GOMES, Jaíra M. A. A Fragilidade da Natureza e o Peso da Sociedade: Uma História da Desertificação em Gilbués, Piauí, Brasil. HALAC – História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, http://halacsolcha.org/index.php/halac, v.13, p. 75-113, abril, 2023.</p> <p>PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.</p> <p>WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Tradução de José Augusto Drummond. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CARVALHO, E. B. de. Ensino de História e Educação Ambiental. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.</p> <p>DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.</p> <p>DUARTE, Regina. Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>GANDARA, G. S. Rio Parnaíba... Cidades-beira (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.</p> <p>LEFF, E. História Ambiental. In: Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 385-402.</p> <p>MACAMBIRA, D. M. Desertificação em Gilbués/PI - degradação ambiental e impactos socioeconômicos: o que me contaram os agricultores familiares. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí – UFPI/Rede PRODEMA. Teresina, 2020.</p> <p>MACAMBIRA, D. M; GOMES, J. M. A. Desertificação em Gilbués – Piauí sob a ótica da História Ambiental. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 69, n. 2, p. 155-187, jul./dez. 2021.</p>		

Vinício Campelo

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SOFFIATI, A. A ausência da natureza nos Livros Didáticos de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 43-56, 1990.

WORSTER, D. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Tradução de Maria Clara A. F. de Andrade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

DISCIPLINA: História das Ideias Políticas e Sociais

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA:

A gênese e as bases do pensamento político. As idéias que marcaram a evolução da sociedade e da economia. A discussão de temas contemporâneos que fazem parte do debate nacional e internacional. Conceitos de Política, Cidadania, Democracia e Estado. O ensino da história das Idéias políticas e sociais na escola básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PLATÃO. **A Política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Cultrix, 2000.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Abril, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTHUSSER, Louis. **Os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo Civil**. São Paulo: Ed. Abril, 1984.

MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MARX, Karl; Engels, F. **Obras Escolhidas**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

7.2 Disciplinas do Núcleo Optativo

7.2.1 Disciplinas Optativas Constantes nas Matrizes Curriculares em Vigor

DISCIPLINA: Gestão Escolar e do Ensino de História UNIDADE RESPONSÁVEL		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Gestão e administração escolar na rede pública e privada no Brasil: normas e práticas. O currículo escolar brasileiro: conceitos e fundamentos básicos. Empreendedorismo no campo da educação Cotidiano escolar: contribuições do ensino de História na educação básica e na educação de jovens e adultos. Gestão do sistema de ensino e do projeto pedagógico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA, M. J. de. Imagens e sons: a nova cultura oral . São Paulo: Cortez, 1994.		

Vinício Gonçalves

CERRI, L. F. Oficinas de ensino de história: pontes de *Educar*, Curitiba, n. 27, p. 221-238, 2006.

BERGMANN, K. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n.19, p. 29-42, set. 1989/ fev. 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, p.177-229, n. 2, 1990.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. In: MACLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução:Décio Pignatari. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

SALIBA, E. T. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

DISCIPLINA: História da América Latina		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Os movimentos de descolonização nas Américas. Os processos de independência, os conflitos na construção dos estados nacionais e os nacionalismos no século XIX. Imigração, raça, eugenia e racismos. O relacionamento entre os países americanos e as potências econômicas no século XX. O imperialismo norte-americano. Populismo e militarismo nas Américas. Ditaduras militares latino-americanas. Identidades nacionais, neoliberalismos e os dilemas das democracias latino-americanas. Modernidade, Cultura e Movimentos Sociais na América Latina contemporânea. O ensino de história da América Latina na escola básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Da independência até 1870. São Paulo: Edusp/Brasília: FUNAG, 2002, v. III-V.

DONGHI, Tulio Halperín. *História da América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGGIO, Alberto; (Org.); LAHUERTA, Milton (Org.). *Pensar o século XX*. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

NOVAES, Adauto(Org.) *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006.

Vinício Campelo

PAMPLONA, Marco A. (Org.); MADER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

DISCIPLINA: Introdução à Antropologia

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Ciências Sociais (DCS)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

O universo conceitual, temático e metodológico da Antropologia. Conhecimento histórico e temático da Antropologia Social e Cultural. Universos teóricos e etnográficos e suas relações com a diversidade cultural e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZCONA, Jesus. **Antropologia I - Historia.** Petrópolis: Vozes, 1992.
 BALANDIER, Georges. **Antropo-logicas.** São Paulo: Cultrix, 1976.
 GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de Homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
 LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois.** 4.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
 MORAN, Emilio Federico. **Adaptabilidade humana: uma introdução a antropologia ecológica.** São Paulo: EDUSP, 1994.
 SAHLINS, Marshall D. **Sociedades tribais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
 SAHLINS, Marshall D. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DISCIPLINA: Cultura Afro-Brasileira

UNIDADE RESPONSÁVEL

Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

O conceito de cultura afro-brasileira. Diversidade sociocultural das etnias africanas que imigraram para América Portuguesa. Contribuições africanas na construção da cultura brasileira. A cultura afro-brasileira como tema para o ensino na escola básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Marta. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
 BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1971.
 DEL PRIORE, Mary; PINTO VENÂNCIO, Renato. **Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
 FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala.** 3.ed. São Paulo: Anita, 1995.

Vinícius Gonçalves

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2009.
CANEDO, Letícia Bicalho. A Descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1986.
CARNEIRO, Edison. Candomblés da Bahia. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCIPLINA: História Ibérica		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Península Ibérica: diversidade ancestral e provincialização romana. A dominação germânica e árabe. Os portugueses. Os espanhóis. Portugueses e espanhóis segundo a História apresentada nos manuais e na educação básica brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDRADE FILHO, Ruy. Os Mulçumanos na Península Ibérica. São Paulo: Contexto, 1989.		
LAVRADOR, José. A velha Espanha godai: lendas da sua História. Lisboa: Portugália Editora, 1946.		
MARTINS, J. P. Oliveira. História da Civilização Ibérica. Lisboa: Editora Antônio Maria Pereira, 1918.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AMEAL, João. História de Portugal: das origens até 1940. Porto: Livraria Tavares Martins, 1949.		
BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de Origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.		
CORTESÃO, Jaime. (Org.). Crônica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira por um autor anônimo do século XV. Adaptação por Jaime Cortesão. 7. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.		
MARTINS, J. P. Oliveira. As raças e a civilização primitiva. Lisboa: Editora Antônio Maria Pereira, 1905.		
MARTINS, J. P. O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.		

DISCIPLINA: Introdução à Arqueologia		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

Vinícius Gonçalves

4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Origens e desenvolvimento da arqueologia, desde os séculos XV/XVI até aos finais dos anos 60 do século XX. Arqueologia como saber. Arqueologia como atividade profissional. O evolucionismo. A Arqueologia histórico-cultural. O difusionismo. A Arqueologia processual ou "Nova Arqueologia".		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALARCÃO, Jorge de. Para Uma Conciliação das Arqueologias . Porto: Afrontamento, 1996.		
BAHN, Paul. Arqueologia: uma breve introdução , Lisboa, Gradiva.		
JORGE, Vítor Oliveira. Arqueologia, Património e Cultura . Lisboa: Instituto Piaget, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
JORGE, Vítor Oliveira Jorge (Coord.). O património e os média . Porto: SPAE, 2000.		
RENREW, Colin; BAHN, Paul. Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica . Madrid, Ediciones Akal (caps. 1 e 12), 1993.		
TRIGGER, Bruce. Historia del Pensamiento Arqueológico . Barcelona: Crítica, 1992.		
JORGE, Vítor Oliveira Jorge (Coord.). O Património e os Média . Porto: SPAE. 2000.		
TRIGGER, Bruce. Historia del pensamiento arqueológico . Barcelona: Ed. Crítica, 1992.		

DISCIPLINA: História dos Índios		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
História da humanidade pindoramesa confrontada pelas forças do expansionismo mercantil-colonial dos Tempos Modernos. Escravização e resistência à escravidão: catequizar para o cristianismo e para as relações de troca. Século XIX: a literatura transforma o “bom selvagem” em fundador da nação. Os indígenas contemporâneos, ainda, entre as sujeições e a extinção. A História concernente aos nativos indígenas, manualizada e ensinada na educação básica brasileira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MONTEIRO, John. Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença Indígena na História de São Paulo. In: PORTA, P. (Org.). História da Cidade de São Paulo . São Paulo: Paz e Terra, 2004.		
GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.		
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALMEIDA, Rubem Fernandes de. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica . Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.		
OLIVEIRA, Roberto. O índio e o mundo dos brancos . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.		

Vinícius Gonçalves

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Do índio ao bugre . Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1976.		
MELATTI, Julio Cezar. De Nóbrega à Rondon. Quatro séculos de política indigenistas. Atualidade Indígena , ano 1, n.3, p.39-45. Brasília, 1977.		
SCHADEN, Egon. Aculturação Indígena . São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.		
DISCIPLINA: História e Memória		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
A constituição da memória e sua dimensão social. Relações entre História e Memória. As práticas culturais e os lugares de memória. Os distintos suportes da memória: cinema, música, fotografia, oralidade, monumentos, paisagens, objetos pessoais, biografias, diários íntimos, cartas, autobiografias, literatura imprensa A memória individual.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARTIÉRES, Philippe. <i>Arquivar a própria vida</i> . Rio de Janeiro: CPDOC, [199-].		
BERGSON, Henri. <i>Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito</i> . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.		
BOSI, Ecléa. <i>Memória e sociedade: lembranças de velhos</i> . São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.		
BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (Org.) <i>Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível</i> . Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. Rio de Janeiro, vol.12, p.357-378, 1998.		
HALBWACHS, Maurice. <i>A memória coletiva</i> . São Paulo: Vértice, 1990.		
LE GOFF, Jacques. <i>História e memória</i> . Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990.		
THOMPSON, Paul. <i>A voz do passado: história oral</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALBERT, Verena. <i>Ouvir contar: textos em história oral</i> . Rio de Janeiro: FGV, [199-].		
LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. <i>Estudos Históricos</i> , Rio de Janeiro, n.19, 1997.		
MONTENEGRO, Antônio Torres. <i>História Oral e memória: a cultura popular revisitada</i> . São Paulo: Contexto, 1992.		
NASCIMENTO, Francisco Alcides. <i>Cidade sob o fogo: modernização e violência policial (1937-1945)</i> . Recife: UFPE, 1999.		
NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. <i>Projeto História</i> , São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.		
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. <i>Estudos Históricos</i> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.		
PORTELI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. <i>Projeto História</i> , São Paulo, v. 14, p. 25-30, fev.1997.		

DISCIPLINA: História e Cidade		UNIDADE RESPONSÁVEL:
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

Vinícius Gonçalves

EMENTA:		
A cidade como objeto de estudo interdisciplinar. A expansão dos estudos sobre cidade no Brasil em diversas temporalidades. A violência do processo de urbanização. O processo de modernização que atingiu as cidades brasileiras a partir de meados do século XIX. As culturas na cidade e os diversos modos de viver o urbano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CALVINO, Ítalo. <i>As cidades invisíveis</i> . Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.		
CORRÊA, Roberto Lobato. <i>O espaço urbano</i> . 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.		
LEFEBVRE, Henri. <i>Introdução à modernidade</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 197-275.		
MATOS, Maria Izilda Santos de. <i>Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho</i> . Bauru/SP: EDUSC, 2002.		
ROUANET, Paulo Sergio. <i>Mal-estar na modernidade: ensaios</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.		
SANTOS, Milton. <i>A urbanização brasileira</i> . 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.		
SEVCENKO, Nicolau. <i>Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República</i> . 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ARGAN, Giulio Carlo. <i>História da arte como História da cidade</i> . Trad. Píer Luigi Cabra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
CARLOS, Ana Fani Alexandre. <i>O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade</i> . São Paulo: Contexto, 2004.		
CIDADES: representações, experiências e memórias. MATOS, Maria Izilda Santos de e outros. São Paulo: Olho D'Água, 2016.		
RIBEIRO, Luís C. de Queiroz e PECHMAN, Robert M. <i>O que é questão da moradia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1983.		
ROLNIK, Raquel. <i>O que é cidade</i> . 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.		
SCHMIDT, Benício & FARRET, Ricardo. <i>A questão urbana</i> . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.		
SENNETT, Richard. <i>Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental</i> . 5, ed. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2008.		
SENTIMENTOS e ressentimentos em cidades brasileiras. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.) Teresina: EDUFPI; Imperatriz/MA: Ética, 2010.		
SEVCENKO, Nicolau. <i>Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20</i> . São Paulo: Companhia das Letras, p.23-88, 1992.		
TUAN, Yi-Fu. <i>Paisagens do medo</i> . Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.		
VELHO, Gilberto. <i>A utopia urbana: um estudo de antropologia social</i> . 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.		
WEBER, Eugen Joseph. <i>França fin-de-siècle</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1986.		
WILLIANS, Raymond. <i>O campo e a cidade na história e na literatura</i> : São Paulo: Companhia das Letras.		

DISCIPLINA: História e Movimentos Sociais		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

Vinícius Gonçalves

4.0.0	60h	---
EMENTA: Os movimentos sociais rurais e urbanos do Brasil. Movimentos nativistas. As multidões do século XIX. Movimentos sociais fragmentados do século XX.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina (Org.); ESCOBAR, Arturo (Org.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos . Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914) . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993. NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará . Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALMEIDA, Antônio de. Movimentos sociais e histórias populares: Santo André nos anos 70 e 80 . São Paulo: Marco Zero, 1992. GOHN, Maria da Glória. História e Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros . São Paulo: Edições Loyola, 2001. HOBSBAWN, Eric; RANGER, T. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional . São Paulo. Editora Brasiliense, 1985. SOUZA, Paulo César. A Sabinada: a revolta separatista da Bahia . São Paulo: Brasiliense, 1987.		

DISCIPLINA: História e Literatura		UNIDADE RESPONSÁVEL Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: História e Literatura: aproximações e distanciamentos. As diferentes tradições no estudo das relações entre História e Literatura. História, narrativa e conhecimento. História e ficção. Aproximações entre História, Literatura e Política. Literatura, Política e Memória. Estética e Política na literatura. Biografias e relatos de memórias de figuras políticas históricas. As Vanguardas literárias e a militância política. Literatura, História e memórias traumáticas. Literatura e ditaduras militares na América Latina e Brasil. Literatura e II Guerra Mundial, as narrativas sobre o Shoah/Holocausto. Memórias dos exilados políticos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX</i> . Cotia, SP; Ateliê editorial, 2007. BERMAN, Marshall. <i>Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade</i> . São Paulo: companhia de Bolso, 2021. CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária . 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.		

Vinícius Gonçalves

DARNTON, Robert. Boemia literária e revolução : o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. RICOUER, Paul. <i>A memória, a história, o esquecimento</i> . Campinas: Ed. da UNICAMP, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história : conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001. CHALHOUB, Sidney. <i>Machado de Assis, historiador</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2021. DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes . São Paulo: Companhia das Letras, 1987. HUNT, Lynn. A nova história cultural . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. QUEIROZ, Teresinha. Os literatos e a República : Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI; João Pessoa: EDUFPB, 1998. SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. Revista Brasileira de História , São Paulo, v.5, n.8/9, p.69-83, set. 1984/abr.1985. SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão : tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção, <i>Revista Letras</i> , nº16, jan.-jun., 1998.

DISCIPLINA: Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: Os conceitos de História, Memória, Cultura, Identidade e Patrimônio material e imaterial. Os estudos sobre o patrimônio cultural no Brasil. Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Preservação cultural no Brasil. Bens culturais e o ensino de História no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio : ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. LEMONS, Carlos. O que é patrimônio Histórico . São Paulo: Brasiliense, 2000. SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade . São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio . São Paulo: Estação Liberdade, 2001. FONSECA, Maria Cecília Londres. Trajatória da Política Federal de Preservação no Brasil . Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2006. FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Histórico Cultural . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural : da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.		

Vinícius Campos

DISCIPLINA: História e Gênero		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
A configuração do campo. A produção historiográfica. A história das mulheres. A categoria gênero e sua relação com as categorias classe e raça/etnia. As feminilidades e as masculinidades. A temática no ensino básico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres plurais : a condição feminina em Teresina na primeira república. Teresina: FCMC, 1996.		
DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.		
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação . Petrópolis; Vozes, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel e MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate : trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.		
VAINFAS, Ronaldo (Org.). História e sexualidade no Brasil . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.		
MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). Família, mulher, sexualidade e igreja na História do Brasil . São Paulo: Edições Loyola, 1993.		
NOLASCO, Sócrates. O mito da masculinidade . Rio de Janeiro, Rocco, 1997.		
PERROT, Michelle. Mulheres públicas . São Paulo: UNESP, 1997.		

DISCIPLINA: História e Cinema		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Reflexões sobre o funcionamento social da imagem. As diferenças entre Cinema – visto como um complexo sócio-histórico amplo – e Filme. As relações históricas entre o Cinema Nacional e as políticas públicas voltadas para a cultura no Brasil. A história do cinema brasileiro e o ensino de História na educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. Obras escolhidas . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
ROCHA, Glauber. Revisão crítica do cinema brasileiro . 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.		
XAVIER, Ismail. Alegorias do Subdesenvolvimento : cinema Novo, tropicalismo e cinema Marginal. São Paulo: Brasiliense, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade . São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2000.		

Vinícius Gonçalves

BERNADET, J-C. **Brasil em tempo de cinema**: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
 QUEIROZ, Teresinha de J. M. Cinema, invenção do diabo? In: CASTELO BRANCO, Edwar (Org.). **História, Cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 63-72.
 RAMOS, J. M. O. **Cinema, Estado e Lutas Culturais**: Anos 50, 60 e 70. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
 ROCHA, Glauber. Uma Estética da Fome. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, 1965.

DISCIPLINA: História, Arte e Cultura		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
As complexas mediações culturais que articulam a concreticidade da vida humana às representações subjetivas que a expressam. A dialética entre real e ficção. A história como uma <i>proto-arte</i> que oscila entre os critérios de cientificidade de seu ofício e as exigências estéticas de seu discurso. As relações entre história, arte e cultura e as apropriações que os profissionais de história fazem/podem fazer dessas relações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BHABHA, H. K. O local da cultura . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. CASTELO BRANCO, E. de A. Todos os dias de paupéria : Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005. CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano : artes de fazer 1. Petrópolis: Vozes, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. História : a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007. BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa. Impressões de viagem : CPC, vanguarda e desbunde. São Paulo: Brasiliense, 1981. MONTEIRO, André. Torquato Neto entre nós ou pequena música para atravessar um rosto. Ipotesi , n 10, Rio de janeiro, 2011. p. 175-186. NAPOLITANO, Marcos. Cultura brasileira : utopia e massificação. São Paulo: Contexto, 2001. VELOSO, Caetano. Verdade tropical . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.		

DISCIPLINA: História do Tempo Presente		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
O tempo presente como campo de estudo dos historiadores. As relações entre história do tempo presente, memória, história oral e história política. Questões metodológicas e éticas. A produção historiográfica brasileira e piauiense. A história do tempo presente e o ensino de história na educação básica.		

Vinícius Gonçalves

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CARDOSO, Ciro Flamarion; (Org.). VAINFAS, Ronaldo (Org.). Novos Domínios da História . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
HOBSBAWN, Eric. O presente como história. In: HOBSBAWN, Eric. Sobre a História . São Paulo: Cia das Letras, 1998.
TETART, Philippe (Org.). Questões para a história do presente . Bauru, SP: EDUSC, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRESCIANI, Stella (Org.); NAXARA, Márcia (Org.). Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível . Campinas: Editora Unicamp, 2004.
CARDOSO, Elizângela Barbosa. Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970) . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.
DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidade . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
FREITAS, Sonia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos . São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2006.
NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História , São Paulo, (10), dez. 1993.

DISCIPLINA: História, Cultura e Trabalho		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Conceitos e definições de Trabalho enquanto categoria analítica na História. Debate acadêmico sobre a História Social do Trabalho. O Trabalho na Antiguidade mediterrânea. O Trabalho para os povos originários latino-americanas. O Trabalho na Idade Média Europeia. O Trabalho no mundo moderno. O Escravismo colonial. As Transformações dos mundos do Trabalho no estágio inicial do capitalismo moderno. O Trabalho e o Tempo. O trabalho feminino ao longo dos contextos históricos. O contexto atual de precarização do trabalho e os caminhos para o mundo e o Brasil na conjuntura atual.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARENDT, Hannah. <i>A condição Humana</i> . 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021		
HOBSBAWM, E. J. <i>Mundos do Trabalho</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.		
THOMPSON. E. P. <i>Costumes em comum</i> . São Paulo: Companhia das Letras. 2021		
_____. <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021. volumes 01, 02 e 03.		
PERROT, Michele. <i>Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALBORNOZ, Suzana. <i>O que é trabalho?</i> São Paulo: Brasiliense, 2021.		

Vinícius Gonçalves

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020. 333 pp

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: companhia das Letras, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: editora Elefante. 2021.

FOSSIER: Robert. *O trabalho na Idade Média*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

DISCIPLINA: História da Arte		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Visão da arte em temporalidades distintas, da pré-história à era contemporânea. Interação entre inovação, tecnologia e transformações sociais. Evolução das artes visuais (arquitetura, escultura e pintura). Obras clássicas. Artistas e relações culturais. História da arte no Brasil e no mundo. A arte rupestre. Arte santeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AITET, Xavier Barral. História da arte . Campinas, SP: Editora Papyrus, 1994.		
JANSON e JANSON. Introdução à história da arte . SP: Martins Fontes, 1999.		
PANOFSKY, E. O significado nas artes visuais . Lisboa: Editorial Presença, 1989.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ARISTÓTELES. Arte retórica e arte poética . RJ: Edições de Ouro, s/d.		
CAVALCANTI, C. Conheça os estilos de pintura (Da pré-história ao realismo) . RJ: Civilização Brasileira, 1967.		
DORFLES, G. O devir das artes . SP: Martins Fontes, 1995.		
SÓFOCLES. A trilogia tebana: Édipo Rei; Édipo em Colono; Antígona . RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.		
HAUSER, H. História social da literatura e da arte . SP: Mestre Jou, 1975.		

DISCIPLINA: Cultura Brasileira		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Conceituar e analisar a Cultura e suas manifestações na realidade brasileira, através de uma visão Histórica, Antropológica e Sociológica. Identificar as forças políticas e sociais no desenvolvimento do processo histórico e atual da Cultura brasileira. Caracterizar e analisar os		

Vinícius Gonçalves

fatores estruturais e conjunturais dos Meios, Elaboração, Difusão de Cultura Popular, de Massa e de Elite.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha, "Mello Moraes Filho: festas, tradições populares e identidade nacional", em Sidney Chalhoub (Org.); Leonardo Pereira (Org.). **A História contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 171-193.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 205-228.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão. **História**: questões e debates, Curitiba, p.5-37, ano 9, n. 16, jun, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, Alda (Org.); VIEIRA, Antônio Augusto (Org.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 265-285.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão**. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1936].

DISCIPLINA: Introdução à Política		UNIDADE RESPONSÁVEL
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
A interpretação dos fenômenos políticos. Teorias políticas. A emergência da forma de estado e suas variações. As motivações políticas e a estrutura econômica e social em transformação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.		
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia : uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.		
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas: Papyrus, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos . Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000.		
SCHMITTER, Philippe. C. Reflexões sobre o conceito de política. Cadernos da UnB , Brasília Ed. UnB.		
SARTORI, Giovanni. Teoria democrática . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1965		
SCHMITTER, Philippe; C. WHITEHEAD, Laurence. Transições do regime autoritário : América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.		

Vinício Campos

WEBER, Max. **Política como vocação: ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2002.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Departamento de Filosofia (DFI0255)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. As relações homem–mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico. As relações entre História e Filosofia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORNHEIM, G. **Introdução ao filosofar.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FOLSCHEID, D.; WUNDENBURGER, J. **Metodologia Filosófica.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e Filosofia.** Lisboa – Portugal: Editora Presença, 1976.

CARRILHO, M.M. **O que é Filosofia?** Lisboa – Portugal: Editora Difusão Cultural, 1994.

MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia I: introdução geral à filosofia.** 18. ed. São Paulo: Agir, 2001.

MORRA, G. **Filosofia para todos.** São Paulo: Paulus, 2001.

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia

UNIDADE RESPONSÁVEL

Departamento de Ciências Sociais (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A constituição da Sociologia como campo de Investigação Científica. Os diálogos entre História e Sociologia. Teóricos Clássicos da Sociologia: Durkheim, Weber, Marx, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas.** São Paulo: Ed. Circulo do Livro, 1976

BOTTOMORE, T. (Org.); Nisbet, R. (Org.). **História da análise sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Vinício Gonçalves

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CASTRO, A.M.; DIAS, E. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

DURKHEIM, E. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

GALLIANO, A. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harba, 1986.

DISCIPLINA: Inglês Instrumental Básico

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Letras (DLE)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Reciclagem e desenvolvimento de habilidades: prática oral e fixação de estruturas básicas. Prática escrita. Frases simples e coordenadas. Elementos de gramática. Estratégia do processo de leitura. Estruturas básicas da língua inglesa nas habilidades: de ouvir, de falar, de ler e de escrever.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLAND, Susan Kesner. **Intermediate grammar: from form to meaning and use**. New York: Oxford University, 1996.

FURSTENAU, Eugênio. **Novo dicionário de termos técnicos inglês-português**. 26.ed. São Paulo: Globo, 2003.

GUANDALINI, Eiter Otávio. **Técnicas de leitura em Inglês (ESP – English for Specific Purposes): proficiência, pós-graduação, mestrado, doutorado**. São Paulo: Texto Novo, 2002. v. 1-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MURPHY, Raymond. **English grammar in use: a self study reference and practice book for intermediate students**. 2nd ed. New York: Cambridge University, 2001.

OXFORD. **Dicionário Escolar Inglês/ Português _ Português/ Inglês**. London: Oxford.

DISCIPLINA: Francês Instrumental Básico

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Letras (DLE)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Reciclagem e desenvolvimento de habilidades: prática oral e fixação de estruturas básicas. Prática escrita. Frases simples e coordenadas. Elementos de gramática. Estratégia do processo de leitura. Estruturas básicas da língua francesa nas habilidades: de ouvir, de falar, de ler e de escrever.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BESCHERELLE. **Conjugaison, Orthographe et Grammaire**. Paris: Hatier, 2006.

Vinícius Gonçalves

BESCHERELLE. **La Grammaire pour tous**. Paris: Hatier, 2006
 COURTILLON, Janine, GUYOT-CLÉMENT, Christine, SALINS, Gèneviève-Dominique de. **Libre échange 1**. Livre de l'élève. Paris: Hatier/Didier, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COURTILLON, Janine, GUYOT-CLÉMENT, Christine, SALINS, Gèneviève-Dominique de. **Libre échange 1**. Livre du professeur. Paris: Hatier/Didier, 1995.

Diccionario Le petit Robert.

RONAI, Paulo. **Dicionário Francês-Português/ Português-Francês**. São Paulo: Nova Fronteira, 1989.

VICHER, Anne. **Grammaire progressive du français**. Paris: Clé, sd.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História Antiga

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A importância da História Antiga para compreensão do processo histórico da humanidade. Abordagem de temas relevantes da antiguidade: mitologia, religião e política, escravidão, arte e sociedade, dentre outros. História Antiga na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

VERNANT, J.-P.; Vidal-Naquet, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

VEYNE, Paul (Org.). **História da Vida Privada: Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. v.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete olhares sobre a Antigüidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CROUZET, Maurice (Org.). **O Oriente e a Grécia Antiga: história geral das civilizações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DONADONI, Sérgio (Org.). **O homem egípcio**. Lisboa: Presença, 1994.

FINLEY, Moses I. **Política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História Medieval UNIDADE RESPONSÁVEL:

Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A importância da História Medieval para compreensão do processo histórico da humanidade. Abordagem de temas relevantes da Idade Média: religião, política, economia, arte, sociedade, dentre outros. História medieval na educação básica.

Vinício Lourenço

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DUBY, Georges. Guerreiros e camponeses . Lisboa: Editorial Estampa, 1980.		
GUREVITCH, A I. As categorias da cultura medieval . Lisboa: Caminho, 1991.		
LE GOFF, Jacques. Para Um Novo Conceito de Idade Média . Lisboa: Editorial Estampa, 1980.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.		
BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais . São Paulo/Brasília: Ed. UNB/HUCITEC, 1993.		
BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.		
FRANCO JR., Hilário. As utopias medievais . São Paulo: Brasiliense, 1992.		
SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. Dicionário Temático do Ocidente Medieval . Porto Alegre: Edusc, 2002. 2v.		

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História Moderna UNIDADE RESPONSÁVEL:		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
A importância da História Moderna para compreensão do processo histórico da humanidade. Abordagem de temas relevantes da modernidade: mitologia, religião e política, escravismo, arte e sociedade, dentre outros. História moderna na educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CASSIRER, Ernst. Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento . São Paulo, Martins Fontes, 2001.		
DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento . Lisboa, Estampa, 1984. 2 v.		
ELIAS, Norbert. O processo civilizador . Rio de Janeiro, Zahar, 1994. 2.v.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália . Brasília: Ed. da UnB, 1991.		
HALE, John R. A Europa durante o Renascimento, 1480-1520 . Lisboa: Presença, s.d.		
HUIZINGA, Johan. O declínio da Idade Média . São Paulo: Verbo, Edusp, 1978.		
KRISTELLER, Paul. Tradição clássica e pensamento do Renascimento . Lisboa, edições 70, s.d.		
PANOFKY, Erwin. Renascimento e renascimentos na arte ocidental . Lisboa, Presença, s.d.		
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História Contemporânea		
UNIDADE RESPONSÁVEL:		
Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

Vinícius Gonçalves

EMENTA: História contemporânea: sociedade, política, economia e cultura. História contemporânea na educação básica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. v.4. PERROT, Michelle. Os excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1989. MAYER, Arno J. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras. 1990 FERREIRA, Jorge; (Org.); ZENHA, Celeste (Org.). O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3. REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão e ZENHA, Celeste. O século XX: o tempo das crises. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.2.p. 35-59. SAID, Edward W. Orientalismo: oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DISCIPLINA: História da Infância e da Juventude		UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: A invenção da infância e da juventude na cultura ocidental. Diferentes percepções das idades da vida. Características da historiografia. História da infância e da juventude na cultura ocidental, no Brasil e no Piauí.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.); PINHEIRO, Áurea Paz (Org.). Histórias: cultura, sociedade, cidades. Recife: Ed. Bagaço, 2005. p. 91-100. PRIORE, Mary Del (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. QUEIROZ, Teresinha. História, literatura e sociabilidades. Teresina: F.C.M.C., 1998. SAVAGE, Jon. A criação da juventude. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. RETRATOS da Juventude brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.		

Vinícius Gonçalves

LEVI, Giovane; (Org.); SCHIMITT, Jean Claude (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2. v.
 SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

DISCIPLINA: História Econômica Geral		UNIDADE RESPONSÁVEL:
		Departamento de História (DH)
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
A economia pré-escravista. O escravismo. O Feudalismo. O capitalismo. Imperialismo e neocolonialismo. Socialismo. Novos rumos da economia mundial: crise do socialismo, neoliberalismo e globalização.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.</p> <p>BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, Caderno Dívida Externa, nº 06, 1994.</p> <p>BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. São Paulo, Pedex, 1998.</p> <p>ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Trad. José Silveira Paes, 5ª ed., São Paulo, Global, 1991.</p> <p>ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Coleção Textos, vol. 1. São Paulo, Edições sociais, 1980.</p> <p>FERNANDES, Luís. URSS, Ascensão e Queda - A Economia política das Relações da URSS com o mundo Capitalista. São Paulo, Anita Garibaldi, 1991.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.</p> <p>LÊNIN, Vladimir Ilich. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Trad. Olinto Beckerman. 5ª ed., São Paulo, Global, 1989.</p> <p>PINSKY, Jaime (org.). Modos de produção na antiguidade. 2ª ed. São Paulo, Global, 1984.</p> <p>PINSKY, Jaime (org.). Modo de produção feudal. 4ª ed. São Paulo, Global, 1986.</p> <p>SWEEZY, Paul e DOBB, Maurice e Outros. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. 4ª ed., Trad. de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.</p> <p>VIZENTINI, Paulo G. F. A Nova (Des)Ordem Internacional dos Anos 80 aos 90. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FRANCO JÚNIOR, Hilário e PAN CHACON, Paulo. História Econômica Geral. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos (1914-1991): o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital (1848-1875). Trad. Luciano Costa Neto. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.</p> <p>HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 19ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1883.</p> <p>MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-capitalistas. Trad. de João Maia. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.</p>		

Vinício Campos

MACAMBIRA, Dalton M. Reflexões sobre a crise do socialismo. IN: Revista Espaço-Tempo, vol 1, nº 4. Teresina (PI), Ed. Gráfica da UFPI, 1996.

MACAMBIRA, Dalton M. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. IN: Revista Universidade e Sociedade, ano VIII, nº 17, São Paulo, ANDES-SN, 1998.

REZENDE FILHO, Ciro de B. História Econômica Geral. São Paulo, Contexto, 1991.

SANTIAGO, Theo (org). Do Feudalismo ao Capitalismo - Uma Discussão Histórica. 3ª ed., São Paulo, Contexto, 1988.

7.2.2 Disciplinas Optativas Implantadas na Reforma Curricular

DISCIPLINA: REALIDADE SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
2. EMENTÁRIO		
A invenção e a construção do Brasil. O Piauí imperial sob o olhar dos viajantes. A República e seus dilemas iniciais. Cidadania e Direitos no Brasil. Os Pactos Políticos. Economia e Política no pós-guerra. Economia e sociedade no Milagre Econômico; O período Democrático no Brasil (1945-64); A Ditadura Militar: A Nova República e os Partidos Políticos. A Era Lula e o Brasil no contexto internacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CAMINHA, Pero Vaz de. 1450-1501. Carta ao rei Dom Manuel . 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.		
CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.		
SCHWARTZMAN, Simon. As bases do autoritarismo brasileiro . Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FRANÇA, Jean M.C. A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: Antologia de textos: 1591-1808 . Rio de Janeiro: José Olympio Editora; São Paulo: Editora UNESP, 2012.		
GARDNER, George. Viagens no Brasil . São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.		
FAORO, R. Os donos do poder . Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.		
MOTA, Lourenço D. Introdução ao Brasil: um banquete no trópico . 6. ed. São Paulo: Editora Senac, 1999.		
WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e pensamento . São Paulo: Ática, 2006.		

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História da África		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

Vinícius Campos

4.0.0	60h	---
EMENTA: História da África: sociedade, economia, política e cultura. O ensino de História da África na educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DEL PRIORE, Mary; PINTO VENÂNCIO, Renato. Ancestrais : uma introdução à história da África atlântica. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula : visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. SILVA, Alberto da Costa. A África explicada aos meus filhos . Rio de Janeiro: Agir, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CANEDO, Letícia Bicalho. A Descolonização da Ásia e da África . São Paulo: Atual, 1986. CARNEIRO, Edison. Candomblés da Bahia . 5.Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras : uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil . São Paulo: Contexto, 2008. POLIAKO, Léon. De Maomé aos Marranos : História do Anti-Semitismo. Editora Perspectiva: São Paulo, 1984.		

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Oriente		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: O encontro desigual da Ásia com o mundo ocidental. O Oriente Médio muçulmano. Ásia meridional hindu e a esfera chinesa. O Sudeste da Ásia. Causas da virada pós-comunista na China. Noções teóricas sobre temas como imperialismo, nacionalismo, revolução e a experiência (pós) colonial. Os conceitos de "Oriente" e de "Ocidente". O papel do radicalismo muçulmano e judaico no Oriente Médio. A revolução iraniana. Tensões entre identidades étnicas, regionais e religiosas em relação ao Estado na Ásia meridional. Ásia do Sul-Leste: caracterização geral de sua história o impacto da colonização francesa sobre a Indochina, da Guerra de Vietnã até o 'milagre econômico' dos "tigres asiáticos". A emergência social, política e econômica dos "Tigres Asiáticos". Diferenças e semelhanças entre rumos regionais de desenvolvimento no período pós-Guerra Fria e suas causas anteriores. História da Ásia na educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FERGUSON, Niall. Civilização : Ocidente x Oriente. São Paulo: Planeta, 2012. PAGDEN, Anthony. Mundos em Guerra . Osasco/SP: Novo Século Ed., 2010. MARTEL, Frederic. Mainstream : a guerra global das mídias e das culturas. São Paulo: Faro Editorial, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

Vinícius Gonçalves

MISHRA, Pankaj. **Tentações do Ocidente**: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além. São Paulo: Globo, 2007.

NYE JR., Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

SEGRILLO, Angelo. **Ásia e Europa em comparação histórica**: o debate entre eurocentrismo e asiacentrismo na história econômica comparada de Ásia e Europa. Curitiba: editora Prismas, 2014.

SHU Sheng. **A história da China popular no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Cristianismo

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A cristandade latina ocidental: instituições e múltiplas vivências cotidianas da religiosidade. As reformas do cristianismo e a vitória da quaresma. A expansão marítima: a fé a serviço da colonização. A religiosidade nos espaços coloniais da América Portuguesa: entre a capela e o calundu. O Padroado e a Religião de Estado entre a Colônia e o Império do Brasil. O impacto das revoluções burguesas nas relações entre Igreja e Estado na Europa Ocidental e suas reverberações no Brasil. A implantação do Estado laico, a chegada das igrejas protestantes, o crescimento do espiritismo, os cultos afro-brasileiros, a crescente influência das igrejas pentecostais e a religiosidade contemporânea no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURKE. Peter. **A cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Laura de Melo e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMAS. Keith. **Religião e o declínio da magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.

DELUMEAU. Jean. **A confissão e o perdão**. São Paulo. Companhia das letras, 1991.

MONTES, Maria Lúcia. **As figuras do sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claroenigma, 2012.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**. São Paulo: EDUSP, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição nos trópicos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DISCIPLINA: Introdução à Museologia

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Vinício

Panorama da condição atual do museu histórico. Noções básicas das várias áreas que compõem a museologia contemporânea, evidenciando semelhanças e diferenças com relação à Biblioteconomia, Arquivologia, Ciências da Informação, Ação Cultural, História, Estudos Culturais, Cultural Visual, etc. Análise das principais correntes museológicas atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. **Museologia**: introducción a la teoría y práctica del museo. Madrid: Istmo, 1995.

BOURDIER, Pierre. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: EDUSP/Zouk, 2003.

GOUVEIA, H. Coutinho. Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. **Bibliotecas Arquivos e Museus**, v.1, n.2, p. 485-520, jul./dez. 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. Apontamentos sobre Museologia: museus Etnológicos, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. **Estudos de Antropologia Cultural**, Lisboa, n.6, 1971.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (Coord.). **Iniciação à Museologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

MOREIRA, Isabel M. **Museus e monumentos em Portugal**. Coleção Temas da Cultura Portuguesa, nº 14. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Teoria da História

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Formas de produção do conhecimento histórico. Aportes teóricos e metodológicos. Principais conceitos da área. Relações ciência/arte e retórica/prova na historiografia. O ensino de temas da teoria da história na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EdUFRJ/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I**: artes de fazer. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURGUIÉRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Vinícius Gonçalves

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1790-1950**. São Paulo: Companhia das Letras, 1969.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A pesquisa histórica. Métodos e técnicas de pesquisa. Diversidade e características das fontes. Relação sujeito/objeto do conhecimento. Procedimentos de registro. Métodos e técnicas de pesquisa na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa. América, [s.d]. (coleção saber).

JENKIINS, KEITH. **A História Repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: EdUFRJ/FGV, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1790-1950**. São Paulo: Companhia das Letras, 1969.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Historiografia Brasileira

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

História e Historiografia: relações. A historiografia brasileira: constituição, institucionalização e profissionalização. A produção clássica. A Historiografia contemporânea brasileira e sua interlocução com os modelos clássicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

Vinícius Gonçalves

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**, 1. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL LAPA, José Roberto do. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações**. SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História das Américas

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

História das Américas: sociedade, economia, política, população e cultura. O ensino de história das Américas na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo, UNESP, 1992.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEGGERS, Betty J. **América pré-histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. 2. ed. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PESANVETO, Sandra Jatahy. **500 anos de América: imaginário e utopia**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1992.

PINSKY, Jaime (Org.). **História da América através de textos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História da América Afro-portuguesa

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

Vinício Campelo

EMENTA: História da América Afro-portuguesa: sociedade, política, economia, população e cultura. O ensino de história da América Afro-portuguesa na educação básica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio/Edunb, 1993. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 - 1835. São Paulo: Cia das Letras, 1990. VILLALTA, Luiz Carlos. 1789 – 1808: o Império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressões e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. MALERBA, Jurandir. A corte no exílio. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. SOUZA, Laura de Mello (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Brasil Império		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: História do Brasil Império: sociedade, política, economia, população e cultura. O ensino de história do Brasil Império na educação básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AZEVEDO, Cecília Maria Marinho de. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. MATOS, Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DIAS, M ^a Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. FADRO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Porto Alegre, 1975.		

Vinícius Gonçalves

FREITAS, Décio. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1983.
 PRADO, Caio Jr. Da revolução. In: PRADO, Caio Jr. **Evolução política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1977.
 QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Brasil República

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

História do Brasil República: sociedade, política, economia, população e cultura. O ensino da história do Brasil republicano na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOTA, Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Ed. SENAC/São Paulo, 2000.
 PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV 1999.
 SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 MONTEIRO, Jonh Manuel; BLAH, Ilana. **Histórias e Utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996.
 IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
 LAPA, José Roberto (Org.). **História política da República**. Campina, SP: Papyrus, 1990.
 MENDONÇA, Sônia Rogéria; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1980)**. São Paulo: Ática, 1988.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Brasil Contemporâneo

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

O Brasil pós-1930: sociedade, política, economia, população e cultura. O ensino da história do Brasil na escola básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. Ática: São Paulo, 1991.
 CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz & terra, 1975.
 SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DAGNINO, Evelina. Os anos 90 : política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
FERREIRA NETO, Edgar Leite. Os partidos políticos no Brasil . São Paulo: Contexto, 1989.
FERREIRA, Mary (Org.). Mulher, gênero e políticas públicas . São Luís: REDOR, 1999.
GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a república . São Paulo: HUCITEC, 1946.
WEFFORT, Francisco Correia. O populismo na política brasileira . Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História do Piauí		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: História do Piauí: sociedade, política, economia, população e cultura. O ensino de história do Piauí.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MARTINS, Agenor de Sousa [et. al]. Piauí : evolução, realidade, desenvolvimento. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.		
MENDES, Felipe. Economia e desenvolvimento do Piauí . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.		
SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). Piauí : formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: FUNDAPI, 1995.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CHAVES, Joaquim (Mons.). Obra completa . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.		
FILHO, Jesus Elias Tajra; TAJRA, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). Piauí : evolução, realidade, desenvolvimento. Teresina: FUNDAPI, 1995.		
REGO, Ana Regina Leal. Imprensa piauiense : atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.		
FREITAS, Clodoaldo. Vultos piauienses : apontamentos biográficos. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.		
NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo : modernização e violência policial em Teresina: 1937-1945. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.		

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Ensino de História		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: O ensino de História e a historiografia. Temas, abordagens e metodologias no ensino de História. Pesquisas na área de ensino de história.		

Vinício

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 3. ed. Curitiba: Champagnat, 2003.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CARRETERO, Mario et al (Org.). Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>MORIN, Edgar et al. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método. São Paulo: Cortez Editora, 2003.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Editora Scipione, 2004. (Coleção Pensamento e Ação no Magistério).</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e ensino de História. Belo Horizonte, BH, Ed. Autêntica, 2003.</p> <p>MARTINS, Jorge S. Trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio. Campinas: Papyrus, 2001.</p>

DISCIPLINA: História da Democracia no Brasil		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
<p>As lutas pela democracia no Brasil. Relações entre democracia e cidadania. As disputas de poder entre as práticas autoritárias e as lutas pela democracia no Brasil. O papel dos movimentos sociais na abertura democrática brasileira no final do século XX e suas repercussões no século XXI. O papel do ensino de História para o fortalecimento de práticas democráticas na sociedade brasileira.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FERREIRA, Jorge; (Org.); REIS, Daniel Aarão. (Org.). Revolução e democracia (1964-...): as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3.</p> <p>FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia; (Org.); STARLING, Heloisa. (Org.). Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>REIS, Daniel Aarão (Coord). Modernização, ditadura e democracia (1964-2010). V. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.</p> <p>REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004). Bauru (SP): EDUSC, 2004.</p>		

DISCIPLINA: História do Brasil: poder e cultura
--

Vinício Campelo

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: Autonomia política e construção do Estado Imperial: Independência, período regencial e centralização da década de 1840. Escravidão, trabalho urbano e a economia agroexportadora. As relações do Império e dos intelectuais com as sociedades indígenas. Revoltas do período regencial e populares, conflitos da ordem escravocrata e as lutas abolicionistas. Produção da identidade nacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MATOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000		
MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império: 1871-1889 . Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.		
SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil: império: a corte e a modernidade nacional . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.2.		
CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte . São Paulo: Companhia das letras, 1990.		
REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		
MACHADO, Maria Helena P.T.; CASTILHO, Celso. Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no Período da abolição . São Paulo: Edusp, 2015.		
MATTOS, Ilmar Rohloff de. Tempo saquarema: a formação do Estado imperial . São Paulo: Hucitec, 2004.		

DISCIPLINA: Introdução à Paleografia		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA: Fundamentos de diplomática e estudo de tipologias em documentos como inventários, testamentos, documentos régios, provisões, livros de tomo, etc. Técnicas de leitura e transcrição de documentos manuscritos em língua portuguesa. Estudo de abreviaturas manuscritas, aspectos gráficos, materiais e complementares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.		
ALONSO, Vicente Cortés. La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de España e America . Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.		
BERWANGER, Ana Regina. Noções de paleografia e diplomática . Porto Alegre, Editora da UFSM, 1995.		

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.		
LEAL, João Eurípedes Franklin. Glossário de paleografia. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.		

DISCIPLINA: História e Movimentos Sociais no Brasil		
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Paradigmas clássicos e contemporâneos. Categorias de análise: Comportamentos coletivos, ação coletiva e movimentos sociais. Identidades e cidadania. Os movimentos sociais rurais e urbanos. O Estado, a sociedade civil e a institucionalização dos movimentos sociais. O Tema dos movimentos sociais na aula de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História, movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento:** acampanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

FERREIRA, Maria Cláudia C.; SANTOS, Márcio. André. *O dentro ou fora da ossatura estatal?* Reflexões sobre a institucionalização dos movimentos negros brasileiros. **Pambazuka News**, Portugal, 29 nov. 2013.

FERREIRA, Jorge; (Org.); DELGADO, Lucilia (Org.). **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **‘O mundo negro’:** relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

SILVA, Maria Aparecida. M. **A luta pela terra:** experiência e memória. São Paulo: Edunesp, 2004. v. 1.

DISCIPLINA: Introdução à Arquivologia		
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:
 Conceituação, evolução, doutrina. O aparecimento do arquivista e suas consequências. Relações com os campos afins da Biblioteconomia, Documentação e Museologia. Áreas

principais da terminologia arquivística. Aspectos profissionais e técnico-científicos da área. Legislação e ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T. Queiroz, 1991.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DUARTE, Zeny. Conceito de arquivo: revendo reflexões contemporâneas. In: JAMBEIRO, Othon (Org.); GOMES, Henriette Ferreira (Org.); LUBISCO, Nídia Maria Lienert (Org.). **Informação:** contextos e desafios. Salvador: Instituto de Ciência da Informação, 2003.

JAMBEIRO, Othon. Informatas ou infogestores? In: JAMBEIRO, Othon (Org.); GOMES, Henriette Ferreira (Org.); LUBISCO, Nídia Maria Lienert (Org.). **Informação:** contextos e desafios. Salvador: Instituto de Ciência da Informação, 2003.

JARDIM, José Maria. **A informação:** questões e problemas. Niterói: EDUFF, 1995. (Estudos e Pesquisa, 1).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; BRANDÃO, Lídia Maria B. **Informação & Informática.** Salvador: EDUFBA, 2000.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística:** teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1998.

DISCIPLINA: História das Instituições Escolares

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

A escola na Antiguidade. A escola na Idade Média. A fundamentação das Universidades no período medieval. A instituição escolar na Idade Moderna. O aparecimento das Escolas Normais nos séculos XVIII e XIX. A instituição escolar na Idade Contemporânea. A instituição escolar no Brasil nos séculos XIX e XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice (Org.); CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 2007.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia.** São Paulo: Editora Hedra, 2010.

LUZ, N. C. P. **Descolonização e educação:** diálogos e proposições metodológicas. Curitiba: Editora CRV, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOWICZ et al. (Org.). **Educação como prática da diferença.** Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

Vinícius Gonçalves

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
 TAVARES, F. J. P. Limiares críticos da educação na “África Lusófona”. In: SEVERINO, A. J.; Almeida, C. R. S.; LORIERI, M. A. **Perspectivas da filosofia da educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
 JOÃO, Maria Isabel. A Educação em Cabo Verde. In: JOÃO, Maria Isabel. **A escola e os descobrimentos**: olhares sobre Cabo Verde / coord. Maria Isabel João, Maria José Pinto. [S.l.]: Editorialdo Ministério da Educação, 1996.

DISCIPLINA: História e Imagem

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Conceitos de imagem. Teorias contemporâneas da imagem. Culturas visuais. Narrativas. Imagem, história e memória. Linguagem audiovisual. Linguagem fotográfica. A imagem enquanto fonte para a pesquisa em História: abordagens metodológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1993.
 Dossiê História e Imagem. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 34, jul-dez/2004.
 KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
 KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, UFU, n.12, jan-jun/2006.
 SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas: as imagens, testemunhas da história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

DISCIPLINA: História e Imprensa

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

O campo de estudos da imprensa: teorias, métodos e categorização das fontes. História da imprensa no Brasil. A imprensa nos Palops pós-independências: estudos de caso. Intelectuais (in) visíveis: possibilidades de construções de trajetórias por meio da imprensa. As pesquisas sobre imprensa negra: diálogos transnacionais. Oficinas de análise de fontes: sujeitos, temas e abordagens para o ensino de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHALHOUB, Sidney; (Org.); PINTO, Ana Flávia M. (Org.). **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: UDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

Vinícius Gonçalves

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

MARTINS, Ana Luiza; (Org.); LUCA, Tania Regina de (Org.) **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Miguel de. Os mídia e os Direitos Humanos na Guiné-Bissau: o caso dos jornais Nô Pintcha, Diário de Bissau e Gazeta de Notícias. **Revista Africana de Mídias**, v. 20, n.1-2, p.83-100, 2012.

CRUZ; Heloísa de F; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**(PUCSP), v. 1, p. 22-38, 2008.

TAVARES, Luís Guilherme P. (Org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010. v.1,

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. **Do Angola ao Djumbay**: imprensa negra recifense. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 531-554, jul.-dez. 2011.

DISCIPLINA: História das Emoções

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de História (DH)

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Conceitos e definições de Emoções enquanto categoria analítica na História. Noções na Antropologia e Sociologia das Emoções. A Escola dos Annales e o estudo das Emoções. História Social das Emoções. Relação entre Emoção, sentimentos e sensibilidades. Emoções, Política e Poder. Emoções, Literatura e História. Memória, História e Emoção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções*: problemas e métodos. Trad.: Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011

WALTON, Stuart. *Uma história das emoções*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record. 2007.

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.) *História das Emoções*. Petrópolis: Vozes. 2020, [3 volumes]

COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.) *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes. 2008, 3 volumes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CORBIN, Alain. *O território do vazio*: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DEL PRIORE, M. *A história do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

Vinícius Gonçalves

- DELEMEAU, Jean. *A História do medo no ocidente. 1300-1800*. São Paulo, companhia de Bolso, 2021.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editoria, 2021
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021. v. I.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021. v. II.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- _____. *História e História Cultural*. São Paulo: editora Autêntica, 2021.

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de funcionamento, infraestrutura física e acadêmica

O curso de Licenciatura em História funciona no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e no Centro de Ciências da Educação (CCE), ambos localizados no campus Ministro Petrônio Portella, sede da UFPI.

A infraestrutura do curso de Licenciatura em História é composta por salas de aula, salas de professores, sala do Departamento de História, sala da Coordenação de História, sala do Programa de Educação Tutorial (PET), sala do Centro Acadêmico de História, sala de reunião, sala do Núcleo de História Oral (NHE) e sala do Núcleo de Documentação e Memória (NUPEM). As salas dos professores contam com mobiliário. Os demais espaços, contam com mobiliário, equipamentos eletrônicos e equipamentos didáticos.

O Curso faz uso, também, da infraestrutura do CCHL, integrando espaços tais como: salas de aula, bibliotecas setoriais, auditórios, salas de vídeo, sala de vídeo de conferência e setor administrativo.

Os principais recursos de informática estão disponíveis no Laboratório de Informática do CCHL, que é equipado com computadores e impressoras, somados àqueles disponibilizados no NUPEM, no NHO, no PET e na Biblioteca Central da UFPI.

Para subsidiar o desenvolvimento do TCC e de outras atividades curriculares, o curso de Licenciatura em História conta com os núcleos de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) e o Núcleo de História Oral (NHO). O NUPEM abriga um rico acervo constituído de microfilmes, a maioria deles adquiridos junto à Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro e à Biblioteca Municipal Mario de Andrade, em São Paulo. As fontes microfilmadas contemplam especialmente jornais que circularam em Teresina entre o final do século XIX e a primeira

Vinício Campelo

metade do século XX, portanto já lacrados e indisponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Piauí. Além de jornais, o acervo também contempla microfimes de livros publicados no mesmo período. Essas obras não foram reeditadas e entraram para a relação de obras raras.

Para as pesquisas dos períodos colonial e imperial, o NUPEM dispõe de material transcrito a partir de originais de arquivos portugueses, originário do projeto Resgate do MinC. Recebeu também, na forma de doação, documentos do arquivo pessoal do ex-professor e pesquisador Cláudio Melo, dedicado historiador piauiense falecido há poucos anos. Esse acervo foi identificado, catalogado e disponibilizado ao tratamento historiográfico por professores e alunos.

Além dos microfimes, o laboratório também dispõe de recursos que permitem a segura utilização dos mesmos, tais como máquinas leitoras de microfimes, computadores e equipamentos de captura de som e de imagem, além de outros. O NUPEM, através de seu suporte documental e físico, tem subsidiado as pesquisas que dão origem aos trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura em História.

O NHO é equipado com computadores, scanner, máquina fotográfica e gravadores digitais que passaram a compor o patrimônio do Núcleo. As entrevistas que fazem parte do acervo do NHO foram realizadas para os projetos "Memória Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Piauí", "A cidade sob o fogo", "A história do rádio no Piauí", "A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense", "Dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização autoritária de Teresina, Sentimentos e ressentimentos dos pobres urbanos em Teresina na década de 1970". Este acervo documental encontra-se disponível para consulta e pesquisas.

Para o desenvolvimento de seus trabalhos de conclusão de curso e demais atividades curriculares, os alunos contam também com o Núcleo de Documentação e Jornalismo (NUJOC), através de parceria com o curso de Jornalismo, da UFPI. No Núcleo, são digitalizados e analisados os jornais do Estado do Piauí, com o intuito de preservar a história da mídia, dos jornalistas e das representações históricas contidas nos jornais impressos.

8.2 Bibliotecas

A referência é a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco. Trata-se da mais importante biblioteca pertencente à UFPI, localizada no Estado do Piauí. É um importante



local de consulta a bibliografia, livros, periódicos e fontes hemerográficas. O horário de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira de 08h às 22h e sábado de 08h às 14h.

Esta biblioteca possui um acervo de mais de 100 mil volumes, dentre livros e periódicos, de referência para as Ciências Humanas e Sociais, estando, entre eles, aproximadamente 3000 exemplares específicos da área de História. A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas regularmente por professores, observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e de projetos institucionais a nível nacional. As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições, diretamente à Seção de Intercâmbio e Aquisição. As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais. A UFPI tem investido na aquisição de livros.

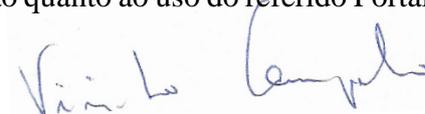
É possível realizar pesquisa *on-line*, por título, autor, assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico da biblioteca através de vários terminais. O acervo de livro é de livre acesso e o de periódico é semiaberto. A biblioteca disponibiliza a consulta ao acervo à comunidade em geral, bem como o empréstimo automatizado a professores, alunos e funcionários da Universidade. O empréstimo de periódicos não é permitido, mas os serviços estão disponíveis para toda comunidade. A consulta no recinto é aberta à comunidade em geral.

Quanto a produtos e serviços oferecidos destacam-se: Visitas Orientadas; Empréstimo entre bibliotecas; Orientação quanto ao uso do acervo; Exposições e promoções de eventos; Treinamentos de usuários; Normalização de trabalhos técnico-científicos; Intercâmbio de publicações; Reprografia; Serviço de Computação Bibliográfico [COMUT/BIREME]; Informações Legislativas; Boletins Informativos; Campanhas Educativas; Orientação na normalização de publicações técnico-científicos; Levantamento Bibliográfico; Exposição de livros novos; Cabines de estudos individuais e em grupos.

O quadro de pessoal é formado por 07 Bibliotecários, 25 Assistentes em Administração, 03 Encadernadores, 02 Operários de Máquinas, 01 Técnico em Laboratório, 03 Contínuos, 02 Agentes de Portaria.

Quanto ao espaço físico: Acervo / 1.296,82m², Leitura / 1.277,40m² Serviço do Público / 137,19m², Serviço Técnico / 266,10m², Outros Fins / 1.022,10m², Sala de Estudo em Grupo / 150,00m², Sala de Estudo Individual / 44,20m². Apresenta uma ÁREA TOTAL de: 4.194,81m². Há Salas de estudo, de treinamento, de vídeo, individuais, de estudo para grupos.

A Biblioteca integra o sistema de periódicos da CAPES - PORTAL DA CAPES. A UFPI tem promovido seguidas vezes treinamentos visando instrução quanto ao uso do referido Portal,



valorizando o investimento público feito nesta ferramenta de pesquisa bibliográfica e estimulando a sua utilização.

Permite-se o acesso à internet sem fio aos usuários no interior da biblioteca e seu entorno.

A Biblioteca disponibiliza ainda, para consultas e empréstimos Teses, Dissertações e Monografias defendidas pelos professores e alunos da UFPI.

Há ainda a Biblioteca setorial do CCHL, Professor Wilson Brandão, com cerca de 3000 exemplares de livros, na área de Ciências Humanas, adquiridos pelo PROCAD/Casadinho (UFPI/Programa de Pós-Graduação em História/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), doações e projetos universais na área de Humanas para Pós-Graduação em História do Brasil.

9 PLANO DE MIGRAÇÃO DOS ALUNOS PARA A MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

Não haverá migração de uma estrutura curricular para outra.

9.1 Cláusula de Vigência

- Os discentes ativos no curso de História, com ingresso entre os anos de 2007 e 2022.1, **não migraram para o novo currículo**, permanecendo no currículo de origem. Só haverá migração, caso o aluno assim o desejar, e solicitar à Coordenação de Curso a migração para o novo currículo. **O novo currículo acolherá os alunos com ingresso a partir de 2022.2.**
- Os discentes vinculados às estruturas curriculares já existentes, cadastradas no sistema SIGAA terão assegurada a oferta dos componentes curriculares específicos das estruturas curriculares a que estão vinculados;
- **Os alunos ingressos no ano de 2022.2, no turno noturno, ingressarão na nova matriz curricular implantada por este PPC.**

9.2 Equivalência entre projetos pedagógicos

As equivalências entre o Ajuste Curricular proposto e os projetos pedagógicos em desenvolvimento através das estruturas curriculares 3, 5, 6, 7 e 8, considerará os seguintes procedimentos:

1. Manter, na nova estrutura curricular, os códigos de disciplinas já existentes nas estruturas curriculares vigentes, sem criação de novos códigos (listados nas tabelas a seguir);

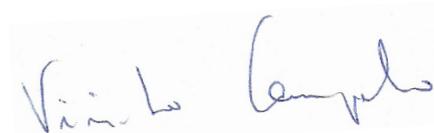


TABELA 23 - DISCIPLINAS OPTATIVAS COM CÓDIGOS CADASTRADOS

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
DGH0282	História Ibérica	60h
DCS0207	Introdução à Antropologia	60h
DGH0296	História da América Latina	60h
DGH0303	Cultura Afro-Brasileira	45h
DGH117	Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil	60h
DGH371	Gestão Escolar e do Ensino de História	60h
DHG120	História Econômica Geral	60h
DGH0339	História e Memória	60 h
DGH0341	História dos Índios	60 h
DGH0298	História e Cidade	60 h
DGH0299	História e Movimentos Sociais	60 h
DGH0304	História e Literatura	60 h
DGH0343	História e Gênero	60 h
DGH0305	História e Cinema	60 h
DGH0345	História, Arte e Cultura	60 h
DGH0347	História do Tempo Presente	60 h
DGH0306	História, Cultura e Trabalho	60 h
DGH0300	História da Infância e da Juventude	60 h
DGH0349	História da Arte	60 h
DGH0350	Cultura Brasileira	60 h
DGH0338	Introdução à Política	60 h
DFI0255	Introdução à Filosofia	60 h

Vinícius Campelo

DGH121	Introdução à Arqueologia	60 h
DCS0052	Introdução à Sociologia	60 h
DGH0353	Tópicos Especiais em História Antiga	60 h
DGH0354	Tópicos Especiais em História Medieval	60 h
DGH0355	Tópicos Especiais em História Moderna	60 h
DGH0357	Tópicos Especiais em História Contemporânea ⁵⁷	60 h
DLE0002	Português I Prática de Redação	60 h
DLE0174	Inglês Instrumental Básico	60 h
DLE0229	Francês Instrumental Básico	60 h
DEF0073	Prática Desportiva	30 h

TABELA 24 - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COM CÓDIGOS CADASTRADOS

DGH0203	Introdução aos Estudos Históricos
DGH0283	História Antiga
DGH0340	História da África
DGH007	Teoria e Metodologia da História I
DGH008	História da América Afro-portuguesa
DGH009	História Medieval
DFE0098	Psicologia da Educação
DGH012	Teoria e Metodologia da História II
DGH023	História do Brasil Império
DGH024	História Moderna I
DGH025	História das Américas

⁵⁷ Essa disciplina não foi cadastrada nas estruturas curriculares 7 e 8, embora fizesse parte da proposta curricular.

DMT0208	Didática Geral
DH107	Historiografia Brasileira
DGH029	História do Brasil República
DGH039	História Moderna II
DGH047	História do Piauí I
DGH094	História Contemporânea I
DMTE402	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I
DH103	História Contemporânea II
DMTE403	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II
DGH056	História do Brasil Contemporâneo
DH102	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História
DGH101	História do Piauí II
DMT0054	Avaliação da Aprendizagem
LIBRAS010	Língua Brasileira de Sinais (Libras)
DMTE404	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III
DGH109	TCC I
DGH110	Historiografia Piauiense
DGH111	História das Ideias Políticas e Sociais
DH108	Formação Econômica do Brasil
DGH114	TCC II
DGH112	História e Meio Ambiente
DMTE405	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV

2. Manter os mesmos códigos nas estruturas curriculares implantadas nos turnos diurno e noturno, uma vez que têm ementa, carga horária e créditos iguais;
3. Incluir as disciplinas optativas criadas mediante este Ajuste(listadas na tabela abaixo) nas estruturas curriculares 3, 5 e 6, 7 e 8 para assegurar o bom fluxo curricular;

TABELA 25 - NOVAS DISCIPLINAS OPTATIVAS A IMPLANTAR CÓDIGOS

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
A DEFINIR	Realidade socioeconômica e política do Brasil	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História da África	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Oriente	60h

Vinício Campos

A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Cristianismo	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História das Américas	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História da América Afro-portuguesa	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Império	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil República	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Brasil Contemporâneo	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Historiografia Brasileira	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Teoria da História	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em História do Piauí	60h
A DEFINIR	Tópicos Especiais em Ensino de História	60h
A DEFINIR	História da Democracia no Brasil	60h
A DEFINIR	História do Brasil: Poder e Cultura	60h
A DEFINIR	História e Movimentos Sociais no Brasil	60h
A DEFINIR	História das Instituições Escolares	60h
A DEFINIR	História e Imagem	60h
A DEFINIR	História e Imprensa	60h
A DEFINIR	Introdução à Arquivologia	60h
A DEFINIR	Introdução à Museologia	60h
A DEFINIR	Introdução à Paleografia	60h
A DEFINIR	História das Emoções	60h

TABELA 26 - NOVAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ESTABELECIDAS NA REFORMA CURRICULAR, A INCLUIR CÓDIGOS

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
--------	------------	---------------

Vinícius Campos

A DEFINIR	Ensino de História I	60h
A DEFINIR	Ensino de História II	60h
A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História I	60h
A DEFINIR	Metodologia do Ensino de História II	60h
A DEFINIR	Marcos Legais, Currículos, Educação Especial e Gestão Escolar	60h
A DEFINIR	História Contemporânea III	60h
A DEFINIR	História da Educação	60h

4. Implantar equivalências entre os componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme tabelas abaixo;

TABELA 27 - EQUIVALÊNCIA I

CÓDIGO	CH	DISCIPLINA	CÓDIGO	CH	DISCIPLINA EQUIVALENTE
DMT0221	75	Estágio Obrigatório Supervisionado I	DMTE402	75	Estágio Obrigatório Supervisionado I
DMT0222	90	Estágio Obrigatório Supervisionado II	DMTE403	90	Estágio Obrigatório Supervisionado II
DMT0223	120	Estágio Obrigatório Supervisionado III	DMTE404	120	Estágio Obrigatório Supervisionado III
DMT0224	120	Estágio Obrigatório Supervisionado IV	DMTE405	120	Estágio Obrigatório Supervisionado IV

TABELA 28 - EQUIVALÊNCIA II

CÓDIGO	CH	DISCIPLINA	CÓDIGO	CH	DISCIPLINA EQUIVALENTE
DMTE402	75	Estágio Obrigatório Supervisionado I	DMT0221	75	Estágio Obrigatório Supervisionado I
DMTE403	90	Estágio Obrigatório Supervisionado II	DMT0222	90	Estágio Obrigatório Supervisionado II
DMTE404	120	Estágio Obrigatório Supervisionado III	DMT0223	120	Estágio Obrigatório Supervisionado III
DMTE405	120	Estágio Obrigatório Supervisionado IV	DMT0224	120	Estágio Obrigatório Supervisionado IV

TABELA 29 – SÍNTESE DA EQUIVALÊNCIA ENTRE AS ESTRUTURAS CURRICULARES

1. Manter, nova matriz curricular, os códigos de disciplinas já existentes nas estruturas curriculares vigentes, sem criação de novos códigos.

Vinícius Campos

2. Manter os mesmos códigos nas estruturas curriculares implantadas nos turnos diurno e noturno, uma vez que têm a mesma ementa, carga horária e créditos.
3. Incluir as disciplinas optativas criadas mediante este PPC nas estruturas curriculares 3, 5 e 6, 7 e 8 para assegurar o bom fluxo curricular.
4. Implantar equivalências entre os componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

9.3 Integralização Curricular

No que tange à integralização curricular, este Ajuste estabelece o seguinte:

1. Todos os estudantes vinculados à matriz curricular proposta neste PPC terão que cumprir no mínimo 3.275 (três mil, duzentas e setenta e cinco) horas, 810 (oitocentas e dez) horas de formação comum, 1640 (mil e seiscentas) horas de conteúdo específico da área e 825 (oitocentas e vinte e cinco) horas de prática docente, nas quais estão incluídas 330 (trezentas e trinta) horas de Atividades Curriculares de Extensão e 200 horas de Atividades Complementares;
2. O curso de Licenciatura em História, no turno integral, terá uma duração mínima de 4 (quatro) e máxima de 7 (sete) anos;
3. O curso de Licenciatura em História, no turno noturno, terá duração mínima de 4,5 (quatro anos e meio) e máxima de 8 (oito) anos;
4. O prazo de integralização para os alunos com necessidades especiais é acrescido em 50% àquele citado nos itens 2 e 3, acima referidos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 009/2001**. [Brasília], 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 002/2015**. [Brasília], 2015.
- BRASIL. BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [Brasília, 201-?].
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. [Brasília], 2002.
- BRASIL. **Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 abr. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital CAPES n. 06/2018**. Brasília, 2018. p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta pública. [Brasília, 201_?].

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de ensino superior**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância: reconhecimento, renovação e reconhecimento**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria n. 493. **Diário Oficial da União**, n. 109, Seção,1, p.35, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Instituído pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014., PARÂMETROS Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PIAUI. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Piauí, ano de referência 2016**. Teresina,(PI), 2017.

PIAUI. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019**. Teresina, 2015.

PIAUI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução CEPEX n. 035/2014**. Teresina, 2014.

PIAUI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução CEPEX n. 220/2016**. Teresina, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 053/2019**. Teresina, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012.

APÊNDICE I – AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

- 1) O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível nas bibliotecas Carlos Castello Branco e Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras, Professor Wilson Brandão, campus Ministro Petrônio Portella.
- 2) O acervo virtual possui contrato disponível na Biblioteca Carlos Castello Branco.
- 3) O acervo bibliográfico básico e complementar (físico/virtual) é adequado e atualizado aos componentes curriculares descritos no PPC;
- 4) O acervo bibliográfico físico e complementar é adequado em relação ao número de vagas autorizadas.

- 5) A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende a demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência disponibiliza ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Carlos Castello Branco.
- 6) Há garantia, em relação ao acervo virtual da quantidade de acesso no espaço físico da Instituição e no âmbito externo;
- 7) Quanto ao acervo periódico, a Biblioteca Carlos Castello Branco, possui exemplares com assinatura de acesso virtual ou domínio público, especializado que contemplam as unidades curriculares do curso. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência de modo a garantir o acesso e o serviço.

Teresina, 21 de março de 2022

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Prof. Dr. Dalton Melo Macambira
Profa. Dra. Elizangela Barbosa Cardoso
Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe
Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Prof. Dr. Antônio Fonseca dos Santos Neto
Prof. Msc. Maria do Socorro Rangel
Prof. Dr. Antônio Melo Filho
Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castello Branco





Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 536, DE 20 DE JULHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Música, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/07/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.049457/2021-23;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Música, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2023, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

Teresina, 20 de julho de 2023

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor no exercício da Reitoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Ministro Petrônio Portella
Centro de Ciências da Educação
Curso de Bacharelado em Música



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM MÚSICA

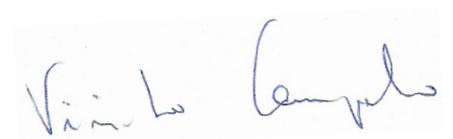
TERESINA - 2023

Vinício Campelo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Ministro Petrônio Portella
Centro de Ciências da Educação
Curso de Bacharelado em Música/Instrumento Musical

*Projeto Pedagógico do Curso de
Bacharelado em
Música/Instrumento Musical, da
Universidade Federal do Piauí
(Campus Ministro Petrônio
Portella), no município de Teresina,
Piauí, a ser
implementado/implantado em 2023.*

TERESINA - 2023



Vinícius Campelo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Dr^a. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

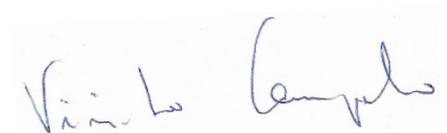
Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof^a. Dr^a. Deborah Dettmam Matos

A handwritten signature in blue ink, reading "Viriato Campelo". The signature is written in a cursive style and is located in the bottom right corner of the page.

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^a. Dr^a. Mônica Arrivabene

Coordenador Geral de Graduação

Prof. Dr. Eliesé Idalino Rodrigues

Coordenadora Geral de Estágio

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Francisco Newton Freitas

Diretor de Administração Acadêmica

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Prof^a. Dr^a. Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Maycon Silva Santos

Assistente da Pró-Reitora

Danielle Maria de Brito Aragão

CENTRO/ CAMPUS CURSO

DIRETORA DO CCE

Prof^a. Dr^a. Eliana de Sousa Alencar Marques

VICE-DIRETOR:



COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA:

Prof. Dr. Edson Antônio de Freitas Figueiredo

SUBCOORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA:

Prof. Dr. Rafael Moreira Fortes

**COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
MÚSICA**

PROF. DR. EDSON ANTÔNIO DE FREITAS FIGUEIREDO (Presidente)

PROF. DR. RAFAEL MOREIRA FORTES (Vice-Presidente)

PROFA. DRA. ALBA CHRISTINA BOMFIM SOUZA (Titular)

PROFA. DRA. BRUNA MARIA DE LIMA VIEIRA (Titular)

PROFA. MS. CAMILA BETINA RÖPKE (Suplente)

PROF. DR. CÁSSIO HENRIQUE RIBEIRO MARTINS (Suplente)

**COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM MÚSICA**

EDSON ANTÔNIO DE FREITAS FIGUEIREDO (NATO)

EDNARDO MONTEIRO GONZAGA DO MONTI (MEMBRO)

DANIELA ANDREA TORRES CABEZAS (MEMBRO)

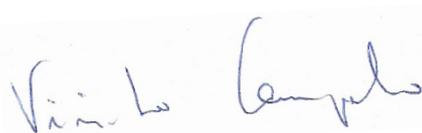
MARIA JACINTA BOLA RAMOS (MEMBRO)

SAMUEL MENDONÇA FAGUNDES (MEMBRO)

GABRIEL NUNES LOPES FERREIRA (MEMBRO)

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE BACHARELADO EM MÚSICA**

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho (Presidente)



Prof. Dr. Cássio Henrique Martins (Vice-presidente)

Prof. Dr. Joaquim Ribeiro Freire Neto (Membro)

Prof^a. Dr^a. Bruna Maria de Lima Vieira (Membro)

Prof. Mestre Samuel Mendonça Fagundes (Membro)

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Nº. 033/2021-CCE/UFPI

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP:
64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Bacharelado em Música



CÓDIGO DO CURSO:

CÓDIGO DO CURSO (INEP):

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução N°

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO

Bacharel(a) em Música

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Máximo: 6 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

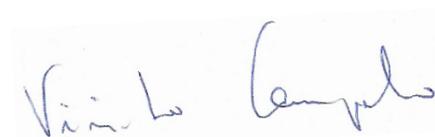
IMPLANTAÇÃO DO CURSO:

Segundo semestre de 2023

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e, de acordo com Edital específico da UFPI.

Prova de Habilitação Específica



REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: _____

TURNO(S) DE OFERTA:

Integral (vespertino/noturno)

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (A)	1845	123
Disciplinas Optativas (B)	120	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (C)	180	12
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (D)	315	21
Atividades Complementares (E)	120	8
TOTAL (A + B + C + D + E) (F)	2580	172
Atividades Curriculares de Extensão (G)	270	18
TOTAL GERAL (F + G)	2850	190

Quantitativo de Vagas Sugeridas aos Conselheiros do Conselho Universitário (CONSUN/UFPI): 20¹ (vinte vagas por ano)

¹ Sugere-se esse quantitativo, em virtude das 30 (trinta) vagas oferecidas para a Licenciatura e da oferta de disciplinas comuns ministradas pelos mesmos docentes nos dois Cursos.



Sumário

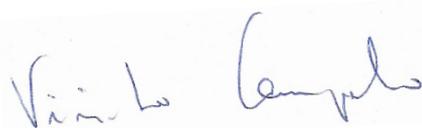
APRESENTAÇÃO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	24
1.1 JUSTIFICATIVA.....	24
1.2 Contexto regional e local.....	29
1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso.....	30
2 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	34
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso.....	34
2.2 Objetivos específicos do Curso.....	39
2.3 Perfil do Egresso.....	40
2.4 Competências e Habilidades.....	42
2.5 Perfil do corpo docente.....	43
3 PROPOSTA CURRICULAR.....	46
3.1 Estrutura e organização curricular.....	46
3.2 Matriz Curricular.....	47
3.3 Estágio Supervisionado.....	55
Introdução.....	55
Convênios e documentos para a realização do Estágio Supervisionado.....	56
Orientador e Supervisor do Estágio Supervisionado Obrigatório.....	57
Atribuições dos estudantes durante o Estágio Supervisionado Obrigatório.....	57
Divisão da carga horária e função dos Estágios.....	57
Avaliação.....	59
3.4 Trabalho de Conclusão de Curso.....	59
Coordenação de TCC.....	60
Trabalho de Conclusão de Curso I.....	60
Trabalho de Conclusão de Curso II.....	61
Orientação.....	61

Vinício Campelo

Formatação	62
Constituição e convocação da banca	62
Entrega da versão preliminar	63
Defesa	63
Entrega da versão final	63
Comitê de Ética	64
3.5 Atividades Complementares.....	64
Atividades de ensino e pesquisa	64
Atividades de participação e/ou organização de eventos	65
Experiências profissionais e/ou complementares	65
Atividades Curriculares de Extensão (ACE).....	66
Trabalhos Publicados.....	66
Vivência de Gestão.....	67
Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas	67
Estágio não obrigatório.....	67
Visitas técnicas	68
Atividades culturais	68
3.6 Atividades Curriculares de Extensão.....	69
3.7 Metodologia.....	70
Opções teórico-metodológicas	71
Ensino-aprendizagem	72
O papel do aluno.....	73
O papel do professor.....	74
3.8 Sistemática da Avaliação.....	75
Avaliação Institucional	75
Objetivos da Avaliação Interna da UFPI.....	76
3.9 Desenvolvimento Metodológico	77

Vinício Campelo

Contextualização do Objeto de Avaliação.....	77
A Avaliação da aprendizagem no Curso de Bacharelado em Música.....	78
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	79
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	79
4.2 Políticas Institucionais para a pesquisa	80
4.3 Apoio ao discente	80
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	81
5.1 Avaliação da Aprendizagem.....	81
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	81
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)	82
6.1 Disciplinas Obrigatórias	82
6.2 Disciplinas optativas.....	110
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	137
7.1 Gabinetes de professores	137
Espaço de trabalho para o Coordenador do Curso	138
Sala coletiva de professores.....	139
7.2 Infraestrutura acadêmica.....	139
Salas para estudo individual	141
Laboratórios e salas especiais.....	142
Almoxarifado.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXO I – FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM MÚSICA ...	151



APRESENTAÇÃO

Visando a expansão e qualificação de curso de graduação no *Campus* Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, a Comissão de Implantação do Bacharelado em Música da UFPI, constituída pela Portaria N°. 033/2021-CCE/UFPI, apresenta, por meio deste Projeto, a nova graduação em Música (Bacharelado) a ser integrada à já existente Licenciatura em Música, com o objetivo de atender às demandas percebidas na região.

O Curso atual de Licenciatura em Música supre a carência da formação de professores, conforme a Lei 13.278, de 2016, que trata da Música como componente curricular obrigatório na Educação Básica. Já a implantação do Curso de Bacharelado em Música objetiva atender à demanda crescente de Músicos e grupos profissionais da região.

Assim, o presente Projeto Pedagógico corresponde à proposta de implantação, na Universidade Federal do Piauí, do Curso de Bacharelado em Música/Instrumento Musical, anseio de grande parte da comunidade de Músicos locais que atuam em várias bandas sinfônicas, orquestras sinfônicas, cameratas, bandas-shows, corais, grupos instrumentais, e ministram aulas de seus respectivos instrumentos em Institutos Federais (IFPI's), escolas especializadas de música, projetos sociais, teatros e demais espaços onde se exige a formação profissional em música, situados em Teresina e região, conforme relação apresentada no quadro a seguir:

Item	Grupos – Teresina e Região
1	Orquestras sinfônicas
2	Bandas sinfônicas
3	Bandas-Shows
4	Cameratas e Similares
5	Corais
6	Grupos Instrumentais (Orquestra de Violões)

Vinilo Campelo

7	Outros (Casamentos)
8	Escolas Especializadas
9	Projetos Sociais
10	Outras Instituições (Igrejas, Sindicatos, etc.)
11	Institutos Federais
12	SESC

Quadro 1 Relação de grupos de atuação²

O Curso de Graduação em Música, Bacharelado, visa formar profissionais com uma sólida formação artística, humanística e científica nas habilitações de Práticas Interpretativas (iniciando com Trompete, Saxofone, Violoncelo, Piano, Violão, Violino e Canto) potencializando suas capacidades musicais, críticas e criativas para poderem desenvolver condições para interpretação de obras musicais compostas ou para a criação de arranjos musicais aplicados à música popular.

O(A) Bacharel(a) em Música poderá atuar como musicista de forma autônoma, ou engajar-se em qualquer entidade ou instituição que realize atividades musicais. Deste modo, o egresso deste curso estará capacitado para atuar em grupos sinfônicos (bandas e

² Alguns grupos atualmente vigentes - **ORQUESTRAS:** Orquestra Sinfônica de Teresina; Orquestra *Jazz* Sinfônica da UFPI; Orquestra Sinfônica de Teresina; Orquestra Escola de Teresina; Orquestra de Violões de Teresina; Orquestra SESC Parnaíba; Orquestra do Projeto Música Para Todos. **BANDAS:** Banda Escola Teresina (400 jovens de diferentes Bandas Infanto-juvenis participam desse projeto); Banda Sinfônica do IFPI (curso técnico em Música/Instrumento); Banda Sinfônica 16 de Agosto; Banda Sinfônica do Exército; Banda Sinfônica da Polícia Militar; Banda Maestro Luis Santos; Bandas do Projeto Música Para Todos. **Camerata** de Cordas Emmanuel Coêlho Maciel (UFPI). **Quartetos** de Cordas Teresina. Algumas **BANDAS POPULARES:** Florais da Terra Quente, Alcaçuz, Bia e Os Becks e Caju Pinga Fogo; Alguns **CORAIS:** Coral da SEAD (Secretaria de Administração - PI); Coral Jubilai (Congregação Assembleia e Deus); Coral do IFPI (*Campus* Teresina); Coral da Escola de Música de Teresina; Coral da PIBI em Teresina; Madrigal Piauhy Invox; Madrigal *Vox Populi*; Coral da UFPI (*Campus* Teresina); Coral da UESPI; Grupo Vocal Entretanto; Coral Terapêutico da Coral de 3ª idade Harmony Voice (SESC- The); Coro de Câmara da Paraíba; Coral do IFPI (*Campus* Parnaíba); Coral do IFPI (*Campus* Floriano); Alguns **Grupos musicais para casamentos:** Cantando o Amor; Brigitte *Bardot*; Martine Cardillac; Double Deck; Canzone; Felipe Alvarenga; Queen's Voice; Retro 7; Horizon Cosmic; Double Live; Patrola; DS Som; DJ D'Luca; Música do Sonho; Luan D'Luna; Amanhecer Musical. Algumas **Escolas de Música:** Escola Estadual de Música Possidônio Queiroz; Escola Dona Gal; Escola de Música Clave de Sol; Escola de Música Haendel; Escola de Música Centro Musical Riverside; Escola Harmônica; CL Música; Equalize Escola de Música; Escola de Música DOREMI; Escola de Música Centro Musical Dirceu; Escola de Música Acordes; Escola de Música da PIBI; Escola de Música Happy; Studio de Violino Lemarte; Gosto Musical; **Projeto** Música Para Todos. **Institutos Federais** no Piauí: IFPI de Teresina; IFPI Parnaíba; IFPI Picos; IFPI Floriano; IFPI Angical; IFPI Oeiras; IFPI Cocal; IFPI Corrente; IFPI Uruçuí. **SESCs:** SESC Teresina; SESC Parnaíba; SESC Luiz Correia. Algumas **Igrejas** com orquestras, corais e bandas: Assembléia de Deus; Congregação Cristã no Brasil; Batista; Presbiteriana; Congregacional; Brasil para Cristo; Testemunhas de Jeová; Igrejas Católicas.

Vinício Campelo

orquestras), orquestrais e camerísticos; departamentos, secretarias e fundações culturais; igrejas; associações comunitárias; emissoras de mídia; estúdios de gravação musical; faculdades e universidades; institutos federais; e demais espaços formais ou informais da atividade musical.

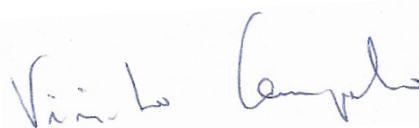
O presente Curso tem como objetivos específicos atender às demandas profissionais oriundas dos mais diversificados meios musicais em termos de instrumentistas, cantores, buscando formar intérpretes com qualificação otimizada para o exercício de seu ofício; formar músicos com capacidade criativa para responder ao meio musical e desenvolver a capacidade reflexiva para conduzir pesquisa científica em música.

Durante todo o ano de 2021, uma Comissão instituída pela Portaria Nº. 033/2021-CCE/UFPI, do Diretor do Centro de Ciências da Educação, debruçou-se sobre a elaboração do Projeto e de sua composição curricular. A concepção do Curso, e de seus componentes curriculares, foram deliberados e aprovados pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Música, responsáveis por suas atividades pedagógicas e pela constituição dos procedimentos normativos das matrizes curriculares finais das diversas habilitações oferecidas na proposta, e pelo Conselho Departamental do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto”.

Destarte, foi possível produzir a presente versão integral do Projeto Pedagógico em consonância com a legislação corrente, levando em consideração o currículo e ementas aprovadas. Anexo ao corpo principal do Projeto estão as Matrizes Curriculares, o Quadro de Ementas, o Quadro de Equivalências referentes a cada uma das 7 (sete) habilitações iniciais pretendidas pelo presente Projeto Pedagógico, quais sejam, Trompete, Saxofone, Violoncelo, Piano, Violão, Violino e Canto³. Porém, com a expansão dos espaços, e com a contratação de novos docentes, o curso almeja oferecer todas as habilitações possíveis.

A implantação do Curso Bacharelado em Música se dará em consonância com o aproveitamento de grande parte dos Componentes Curriculares do atual Curso de

³ De princípio, essas habilitações não exigirão recursos disponíveis e nem códigos de vagas, pois têm professores no Curso de Licenciatura que podem atender essa demanda.



Licenciatura em Música, e com o interesse demonstrado em pesquisa⁴ realizada pela Coordenação de Curso através de seus docentes, conforme Quadro de Equivalências, a seguir:

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 1	Teoria Musical e Treinamento Auditivo I (Licenciatura)	2.2.0	60
			Teoria Musical e Treinamento Auditivo I (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 5	História da Música I (Licenciatura)	4.0.0	60
			História da Música I (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 6	Seminário de Introdução ao Curso (Licenciatura)	1.0.0	15
			Seminário de Introdução ao Curso (Bacharelado)		
			TOTAL	9	135

⁴ A partir da necessidade de reformulação do PPC do Curso de Licenciatura em Música da UFPI, os professores realizaram e aplicaram um amplo questionário para os alunos no intuito de analisar os seus perfis e interesses. A partir da análise dos dados constatou-se que 82% dos alunos que participaram da pesquisa “consideraram importante receber sólida formação em um mesmo instrumento específico” (FIGUEIREDO, 2017, p. 7).

Vinício Campelo

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE007	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II (Licenciatura)	2.2.0	60
			Teoria Musical e Treinamento Auditivo II (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE011	História da Música II (Licenciatura)	4.0.0	60
			História da Música II (Bacharelado)		
TOTAL				8	120

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 2	Treinamento Auditivo I (Licenciatura)	2.2.0	60
			Treinamento Auditivo I (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 3	Linguagem e Estruturação Musical I (Licenciatura)	4.0.0	60
			Linguagem e Estruturação Musical I (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 7	História da Música Brasileira (Licenciatura)	4.0.0	60
			História da Música Brasileira (Bacharelado)		
			TOTAL	12	180

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR

Vinício Campelo

UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE018	Treinamento Auditivo II (Licenciatura)	2.2.0	60
			Treinamento Auditivo II (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE019	Linguagem e Estruturação Musical II (Licenciatura)	4.0.0	60
			Linguagem e Estruturação Musical II (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE014	Canto Coral I (Licenciatura)	1.1.0	30
			Canto Coral I (Bacharelado)		
			TOTAL	10	90

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE023	Treinamento Auditivo III (Licenciatura)		

Vinício Campelo

			Treinamento Auditivo III (Bacharelado)	2.2.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 4	Linguagem e Estruturação Musical III (Licenciatura)	4.0.0	60
			Linguagem e Estruturação Musical III (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 8	Seminário de Pesquisa em Música (Licenciatura)	4.0.0	60
			Seminário de Pesquisa em Música (Bacharelado)		
			TOTAL	12	180

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 9	Arranjo I (Licenciatura)	2.2.0	60
			Arranjo I (Bacharelado)		

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 3	Projeto de Pesquisa (Licenciatura)	4.0.0	60
			Projeto de Pesquisa (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina		Optativa I (Licenciatura)	0.0.0	60
			Optativa I (Bacharelado)		
			TOTAL	12	180

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 4	Fundamentos da Regência I (Licenciatura)	1.1.0	30
			Fundamentos da Regência I (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 6	Trabalho de Conclusão de Curso I (Licenciatura)	4.0.0	60
			Trabalho de Conclusão de Curso I (Bacharelado)		
			TOTAL	6	90

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR					
-----------------------	--	--	--	--	--

Vinício Campelo

UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE039	TCC II (Licenciatura)	4.0.0	60
			TCC II (Bacharelado)		
CCLM	Disciplina		Optativa (Licenciatura)	0.0.0	60
			Optativa (Bacharelado)		
TOTAL				8	120

Disciplinas Optativas Comuns (Licenciatura e Bacharelado)

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO (Licenciatura)	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE045	Arranjo II	4.0.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE004	Teclado Funcional I	1.1.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE010	Teclado Funcional II	1.1.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE020	Canto Coral II	1.1.0	30
CCLM	Disciplina	LIBRAS010	LIBRAS	2.2.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE031	Oficina de Música I	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE035	Oficina de Música II	0.2.0	30

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 8	Oficina de Música III	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 4	Oficina de Música IV	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 6	Didática do Canto I	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 7	Didática do Canto II	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 8	Didática do Instrumento I – Cordas Friccionadas	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 9	Didática do Instrumento II – Cordas Friccionadas	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 0	Didática do Instrumento I – Piano	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 1	Didática do Instrumento II – Piano	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 2	Didática do Instrumento I – Violão	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 3	Didática do Instrumento II – Violão	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 4	Prática e Ensino Coletivo de Instrumento de Cordas Friccionadas	2.2.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 5	História da Educação Musical	4.0.0	60

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 6	História e Literatura do Violão	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 8	Oficina de Performance Vocal e Corporal	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 9	Oficina de Voz e Corpo: o Alfabeto do Corpo de Zygmunt Molik	2.0.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 0	Oficina de Expressão Corporal: o Sistema de Expressão de Delsarte	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 1	Oficina de Rítmica: a Rítmica de Dalcroze Aplicada ao Canto	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 2	Oficina de Interpretação: Grotowski e Stanislavski para Cantores	0.2.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 3	Jazz Vocal Improvisado I	0.4.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 4	Jazz Vocal Improvisado II	0.4.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 5	Introdução à Análise Schenkeriana	4.0.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 3	Flauta Doce I	1.1.0	30

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 2	Técnica Vocal I	1.1.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 2	Metodologia do Ensino de Música	2.2.0	60
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 6	Teclado Funcional III	1.1.0	30
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 5	Canto Coral III	1.1.0	30
			TOTAL	82	1230

Quadro 2 Relação das disciplinas em tronco comum

Pode-se observar que, de 52 disciplinas obrigatórias ofertadas no Curso de Licenciatura em Música, 23 serão aproveitadas no Bacharelado em Música/*Instrumento Musical*. Adicionando a esse subtotal as 33 disciplinas optativas da Licenciatura no Bacharelado em Música/*Instrumento Musical*, a porcentagem de aproveitamento das disciplinas do Curso de Licenciatura é de 50%. Além da integração dessas disciplinas em comum haverá a integração das Atividades Curriculares de Extensão e, também, dos eventos, grupos de pesquisas, e outras atividades complementares entre os dois Cursos.

1. INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A criação do Bacharelado em Música na Universidade Federal do Piauí se justifica pelo seguinte: 1- interesse no público consultado através de pesquisa realizada pela Coordenação de Curso; 2 - a expansão de curso no campus; 3 – grande parte dos cursos de Música no Brasil oferecem a Licenciatura e o Bacharelado (UNESP; USP; UFRGS; UFPR; UFMG; UEMG; UFU; UFG; UFAL; UFPB; UEPR; UNIRIO; UFBA; PUCPR; UNOESTE; UBM; FIC; FACCAMP; UNIFIAM; UAM; UFMS; UFMT; UFPA; UFAM; UFPL; UDESC; FASM; UCS; UCP; UNICBE; FMCG; IFCE; entre outras); 4 - não existe o Curso de Bacharelado em Música em nenhuma

Vinício Campelo

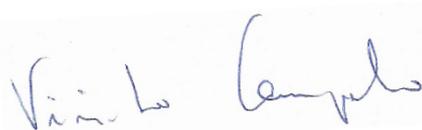
universidade pública no Estado do Piauí; 5 - existe um aumento significativo da atividade artístico-cultural no Estado⁵; 6 - evitar a evasão dos músicos locais para outras regiões do país em busca do Curso de Bacharelado em Música⁶.

Considera-se neste Projeto uma estrutura que compreende um conjunto de disciplinas mais explicitamente fundamentadas nas tradições da teoria e da práxis da música da tradição artística ocidental, como também disciplinas que abordam as produções musicais brasileiras e da cultura contemporânea. Essas várias tendências encontram-se inseridas na atual perspectiva de criação e formação em Música. Desse modo, o oferecimento do Curso de Bacharelado em Música/Instrumento Musical, nas bases colocadas por este Projeto Pedagógico, justifica-se pelo seu potencial em dar oportunidade para o desenvolvimento de metodologias de aperfeiçoamento musical e de preparação técnica do Músico contemporâneo. Com isso, visa-se incorporar à formação dos alunos aspectos essenciais à sua formação e à construção de sua cidadania, tendo em vista intenções, significações, interpretações e avaliações que cercam a experiência musical na atualidade.

A atual contemporaneidade nos oferece um mundo de multiplicidade, diversidade e contradição, mais do que de uniformidade e de ordem, especialmente a partir da década de 1980 em que se desenvolveu um processo de construção de uma cultura globalizada; não se trata apenas de uma cultura de massa, já plenamente desenvolvida e consolidada desde meados do Século XX, mas uma cultura da fragmentação, da desreferencialização e da entropia. Nesse contexto, o desenvolvimento da inteligência estética, a elaboração dos conceitos espaço-temporais (entre os quais têm destaque as novas tecnologias de difusão e de consumo), e o desenvolvimento da criatividade, como instância crítica e criadora, entre outros aspectos, justificam a formação de um músico profissional que alie as ferramentas decorrentes de conhecimentos musicais sólidos e do exercício de sua aplicação ao mundo atual do trabalho. Entende-se que tal formação pretende conferir ao futuro Bacharel em Música os atributos necessários para a sua sustentação profissional num

⁵ A cada ano, surgem novos espaços culturais e grupos musicais no Estado do Piauí (orquestra, bandas, grupos para casamentos, corais, casas de shows, teatros, escolas de música {como a Escola Larmonia}, Projetos {Escola Dona Gal} e Centro de Convenções {Centro de Convenções em Teresina}).

⁶ Por falta de opção, alunos optam por cursar a Licenciatura ou migram para outros Estados, como foi o caso de alguns alunos de canto, sopro e cordas que migraram para os Estados de Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, dentre outros.



mercado cada vez mais exigente de qualidade e formação técnica, podendo, assim, contribuir para o desenvolvimento cultural, tanto dos aspectos humanos que se relacionam ao exercício da cidadania quanto da formação do pensamento crítico.

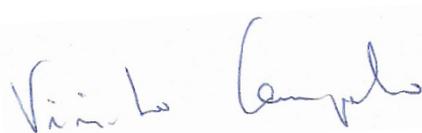
Atualmente, há consenso de que à Universidade compete formar o aluno integrando-se competência profissional com capacidade de reflexão crítica e consciência de inserção em uma totalidade. Na Universidade, esta formação se desenvolve necessariamente através do conhecimento teórico aliado à experiência prática como área de conhecimento.

O presente Projeto Pedagógico pretende vincular a história do indivíduo, e a sua experiência social na cultura brasileira, ao processo de formação do artista músico profissional, para que o enlace de caráter e técnica seja um dos componentes do sucesso de sua atuação na sociedade.

Esta nova proposta pedagógica para o Curso de Bacharelado em Música/*Instrumento Musical* leva em consideração a formação de Músicos capazes de dar uma resposta cultural e artística a nosso Estado. Quase todos os centros de formação musical superior no país mantêm um Curso de Bacharelado em Música; isso é um fato significativo e exige dos atuais membros dos Conselhos Superiores de nossa Instituição a responsabilidade de contribuir para a sua implantação em sintonia com as novas circunstâncias culturais, e a flexibilidade recomendada pela LDB.

Contudo, a criação do Curso de Bacharelado em Música pretende enriquecer o ambiente universitário com diversas atividades artístico-culturais (concertos, shows, oficinas, cursos, palestras, etc) e proporcionar a visibilidade da vida artística e cultural da Universidade.

Para a implantação do Curso iniciaremos com o atual quadro de professores da Licenciatura em Música; entretanto, havendo recursos disponíveis e códigos de vagas na IES, a partir do quarto semestre, será necessária a contratação de novos professores de instrumento que não compõem o atual quadro de docentes. A ampliação do quadro será feita com base no seguinte planejamento: contratação de três professores de teoria e instrumento, a partir do quarto período; de dois professores de teoria e instrumento, para o sexto período e, de dois professores de teoria e instrumento, para o oitavo período.



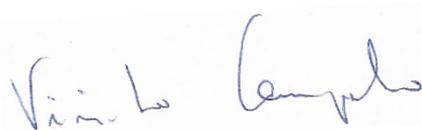
Com relação ao Estágio Supervisionado estimado para o Curso de Bacharelado em Música, a Comissão de Elaboração do presente Projeto Pedagógico, e o corpo docente do Curso de Licenciatura em Música compreendem que há um conjunto de dificuldades para ofertá-lo, de imediato, na implantação do Curso. Entendemos a importância deste Componente Curricular, entretanto ponderamos o seguinte:

- a) A não existência em nossa cidade de instituições da área de Música aptas a oferecer ao nosso alunado Estágios para futuros Bacharéis em Música, ou seja, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta e indireta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) As instituições musicais existentes (orquestras, bandas, corais...) são mantidas por fundações ou órgãos públicos. E por serem instituições profissionais, não aceitarão estagiários que toquem instrumentos que não compõem o grupo musical;
- c) A nossa UFPI teria como missão institucional revitalizar, através de ações efetivas, seus projetos de Orquestra da UFPI, *Jazz Sinfônica*, dentre outros, que poderiam ser o suporte para o Estágio Supervisionado do nosso Curso;
- d) Há aprovação de Projeto de Extensão (Resolução CEPEX/UFPI nº 399), de 18/11/2022, intitulado “Programa Institucional de Bolsas de Orquestra e Coral da Universidade Federal do Piauí – PIBOC”, com período de realização de 01/02/2023 a 23/12/24, porém, como se vê, não é um Programa permanente; e,
- e) As universidades supracitadas nesse Projeto também não oferecem o Estágio Supervisionado Obrigatório.

Diante desse quadro, nossa proposta é não oferecer de imediato o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório desenvolvido como atividade opcional do estudante, acrescida à carga horária regular e obrigatória, até que possamos superar essas dificuldades, ou seja, que nossa região ou a própria instituição tenham efetivas condições de proporcionar aos alunos estagiários experiências profissionais, ou de desenvolvimento sociocultural ou científico.

Analisando a LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, que não obriga a oferta do estágio obrigatório, ele pode ser ofertado como não-obrigatório:

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Considera-se também a Resolução nº2/2004, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Superior, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música, cujo art. 7º normatiza os estágios no âmbito dos cursos de graduação, e em seu parágrafo 3º **faculta** a inclusão do estágio no currículo curso:

§ 3º Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de Graduação em Música, o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contento, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Assim, optando pela não inclusão do Estágio como componente obrigatório do currículo, o Estágio torna-se uma atividade opcional que possibilitará ao aluno maior



liberdade no aprendizado das competências esperadas para esta linha de formação, refletindo-se diretamente na construção de seu perfil profissional.

Considerando os objetivos do Curso de Bacharelado em Música, as justificativas apresentadas, as características de mercado profissional da região, e de acordo com a legislação supra referida, optamos pela não inclusão do estágio obrigatório no currículo do Curso, porém, como a UFPI⁷ exige a sua inclusão, apresentamos a seguinte proposta:

O Estágio Curricular Supervisionado deve ser exercido preferencialmente na UFPI, através de Laboratório de Práticas Musicais, que são práticas coletivas, visando a vivência musical em diferentes formações de conjuntos musicais (orquestra, coral, banda, grupos de câmara, grupos para casamentos e recepções, “*street performer*”, etc) com a realização de apresentações musicais. Também poderá ser realizado em outras instituições, nas quais os discentes possam desenvolver atividades inerentes à sua profissão em formação, contando que apresentem condições adequadas para a formação profissional do estudante. O Estágio Curricular Supervisionado contará com um professor responsável pelo componente, pianistas-acompanhadores e ensaiadores e um grupo de professores-supervisores.

Entende-se como práticas coletivas as diferentes formações de grupos musicais, tais como: Grupos ecléticos, Bandas populares, Grupos para casamentos e recepções, Street performer (músicos de rua), Grupos de improvisação e criação de arranjos, orquestras e corais, grupos de câmara, entre outros.

1.2 Contexto regional e local

O Estado do Piauí encontra-se na região Nordeste do Brasil. Sua área é de 251.529,2 km², o que o faz ocupar 16,2% da área nordestina. O Estado do Piauí é o terceiro maior do Nordeste, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e é o décimo Estado brasileiro no quesito extensão territorial, respondendo por 2,9 % do território nacional. Em 2010, a população estimada era de 3.086.448 habitantes.

⁷ A Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso sugere a revisão da Resolução CEPEX/UFPI n.º177/12, e em seguida, a sua alteração quanto a obrigatoriedade do Estágio Supervisionado Obrigatório para o Curso de Bacharelado em Música, uma vez que, o Estágio não será exequível pelas condições já apresentadas.



Dentre os seus 224 (duzentos e vinte e quatro municípios), a capital, Teresina, é o de maior população (797.029 habitantes), seguida pelos municípios de Parnaíba (153.482), Picos (78.627), Piripiri (63.787) e Floriano (60.111). Miguel Leão é o menor município em população (1.253)⁸.

A tipologia climática do Piauí é distinta entre suas regiões, apresentando clima úmido nas regiões serranas, subúmido seco em grande parte do norte e extremo sul, e semiárido no centro-sul e sudeste.

Do ponto de vista físico, é uma área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados, da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes, e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes.

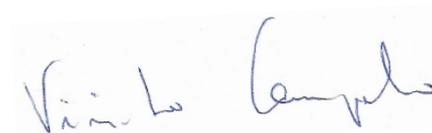
Os Estados do Maranhão e do Piauí juntos formam, do ponto de vista fisiográfico, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental. Dentre as principais Atividades Econômicas do Estado estão a agricultura, a pecuária, o extrativismo (vegetal e mineral) e serviços.

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso

À luz de disposições estatutárias, a UFPI é uma Instituição de Educação Superior (IES), de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro no município de Teresina, capital do Estado do Piauí, no *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), e com quatro outros *Campi*, instalados nas cidades piauienses de Parnaíba (UFDFPar), Picos, Bom Jesus e Floriano.

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal N.º 5.528, de 12 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968) publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 18 de junho de 1969. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

⁸ Dados de 2020.



(incluía o curso de Geografia), Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e passou por alterações (Portaria MEC N.º 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC no 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU N.º 26, de 08 de fevereiro de 1993).

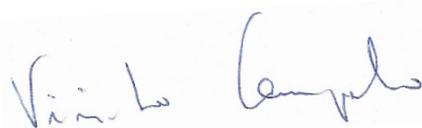
A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (BRASIL, 1996), foi autorizada pela Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) no 15/99, de 25 de março de 1999 e Parecer N.º 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC N.º 1.225, de 30 de julho 1999, publicada no DOU N.º 147-E, de 03 de agosto de 1999. O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN (1996) através da Resolução do CONSUN N.º 45/99, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução N.º 21, de 21 de setembro de 2000.

O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC N.º 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993.

Em 2006, após a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual teve por objetivo dotar as Universidades Federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Lei N.º 10.172/2001), quando estabeleceu o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de capacitação dos docentes.

Desse modo, ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação.

A UFPI oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu*



(especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Nos *Campus* sede existem 06 (seis) unidades de ensino convencionalmente denominadas de Centros de Ensino, que são os Centros de Ciências: da Educação (CCE), da Natureza (CCN), Humanas e Letras (CCHL), Agrárias (CCA), Saúde (CCS) e Tecnologia (CT) e mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Integram, também, à estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram Cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina (CTT) e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Além desses, a UFPI oferece, também, Curso Técnico de Nível Médio e Curso Superior de Tecnologia (CST).

Segundo o seu Estatuto (Art. 3º) a UFPI tem por objetivo “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado”. De acordo com o atual Plano de Desenvolvimento Institucional,

A UFPI busca ser uma instituição de excelência no ensino básico, técnico e tecnológico, educação superior e pós-graduação, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (PDI, 2020-2024, p. 34).

Em congruência ao registrado no PDI 2020-2024, em relação ao exercício de suas funções, destacamos ainda que seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

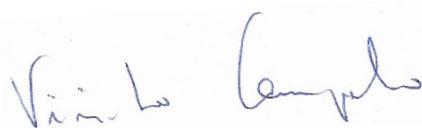
Como instituição de ensino superior, a UFPI é a maior Universidade Pública e a mais antiga de natureza federal no Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que se projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

A história do Curso de Música na UFPI inicia em 1975 com as oficinas livres de Música e, posteriormente, com a criação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Artística, em 1977. Inicialmente, o Curso foi concebido com habilitações em Música, Artes Plásticas, Desenho e Teatro (FERREIRA FILHO, 2009, p. 154),



sendo que apenas em 2010 a Música foi desmembrada em uma licenciatura específica. O PPC da Licenciatura em Música estipulava a carga horária de 3075 horas, devendo ser integralizadas, no mínimo, quatro anos e meio, não podendo exceder seis anos e meio. O PPC também previa o oferecimento de 40 vagas anuais e funcionamento nos turnos vespertino e noturno. A primeira turma do Curso foi composta por alunos ingressantes e, também, por alunos do Curso de Educação Artística que migraram para a Licenciatura em Música. Em 2014 houve a necessidade de reformulação do PPC a partir do seu processo contínuo de avaliação (FIGUEIREDO, 2017, p. 3). O Curso era oferecido nos turnos vespertino e noturno, o que prevalece até os dias atuais, com oferecimento anual de 40 vagas. Na elaboração do PPC de 2014, a carga horária foi regulamentada pela Resolução nº 2 CNE/CP, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002). Posteriormente, a carga horária dos Cursos de Licenciatura recebeu uma atualização com a Resolução nº 2 do CNE/CP, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Em decorrência desta resolução, um novo PPC do Curso de Licenciatura em Música foi elaborado e passou a vigorar a partir de 2020. Aqui se faz necessário apresentar um breve estado da arte acerca dos Cursos de Graduação em Música em nível nacional e regional.

Segundo Cerqueira (2012), na primeira década do Século XXI, houve a criação de diversos Cursos de Graduação em Universidades públicas no Brasil, sobretudo em decorrência do projeto de políticas públicas conhecido por REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, iniciado em 2003 e instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Naquele contexto, foram criados Cursos de Graduação em Música em Estados onde não havia instrução musical em nível superior. O autor ressalta que “Em locais onde já se instalava uma tradição de ensino musical, foram criadas novas habilitações, diversificando as possibilidades de formação profissional na área em questão” (CERQUEIRA, 2012, p. 79). Em Universidades que ofereciam o Curso de Licenciatura em Educação Artística ou Artes, houve o desmembramento deste em Licenciaturas voltadas para as áreas específicas do conhecimento artístico, o que também ocorreu no Curso da UFPI, em 2010, e já foi mencionado anteriormente. De acordo com Cerqueira (2012), nas instituições que não possuíam Cursos de Graduação na grande área de Artes, houve preferência pela criação da Licenciatura Plena em Música. Dentre as Universidades que optaram por este Curso, na região nordeste, exemplificam-se as Universidades Estaduais do



Maranhão (UEMA) e de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo que esta última fundou três Cursos de 2005 a 2010, nos *Campi* de Fortaleza, Sobral e Cariri. Em relação à diversificação das modalidades de graduação proposta pelo REUNI, também houve preferência por outro tipo de habilitação, o Bacharelado em Música Popular, criado na última década em 5 instituições. Cerqueira (2012) destaca ainda que em relação ao Bacharelado tradicional em Música, desde 2006 verifica-se a criação de apenas três Cursos: nas Universidades Federais de Campina Grande (UFCG), Espírito Santo (UFES) e Juiz de Fora (UFJF).

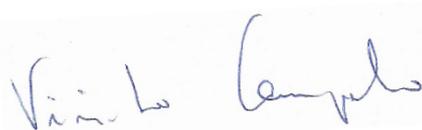
No Piauí o único Curso Superior em Música, na modalidade presencial, é o Curso de Licenciatura em Música da UFPI que recebe alunos de Teresina e, também, de outras cidades do Piauí e de outros Estados da região. Para além da graduação em Música na UFPI, existem alguns Cursos na modalidade EAD, como a Licenciatura oferecida pelo Centro Universitário Claretiano (polo em Teresina), com foco na formação de professores e duração de 3 anos. Porém, não existe Bacharelado em Música/Instrumento Musical nas Universidades Públicas do Estado do Piauí. Assim, entendemos que a implementação deste Curso na UFPI se faz urgente e necessária para ampliar as oportunidades de formação nesta área, não somente no Estado do Piauí, mas em toda a região.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

O Curso de Bacharelado em Música apresenta uma proposta pedagógica que visa propiciar ao educando um momento de aquisição, partilha e reconstrução do conhecimento, tendo como fundamento básico o paradigma teórico-prático e a ampliação dos saberes com o conhecimento científico e através do exercício integrado das ações de ensino, pesquisa e extensão.

A proposta curricular está alicerçada no fundamento básico que almeja proporcionar aos educandos a vivência artística e o desenvolvimento da análise crítica calcada nas noções entrecruzadas das múltiplas dimensões intervenientes na práxis político-pedagógica do ensino-aprendizagem em Música, com ênfase nas dimensões sociopolítica, cultural, técnico-científica e profissional, bem como estimular o desenvolvimento perceptual, criativo e a interação das noções de identidade-alteridade.



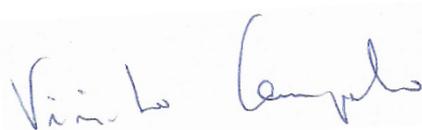
Dentre os valores éticos, tem-se o respeito à pessoa humana em suas diferentes dimensões. Para tanto, reconhece-se que o profissional docente de Música tem um perfil próprio com saberes especializados, que se conectam à complexidade que envolve a sua formação profissional. O profissional de Música preocupa-se com o desenvolvimento social, humano, cultural, ambiental, político e outros, os quais fazem parte do processo artístico e cultural. Para esse profissional, espera-se autonomia qualificada, sem preconceitos e com compromisso social.

A proposta em apreço tem como prerrogativas principais a formação integral, ética e estética do profissional de Música; a conjugação da teoria com a prática em Música; a concepção da pesquisa como princípio norteador e alicerce da prática artística e cultural; a observância dos contextos e do respeito às diferenças e à complexidade das relações sociais do mundo contemporâneo, bem como da sua articulação orgânica com as facetas política e social, ou seja, o fortalecimento contínuo da busca da aprendizagem em um mundo em constante transformação.

Em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, articular os três pilares da universidade - ensino, pesquisa e extensão - com a máxima organicidade e competência artística, acadêmica e técnica, é um princípio do Curso de Bacharelado em Música, objetivando que os estudantes consolidem conhecimentos por meio de fundamentos que sustentem a produção dos conhecimentos musicais.

Nesse aspecto, os professores do Curso de Bacharelado em Música elegeram como pertinente a criação de cursos de extensão assegurados pela Resolução CEPEX/UFPI N.º 220/16, no seu artigo 4º, parágrafo VII, permitindo ao egresso dos cursos de formação de professores “atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, programas e projetos educacionais”. Assim, muitos egressos poderão assumir cargos de direção e coordenação, considerando que há um sistema de eleição para cargos de gestão, pelo sistema democrático. Além desse exemplo, assegura-se que serão oferecidos, durante a graduação, distintos cursos de extensão voltados à formação acadêmico-artística e outras temáticas que forem sugeridas e aceitas pelo Colegiado do Curso.

Sabemos que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 43, inciso VII, compete à Universidade promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão de suas conquistas e benefícios resultantes das produções culturais, científicas e tecnológicas. Essa exigência está presente também



no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, nos termos de “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Na literatura, tal exigência é conceitualmente formulada pelas dimensões de interdisciplinaridade e bilateralidade entre universidade e comunidade (CORRÊA, 2018).

Isso significa dizer, a grosso modo, que toda atividade acadêmica produzida na Universidade é também, ao menos potencialmente, extensão universitária. Afinal, ao falar sobre a indissociabilidade entre os três pilares, supõe-se algum nível de integração entre eles. Nesse sentido, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um fundamento político, ético e pedagógico do Ensino Superior, na busca da excelência na formação profissional e tentativa de superação das desigualdades socioeconômicas que cerca a realidade brasileira, buscando sempre a perspectiva de uma Universidade como fomentadora na produção do conhecimento.

Essa proposta de integração abrange tanto as dimensões ético-políticas quanto as didático-pedagógicas, visando a construção de um sujeito prático, integrado nos três grandes campos que constroem sua história: do trabalho, da sociabilidade e da cultura simbólica (SEVERINO, 2002).

A complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem articulada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. O Curso de Bacharelado em Música é de natureza interdisciplinar e, por essa razão, mantém o entendimento da complexidade existente entre sociedade, arte e cultura, com o objetivo de desenvolver as conexões necessárias entre os saberes musicais, primando pela unidade da expressão musical. Nessa compreensão, por mais que haja a divisão didática entre as temáticas desenvolvidas por cada componente curricular, prima-se pela relação interdisciplinar entre elas. Destaca-se que a formação curricular de cada componente curricular pensado para este PPC atentou para as possibilidades relacionadas à comunicação entre eles, quer pelo desenvolvimento de atividades em sala de aula, quer pela pesquisa ou extensão.

O Curso de Bacharelado em Música da UFPI se propõe a trabalhar o conhecimento musical em toda a sua multidirecionalidade, interdisciplinaridade e hipertextualidade através do diálogo permanente entre o nosso patrimônio cultural local, regional ou nacional e o patrimônio cultural da tradição musical, fomentando a atuação criativa do aluno frente às diversas situações novas que continuamente se apresentam na relação essencial e irredutível de ensino e aprendizado. Sob essa perspectiva, o Curso de Bacharelado em Música da UFPI se propõe a integrar ao processo ensino-aprendizagem



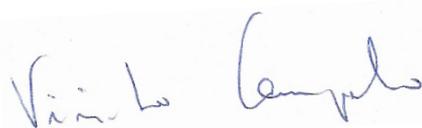
tanto o cotidiano dos alunos quanto a tradição do conhecimento musical, abrindo espaços para a eclosão de um contexto sociocultural mais rico e pleno. Considera-se, neste Projeto, uma estrutura que compreende um conjunto de componentes curriculares mais explicitamente fundamentados nas tradições da teoria e da práxis da música da modernidade clássica-romântica como também aqueles que abordam as tradições musicais brasileiras e a produção da cultura contemporânea.

Procura-se desenvolver a ideia de que deve ser superado o isolamento entre os componentes curriculares e se ultrapasse a barreira entre a teoria e a prática (AIRES, 2011). Esse é um entendimento que mais tem sido usado pelas indicações curriculares no Brasil. A superação das diferenças e, igualmente, tendo em vista que o ensino por disciplinas teria provocado um demasiado pensamento pela especialização e, não, pela totalidade. Nesse aspecto, Aires (*op. cit*) defende a predisposição de que “a Interdisciplinaridade parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas científicas, com o ensino superior e a pesquisa” (AIRES, 2011, p. 225). Na Universidade todas as “disciplinas”, fruto de estudos musicais especializados, convergem para uma única formação, o que pode contribuir para a Prática Pedagógica Interdisciplinar (PPI).

Reconhecemos a necessidade da elaboração de um currículo que propicie ao aluno vivenciar situações complexas, sem que o conhecimento musical seja artificialmente fragmentado. O planejamento das atividades de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão dirigidas à formação do Bacharel em Música deverá estar voltado para o desenvolvimento de uma proposta integradora, partindo da observação, vivência e interação da realidade musical, estimulando a produção de novos conhecimentos musicais, abarcando gradativamente outras dimensões estéticas e socioculturais. Desta forma, estaremos enfrentando o desafio de uma aprendizagem constante, pela qual se pode acompanhar e participar das transformações sociais e culturais do nosso tempo.

A formação universitária deverá estar comprometida com a questão da qualidade na formação intelectual de seus alunos, mediante a conscientização crítica dos processos sociais inerentes ao acesso do conhecimento, ou seja, à possibilidade do exercício da cidadania. Por isso, o acesso às diversas linguagens musicais deverá estar assegurado numa proposta educacional que se pretenda transformadora e que propicie aos estudantes o acesso e contato com os conhecimentos culturais básicos e necessários para uma prática social dinâmica e democrática.

Segundo Bagnato et al (2007, p. 366) “a interdisciplinaridade é recomendada como componente que deve promover a integração nas atividades teóricas e práticas do

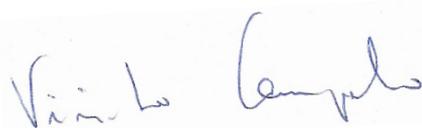


curso de graduação”. Portanto, a compreensão da interdisciplinaridade como uma teia aberta permite perceber as múltiplas relações presentes na construção dos conhecimentos. Um fio que puxamos remete a tantas outras relações, permitindo-nos criar novas significações, em um processo que rompe com a linearidade, com a uni causalidade (BAGNATO et al p. 366).

Nesse aspecto, espera-se que essa abordagem possa contribuir para a formação inicial, no sentido de fornecer profissionais de Música e que consiga interagir com os conhecimentos produzidos e apreendidos durante a formação no Curso de Bacharelado em Música. Quanto à multirreferencialidade, ela pode compor propostas de intervenções didáticas no Curso de Bacharelado em Música, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura, educação sobre a diversidade étnico-racial e étnico-social, políticas públicas para a igualdade, mercado de trabalho e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

A Articulação entre teoria e prática será um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, entrem em contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. As práticas procuram associar os conteúdos mediados pelos professores formadores às atividades procedimentais. No Curso de Bacharelado em Música, a articulação entre teoria e prática acontece constantemente por meio de atividades musicais, entretanto, há momentos em que tal relação acontece de forma mais proeminente: quando os graduandos realizam atividades artísticas e educativas nos auditórios do Centro de Ciências da Educação e outros da UFPI, além de atividades extra universidade. Para que essa articulação ocorra, é essencial o apoio institucional da UFPI. Contudo, numa perspectiva dialética não se pode desconsiderar a capacidade de internalizar conhecimentos e saberes, haja vista serem imensuráveis sob o ponto de vista pragmático. É essa capacidade que motiva a construção de uma formação docente capaz de pensar e agir cotidianamente diante dos desafios inerentes à profissão e à Música.

Os usos das tecnologias digitais de comunicação e informação objetivam a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Para o Curso de Bacharelado em Música, foram incluídas, neste currículo, algumas discussões e “disciplinas” que desenvolverão conhecimentos ligados à editoração de partituras. O uso das TDIC’s, os quais são recursos didáticos construídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats,



tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV digital e interativa, programas de computadores (*softwares*), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória...), entre outros, são recursos que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos futuros Professores de Música.

O processo avaliativo inclui as experiências organizadas, registradas e com acompanhamento humanizado do processo de ensino e de aprendizagem. A preocupação primordial dos professores formadores do Curso de Bacharelado em Música é estabelecer uma sistemática de avaliações formativas que sejam processuais, primando pela metodologia que extrapole o caráter quantitativo, na busca de uma verificação de aprendizagem qualitativa. A partir dessa compreensão, os professores formadores desenvolvem essa etapa do ensino com autonomia docente e respeito às especificidades das “disciplinas” e dos sujeitos envolvidos no processo.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Música, no exercício de sua autonomia prevê, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Música propõe disciplinas optativas de 30 e de 60 horas que são oferecidas ao longo do Curso e devem totalizar 120 horas. As disciplinas optativas estão listadas no Quadro 2.

2.2 Objetivos específicos do Curso

O Curso tem como objetivos específicos:

- atender às demandas profissionais oriundas dos mais diversificados meios musicais;
- formar Músicos profissionais com qualificação otimizada para atuar como profissional em suas respectivas áreas abrangentes do Curso de Bacharelado.
- Desenvolver o conhecimento e o desempenho técnico-artístico musical;
- Integrar a expressividade e a criatividade à formação;
- Desenvolver o domínio da expressão do movimento através de habilidades motoras específicas;
- Levar o aluno a explorar o contexto social e cultural para uma identidade musical numa perspectiva histórica e artística;



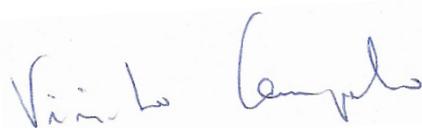
- Desenvolver a capacidade de estabelecer relações de comunicação, levando em consideração a experiência particular de sua cultura;
- Estabelecer relações entre a Música e as demais áreas do conhecimento, no intuito de ampliar a visão dada pelo mercado;
- Considerar estruturas advindas da música popular brasileira e internacional com enfoque em formas interpretativas da composição;
- Dominar conhecimento técnico, teórico e prático-interpretativo;
- Conhecer e ser capaz de analisar técnicas interpretativas e composicionais nos variados estilos;
- Reconhecer processos relativos à criação e interpretação musicais como fonte de pesquisa e investigação científica; e,
- Formar com condições de atuar como docente e pesquisador, capaz de desenvolver um trabalho educativo de qualidade na sociedade.

Deve-se tomar como referência para elaboração dos objetivos do Curso as seguintes fontes: as finalidades da educação superior (Lei nº 9.394/1996 – LDB), as diretrizes curriculares nacionais do Curso, os objetivos da instituição de ensino (especificados no PDI) e os princípios curriculares.

2.3 Perfil do Egresso

O Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), através das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Música, Dança, Teatro e *Design* (considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES 67/2003, de 11/3/2003, e 195/2003, de 5/8/2003, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2 de junho de 2003 e em 12 de fevereiro de 2004) e a Resolução N° 2, de 8 de março de 2004, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Música e outras providências, especifica que:

o curso de graduação em música deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação para apropriação do pensamento reflexivo, da sensibilidade artística, da utilização de técnicas composicionais, do domínio dos conhecimentos relativos à manipulação composicional de meios acústicos, eletroacústicos e de outros meios experimentais, e da sensibilidade estética através do conhecimento de estilos, repertórios, obras e outras criações musicais, e revelando habilidades e aptidões



indispensáveis à atuação profissional na sociedade, nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, inerentes à área da música (BRASIL, 2002).

Procurando adequar-se às mudanças ocorridas no ensino, o Curso de Bacharelado em Música da UFPI investe na formação de um profissional que seja capaz de detectar, propor e vencer desafios, interagindo no cenário das perspectivas de mudanças e inovações. Dessa forma, o egresso deverá ter a capacidade e a habilidade de:

- Observar, perceber e discutir os problemas pertinentes à performance musical e artística numa abrangência local, regional, nacional e global;
- Articular os diferentes paradigmas que compõem o campo musical, construindo conhecimento e veiculando valores, de modo a assegurar às crianças, jovens e adultos do campo da prática instrumental e do desenvolvimento artístico instrumental, o direito de acesso à cultura musical refletindo sobre suas manifestações;
- Reelaborar processos, formas, técnicas, materiais e valores estéticos na prática musical, envolvendo o pensamento reflexivo e crítico;
- Utilizar adequadamente metodologias e técnicas de pesquisa científica e tecnológica na performance musical;
- Elaborar projetos culturais relacionados às atividades performance instrumental;
- Demonstrar capacidade de reflexão;
- Dominar suficientemente a prática musical em conjunto com estudos relacionados e aplicados a estilos e repertórios na prática instrumental;
- Dominar a prática de criação e improvisação musicais, dentre outros.

Ressaltamos que nossa visão do perfil do egresso está pautada no PDI 2020-2024 - p. 46 que assinala:

O profissional egresso da UFPI, para que possa atuar de forma competente em seu campo de trabalho, deve possuir competências éticas, pessoais, profissionais, socioafetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo que o acolhe e, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

A maneira com a qual pensamos a matriz curricular está pautada na necessidade de fomentar um profissional do instrumento autônomo, com capacidade de liderar grupos,



coordenar equipes e criar estratégias de difusão da performance instrumental da Música frente às realidades que a ele se apresentarem.

Para o Portador de Curso Superior - forma de ingresso acessível ao portador de diploma de curso de graduação, legalmente reconhecido, para realizar novo Curso de Graduação - não é necessário a realização do Enem, contudo, os candidatos deverão apresentar comprovante de aprovação em Teste de Habilidades Específicas em Música, realizado pela UFPI ou por outra instituição superior pública de ensino, para serem dispensados das provas teóricas e serem submetidos apenas a um teste prático de instrumento (regulamentados por edital).

2.4 Competências e Habilidades

As competências profissionais desejadas para o perfil do Bacharelado em Música contemplam o desenvolvimento humano nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, destacando-se o desenvolvimento de competências artísticas, pedagógicas, científicas e profissionais, envolvendo o pensamento reflexivo. Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades, necessários para o desempenho de atividades requeridas pela natureza do trabalho da performance musical, dentre as quais:

- Identificar e aplicar, articuladamente, os componentes básicos da linguagem sonora;
- Incorporar à prática instrumental, ou performance musical, o conhecimento das transformações e rupturas conceituais que historicamente se processaram na área;
- Utilizar criticamente novas tecnologias no fazer artístico e na prática instrumental;
- Conceber, organizar e interpretar roteiros e instruções para a realização de projetos artísticos;
- Analisar e aplicar práticas e teorias de produção das diversas culturas artísticas, suas interconexões e seus contextos socioculturais;
- Demonstrar base pedagógico-musical consistente, que permita assimilar inovações e mudanças na prática instrumental e performática;



- Ser consciente e crítico de seu papel social, capaz de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea nas atividades artísticas, pedagógicas e culturais, como também, interagir nas novas redes de informação, com a fundamentação teórica refletida na sua prática musical;

- Adotar uma postura investigativa, reflexiva e criativa diante de suas atividades, capaz de produzir conhecimento; e,

- Estar preparado para a atividade artística da performance instrumental, com possibilidades de atuar num campo de trabalho com características múltiplas.

2.5 Perfil do corpo docente

O Curso de Licenciatura em Música é constituído por uma equipe de técnicos e professores mestres e doutores em áreas distintas, tais como: Educação Musical, Performance, Regência, Musicologia e Composição. As informações individuais dos técnicos administrativos estão nos quadros abaixo.

Nome	E-mail	Função	Regime de Trabalho	Ingresso na UFPI
Erzília Christian Bezerra Couto Reis	erzilia@ufpi.edu.br	Assistente em Administração	40h	2011
Carlos Gilberto Oliveira da Silva	carlosgilberto@ufpi.edu.br	Técnico em Música	40h	2018
Juan Carlos Cavalcante Silva	juancarlos@ufpi.edu.br	Técnico em Música	40h	2018
Luciano Azevedo e Silva	lucianoazevedo@ufpi.edu.br	Técnico em Música	40h	2018
Marcelo Moreno da Silva	marcelomoreno@ufpi.edu.br	Técnico em Música	40h	2018

Vinício Campelo

David Emerson Prado Teixeira	davidprado@ufpi.edu.br	Técnico em Música	40h	2018
------------------------------	------------------------	-------------------	-----	------

Quadro 3 Relação dos Técnicos Administrativos

Nome	Titulação	e-mail	Regime de Trabalho	Ingresso na UFPI
Alba Christina Bomfim Souza	Doutora	albabomfim@ufpi.edu.br	40h/DE	2012
Bruna Maria de Lima Vieira	Doutora	brunavieira@ufpi.edu.br	40h/DE	2005
Cássio Henrique Ribeiro Martins	Doutor	cassiomartins@ufpi.edu.br	40h/DE	2008
Camila Betina Röpke	Mestre	camilaropke@ufpi.edu.br	40h/DE	2020
Daniela Andrea Torres Cabezas	Mestre	dacabezas@ufpi.edu.br	40h/DE	2009
Deborah Moraes Gonçalves de Oliveira	Doutora	deboraholiveira@ufpi.edu.br	40h/DE	2006

Vinício Gonçalves

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti	Doutor	ednardo@ufpi.edu.br	40h/DE	2015
Edson Antônio de Freitas Figueiredo	Doutor	figueiredo.edson@ufpi.edu.br	40h/DE	2015
João Berchmans de Carvalho Sobrinho	Doutor	berchmans@ufpi.edu.br	40h/DE	1980
Joaquim Ribeiro Freire Neto	Doutor	jrfreire@ufpi.edu.br	40h/DE	1978
Maria Jacinta Bola Ramos	Doutora	jacinta@ufpi.edu.br	40h/DE	2016
Rafael Moreira Fortes	Doutor	for.rafael@gmail.com	40h/DE	2018
Samuel Mendonça Fagundes	Mestre	samuelfagundes@ufpi.edu.br	40h/DE	2012

Quadro 4 Relação dos Docentes

Vinício Campelo

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

Os componentes curriculares são unidades de estruturação didático-pedagógica e correspondem a disciplinas, atividades, módulos ou agrupamentos, os quais podem ser ministrados até o máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária por meio de atividades a distância. As disciplinas que poderão ser ofertadas à distância são: História da Música I, História da Música II, História da Música Brasileira, Música e Cultura Brasileira, Seminário de Pesquisa em Música, Projeto de Pesquisa, TCC I, Música e Empreendedorismo, História da Educação Musical, História e Literatura do Violão, Introdução à Análise Schenkeriana e Metodologia do Ensino da Música. A metodologia utilizada será o ensino remoto subsidiado por recursos tecnológicos disponíveis no momento da oferta, tais como: plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagens, web-conferências, videoaulas, etc.

Vale ressaltar que para todos os cursos de graduação é facultado incluir a disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras, sendo obrigatória para os Cursos de Licenciatura e optativa para os Cursos de Bacharelado, conforme Decreto nº 22/12/2005. As atividades curriculares de educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012), educação das questões étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012), de processo de envelhecimento (Lei Federal nº 10.741/2003) são participantes da formação como conteúdos complementares ou transversais nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação.

A Matriz Curricular do Curso é a organização das disciplinas do Curso, por semestre letivo, contendo carga horária, distribuição de créditos e pré-requisitos, deve seguir uma lógica formativa encadeada e consistente. Para auxiliar nesta organização, apresentamos modelo que segue:



3.2 Matriz Curricular⁹

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 1	Teoria Musical e Treinamento Auditivo I	2.2.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina		Instrumento I	0.2.0	30	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina		Grupos Musicais I	0.4.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 5	História da Música I	4.0.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 6	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	Sem pré-requisito
TOTAL				15	225	

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 7	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II	2.2.0	60	Teoria Musical e Treinamento Auditivo I
CCLM	Disciplina		Literatura e Técnica Instrumental I	1.1.0	30	Sem pré-requisito

9 As “disciplinas” que apresentam código na matriz curricular são equivalentes àquelas ofertadas pelo Curso de Licenciatura em Música. As “disciplinas” que não apresentam código foram criadas para o Curso de Bacharelado em Música/ Instrumento (os respectivos códigos serão fornecidos na sua implementação).

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina		Instrumento II	0.2.0	30	Instrumento I
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 1	Grupos Musicais II	0.4.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 1	História da Música II	4.0.0	60	Sem pré-requisito
			TOTAL	16	240	

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina		Teoria Musical III	2.2.0	60	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 2	Treinamento Auditivo I	2.2.0	60	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 3	Linguagem e Estruturação Musical I	4.0.0	60	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II
CCLM	Disciplina		Instrumento III	0.2.0	30	Instrumento II
CCLM	Disciplina		Grupos Musicais III	0.4.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 7	História da Música Brasileira	4.0.0	60	Sem pré-requisito
			TOTAL	22	330	

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITOS
-----------------------	----------------

Vinício Campelo

UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE018	Treinamento Auditivo II	2.2.0	60	Treinamento Auditivo I
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE019	Linguagem e Estruturação Musical II	4.0.0	60	Linguagem e Estruturação Musical I
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE014	Canto Coral I	1.1.0	30	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina		Instrumento IV – Recital I	0.2.0	30	Instrumento III
CCLM	Disciplina		Grupos Musicais IV	0.4.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina		Música e Cultura Brasileira	4.0.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL				20	300	

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE023	Treinamento Auditivo III	2.2.0	60	Treinamento Auditivo II
CCLM	Disciplina	CCLM/CCE024	Linguagem e Estruturação Musical III	4.0.0	60	Linguagem e Estruturação Musical II
CCLM	Disciplina		Instrumento V	0.2.0	30	Instrumento IV- Recital I
CCLM	Disciplina		Harmonia e Improvisação	2.2.0	60	Sem pré-requisito
CCLM	Disciplina		Grupos Musicais V	0.4.0	60	Sem pré-requisito

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 8	Seminário de Pesquisa em Música	4.0.0	60	Sem pré- requisito
			TOTAL	22	330	

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ- REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 9	Arranjo I	2.2.0	60	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina		Instrumento VI	0.2.0	30	Instrumento V
CCLM	Disciplina		Grupos Musicais VI	0.4.0	60	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina		Música de Câmara I	0.4.0	60	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 3	Projeto de Pesquisa	4.0.0	60	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE	Estágio Supervisionado I	0.0.7	105	Grupos Musicais V
CCLM	Disciplina		Optativa I			Sem pré- requisito
			TOTAL	25	375	

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ- REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 4	Fundamentos da Regência I	1.1.0	30	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina		Instrumento VII	0.2.0	30	Instrumento VI

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 6	Trabalho de Conclusão de Curso I	4.0.0	60	Projeto de Pesquisa
CCLM	Disciplina		Música e Tecnologia	1.1.0	30	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE	Estágio Supervisionado II	0.0.7	105	Estágio Supervisionado I
			TOTAL	17	255	

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ- REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
CCLM	Disciplina		Análise Musical	2.2.0	60	Sem pré- requisito
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 9	Trabalho de Conclusão de Curso II	4.0.0	60	Trabalho de Conclusão de Curso I
CCLM	Disciplina		Instrumento VIII - Recital II	0.2.0	30	Instrumento VII
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE	Estágio Supervisionado III	0.0.7	105	Estágio Supervisionado II
CCLM	Disciplina		Optativa			Sem pré- requisito
			TOTAL	17	255	

Disciplinas Optativas

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ- REQUISITOS	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual está ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉ DITO	CA R G A H O R Á		

Vinício Campelo

					RI A		
CCLM	Disciplina		Linguagem e Estruturação Musical IV	4.0.0	60	Linguagem e Estr. Musical III	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 5	Arranjo II	4.0.0	60	Arranjo I	7º
CCLM	Disciplina		Literatura e Técnica Instrumental II	1.1.0	30	Sem pré-requisito	3º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 4	Teclado Funcional I	1.1.0	30	Sem pré-requisito	1º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 0	Teclado Funcional II	1.1.0	30	Teclado Funcional I	2º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 0	Canto Coral II	1.1.0	30	Sem pré-requisito	4º
CCLM	Disciplina	LIBRA S010	LIBRAS	2.2.0	60	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina		Grupos Instrumentais VII	0.4.0	60	Sem pré-requisito	7º
CCLM	Disciplina		Música de Câmara II	0.4.0	60	Sem pré-requisito	7º
CCLM	Disciplina		Fundamentos da Regência II	1.1.0	30	Fundamentos da Regência I	8º
CCLM	Disciplina		Música e Empreendedorismo	2.0.0	30	Sem pré-requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 1	Oficina de Música I	0.2.0	30	Sem pré-requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 5	Oficina de Música II	0.2.0	30	Sem pré-requisito	7º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 8	Oficina de Música III	0.2.0	30	Sem pré-requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 4	Oficina de Música IV	0.2.0	30	Sem pré-requisito	8º

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 6	Didática do Canto I	2.0.0	30	Sem pré-requisito	4º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 7	Didática do Canto II	2.0.0	30	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 8	Didática do Instrumento I – Cordas Friccionadas	2.0.0	30	Sem pré-requisito	4º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE04 9	Didática do instrumento II – Cordas Friccionadas	2.0.0	30	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 0	Didática do Instrumento I – Piano	2.0.0	30	Sem pré-requisito	4º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 1	Didática do Instrumento II – Piano	2.0.0	30	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 2	Didática do Instrumento I – Violão	2.0.0	30	Sem pré-requisito	4º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 3	Didática do Instrumento II – Violão	2.0.0	30	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 4	Prat. e Ens. Coletivo de Ins. de Cordas Friccionadas	2.2.0	60	Sem pré-requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 5	História da Educação Musical	4.0.0	60	Sem pré-requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 6	História e Literatura do Violão	2.0.0	30	Sem pré-requisito	3º

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 8	Oficina de Performance Vocal e Corporal	2.0.0	30	Sem pré- requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE05 9	Oficina de Voz e Corpo: o Alfabeto do Corpo de Zygmont Molik	2.0.0	30	Sem pré- requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 0	Oficina de Expressão Corporal: o Sistema de Expressão de Delsarte	0.2.0	30	Sem pré- requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 1	Oficina de Rítmica: a Rítmica de Dalcroze Aplicada ao Canto	0.2.0	30	Sem pré- requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 2	Oficina de Interpretação: Grotowski e Stanislavski para Cantores	0.2.0	30	Sem pré- requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 3	Jazz Vocal Improvisado I	0.4.0	60	Sem pré- requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 4	Jazz Vocal Improvisado II	0.4.0	60	Sem pré- requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE06 5	Introdução à Análise Schenkeriana	4.0.0	60	Sem pré- requisito	8º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 3	Flauta doce I	1.1.0	30	Sem pré- requisito	1º

Vinício Campelo

CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE00 2	Técnica Vocal I	1.1.0	30	Sem pré-requisito	1º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE03 2	Metodologia do Ensino de Música	2.2.0	60	Sem pré-requisito	6º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE01 6	Teclado Funcional III	1.1.0	30	Sem pré-requisito	3º
CCLM	Disciplina	CCLM/ CCE02 5	Canto Coral III	1.1.0	30	Sem pré-requisito	5º
CCLM	Disciplina		Teoria Musical e Treinamento Auditivo III	2.2.0	60	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II	4º
			TOTAL	104	1560		

3.3 Estágio Supervisionado

Apresentação

O Estágio Supervisionado está descrito e exposto neste PPC na forma de manual, com o objetivo de tornar a leitura coesa e esclarecedora, explicitando os procedimentos e seus embasamentos nos documentos-base nacionais e regulamentação da Universidade Federal do Piauí. Ele é formado pelas disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III, totalizando 315 horas, a serem cumpridas a partir do sexto período do Curso, articulando-se com os outros Componentes Curriculares e desenvolvido através de procedimentos de reflexão, observação e regência por parte do futuro Bacharel em Música. Com relação aos locais de Estágio dos bacharelados, segundo a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, estes devem ser, preferencialmente, em instituições conveniadas com a universidade (CEPEX/UFPI, 2012, Art. 82, p. 21)¹⁰, ou na própria instituição (CEPEX/UFPI, 2012, Art. 64, p.19).

Introdução

O Estágio Curricular Supervisionado deve figurar para o estudante como um momento de intensa reflexão e (re)significação da práxis profissional. Durante a sua

¹⁰ A vinculação de locais à UFPI se dá por meio do termo de cooperação, disponível na página da Coordenadoria Geral de Estágios – CGE.

execução, é esperado que ele vivencie situações cotidianas das relações profissionais inerentes, seja com o Professor Orientador, com o supervisor, com a turma de estudantes que o receberá e com o diretor da instituição a qual ele realizará o Estágio. Segundo a Resolução CEPEX/UFPI 22/09, o Estágio Supervisionado “visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em curso de graduação da UFPI” (p.1).

Os Estágios Supervisionados Curriculares do Curso de Bacharelado em Música devem ser exercidos preferencialmente na UFPI, nos quais os discentes possam desenvolver atividades inerentes à sua profissão em formação, contanto que apresente condições adequadas para a formação profissional do estudante, tais como:

- I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;
- II. Profissionais atuantes com desempenho nos campos específicos;
- III. Infraestrutura material;
- IV. Aceitação da supervisão e da avaliação dos estágios pela UFPI;
- V. Aceitação das normas que regem os estágios da UFPI.

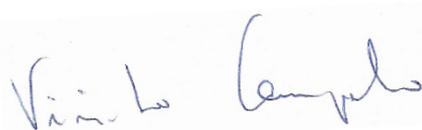
As atividades mais adequadas para estágio durante o Bacharelado em Música são as atuações em instituições de grupos musicais da região que oferecem boa estrutura de atuação na performance musical. O Estágio Obrigatório do Curso de Bacharelado em Música deverá ser cumprido preferencialmente nos Laboratório de Práticas Musicais: grupos orquestrais, bandas, corais, conjuntos de câmara, práticas de conjuntos, recitais, grupos oficiais em atividade e Projetos e Programas de Extensão da UFPI, bem como em espaços conveniados.

Convênios e documentos para a realização do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado deve acontecer em “instituições conveniadas,¹¹ sendo públicas e/ou privadas, filantrópicas e outras, em conformidade com as diretrizes para formação profissional, que atenda os seguintes critérios: I. Garantia de experiências práticas na área de formação específica. II. Disponibilidade de um profissional da área para assumir a supervisão do estágio” (CEPEX/UFPI N.º 177/2012, Art. 16, p. 6).

Para viabilização e formalização das atividades são necessários os seguintes documentos:

¹¹ A vinculação de locais à UFPI se dá por meio do termo de cooperação, disponível na página da Coordenadoria Geral de Estágios – CGE.



- Ofício de apresentação do estudante que deverá ser entregue à instituição que acontecerá o Estágio;
- Ficha para cadastro do estudante e seu campo de Estágio no SIGAA;
- Termo de compromisso em 3 (três) vias com a assinatura do estudante, do Diretor da instituição escolhida e a assinatura do(a) Orientador(a) de Estágio.

Orientador e Supervisor do Estágio Supervisionado Obrigatório

De acordo com a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, o Orientador¹² do Estágio Supervisionado deve ser “um professor efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade” (Art. 8º, p. 4). O professor orientador deve trabalhar juntamente com o Supervisor no planejamento das atividades do semestre além de orientar e avaliar os alunos durante as atividades profissionais no campo do estágio. Assim, além do professor orientador, existe na organização do Estágio Supervisionado o Supervisor de campo. Trata-se de “um profissional que atua na instituição de realização do estágio com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário” (CEPEX/UFPI nº 177/2012, art. 10, p. 4). O profissional supervisor deve orientar e supervisionar os estagiários avaliando-os de acordo com a ficha de avaliação.

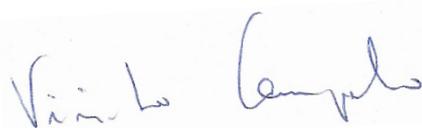
Atribuições dos estudantes durante o Estágio Supervisionado Obrigatório

Os estudantes durante o período do Estágio Supervisionado devem cumprir a carga horária prevista do Estágio tanto nas instituições como também nos encontros na universidade; planejar, juntamente com o professor orientador e supervisor, as atividades que serão desenvolvidas nas instituições; apresentar os documentos cadastrais e avaliativos estipulados pelo professor orientador e pela Universidade além de um relatório final.

Divisão da carga horária e função dos Estágios

O Estágio está dividido em Estágio Supervisionado I, II e III cada um com carga horária de 105 horas. As especificidades de cada Estágio serão apresentadas a seguir:

¹² Os professores designados para ministrar o Estágio deverão ser da área de música (performance musical), e, preferencialmente, com experiência em direção e condução de grupos musicais.



A) ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (105 HORAS)

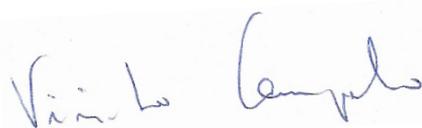
Momento de pesquisar e compreender a literatura existente sobre a formação de músicos profissionais e seu papel nos diversos espaços de atuação. Além disso, trata-se do momento de atividades de observação das práticas musicais desenvolvidas nas instituições de atuação do músico profissional. A disciplina é dividida em duas partes, a primeira em sala na UFPI (45 horas) e a segunda em instituições de atuação profissional do músico na cidade de Teresina (60 horas). Indo ao contexto de observação, o educando pode conhecer as diferentes realidades da profissão do músico. Durante a observação, o educando pode ir delineando e aprofundando, juntamente com o que os profissionais lhe sugerirem, planos de atividades que deverão ser desenvolvidos nos Estágios II e III. É ofertado no 6º período do Curso.

B) ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (105 HORAS)

Trata-se do momento de atuação prática de *performance* musical em grupos musicais de grande proporção (Orquestras/Bandas/Corais/Etc.). É solicitado ao educando um plano de atuação (atividade prevista para o músico profissional - já pensado durante o Estágio I e revisado para ser utilizado durante essa etapa) e as atividades serão acompanhadas nas instituições credenciadas ou na própria UFPI através dos Conjuntos Musicais da UFPI/Coordenação do Curso de Música (Orquestra, Coral, Banda, entre outros). A carga horária está dividida em 15 horas de atividades iniciais que tem relação com a escolha das instituições, organização do plano de ensino a partir do Estágio I e preenchimento dos termos de compromisso; 75 horas de atuação prática de *performance* musical e 15 horas de encontros na UFPI - divididas em um encontro mensal com todos os estudantes matriculados para discussão em grupo sobre as atividades desenvolvidas. Esta disciplina é ofertada no 7º período do Curso.

C) ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (105 HORAS)

Trata-se do momento de atuação prática de *performance* musical solo (recitais solos) e/ou em grupos musicais de câmara (Trios/Quartetos/Quintetos/Cameratas/Etc.). É solicitado ao educando um plano de atuação (atividade prevista para o músico profissional - já pensado durante o Estágio I/II e revisado para ser utilizado durante essa etapa) e as atividades serão acompanhadas nas instituições credenciadas ou na própria UFPI através dos Conjuntos Musicais da UFPI/Coordenação do Curso de Música (Cameratas/Práticas



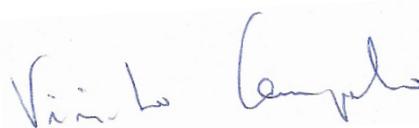
Coletivas, entre outros). A carga horária está dividida em 15 horas de atividades iniciais que tem relação com a escolha das instituições, organização do plano de ensino a partir do Estágio I e preenchimento dos termos de compromisso; 75 horas de atuação prática de *performance* musical e 15 horas de encontros na UFPI - divididas em um encontro mensal com todos os estudantes matriculados para discussão em grupo sobre as atividades desenvolvidas. Esta disciplina é ofertada no 8º período do Curso.

Avaliação

A avaliação dos estudantes durante o Estágio deve ser organizada pelos professores orientadores e a coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório e deve ser pensada de maneira formativa objetivando a reflexão e reelaboração contínua da prática docente. A aprovação do estagiário está ligada diretamente aos seguintes pontos: - Avaliação do Supervisor de campo; - Avaliação do Professor Orientador tendo como base as atividades desenvolvidas e sua relação com o plano de trabalho e o relatório final. A nota mínima para aprovação no Estágio Supervisionado Obrigatório é 7,0 (sete). - Cumprimento da carga horária “mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de prova final” (CEPEX/UFPI nº 177/2012, art. 20, p. 7). Os estagiários que possuem atividades profissionais regulares e comprovadas na instituição conveniada podem solicitar a redução de carga horária em até 200 (duzentas) horas do Estágio Supervisionado Obrigatório na forma da legislação federal em vigor e de acordo com os critérios definidos pela UFPI. Para isso, o estudante deve apresentar os documentos comprobatórios de sua experiência para a Coordenação do Estágio Supervisionado Obrigatório que, juntamente com o professor da Disciplina, irá analisar o pedido e emitir parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia do departamento responsável pelo Estágio.

3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Em consonância com as diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Portaria PREG/CAMEN Nº 330, DE 22 DE JUNHO DE 2017, no Curso de Bacharelado em Música da UFPI, o TCC é uma atividade curricular desenvolvida e aprimorada durante as disciplinas Projeto de Pesquisa em Música, TCC I e TCC II, considerando também a a



Resolução n° 177/12-CEPEX, o PDI 2020-2024 UFPI, a Resolução CNE n° 2/2015 e a Resolução n° 220/2016-CEPEX.

O TCC tem como objetivos: (I) Articular os conteúdos curriculares do Curso para ampliação do campo de conhecimento; (II) Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante; (III) Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional; (IV) Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

Coordenação de TCC

O Curso de Bacharelado em Música terá preferencialmente uma Coordenação própria para os TCC's, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do Trabalho. A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do Curso de Bacharelado em Música, indicado pela assembleia docente, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo Diretor do *Campus*\Centro de Ensino. A Coordenação do TCC disponibilizará para os alunos um manual atualizado com orientações para a elaboração do TCC e repositório institucional para a socialização dos trabalhos.

Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso: I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz; II. Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e\ou com pendências que deverá ser entregue na Coordenação do Curso; III. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC's; IV. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas; V. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação; VI. Coordenar agendas de apresentação dos TCC's, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral.

Trabalho de Conclusão de Curso I



Em TCC I, por meio do estudo das especificidades da pesquisa em ciências humanas e da pesquisa em Música, o educando dará prosseguimento ao projeto de investigação individual elaborado na disciplina Projeto de Pesquisa. Os discentes terão seus projetos distribuídos e avaliados entre o corpo docente em assembleia para definição dos orientadores, sob coordenação do professor da disciplina Projeto de Pesquisa. Cada professor poderá orientar, no máximo, cinco educandos.

Na disciplina de TCC I, o educando traçará um plano de trabalho junto com o respectivo orientador, a fim de desenvolver e executar o Projeto de Pesquisa. É recomendável, porém não obrigatório, que o trabalho advenha do Projeto de Pesquisa do aluno, uma vez que se entende que o tema poderá sofrer modificações, acarretando (re)significação do Projeto como um todo.

Trabalho de Conclusão de Curso II

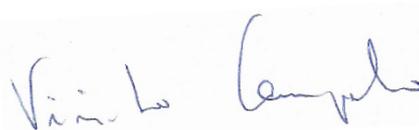
Na disciplina de TCC II, considerar-se-á as especificidades encontradas no Curso de Bacharelado em Música, sendo que os seguintes formatos serão considerados: monografia, artigo científico, recital comentado e memorial acadêmico.

Orientação

A orientação do TCC é de responsabilidade de docente da UFP1. É preservado o direito ao estudante e ao Professor de solicitarem à Coordenação do TCC, ou Coordenação do Curso, mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à Coordenação.

Compete ao Professor Orientador: (I) Orientar o desenvolvimento do Projeto de TCC em todas as suas etapas; (II) Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus Orientandos; (III) Participar, na condição de Presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC; (IV) Contatar o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso de Bacharelado em Música para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

A forma de orientação deve ser de comum acordo entre Orientador e Orientando no que se refere a horários e datas de conclusão das partes do trabalho observando os prazos descritos abaixo.



Compete ao Orientando: (I) Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do Professor; (II) Elaborar e desenvolver o Projeto de TCC, sob a orientação de um Professor; (III) Cumprir as normas e prazos; (IV) Entregar 1 (uma) cópia impressa (ou digital) para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação; (V) Entregar na Coordenação de Curso 2 (duas) cópias digitais da versão final do TCC, aprovadas pelo Professor Orientador, seguindo as normas da biblioteca central da UFPI; (VI) Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado; (VII) Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo Professor Orientador; (VIII) Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

Formatação

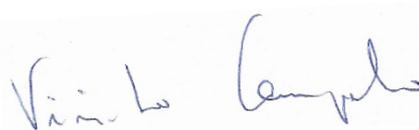
A formatação dos trabalhos será regida pela normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) podendo, quando for o caso, ser trocada por outra formatação mencionada pelo Orientador. Caso o Orientador indique outra fonte de normas para a formatação do trabalho, a banca deve ser notificada por este sobre sua escolha. Recomenda-se que os trabalhos tenham uma extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 50 (cinquenta) laudas, excetuando-se os elementos pré-textuais.

Constituição e convocação da banca

A banca de avaliação do TCC será constituída por 3 (três) professores, a saber: o Orientador, e dois Professores que tenham afinidade com o tema, a serem convidados formalmente pelo Orientador. A banca deve ser composta por membros mestre e doutores que atuem em instituições de ensino superior públicas e privadas ou nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Também serão aceitos docentes aposentados dessas instituições desde que possuam o título de mestre ou doutor.

O nome dos Professores que irão integrar a banca de avaliação do TCC deverá ser informado à Coordenação do Curso de acordo com o cronograma de atividades de TCC a ser divulgado semestralmente pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Música.

Cabe à banca observar se o resultado apresentado foi o melhor possível dentro das limitações de tempo, de abrangência do tema e da importância para a Área quando da



apresentação do trabalho. Ao Orientador caberá 40% (quarenta por cento) da nota final e os 60% (sessenta por cento) restantes serão atribuídos à banca.

Entrega da versão preliminar

A versão preliminar deve ser entregue aos membros da banca com 15 (quinze) dias corridos antes da data de defesa. A entrega deve ser feita preferencialmente em formato PDF, porém, o trabalho também poderá ser entregue em formato impresso caso solicitado pelo avaliador. A entrega da versão preliminar deve seguir o cronograma de atividades de TCC a ser divulgado semestralmente pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Música.

Defesa

A defesa constitui-se de uma apresentação pública na qual o educando terá até 15 (quinze) minutos para expor a versão aprimorada do TCC. Cada membro da banca terá 10 (dez) minutos de arguição para os quais o educando terá 5 (cinco) minutos para resposta a cada um. Ao final, a banca divulga o conceito: aprovado ou reprovado que deve ser compartilhado com o orientador; para esse fim, a banca dispõe de 10 (dez) minutos de discussão.

A defesa deverá ocorrer dentro do período estabelecido no cronograma de atividades de TCC a ser divulgado semestralmente pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Música.

Entrega da versão final

Após a defesa, o educando trabalhará com o Orientador para finalizar as discussões e fazer as alterações apontadas pela banca avaliadora. A versão final deve ser entregue na Coordenação do Curso de Bacharelado em Música, seguindo as orientações e os padrões estabelecidos pela biblioteca setorial. A entrega da versão final do TCC deverá ocorrer dentro do período estabelecido no cronograma de atividades de TCC a ser divulgado semestralmente pela coordenação de TCC ou pelo Colegiado do Curso de



Bacharelado em Música. O aluno que não entregar a versão final do TCC dentro do prazo estabelecido será reprovado nesta disciplina.

Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação. Uma versão digital do Trabalho de Conclusão de Curso será publicada on-line na página do Curso de Bacharelado em Música conforme ambiente disponibilizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação.

Comitê de Ética

As pesquisas realizadas com seres humanos devem seguir os procedimentos éticos estipulados na legislação em vigor. Os trabalhos que envolvem seres humanos devem ser submetidos à apreciação e à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

3.5 Atividades Complementares

Nesta seção listamos as possíveis Atividades Complementares, orientadas pelas Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí - Resolução N° 177/12. Os quadros de Atividades Complementares elencados, a seguir, são os mesmos do Curso de Licenciatura em Música (equivalentes) e foram alterados tanto nas definições das Atividades quanto em suas respectivas cargas horárias, conforme sugestões da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular desta instituição.

Atividades de ensino e pesquisa

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Ensino	Monitoria no Curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	15	45	Certificação: Relatório do Professor Orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
Vide Licenciatura	Pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais,	10	30	

Vinício Campelo

		PIBIT, PIBIC.			
Vide Licenciatura	Pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI ou outras IES.	10	30	

Quadro 15 Atividades de Ensino e Pesquisa

Obs. Até 60 horas para cada Atividade

Atividades de participação e/ou organização de eventos

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10	30	Certificação: Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.
Vide Licenciatura	Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	15	45	
Vide Licenciatura	Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	05	15	

Quadro 16 Atividades de participação e/ou organização de eventos

Obs.: até 60 horas para o conjunto de Atividades

Experiências profissionais e/ou complementares

COMPONENTE			CH	CH	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			

Vinício

			mínima aproveitada	máxima aproveitada	
Vide Licenciatura	Estágio obrigatório cadastrado na PREX	Estágios regulamentados pela UFPI	10	30	Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.
Vide Licenciatura	Participação em projetos sociais	Projetos sociais (governamentais e não governamentais)	10	30	

Quadro 16 Experiências profissionais e/ou complementares

Obs.: até 120 horas para o conjunto de Atividades

Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Projeto de extensão com bolsa	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	20	Projeto de extensão com bolsa	Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
Vide Licenciatura	Projeto de extensão voluntário	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 6 a 20h.	20	Projeto de extensão voluntário	

Quadro 17 Atividades de Extensão

Trabalhos Publicados

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20	60	Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.
Vide Licenciatura	Publicações em anais de eventos locais e/ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	15	45	

Vinício Campelo

Vide Licenciatura	Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	25	75	
-------------------	--------------------------------------	---	----	----	--

Quadro 18 Trabalhos publicados

Obs.: até 90 horas para o conjunto de Atividades

Vivência de Gestão

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Representação estudantil	Participação semestral como membro de entidade de representação político – estudantil.	01	05	Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.

Quadro 19 Vivência de Gestão

Obs.: até 40 horas para o conjunto de Atividades

Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas.	Participação em grupos de artes, tais como teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições e programas radiofônicos.	05	15	Certificação: Relatório do Professor Orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Quadro 20 Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas

Obs.: até 90 horas para o conjunto de Atividades

Estágio não obrigatório

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			

Vinício

Vide Licenciatura	Estágios não obrigatórios	Estágio regulamentado por outras instituições educativas, culturais ou empresariais	02	10	Certificação: Relatório do Professor Orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente
-------------------	---------------------------	---	----	----	---

Quadro 21 Estágio não obrigatório

Obs.: até 90 horas para o conjunto de Atividades

Visitas técnicas

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um prof. responsável, consultado previamente.	02	10	Certificação: Relatório do Professor Orientador

Quadro 22 Visitas técnicas

Obs.: até 40 horas para o conjunto de Atividades

Atividades culturais

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
Vide Licenciatura	Atividades culturais	Elaborar relatório que estabeleça relações com os conteúdos curriculares, com base em filmes, peças teatrais, shows, exposições de obras de arte, e outras manifestações artístico-culturais	05	10	Certificação: Relatório do Professor Orientador

Quadro 23 Atividades culturais

Obs.: até 40 horas para o conjunto de Atividades

Vinício Campelo

O calendário universitário estipulará período para solicitação de integralização das Atividades Complementares junto à Coordenação do Curso de Bacharelado em Música, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Música, com o apoio de uma Comissão, avaliará o desempenho do aluno nas atividades acadêmico-científico-culturais, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório, estipulando a carga horária a ser aproveitada e encaminhando os dados obtidos para registro.

3.6 Atividades Curriculares de Extensão

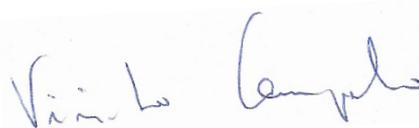
As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) dispostas neste documento possuem como base a Resolução CEPEX/UFPI nº 297/2022, de 20/06/2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Em acordo com a Resolução, será destinado, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do Curso para as ACE, o que representa, no âmbito desta proposta, 270 horas (patamar mínimo). Os alunos do Curso deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE (quando regularmente matriculado) até integralizar as horas acima definidas.

As ACE ofertadas pelo Curso de Bacharelado em Música contemplarão os seguintes eixos temáticos: Performance Musical, Música e Cidadania, Produção Cultural e Desenvolvimento Artístico.

O gerenciamento das ACE será realizado pelo Coordenador de Extensão de Curso. Esta função será ocupada por um dos professores que atua no quadro docente do Curso de Bacharelado em Música.

O Curso de Bacharelado em Música deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme Calendário Acadêmico e Resoluções que regulamentam as Atividades de Extensão na UFPI. Tais atividades entrarão em vigor juntamente com este PPC, a ser implementado no período 2023.2. As ACE iniciarão desde o primeiro período do Curso.

As ACE do Curso de Bacharelado em Música contemplarão programas, projetos, cursos e eventos de extensão, cujos alunos atuarão como executores ou organizadores. Os alunos poderão participar de outras ACE's ofertadas por outros Cursos e Unidades da



UFPI, desde que cadastradas na PREXC. Estas atividades poderão integralizar 100% (cem por cento) da carga horária definida para ACE.

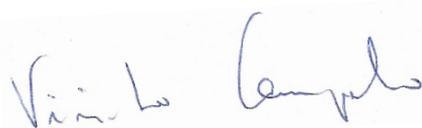
Os alunos poderão participar de outras ACE's desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior. Os discentes poderão requerer, junto ao Coordenador de Extensão de Curso, o aproveitamento das Atividades de Extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso. A fim de aproveitamento o processo da solicitação deverá estar instruído com o certificado ou declaração da atividade executada. Estas atividades poderão integralizar 100% (cem por cento) da carga horária definida para ACE.

3.7 Metodologia

Dada a natureza do Curso de Bacharelado em Música, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma prática docente comprometida com a formação musical, cultural e ética. Isto é, os profissionais estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos artísticos e sociais na ação profissional. E, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel em efetuar uma práxis pedagógica crítico- emancipatória em favor do alunado.

O Curso de Bacharelado em Música, além do espaço da sala de aula, utiliza laboratórios de informática e práticas coletivas, para atividades do Curso na própria instituição, a fim de possibilitar uma formação articulada com o campo de trabalho e responder às exigências da atualidade, incluindo-se, neste particular, o contexto das novas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) com o intuito de proporcionar ao discente o uso competente das tecnologias para aprimoramento da prática profissional e sua ampliação da formação cultural. Atenção especial à acessibilidade metodológica, relação ensino e as novas tecnologias, pois a relação entre tecnologia e educação necessita de movimento interdisciplinar que possibilite pensá-la ao longo de todo o Curso, como conceito e como prática.

A dimensão metodológica no Curso de Bacharelado em Música contempla ainda o princípio da flexibilização na sua estrutura curricular, assegurando a indissociabilidade teoria-prática, em que a prática como componente curricular se insere no contexto programático das diferentes “disciplinas”, adequando-se às peculiaridades destas, sendo



isso viabilizado por meio de oficinas, laboratórios, seminários e aproveitamento das experiências vivenciadas pelo aluno, estudos de casos, permitindo a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no desenvolvimento de seu processo formativo. Nesta perspectiva, o presente Projeto procura assegurar a articulação do processo de ensino e aprendizagem tendo a prática como componente curricular importante para a construção do conhecimento e sua relação com a prática profissional, sendo previsto o mínimo de 405 (quatrocentos e cinco) horas distribuídas dentre as “disciplinas” obrigatórias. Essa distribuição está contemplada no núcleo de “disciplinas” que compõe a prática como componente curricular. A metodologia de ensino consta de 4 (quatro) dimensões, a saber:

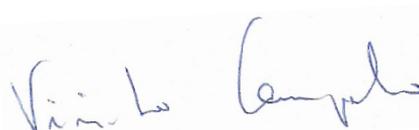
Opções teórico-metodológicas

- Trabalho pedagógico com foco na formação de músicos instrumentistas, fundamentado na realidade da cultura local, da cultura artística da cidade e na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da profissão;
- Sólida formação artística e teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia do *performer*;
- Desenvolvimento de pesquisas em todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano artístico, cultural e social da música; e,
- Desenvolvimento de habilidades comunicativas e técnicas, tendo a relação dialética professor/aluno como norteadora do trabalho pedagógico e profissional.

Essas opções são delimitadas pelas seguintes dimensões epistemológicas e profissionalizantes:

Dimensão epistemológica: refere-se às bases filosóficas que orientam os componentes curriculares e, de modo geral, a formação de músicos instrumentistas. O Curso de Bacharelado em Música proposto neste PPC busca desenvolver uma base crítica e propositiva para as problemáticas presentes no cotidiano formativo, que se volte à aprendizagem dos conhecimentos musicais e que viabilize condições de pensar na construção de um pensamento cidadão.

Dimensão profissionalizante: diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer docente em suas dimensões artística, pedagógica,



didática, ética, política, social e das que se fizerem necessárias, conforme o contexto formativo.

Ensino-aprendizagem

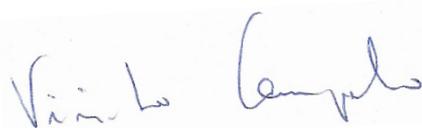
O processo de ensino-aprendizagem na formação inicial de *performance* em Música deve ocorrer com base nos objetivos propostos neste PPC. Ressalta-se que os contextos particulares ao instrumentista do Bacharelado em Música referentes à *performance* musical destinada a orquestras, bandas de música, apresentações solo, dentre outros, devem receber a devida atenção.

Desse modo, o processo de ensino-aprendizagem pauta-se nos saberes docentes necessários para o profissional de Música, dentre os quais se tem: a formação inicial, formação continuada e a pesquisa. Estes propiciam os conhecimentos acadêmicos necessários para ensinar conteúdos da Música. Há, também, os saberes relativos às vivências pessoais, pois não é possível desvincular as experiências de vida do docente do seu modo de ensinar. Ainda, há os saberes pedagógicos ou os que se relacionam aos fundamentos teóricos- metodológicos da didática; e, por fim, os saberes da experiência como profissional, os quais se pautam na reflexão da prática docente.

Igualmente, a eficácia do processo de ensino-aprendizagem dependerá do comprometimento dos alunos para com o Curso; das estruturas física, burocrática e pedagógica; do apoio às atividades de qualificação profissional dos docentes formadores; dos incentivos e demais condições necessárias que são da competência da UFPI.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, cabe destacar que, no Curso de Bacharelado em Música, deve-se priorizar uma articulação constante entre as diferentes disciplinas dessa graduação e delas esperar a construção de conhecimentos que remetam à prática da formação de um profissional da *performance* instrumental, sem esquecer-se da produção do conhecimento da cultura regional e científico em abordagens diferentes, que ampliem a compreensão do espaço artístico.

Assim, a produção artística musical em diferentes âmbitos da cultura tem como guisa o entendimento das relações entre o homem, o som, a arte, a cultura e a sociedade, não se abstraindo em particularidades, mas, sim, procurando estabelecer as conexões necessárias à formação de um Professor que assuma sua identidade e profissionalização docente. Isso deve acontecer sem perder de vista que a qualidade na formação inicial na



graduação representa a qualidade na *performance* musical, onde o aluno egresso do Curso de Bacharelado em Música trabalhará.

O papel do aluno

Aos alunos cabe aplicação do princípio da cooperação, para que o processo de ensino- aprendizagem aconteça com desenvoltura. Essa cooperação acontece quando compartilham suas experiências de vida, repertórios, leituras, estudos, pesquisas, trabalho em equipe e, de maneira especial, a atenção dada à condução das aulas pelo Professor Mediador e às suas propostas de trabalho, orientação e avaliação. Tal atenção permitirá a elaboração de problemáticas, pesquisas e outras contribuições que poderão ser direcionadas para o aprimoramento da aprendizagem individual e dos seus pares.

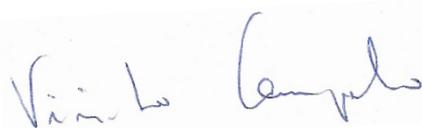
É papel do aluno pesquisar e aprender conhecimentos que possam ajudá-lo a contribuir para o ensino da Música, de acordo com os princípios interdisciplinares, de forma contextualizada, a fim de organizar, investigar, gerenciar e produzir conhecimentos em âmbito escolar, em escalas diferentes e, quando for possível, participar de eventos científicos e publicar seus trabalhos.

Localmente, o aluno participará dos programas institucionais promovidos pela UFPI. Nesse ínterim, é importante proporcionar a participação dos graduandos na formação da vida acadêmica, na condição de participantes de: monitorias, iniciação científica, estágios, programas de incentivo à docência e à pesquisa, grupos de pesquisa, e outros, a fim de compreenderem o necessário diálogo entre ensino e pesquisa.

O aluno também precisa compreender que o ensino na Universidade deve ser coerente, de modo a possibilitar as condições necessárias para os egressos que queiram cursar programas de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado). Nesse contexto, a pesquisa está subjacente e torna-se um instrumento de ensino, capaz de elaborar problemáticas, discussões e resultados que sirvam aos estudos musicais, educacionais e à vida cotidiana.

Nessa medida, cabe ao aluno do Curso de Bacharelado em Música dar atenção às seguintes prerrogativas:

- Analisar os conhecimentos musicais, incorporando-os ao processo de ensino-aprendizagem;
- Compreender as relações entre a produção artística musical e a sociedade de acordo com as categorias de área musical;



- Entender as diferenças, similaridades, relações e outros saberes que estão presentes em diferentes lugares e, especificamente, articular os conhecimentos musicais do Piauí nas escalas nacional e mundial;
- Desenvolver pesquisas capazes de discutir conhecimentos musicais, com o uso, quando necessário, das tecnologias disponíveis para a elaboração e análise de partituras, produções fonográficas e outros documentos e fontes sonoras;
- Participar de trabalhos de campo em diferentes disciplinas do Curso de Bacharelado em Música para ser capaz de desenvolver tal prática quando estiver exercendo a docência; e,
- Entender como contribuir para a elaboração de projetos educativos e de gestão na educação que necessitem dos conhecimentos musicais para a sua efetivação.

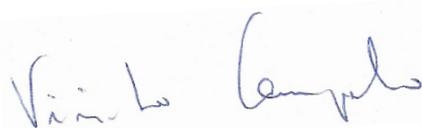
O papel do professor

Entende-se que o professor formador prima pelas concepções teórico-metodológicas que sustentem sua prática didática. Complementarmente, insere em seu trabalho a perspectiva da análise reflexiva acerca das experiências dos alunos que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, os professores formadores realizarão sua mediação didática com vistas à construção do conhecimento artístico e científico, associados aos valores sociais, morais, éticos, culturais e outros que estejam diretamente ligados à Música.

O Professor do Curso de Bacharelado em Música tem diante de si constantes debates de temáticas relativas aos estudos Musicais, às mudanças culturais e, principalmente, uma vasta literatura que consolida a *performance* musical, das quais se destacam: os conhecimentos musicais acadêmicos, os conhecimentos relativos à prática de instrumentista e os que são construídos pela Música na construção de *performance* artística. Esse aporte teórico-metodológico viabiliza o ensino preocupado com a qualidade dos que serão formados como Músico Instrumentista.

Ao professor formador caberá:

- A tarefa de pensar sobre o currículo de cada um dos componentes curriculares que ele ministra e a relação que elas desenvolvem com o Curso de Bacharelado em Música;
- Estudar sobre os conhecimentos que fundamentam os principais conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, criteriosamente, selecionar os temas a serem



discutidos e pesquisados, na condição de compreender e explicar aos futuros professores a importância dos mesmos; e,

- Estimular a pesquisa, a produção artística, o trabalho de campo, o uso das tecnologias, a criticidade e o trabalho em equipe, para que os futuros profissionais possam desenvolver do mesmo modo na prática artística.

Com base no diálogo coerente com a realidade da coletividade dos alunos, refletir constantemente sobre sua prática artística, no intuito de aprimorar seus conhecimentos.

3.8 Sistemática da Avaliação

A sistemática de avaliação perpassa por três aspectos: a avaliação institucional, a avaliação da aprendizagem do ensino de Música e a avaliação do PPC.

Avaliação Institucional

A Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, no artigo 3º, estabelece as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Autoavaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões, conforme suas especificidades. Constituem as dimensões institucionais:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos Colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia do auto avaliação institucional;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

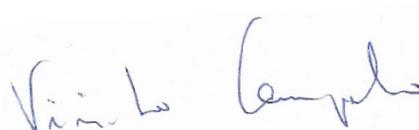
Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior; e,
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2024 (PDI) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos estudantes;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;



- A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

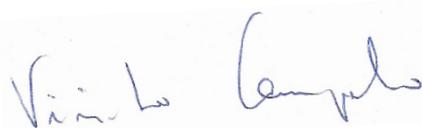
3.9 Desenvolvimento Metodológico

Contextualização do Objeto de Avaliação

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da autoavaliação realizada pela Comissão anterior no período, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a política nacional de



avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

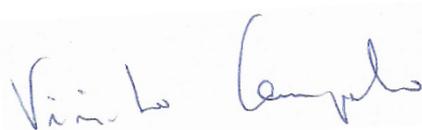
A Avaliação da aprendizagem no Curso de Bacharelado em Música

A avaliação da aprendizagem no Curso de Bacharelado em Música terá caráter processual e será realizada no decorrer das atividades relativas ao processo ensino-aprendizagem de cada “disciplina”. Ela terá caráter diagnóstico, formativo, qualitativo e somatório, com resultados apresentados ao término de cada “disciplina”.

Será fundamentada na Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012. Tal Resolução, em seu Art. 102, aponta que a avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob a forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

Sobre o desempenho dos graduandos, cada Professor tem autonomia para escolher as formas de procedimento para avaliar; contudo, será considerado aprovado o aluno que, ao final do semestre, obtiver média geral mínima de 7,0 (sete) pontos ou 6,0 (seis) pontos em Exame Final. O graduando precisa ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária do componente curricular; caso contrário, será reprovado por faltas. Ainda, o estudante será considerado reprovado se obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais. A quantidade de avaliações durante o período letivo deverá ser proporcional à carga horária da “disciplina”, respeitado o mínimo de duas avaliações nas “disciplinas” com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas; 3 (três) avaliações nas “disciplinas” com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas; 4 (quatro) avaliações nas “disciplinas” com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Espera-se dos estudantes que ao finalizar a sua formação consigam articular conhecimentos que são transversais aos conhecimentos musicais, como os estabelecidos pela Portaria INEP nº 493, de 06 de junho de 2017, a saber: ética; democracia e cidadania; cultura e arte; responsabilidade social; multiculturalismo; violência e tolerância/intolerância; inclusão/exclusão e de relações étnico-raciais; relações de trabalho; ciência, tecnologia e sociedade; inovação tecnológica; tecnologias de informação e comunicação. Tais conhecimentos apresentam-se diluídos nas disciplinas optativas, na prática pedagógica interdisciplinar e nos projetos de extensão.



Cabe destacar que os professores formadores podem cultivar o exercício de refletir sobre a sua prática docente, o que implica em retomar constantemente o pensamento sobre o que aprendeu, o que os alunos têm a compartilhar, que conhecimentos está construindo e no que pode confrontar de conhecimentos adquiridos com outros que se fizeram necessários para o que se deverá fazer em práticas docentes futuras.

Paralelamente, os discentes do Curso de Bacharelado em Música, ao término de cada “disciplina”, devem avaliar o desempenho do Professor, através de um formulário *online*. A finalidade dessa avaliação é pensar sobre seus indicadores como uma estratégia para compartilhar entre os pares as experiências vivenciadas e pensar coletivamente sobre a prática docente.

A avaliação do PPC acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ela servirá como norteador de tomada de decisão para continuidade das ações ou para mudanças quando o resultado não for satisfatório.

Portanto, pretende-se ao término e/ou início de cada período letivo reunir o NDE e os professores do Curso de Bacharelado em Música para avaliarem as políticas implementadas e as repercussões para a formação de professores, ao mesmo tempo conceber

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas acadêmicas, envolvendo ensino, pesquisa e extensão serão elencadas de acordo do o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFPI. Dentro desse critério, o Curso de Bacharelado em Música tem como pontos principais:

a) Desenvolver a formação qualificada em níveis de excelência, estimulando e promovendo o desenvolvimento profissional docente; instituir política de acolhimento dos discentes; investir em tecnologias de ensino; estimular e fomentar a inserção de discentes em grupos de pesquisa; implantar política de acompanhamento aos egressos do ensino de graduação por meio do SIGAA/UFPI.

b) Incluir em todos os PPC os princípios éticos e humanistas; realizar diagnósticos dessa realidade no curso de Bacharelado em Música; articular práticas de formação em um contexto social e comunitário;



c) Realizar eventos junto aos docentes e discentes, tendo como propósito difundir a importância dos sistemas de avaliação; e,

d) Ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional; estimular a realização de convênios internacionais de cooperação técnica.

4.2 Políticas Institucionais para a pesquisa

As políticas institucionais para pesquisa têm como meta:

a) Estimular as vocações em áreas específicas da música com o intuito de nortear o aluno na pesquisa, de acordo com seu campo de atuação como músico;

b) Atender às novas exigências de qualificação em diversas áreas da Música;

c) Elevar a posição da UFPI em produtividade científica e capacidade acadêmica;

e,

d) Preparar os discentes para serem protagonistas em seus distintos campos de atuação.

4.3 Apoio ao discente

Proporcionar apoio ao aluno existentes na UFPI e no Curso, de forma a contemplar os programas de apoio extraclasse, bem como os meios de que o aluno dispõe para ter acesso às informações do curso, incluindo programas/ações da PRAEC/UFPI:

a) Apoio à participação em eventos;

b) Apoio pedagógico ao aluno;

c) Mecanismo de nivelamento e de formação inicial;

d) Existência de meios de divulgação de trabalhos e produção dos alunos;

e) Atendimento psicopedagógico;

f) Participação em intercâmbios;

g) Orientação acadêmica;

h) Programa de apoio e atendimento a portadores de necessidades educacionais especiais; e,

i) Página web do curso, blog, SIGGA.

Atividades realizadas pela Coordenação do Curso que contribuam com a permanência dos alunos e com a qualidade do curso:



- a) Realização de recitais, concertos didáticos, espetáculos musicais e óperas;
- b) Apoio, orientação e indicação de novas leituras e pesquisas na área;
- c) Realização de cursos de extensão para complementar as deficiências e defasagens dos conteúdos trabalhados nas disciplinas curriculares;
- d) Reuniões periódicas com os alunos para sanar dúvidas sobre o progresso e o trajeto no Curso;
- e) Disponibilização de monitores para ajudar os alunos com as atividades acadêmicas; e,
- f) Incentivo à submissão de projetos artísticos em editais, com remuneração.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da Aprendizagem

O Curso de Bacharelado em Música segue as normas gerais da avaliação da aprendizagem, comuns a todos os cursos da UFPI, de acordo com a Resolução CEPEX/UFPI Nº 177/2012, bem como normas próprias do Curso, comuns a todos os componentes curriculares, com a função de orientar o professor na elaboração da sistemática de avaliação da disciplina sob sua responsabilidade. É também competência do Colegiado do Curso de Bacharelado conferir apoio e orientação acadêmica aos referidos bacharelados.

O Núcleo Docente Estruturante subsidia as deliberações do referido Colegiado através da elaboração de projetos de pesquisa e de extensão e demais cooperações. Participa, também, de atualizações do plano de curso do Bacharelado em Música.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A maneira de proceder à avaliação do Curso encontra-se na implementação da exigência estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei Nº 10.861, que determina que cada Universidade crie sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, as quais têm “por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”.



Os procedimentos a serem adotados para a avaliação permanente do PPC tem como objetivo identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos e sequência dos componentes curriculares). Além disso, tem a finalidade de indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.

A avaliação a ser operacionalizada, deve abranger as diferentes modalidades de elaboração do aprendizado, como seminários, apresentações musicais, provas escritas ou cantadas, execução instrumental e relatórios de atividades.

No caso de estudantes com algum tipo de necessidade de atenção especializada, esses devem recorrer a um tutor estudantil mediante bolsa de estudo.

A gestão do Curso de Bacharelado em Música deve ser exercida por um Coordenador e estabelecer parceria entre o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante.

Compete ao Coordenador liderar um Colegiado de Música visando qualificação permanente do curso.

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TEORIA MUSICAL E TREINAMENTO AUDITIVO I	CCLM/CCE001	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

Vinícius Campelo

2.2.0	60h	- sem pré-requisito
<p>EMENTA: Formação aural elementar associada à teoria musical. Princípios básicos da notação musical: normas ortográficas; noção de posicionamento de alturas de acordo com claves no pentagrama; fórmula de compasso; estudo dos aspectos rítmicos em compassos simples e compostos (binários, ternários e quaternários). Teoria harmônica tonal elementar: ciclo das quintas; escalas maiores e suas relativas menores; escalas homônimas; intervalos diatônicos; identificação de acordes triádicos (maiores, menores, aumentados e diminutos). Distinção auditiva dos modos maior e menor. Identificação e entoação dos intervalos de segundas e terças maiores e menores; quarta, quinta e oitava justas. Identificação dos graus na escala diatônica maior. Solfejo de melodias por graus conjuntos e por graus disjuntos nos clichês harmônico-tonais. Apreciação musical com ênfase na identificação melódico/harmônica do conteúdo dado. Solfejo, identificação e aplicação de padrões rítmicos baseados na subdivisão da pulsação em 2 e 3 com pausas e ligaduras e em 4.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos. Tradução de Adriana Lopes da Cunha Moreira. São Paulo: Edusp, 2013. HERMES, D.; PINTO, T. Notas introdutórias - exercícios de teoria musical. Vol. 1. São Paulo: Theofilo A. Pinto, 2007. KRUEGER, Carol. Progressive Sight Singing. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>MED, Bohumil. Teoria da Música. Vade mecum da Teoria Musical. Brasília: MusiMed, 2017. POZZOLI, Ettore. Guia Teórico e Prático Para o Ensino do Ditado Musical - Volume 1 e 2. São Paulo: Ricordi, 1983. PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: Percepção Rítmica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Vitale, 2001. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: Unesp, 2012. TAYLOR, Eric. Music Theory in Practice. Volume 1 a 5. Ashford: ABRSM, 2008.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO I		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	sem pré-requisito	
<p>EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação. Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. MACIEL, Emmanuel Coelho. 500 Anos de Música Brasileira. Teresina: EDUFPI, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical. São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin. Oxford: Phaidon Press, 1984. FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro. São Paulo: Irmãos Vitale, 2012. LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship. 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.</p>			

Vinício Campelo

HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. **Revista Opus**, Goiânia, v.14 (1), p127-142, 2008.

MARIZ, Vasco. **A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARTINS, C. H. R. **Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas**. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.

WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. **A escola do desvendar da voz**. São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS MUSICAIS I		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.			
CADDAH, Maria Yeda. Barroco . Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981.			
CARVALHO, Reginaldo. Teoria Musical – Tomo II . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600 . New York: W. W. Norton, 1998.			
MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos . Curitiba: Solar do Rosario, 2011.			
RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration . New York: Dover, 1964.			
SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo . Dissertação (Mestrado em Música). Brasília: UNB, 2009.			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
HISTÓRIA DA MÚSICA I	CCLM/CCE005	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

Vinício Campelo

4.0.0	60h	sem pré-requisito
EMENTA: A criação musical desde o início da Era Cristã até a segunda metade do século XVIII, enfatizando o surgimento das técnicas composicionais, das formas musicais, das transformações estilísticas e do desenvolvimento de novas concepções estéticas sobre a música no decorrer deste período.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. GROUT, D. e PALISCA, C. História da Música Ocidental . Lisboa, Gradiva, 1994. MASSIN, Jean e Brigitte. História da Música Ocidental . Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
MICHELIS, Ulrich. Atlas de Música . 2 v. Lisboa: Gradiva, 2003. MOORE, Douglas. Guia dos Estilos Musicais . Lisboa: Edições 70, 2008. PLATZER, Frédéric. Compêndio de Música . Lisboa: Edições 70, 2009. RAYNOR, Henri. História Social da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981. TRANCHEFORT, Francois-René. Guia da Música Sinfônica . Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	CCLM/CCE006	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h	sem pré-requisito	
EMENTA: Currículo do Curso de Bacharelado em Música; Questões relacionadas à profissão do Músico; Instâncias da Unidade Gestora e suas competências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 8 DE MARÇO DE 2004 . Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. Brasília (DF), 2004. BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 . Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. DOU Nº 116, 19/6/2007, SEÇÃO 1, P. 6, Brasília (DF), 2007. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação . São Paulo: Editora UNESP, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. FERREIRA FILHO, João Valter. História e Memória da Educação Musical no Piauí: das primeiras iniciativas à Universidade . 2009. 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências da Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - Piauí, 2009. TOMÁS, L. Fronteiras da Música: filosofia, estética, história & política . 1ª. ed. São Paulo: Editora da ANPPOM, 2016. v. 1. 472p.			

Vinício Campelo

UFPI. Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI - Resolução nº177/2012. CEPEX, 2012.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024, Teresina: UFPI, 2020.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TEORIA MUSICAL E TREINAMENTO AUDITIVO II	CCLM/CCE007	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Teoria Musical e Treinamento Auditivo I	
<p>EMENTA: Formação aural associada à teoria musical. Notação musical: normas ortográficas. Estudo dos aspectos rítmicos em compassos simples e compostos incluindo síncofes. Teoria harmônica tonal: ciclo das quintas com ênfase nas escalas menores; intervalos cromáticos, enarmônicos e invertidos; identificação de acordes triádicos assim como encadeamentos de I, IV e V graus. Apreciação musical com ênfase na identificação melódico-harmônica do conteúdo dado. Distinção e entoação das escalas maior e menor (nas três formas tradicionais). Identificação e entoação dos intervalos diatônicos. Identificação dos graus na escala diatônica maior. Solfejo de melodias nas escalas maiores e menores. Identificação e entoação de tríades (maiores, menores, aumentadas e diminutas). Solfejo, identificação e aplicação de padrões rítmicos baseados na subdivisão da pulsação em 2, 3, 4 e 6 com pausas e ligaduras; subdivisões mescladas e variáveis; tercinas e ritmos 2 contra 3.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.</p> <p>HALL, A.; URBAN, T. Studying Rhythm. São Paulo: Pearson, 2018.</p> <p>ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing. São Paulo: Pearson, 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical 2: leitura cantada à primeira vista. Tradução de Adriana Lopes da Cunha Moreira. São Paulo: Edusp, 2017.</p> <p>BERKOWITZ, S. et al. A new approach to sight singing. Nova Iorque: W. W. Norton & Co.; 2017.</p> <p>HERMES, D.; PINTO, T. Notas introdutórias - exercícios de teoria musical. Vol. 2. São Paulo: Theofilo A. Pinto, 2007.</p> <p>POZZOLI, Ettore. Guia Teórico e Prático Para o Ensino do Ditado Musical. Volume 3 e 4. São Paulo: Ricordi, 2000.</p> <p>PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: Percepção Rítmica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vitale, 2001.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM

Vinício Campelo

LITERATURA E TÉCNICA INSTRUMENTAL I			Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
1.1.0	30h			
EMENTA: Estudo da literatura e técnica do instrumento de diversas épocas. Análise e discussão dos aspectos técnicos e pedagógicos relacionados ao repertório selecionado.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. CHASIN, Ibaney. Canto dos afetos: um dizer humanista: aproximações a reflexão musical do renascimento tardio italiano . São Paulo: Perspectiva, 2004. MASSIN, Jean e Brigitte. História da Música Ocidental . Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
GIL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984. GRIFFITHS, Paul. Enciclopédia da Música do Século XX . São Paulo, Martins Fontes, 1995. LAIRD, Michael. BrassWorkBook for Natural Trumpet . Essex U.K.: BrassWorks, 1999. NEUHAUS, Heinrich. The art of piano playing . London: Barrie and Jenkins, 1978. VOXMAN, Himie; MERRIMAN, Lyle. Woodwind music guide: ensemble music in print . Evanston, IL: The Instrumentalist Company, 1982. WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz . São Paulo: Antroposófica, 2001.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento I	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984. FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012. LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003. HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus , Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008.			

Vinício Campelo

MARIZ, Vasco. **A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARTINS, C. H. R. **Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas**. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.

WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. **A escola do desvendar da voz**. São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS MUSICAIS II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.			
CADDAAH, Maria Yeda. Barroco . Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981.			
CARVALHO, Reginaldo. Teoria musical . Teresina: Editora Punaré, 1979.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600 . New York: W. W. Norton, 1998.			
MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos . Curitiba: Solar do Rosário, 2011.			
RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration . New York: Dover, 1964.			
SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo . Dissertação (Mestrado em Música). Brasília: UnB. 2009			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
HISTÓRIA DA MÚSICA II	CCLM/CCE011	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: A criação musical de fins do século XVIII ao século XX, enfatizando o surgimento das formas musicais sinfônicas, a música dramática, as transformações estilísticas, o desenvolvimento			

Vinício Campelo

de novas concepções estéticas sobre a música dramática. Música e Literatura. A crise do tonalismo em fins do século XIX. As novas tendências musicais até o século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Roy. **Breve História da Música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
GROUT, D. e PALISCA, C. **História da Música Ocidental.** Lisboa, Gradiva, 1994.
MASSIN, Jean e Brigitte. **História da Música Ocidental.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MICHELS, Ulrich. **Atlas de Música.** 2 v. Lisboa, Gradiva, 2003.
MOORE, Douglas. **Guia dos Estilos Musicais.** Lisboa: Edições 70, 2008.
PLATZER, Frédéric. **Compêndio de Música.** Lisboa: Edições 70, 2009.
RAYNOR, Henri. **História Social da Música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
TRANCHEFORT, Francois-René. **Guia da Música Sinfônica.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TEORIA MUSICAL III		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II	
EMENTA: Estudo melódico dos aspectos relacionados à modulações simples. Estudo dos aspectos rítmicos envolvendo polirritmia e independência motora bem como síncopas e pausas em compassos compostos. Estudo dos aspectos harmônicos envolvendo a identificação de acordes complexos e encadeamentos de I, II, IV e V graus. Apreciação musical com ênfase na música romântica e contemporânea, de diferentes culturas e no repertório de música popular brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.			
HALL, A.; URBAN, T. Studying Rhythm. São Paulo: Pearson, 2018.			
ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing. São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical 2: leitura cantada à primeira vista. Tradução de Adriana Lopes da Cunha Moreira. São Paulo: Edusp, 2017.			
BERKOWITZ, S. et al. A new approach to sight singing. Nova Iorque: W. W. Norton & Co.; 2017.			
HERMES, D.; PINTO, T. Notas introdutórias - exercícios de teoria musical. Vol. 2. São Paulo: Theofilo A. Pinto, 2007.			
POZZOLI, Ettore. Guia Teórico e Prático Para o Ensino do Ditado Musical - Volume 3 e 4. São Paulo: Ricordi, 2000.			
PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: Percepção Rítmica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vitale, 2001.			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TREINAMENTO AUDITIVO I	CCLM/CCE012	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II	
EMENTA: Desenvolvimento das habilidades aurais. Identificação e solfejo de tríades (estado fundamental e inversões) e tétrades (estado fundamental). Identificação funcional dos acordes da escala diatônica maior e dos graus I, II, IV e V da escala menor. Solfejo e identificação de melodias nas escalas maiores e menores por graus disjuntos e melodias que utilizem saltos dentro do acorde de sétima da dominante. Solfejo, identificação e aplicação de padrões rítmicos baseados na subdivisão em 8; em 4 e 6 com síncopas e ligaduras; subdivisões variáveis, ritmos 3 contra 4.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERKOWITZ, S. et al. A new approach to sight singing . 9 Ed. New York: W. W. Norton & Co.; 2017.			
GRAMANI, J. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo . Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.			
BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos . São Paulo: Edusp, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 2: leitura cantada à primeira vista . São Paulo: Edusp, 2009.			
PRINCE, A. A arte de ouvir: Percepção rítmica . Vol. 1-2. w/CD. RJ: Lumiar, 2001.			
OTTMAN, R.; ROGERS, N. Music for sight singing . 8 Ed. New York: Pearson; 2010.			
MED, Bohumil. Teoria da Música. Vade Mecum da Teoria Musical . Brasília: MusiMed, 2017.			
BENNETT, Roy. Elementos básicos da música . Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
Linguagem e Estruturação Musical I	CCLM/CCE013	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Teoria Musical e Treinamento Auditivo II	
EMENTA: Estudo continuado e progressivo das interconexões entre os aspectos horizontais, verticais e temporais da música, aplicados à análise e exercícios de obras de estilos, gêneros e épocas variadas. Fundamentos da acústica aplicados ao sistema tonal. Princípios e aplicações das funções tonais. Princípios da técnica contrapontística aplicados à harmonia. Harmonização de cantos e baixos em texturas a quatro partes. Compreensão da dinâmica entre os elementos horizontais e verticais em progressões harmônicas. Estudo das notas melódicas e suas conexões com os motivos. Princípios de condução de vozes e encadeamento de acordes. Compreensão dos tipos de interação entre as partes constituintes de uma textura musical. Análise textural. Expansão e redução textural de segmentos musicais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

Vinício Campelo

RAMIREZ, Marisa. **Harmonia: uma abordagem prática**. São Paulo: ed. Vitale, 2008.
 HINDEMITH, Paul. **Curso condensado de harmonia tradicional com predomínio de exercícios e um mínimo de regras**. São Paulo: ed. Vitale, 1949.
 ALDWEL, Edward; SCHACHTER, Carl. **Harmony and voice leading**. Australia: Schirmer Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: ed. UNESP, 1999.
 SCHOENBERG, Arnold. **Funções Estruturais da Harmonia**. Via Lettera, 2004.
 ARAÚJO, F.; BORÉM, F. A teoria tonal de Schoenberg: uma proposta para a análise, realização e composição de lead sheets. **Per Musi**, Belo Horizonte, n.28, 2013, p.35-69. Endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/pm/n28/a05n28.pdf>. Acesso em: 16/05/2022.
 BENWARD, B; SAKER, M. **Music in theory and practice**. New York: Mcgraw-hill, 2009.
 KOTSKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. **Tonal Harmony, with an Introduction to Twentieth-Century Music**. New York: McGraw-Hill, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO III		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento II	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984. FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012. LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003. HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus , Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008. MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019. WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz . São Paulo: Antroposófica, 2001.			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS MUSICAIS III		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BENNETT, Roy. Breve História da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. CADDAAH, Maria Yeda. Barroco. Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981. CARVALHO, Reginaldo. Teoria Musical – Tomo II. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600. New York: W. W. Norton, 1998. MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos. Curitiba: Solar do Rosário, 2011. RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration. New York: Dover, 1964. SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo. Dissertação (Mestrado em Música). Brasília: UnB, 2009. MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA	CCLM/CCE017	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Detalhamento através de uma abordagem histórica e musicológica da formação do patrimônio musical brasileiro do início do período colonial até o século XXI, enfatizando o estudo dos fundamentos teóricos e institucionais que estabeleceram as práticas musicais no Brasil, bem como, suas bases políticas e ideológicas que nortearam a construção da história da música brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>MACIEL, Emmanuel Coelho. 500 Anos de Música Brasileira. Teresina: EDUFPI, 2014. MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. MARIZ, Vasco. História da Música no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

Vinício Campelo

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Música Brasileira**. São Paulo, Martins, 1975.
 BARBOSA, Elmer C. Correa. **Ciclo do Ouro, o tempo e a música do barroco católico**. Rio de Janeiro: Editora da PUC, 1978.
 DUPRAT, Regis. **Música no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1994.
 KIEFER, Bruno. **História da música brasileira: dos primórdios ao início do séc. XX**. Porto Alegre, Movimento, 1997.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TREINAMENTO AUDITIVO II	CCLM/CCE018	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Treinamento Auditivo I	
<p>EMENTA: Desenvolvimento das habilidades aurais. Identificação e solfejo de tríades e tétrades (posição fundamental e invertida). Identificação funcional dos acordes da escala diatônica maior e menor (I, II, III, VI, V E VIIo; I, IIo, IV E V) e das principais dominantes secundárias. Solfejo e identificação de melodias nas escalas maiores e menores por graus disjuntos e melodias que utilizem saltos dentro das tétrades principais do campo harmônico maior/menor e introdução a cromatismos. Solfejo, identificação e aplicação de padrões rítmicos baseados na subdivisão da pulsação em 4, 6 e 8 com síncopas, pausas e ligaduras.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BERKOWITZ, S. et al. A new approach to sight singing. 9 Ed. New York: W. W. Norton & Co.; 2017. GRAMANI, J. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos. São Paulo: Edusp; 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 2: leitura cantada à primeira vista. São Paulo: Edusp, 2009. PRINCE, A. A arte de ouvir: Percepção rítmica. Vol. 1-2. w/CD. RJ: Lumiar, 2001. OTTMAN, R.; ROGERS, N. Music for sight singing. 8 Ed. New York: Pearson; 2010. BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. MED, Bohumil. Teoria da Música. Vade Mecum da Teoria Musical. Brasília: MusiMed, 2017.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
LINGUAGEM E ESTRUTURAÇÃO MUSICAL II	CCLM/CCE019	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

Vinício Campelo

4.0.0	60h	Linguagem e Estruturação Musical I
<p>EMENTA: Estudo continuado e progressivo das interconexões entre os aspectos horizontais, verticais e temporais da música, aplicados à análise e exercícios de obras de estilos, gêneros e épocas variadas. Estudo dos princípios harmônicos e dos materiais escalares. Fundamentos da acústica aplicados ao sistema tonal. Princípios e aplicações das funções tonais. Análise harmônica de canções e do repertório de música instrumental (MPB, Bossa Nova, Jazz, Baião etc.). Estudo das cadências e progressões harmônicas. Compreensão das tétrades em escalas de acordes e complementos. Expansão do repertório escalar a partir do modalismo, escalas simétricas e idiomáticas. Aplicação da teoria das funções aos campos harmônicos modais.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>KOELRREUTER, H. J. Harmonia Funcional: introdução à teoria das funções harmônicas. São Paulo: Ricordi, 1986.</p> <p>ALMADA, Carlos. Harmonia Funcional. São Paulo: ed. Unicamp, 2012.</p> <p>GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Rio de Janeiro: ed. Lumiar, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1986.</p> <p>CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Lumiar, 1986.</p> <p>RAMIREZ, Marisa. Harmonia: uma abordagem prática. São Paulo: ed. Vitale, 2008.</p> <p>FARIA, Nelson. A arte da Improvisação. Rio de Janeiro: Lumiar, 1991.</p> <p>ARAÚJO, F.; BORÉM, F. A teoria tonal de Schoenberg: uma proposta para a análise, realização e composição de lead sheets. Per Musi, Belo Horizonte, n.28, 2013, p.35-69. Endereço eletrônico: http://www.scielo.br/pdf/pm/n28/a05n28.pdf. Acesso em: 16/05/2022.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
CANTO CORAL I	CCLM/CCE014	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
<p>EMENTA: A experiência coral numa perspectiva histórica: a influência da Igreja; a influência da Schola Cantorum; a influência das Sociedades Corais; A atividade coral nos dias de hoje. Estudos sobre os coros: infantil e juvenil. Planejamento e organização dos coros: infantil e juvenil. A voz da criança e do adolescente, a muda vocal, aspectos musicais, sociais e psicológicos. As questões relacionadas a afinação e a desafinação vocal. Atividade de observação de ensaios de corais infanto-juvenis. música folclórica e popular infantil e renascentistas.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>BEHLAU, MARA. Higiene vocal para canto coral. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.</p> <p>FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011.</p> <p>WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz. São Paulo: Antroposófica, 2001.</p> <p>SOBREIRA, S. Desafinação Vocal. Musimed, RJ: 2004.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>BRAGA, Henriqueta Rosa Fernandes. Do coral e sua Projeção na História da Música. Editora Kosmos, RJ, 1958.</p> <p>BENEDITO, Rafael. Como se Enseña el Canto y la Musica. Revista de Pedagogia, Madri: 1981, Série Metodológica n.9.</p>			

Vinício Campelo

JUNKER, David. A Importância do Canto Coral, in **Anais da Convenção Internacional de Regentes de Coros**. Brasília: 1999. p. 107 - 111.

MARTINEZ, Emanuel. **Regência Coral: princípios básicos**. Curitiba: Dom Bosco, 2000.

LAKSCHEVITZ, Elza. Coro infantil. In. LAKSCHEVITZ, Eduardo (Org.). **Ensaio: olhares sobre a música coral Brasileira**. Rio de Janeiro: Oficina Coral, 2006.

VERTAMATTI, Leila Rosa Gonçalves. **Ampliando o repertório do coro infanto-juvenil: um estudo de repertório inserido em uma nova estética**. Dissertação (Mestrado em Música). SP: UNESP/FUNARTE, 2006.

NEVES, J. M. **Música Contemporânea Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ricordi Brasileira, 1981.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO IV – RECITAL I		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento III	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros com foco nos aspectos teóricos e práticos relacionados à performance musical em público e/ou gravação, abrangendo a produção, ensaios e realização de um evento musical. Execução de obras do repertório do instrumento trabalhadas nas disciplinas Instrumento 1 ao 3.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011.			
GILL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984.			
FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012.			
LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.			
HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus , Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008.			
MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			
WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz . São Paulo: Antroposófica, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM

Vinício Campelo

GRUPOS MUSICAIS IV		Disciplina
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.4.0	60h	Sem pré-requisito
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BENNETT, Roy. Breve História da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. CADDAH, Maria Yeda. Barroco. Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981. CARVALHO, Reginaldo. Teoria Musical – Tomo II. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600. New York: W. W. Norton, 1998. MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos. Curitiba: Solar do Rosário, 2011. RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration. New York: Dover, 1964. SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo. Dissertação (Mestrado em Música). Brasília: UnB, 2009. MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
MÚSICA E CULTURA BRASILEIRA		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Confluências culturais e hibridismos na música brasileira: as contribuições ameríndias e afrodescendentes. Aspectos históricos e sociais, transformação da linguagem no correr dos anos, renovações estéticas e da linguagem musical, movimentos musicais, a interação com os movimentos internacionais como a contracultura. Conhecimento das principais correntes transformadoras como a modinha e o lundu, o choro, o samba, a bossa-nova, a era dos festivais, as regionalidades, a tropicália e a música instrumental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>NAPOLITANO, Marcos. História e Música: história cultural da música popular. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005. TINHORÃO, José Ramos. Pequena História da Música Popular: da modinha ao tropicalismo. São Paulo: Art Editora, 1986. VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

Vinilo Campelo

DUNN, Christopher. **Brutalidade Jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FROTA, Wander Nunes. **Auxílio Luxuoso: samba, símbolo nacional, geração Noel Rosa e indústria cultural**. São Paulo. Annablume, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: do gramofone ao rádio**. São Paulo: Ática, 1981.

MARIZ, Vasco. **A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARIZ, Vasco. **História da Música no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TREINAMENTO AUDITIVO III	CCLM/CCE023	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Treinamento Auditivo II	
EMENTA: Desenvolvimento das habilidades aurais. Identificação e solfejo de acordes com tensões variadas. Identificação funcional da maioria dos acordes dos campos harmônicos tonais e de seus principais complementos e tensões. Identificação funcional das dominantes secundárias, tonicizações e modulações. Solfejo e identificação de melodias tonais que utilizem modulações, cromatismos, saltos, tensões e inversões de tétrades. Solfejo melódico a várias vozes. Solfejo, identificação e aplicação de padrões rítmicos baseados em subdivisões variáveis e mescladas da pulsação; exercícios polimétricos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERKOWITZ, S. et al. A new approach to sight singing . 9 Ed. New York: W. W. Norton & Co.; 2017.			
GRAMANI, J. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo . Campinas: Ed. da Unicamp; 2008.			
BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos . São Paulo: Edusp, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENWARD, B.; KOLOSICK, T. Percepção musical 2: leitura cantada à primeira vista . São Paulo: Edusp; 2009.			
PRINCE, A. A arte de ouvir: Percepção rítmica . Vol. 1-2. w/CD. RJ: Lumiar, 2001.			
OTTMAN, R.; ROGERS, N. Music for sight singing . 8 Ed. New York: Pearson; 2010.			
MED, Bohumil. Teoria da Música . Vade Mecum da Teoria Musical. Brasília: MusiMed, 2017.			
BENNETT, Roy. Elementos básicos da música . Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
LINGUAGEM E ESTRUTURAÇÃO MUSICAL III	CCLM/CCE024	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Linguagem e Estruturação Musical II	

Vinício Campelo

EMENTA: Estudo continuado e progressivo das interconexões entre os aspectos horizontais, verticais e temporais da música, aplicados à análise e exercícios de obras de estilos, gêneros e épocas variadas. Estudo dos aspectos cíclicos e lineares da Música (frases e progressões). Compreensão dos princípios da análise fraseológica: unidades morfológicas e sintaxe musical. Análise dos processos modulatórios e princípios de deslocamento dos centros tonais. Estudo da estruturação e construção melódica. Estudo dos fundamentos do desenvolvimento motivico. Estudo e compreensão dos processos formais e harmônicos da música tonal. Introdução aos conceitos basilares da análise linear por meio de processos redutivos (schenkeriana). Análise da música do período da prática comum: aspectos formais, estilísticos e melódico-harmônicos. Estudo das formas históricas (Sonata, Rondó, Minueto etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Richard. **Forma e estrutura na música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
 COOPER, G. e MEYER, L. B. **The Rhythmic Structure of Music**. Chicago. The University of Chicago, 1971.
 SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. São Paulo: Ed. Edusp, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROSEN, Charles. **Sonata forms**. New York: W.W. Norton Company, 1998.
 GENTIL-NUNES, Pauly. Análise formal de estruturas rítmicas de Meyer em diagrama de Hasse. In: **Anais do 14º Colóquio de Pesquisa do PPGM/UFRJ**, Vol. 2, p. 153 - 169, 2015.
 BODERSAN, P. **Ambiguidade Rítmica: estudo do ritmo musical sob a perspectiva dos modelos atuais de percepção e cognição**. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
 BERRY, Wallace. **Structural Functions in Music**. New York: Dover Publications, 1976.
 SCHOENBERG, Arnold. **Funções Estruturais da Harmonia**. Via Lettera, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO V		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento IV-Recital I	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984. FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012. LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.			

Vinício Campelo

HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus , Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008.			
MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			
WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz . São Paulo: Antroposófica, 2001.			
COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
HARMONIA E IMPROVISAÇÃO		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Princípios de Harmonia e Improvisação: harmonia funcional; utilização de arpejos com aproximações diatônicas e cromáticas, escalas, modos e motivos, centros tonais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Richard. Forma e estrutura na música . Rio de Janeiro: Zahar, 1988.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
OTTMAN, R.; ROGERS, N. Music for sight singing . 8 Ed. New York: Pearson; 2010.			
MED, Bohumil. Teoria da Música . Vade Mecum da Teoria Musical. Brasília: MusiMed, 2017.			
BENNETT, Roy. Elementos básicos da música . Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.			
BODERSAN, P. Ambiguidade Rítmica: estudo do ritmo musical sob a perspectiva dos modelos atuais de percepção e cognição . Dissertação (Mestrado em Música), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.			
BERRY, Wallace. Structural Functions in Music . New York: Dover Publications, 1976.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS MUSICAIS V		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.			
CADDAH, Maria Yeda. Barroco . Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981.			
CARVALHO, Reginaldo. Teoria Musical – Tomo II . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.			

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ATLAS, Allan W. **Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600.** New York: W. W. Norton, 1998.
- MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). **Orquestra: histórico, regência e instrumentos.** Curitiba: Solar do Rosário, 2011.
- RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. **Principles of orchestration.** New York: Dover, 1964.
- SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo. **Dissertação.** Brasília: UnB. 2009
- MARTINS, C. H. R. **Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas.** Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM MÚSICA	CCLM/CCE028	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Realização de seminários que envolvem os campos da pesquisa em música, seja de tradição artística como área de interesse da Musicologia Histórica e Sistemática, seja o estudo da música em contexto do domínio da Etnomusicologia. Também abordará os aspectos da pesquisa em Educação Musical, sobretudo em questões que envolvam o eixo da formação e práticas educativas de professores, educação musical no mundo de hoje, educação musical e formação docente; formação universitária do professor de música, a diversidade na aula de música, a subjetivação em vivências musicais e educação especial e música.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas. 9ª. ed., Campinas: Papyrus, 2000.			
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
ZAMBONI, Sílvio. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.			
FREIRE, Vanda Bellard. Horizontes da Pesquisa em Música. (org.). São Paulo: Editora 7 Letras, 2010.			
MOREIRA, H., CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.			
FREIRE, Vanda Bellard; CAVAZOTTI, André. Música e pesquisa – Novas abordagens. Belo Horizonte: Editora da Escola de Música da UFMG, 2007.			
PENNA, Maura. Construindo o Primeiro Projeto de Pesquisa em Educação e Música. Porto Alegre: Sulina, 2015.			

Vinício Campelo

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ARRANJO I	CCLM/CCE029	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Princípios da organologia e combinação de timbres (amalgamas de grupos instrumentais). Elaboração de arranjos e composições em níveis de dificuldade. Técnicas de arranjo (contracanto passivo e ativo, harmonização em blocos, rearmonização etc). Técnicas de composição (variações sobre tema, desenvolvimento motivico, elaboração textural). Aplicação das técnicas de composição e arranjo em pequenas formações instrumentais voltadas para a realidade escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. ALMADA, Carlos. Arranjo. São Paulo: ed. Unicamp, 2000. ADLER, Samuel. The study of orchestration. New York: W.W. Norton Company, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
RAMIREZ, Marisa. Harmonia: uma abordagem prática. São Paulo: Vitale, 2008. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.1. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.2. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.3. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. São Paulo: Edusp, 2012. KOELRREUTER, H. J. Harmonia Funcional: introdução à teoria das funções harmônicas. São Paulo: Ricordi, 1986.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO VI		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	INSTRUMENTO V	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação. Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing. São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical. São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin. Oxford: Phaidon Press, 1984.			

Vinício Campelo

FARIA, Nelson. **O livro do violão brasileiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2012.

LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. **Keyboard Musicianship**. 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.

HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. **Revista Opus**, Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008.

MARIZ, Vasco. **A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARTINS, C. H. R. **Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas**. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.

WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. **A escola do desvendar da voz**. São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS MUSICAIS VI		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.			
CADDAH, Maria Yeda. Barroco . Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981.			
CARVALHO, Reginaldo. Teoria Musical – Tomo II . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600 . New York: W. W. Norton, 1998.			
MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos . Curitiba: Solar do Rosário, 2011.			
RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration . New York: Dover, 1964.			
SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo . Dissertação (Mestrado em Música). Brasília: UnB. 2009			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
MÚSICA DE CÂMARA I		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

Vinício Campelo

0.4.0	60h	sem pré-requisito
EMENTA: Desenvolvimento das técnicas de preparação para atuação em conjuntos de câmara. Abordagem de aspectos específicos a cada formação instrumental: duos, trios, quartetos ou quintetos. Preparação de repertório para execução pública.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LOFT, A. Ensemble: A Rehearsal Guide to Thirty Great Works of Chamber Music. Amadeus Press, 1992.		
LOFT, A. How to Succeed in an Ensemble: Reflexions on a Life in Chamber Music. Amadeus Press, 2003.		
ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600. New York: W. W. Norton, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BENNETT, Roy. Breve História da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.		
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical. São Luiz: Edição do Autor, 2011.		
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011.		
COLLURA, Turi. Improvisação. Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.		
ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing. São Paulo: Pearson, 2018.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
PROJETO DE PESQUISA	CCLM/CCE033	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	sem pré-requisito	
EMENTA: Conhecimento comum e conhecimento científico. Pesquisa no campo da música: caminhos investigativos e questões metodológicas. Diferentes etapas de planejamento e desenvolvimento de uma pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.			
FREIRE, Vanda Bellard; CAVAZOTTI, André. Música e pesquisa – Novas abordagens. Belo Horizonte: Editora da Escola de Música da UFMG, 2007.			
PENNA, Maura. Construindo o Primeiro Projeto de Pesquisa em Educação e Música. Porto Alegre: Sulina, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALBUQUERQUE, L. B.; ROGÉRIO, Pedro. Educação Musical: campos de pesquisa, formação e experiências. 1. ed. Fortaleza: Editora da UFC, 2012. v. 1. 288p.			
BEINEKE, Viviane. A reflexão sobre a prática na pesquisa e formação do professor de música. Caderno Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 180-203, Abril, 2012.			
LEAO, Eliane. Pesquisa em Música: Apresentação de metodologias, exemplos e resultados. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2013. v. 1. 208p.			
LEAO, Eliane; CARVALHO, V. L. Pesquisa em Música II: o ensino, a vivência e a aprendizagem musical. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. v. 1. 196p.			

Viviane Campelo

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	CCLM/CCE	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.7	105h	Grupos Musicais V	
EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização do músico e suas instâncias constitutivas. Estágio observacional de Grupos Profissionais (Orquestra, Banda, Grupos de Câmara, Grupos de Casamento, etc.)			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música . Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.			
LOFT, A. Ensemble: A Rehearsal Guide to Thirty Great Works of Chamber Music . Amadeus Press, 1992.			
LOFT, A. How to Succeed in an Ensemble: Reflexions on a Life in Chamber Music . Amadeus Press, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico. Revista Entreideias , Salvador, v.1, n.2, p. 275-294, jul./dez. 2012.			
BRASIL. Lei Nº 3.857, de 22 de DEZEMBRO de 1960 . In http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3857-22-dezembro-1960-354436-publicacaooriginal-1-pl.html . Acesso em 18 de janeiro de 2015.			
PICHONERI, Dilma Fabri Marão. Relações de Trabalho em Música: a desestabilização da harmonia . Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.			
REQUIÃO, Luciana. Processos de Trabalho do Músico e Formação Profissional: fundamentos metodológicos . In: XV ENCONTRO ANUAL da ANPPOM. Anais... , 2005, p. 1380 – 1386.			
EGNINI, Liliana, Rolfsen Petilli. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça . In Tempo Social, revista de sociologia da USP , v. 26, n. 1. São Paulo, 2014, pp. 75-86.			

7º. Período

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
FUNDAMENTOS DA REGÊNCIA I	CCLM/CCE034	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	sem pré-requisito	
EMENTA: Técnica básica e história da regência, estudo de postura, expressão e controle corporal aplicados ao gestual de regência, aspectos psicológicos da atuação do regente. Esquemas de marcação do compasso simples e compostos, binário, ternário e quaternário; preparação, cortes e			

Vinício Campelo

fermatas. Estudo da partitura. Matrizes de regência. Conceitos de grupos musicais (Instrumental e vocal); Classificação Vocal; Estudo da partitura, planejamento de ensaios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAGO, Sylvio. **A arte da regência; história, técnica e maestros.** São Paulo: Algor, 2011.
 PRIOLLI, Maria Luisa de Mattos. **Princípios básicos da música para juventude.** 54. ed. Rio de Janeiro: Casa Oliveira de Música, 2013.
 RINALDI, A.; LUCA, B. de **O regente sem orquestra.** São Paulo: Algor, 2008.
 JUNKER, D. B. **Panoramas da Regência Coral: Técnica e Estética.** 1. ed. Brasília: Escritório de Histórias, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARRETSON, Robert. **Conducting Choral Music.** 8a ed. New York: Prentice Hall, 1998.
 GREEN, Elizabeth. **The Modern Conductor.** 4a ed. New Jersey: Prentice Hall, 1987.
 BRINSON, Bárbara. **Choral Music: Methods and Materials.** New York: Schirmer Books, 1996.
 ROCHA, Ricardo. **Regência: uma arte complexa - técnicas e reflexões sobre a direção de orquestras e corais.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2004.
 TIBIRIÇÁ, Roberto [org] **O regente sem orquestra: exercícios básicos, intermediários e avançados para a formação do regente.** Rio de Janeiro: Algor, 2008.
 ARABA, Miguel-Angel. **Teoría y Práctica del Canto Coral.** Madrid: Istmo, 1989.
 BAPTISTA, Raphael. **Tratado de regência aplicado à orquestra, à banda e ao coro.** São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
 ZANDER, Oscar. **Regência Coral.** 3ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO VII		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento VI	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação. Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing. São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical. São Luiz: Edição do Autor, 2011. GILL, D. ed. The book of the violin. Oxford: Phaidon Press, 1984. FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro. São Paulo: Irmãos Vitale, 2012. LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship. 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003. HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus, Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008. MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.			

Vinício Campelo

MARTINS, C. H. R. **Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas.** Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.
 WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. **A escola do desvendar da voz.** São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	CCLM/CCE036	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Projeto de pesquisa	
EMENTA: Desenvolvimento da prática investigativa. Orientação, execução e desenvolvimento da pesquisa. Procedimentos para a elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso; Orientação da apresentação final da pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. PENNA, Maura. Construindo o Primeiro Projeto de Pesquisa em Educação e Música. Porto Alegre: Sulina, 2015. ZAMBONI, Sílvio. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo: Autores Associados, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALBUQUERQUE, L. B.; ROGÉRIO, Pedro. Educação Musical: campos de pesquisa, formação e experiências. 1. ed. Fortaleza: Editora da UFC, 2012. v. 1. 288p. FREIRE, Vanda Bellard; CAVAZOTTI, André. Música e pesquisa – Novas abordagens. Belo Horizonte: Editora da Escola de Música da UFMG, 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale . Acessado em 08 de abril de 2019. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
MÚSICA E TECNOLOGIA		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo dos fundamentos da informática aplicada à música: a evolução da tecnologia e a música. Conceitos básicos de softwares musicais; fundamentos do áudio digital. Protocolo MIDI.			

Vinício Campelo

Software de Notação Musical: utilização prática, principais comandos e funções. Aplicações avançadas em informática musical: programas de sequenciamento MIDI; gravadores e sintetizadores virtuais, e outros softwares musicais. Música e educação e meio ambiente. Paisagem sonora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANK, Isolde Mohr. **ABC da Música**. Porto Alegre: Ed. Age, 2011.
 BENNETT, Roy. **Breve História da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
 CARVALHO, Reginaldo. **Teoria Musical – Tomo II**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIBSON, Davi. **A Arte da Mixagem**. Apostila da Musicaudio. Net, s.d.
 MARTIN, Georg. **Fazendo Música: o guia para compor, tocar e gravar**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília (UNB); São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
 RATTON, Miguel. **Criação de Música e Sons no Computador**. São Paulo, Ed. Campos, 1995.
 RATTON, Miguel. **Dicionário de Áudio e Tecnologia Musical**. Rio de Janeiro, Editora Música e Tecnologia, 2004.
 ZUBEN, P. **Música e Tecnologia**. São Paulo, Irmãos Vitale, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	CCLM/CCE	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.7	105h	Estágio Supervisionado I	
EMENTA: Atuação prática de performance musical em grupos musicais de grande proporção (Orquestras/Bandas/Corais/Etc.). Plano de atuação .			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música . Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. LOFT, A. Ensemble: A Rehearsal Guide to Thirty Great Works of Chamber Music . Amadeus Press, 1992. LOFT, A. How to Succeed in an Ensemble: Reflexions on a Life in Chamber Music . Amadeus Press, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico. Revista Entreideias , Salvador, v.1, n.2, p. 275-294, jul./dez. 2012. BRASIL. Lei Nº 3.857, de 22 de DEZEMBRO de 1960 . In http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3857-22-dezembro-1960-354436-publicacaooriginal-1-pl.html . Acesso em 18 de janeiro de 2015. PICHONERI, Dilma Fabri Marão. Relações de Trabalho em Música: a desestabilização da harmonia. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011. REQUIÃO, Luciana. Processos de Trabalho do Músico e Formação Profissional: fundamentos metodológicos . In: XV ENCONTRO ANUAL da ANPPOM. Anais... , 2005, p. 1380 – 1386.			

Vinício Campelo

EGNINI, Liliana, Rolfsen Petilli. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. In **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. São Paulo, 2014, pp. 75-86.

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ANÁLISE MUSICAL		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudos na área da análise musical: conceitos, técnicas e história. Análise de repertório variado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
NOGUEIRA, Ilza Maria Costa; WIDMER, Ernst. Perfil Estilístico . Salvador: UFBA, 1997. STRAUS, Joseph N. Introduction to Post-Tonal Theory . Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2000. SHOENBERG, Arnold. Harmonia . São Paulo: UNESP, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CADWALLADER, Allen and David Gagné. Analysis of Tonal Music: A Schenkerian Approach . New York: Oxford University Press, 1998. GAULDIN, Robert. Harmonic Practice in Tonal Music . New York: Norton, 1997. KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Tonal Harmony . New York: McGraw Hill, 2008. BENT, Ian. Music analysis in the Nineteenth Century . Cambridge: Cambridge Univ., 1994. DIAMOND, Harold J. Music analyses . New York: Schirmer Books, 1991. OTTMAN, Robert W. Advanced harmony: theory and practice . Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	CCLM/CCE039	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Trabalho de Conclusão de Curso I	
EMENTA: Desenvolvimento da prática investigativa. Orientação, execução e desenvolvimento da pesquisa. Procedimentos para a elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso; Orientação da apresentação final da pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música . Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. PENNA, Maura. Construindo o Primeiro Projeto de Pesquisa em Educação e Música . Porto Alegre: Sulina, 2015.			

Vinício Campelo

ZAMBONI, Sílvia. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, L. B.; ROGÉRIO, Pedro. **Educação Musical: campos de pesquisa, formação e experiências**. 1. ed. Fortaleza: Editora da UFC, 2012. v. 1. 288p.

FREIRE, Vanda Bellard; CAVAZOTTI, André. **Música e pesquisa – Novas abordagens**. Belo Horizonte: Editora da Escola de Música da UFMG, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale>. Acessado em 08 de abril de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INSTRUMENTO VIII - RECITAL II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Instrumento VII	
EMENTA: Desenvolvimento da prática interpretativa e das habilidades técnicas do instrumento através da aprendizagem e execução de obras do instrumento em diferentes gêneros com foco nos aspectos teóricos e práticos relacionados à performance musical em público e/ou gravação, abrangendo a produção, ensaios e realização de um evento musical. Execução de obras do repertório do instrumento trabalhadas nas disciplinas Instrumento 4 ao 7.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011.			
GILL, D. ed. The book of the violin . Oxford: Phaidon Press, 1984.			
FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012.			
LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.			
HARDER, R. Algumas considerações a respeito do ensino de instrumento: trajetória e realidade. Revista Opus , Goiânia, 14 (1), 127-142, 2008.			
MARIZ, Vasco. A Canção Brasileira: erudita, folclórica e popular . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.			
MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas . Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			

Vinício Campelo

WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. *A escola do desvendar da voz*. São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	CCLM/CCE	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.7	105h	Estágio Supervisionado II	
EMENTA: Atuação prática de performance musical solo (recitais solos) e/ou em grupos musicais de câmara (Trios/Quartetos/Quintetos/Cameratas/Etc.). Plano de atuação .			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FREIRE, Vanda Bellard (Org.). Horizontes da Pesquisa em Música. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.</p> <p>LOFT, A. Ensemble: A Rehearsal Guide to Thirty Great Works of Chamber Music. Amadeus Press, 1992.</p> <p>LOFT, A. How to Succeed in an Ensemble: Reflexions on a Life in Chamber Music. Amadeus Press, 2003.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico. Revista Entreideias, Salvador, v.1, n.2, p. 275-294, jul./dez. 2012.</p> <p>BRASIL. Lei Nº 3.857, de 22 de DEZEMBRO de 1960. In http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3857-22-dezembro-1960-354436-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 18 de janeiro de 2015.</p> <p>PICHONERI, Dilma Fabri Marão. Relações de Trabalho em Música: a desestabilização da harmonia. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.</p> <p>REQUIÃO, Luciana. Processos de Trabalho do Músico e Formação Profissional: fundamentos metodológicos. In: XV ENCONTRO ANUAL da ANPPOM. Anais..., 2005, p. 1380 – 1386.</p> <p>EGNINI, Liliana, Rolfsen Petilli. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. In Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. São Paulo, 2014, pp. 75-86.</p>			

6.2 Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
MÚSICA E EMPREENDEDORISMO		Disciplina	

Vinício Campelo

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	Sem pré-requisito
EMENTA: Estudo e reflexão sobre os conceitos relativos ao empreendedorismo e as oportunidades de gestão de carreira no meio artístico-musical e os aspectos da sustentabilidade e dos direitos humanos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDERSON, Chris. TED Talks: o guia oficial do TED para falar em público . Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2016.		
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.		
FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 315 p.		
DOLABELA, Fernando. Empreendedorismo, uma forma de ser: Saiba o que são empreendedores individuais e coletivos . Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.		
DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.		
DORNELAS, J.; SPINELLI, S.; ADAMS, R. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI . 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. 458 p.		
LOPES, Rose Mary (org.). Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas . Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.		
SALAZAR, L. S. Música Ltda: o negócio da música para empreendedores . 2. Ed. Revista e ampliada. Recife: Sebrae-PE, 2015.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TECLADO FUNCIONAL I	CCLM/CCE004	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Conhecimento e domínio do teclado através de atividades que possam desenvolver as seguintes competências musicais: teoria e percepção musical, leitura, harmonização, transposição, improvisação e tocar de ouvido. Uso criativo do teclado em contexto músico-pedagógico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUCHER, Hannelore. Harmonia Funcional Prática: Uma abordagem natural para desfazer o mito da complexidade da harmonia . Vitória, ES: O Autor, 2001.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 1. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
COSTA, C. H. C. R. ; MACHADO, S. G. Piano em Grupo: Livro Didático para o Ensino Superior . 1. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAMPBELL, L. Sketching at the Keyboard . London: Stainer & Bell, 1982.			
GREEN, L. Hear, Listen, Play!: How to Free Your Students' Aural, Improvisation and Performance Skills . London: Ashgate, 2014.			
HILLEY, M.; OLSON, L. F. Piano for the Developing Musician . 6a ed. Belmont, CA: Schirmer, Thomson Learning, 2008.			
LANCASTER, L. E.; RENFROW, K. D. Alfred's Group Piano for Adults . Book 1 2a edition. Amsterdam: Alfred Publishing Co., Inc, 2008.			

Vinício Campelo

LINDENMAN, C. A. PianoLab: An Introduction to Class Piano . 7a ed. Belmont, CA: Wadsworth, Thomson Learning, 2012.			
MACH, E. Contemporary Class Piano . 6a ed. New York: Oxford University Press, 2003.			
COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TECLADO FUNCIONAL II	CCLM/CCE010	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Teclado Funcional I	
EMENTA: Conhecimento e domínio do teclado através de atividades que possam desenvolver as seguintes competências musicais: teoria e percepção musical, leitura, harmonização, transposição, improvisação e tocar de ouvido. Uso criativo do teclado em contexto músico-pedagógico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUCHER, Hannelore. Harmonia Funcional Prática: Uma abordagem natural para desfazer o mito da complexidade da harmonia . Vitória, ES: O Autor, 2001.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 1. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
COSTA, C. H. C. R. ; MACHADO, S. G. Piano em Grupo: Livro Didático para o Ensino Superior . 1. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAMPBELL, L. Sketching at the Keyboard . London: Stainer & Bell, 1982.			
GREEN, L. Hear, Listen, Play!: How to Free Your Students' Aural, Improvisation and Performance Skills . London: Ashgate, 2014.			
HILLEY, M.; OLSON, L. F. Piano for the Developing Musician . 6a ed. Belmont, CA: Schirmer, Thomson Learning, 2008.			
LANCASTER, L. E.; RENFROW, K. D. Alfred's Group Piano for Adults . Book 1 2a edition. Amsterdam: Alfred Publishing Co., Inc, 2008.			
LINDENMAN, C. A. PianoLab: An Introduction to Class Piano . 7a ed. Belmont, CA: Wadsworth, Thomson Learning, 2012.			
MACH, E. Contemporary Class Piano . 6a ed. New York: Oxford University Press, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
LITERATURA E TÉCNICA INSTRUMENTAL II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo da literatura e técnica do instrumento de diversas épocas. Análise e discussão dos aspectos técnicos e pedagógicos relacionados ao repertório selecionado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

Vinício Campelo

BENNETT, Roy. **Elementos básicos da música**. Tradução de Maria Teresa de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. HALL, A.; GROUT, D. e PALISCA, C. **História da Música Ocidental**. Lisboa, Gradiva, 1994.

MASSIN, Jean e Brigitte. **História da Música Ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GILL, D. ed. **The book of the violin**. Oxford: Phaidon Press, 1984.

GRIFFITHS, Paul. **Enciclopédia da Música do Século XX**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LAIRD, Michael. **BrassWorkBook for Natural Trumpet**. Essex U.K.: BrassWorks, 1999.

NEUHAUS, Heinrich. **The art of piano playing**. London: Barrie and Jenkins, 1978.

VOXMAN, Himie and Lyle Merriman. **Woodwind music guide: ensemble music in print**. Evanston, IL: The Instrumentalist Company, 1982.

WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. **A escola do desvendar da voz**. São Paulo: Antroposófica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
CANTO CORAL II	CCLM/CCE020	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
<p>EMENTA: O conjunto coral: aspectos humanos, sociais e musicais. Estudo sistematizado dos principais elementos da prática coral, visando o preparo e a formação do músico como artista/corista e educador Estudo sobre as vozes: extensão, classificação, diferentes tipos de disposições corais. Técnica vocal para coro. Repertório coral. Prática e planejamento coral. Estudo de grandes obras corais como oratórios e cantatas. Práticas dos diferentes tipos de recitativos. Prática de canto em conjunto. Análise, leitura e execução de obras corais de diferentes gêneros, estilos e formas com ênfase para a música erudita europeia (renascença e barroco) e arranjos de música popular brasileira.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BEHLAU, MARA. Higiene vocal para canto coral. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.</p> <p>FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música. Porto Alegre: Ed. Age, 2011.</p> <p>WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz. São Paulo: Antroposófica, 2001.</p> <p>LEITE, Marcos. Método de Canto Popular Brasileiro para vozes médio-agudas. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2001.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>CARTOLANO, Ruy Botti. Regência: coral-orfeão-percussão. Vitale Brasil 1968.</p> <p>LEAL, L. P. Missa de B. Virgine Maria (Felipe de Magalhães 1565?-1652) Portugaliae Musica. Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal, 1976.</p> <p>SÉRGIO Luiz. A função do ensaio coral: treinamento ou aprendizagem?. Opus, Salvador, Ano I, n.1, 1989, p. 72-78.</p> <p>KERR, Samuel. Carta canto coral. In: LAKSCHEVITZ, Eduardo (Org.). Ensaio: olhares sobre a música coral brasileira. Rio de Janeiro: Oficina Coral, 2006, p.200-238.</p> <p>ZANDER, Oscar. Regência Coral. Editora Movimento, Porto Alegre, 1979.</p>			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
LIBRAS	LIBRAS010	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
LOPES, Maura Corcini. Cultura surda e LIBRAS . São Leopoldo: UNISSINOS, 2012. QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2007. DENARI, Fátima Elisabeth. Contrapontos da educação especial . São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.). O que é filosofia da educação? 3.. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 157-184, 2002. ZUIN, Antonio Alvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton (Colab.). Teoria crítica, estética e educação . Campinas (SP): Autores Associados, 2001. ALVES, Nilda (Org.). Espaço e imagens na escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares nacionais. 2. ed. Brasília: DP&A, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. TEIXEIRA, Anísio. Pequena introdução a filosofia da educação: escola progressiva ou a transformação da escola . 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
LINGUAGEM E ESTRUTURAÇÃO MUSICAL IV		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Linguagem e Estr. Musical III	
EMENTA: Estudo continuado e progressivo das interconexões entre os aspectos horizontais, verticais e temporais da música, aplicados a análise e exercícios de obras de estilos, gêneros e épocas variadas. Estudo dos procedimentos criativos na música do séc. XX e XXI. Compreensão dos procedimentos de expansão da Harmonia Tonal. Introdução aos fundamentos da teoria dos conjuntos de classes de notas. Estudo dos procedimentos de expansão da notação musical tradicional. Apreciação e análise da Música do Séc. XX.			

Vinício Campelo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
PERSICETTI, Vincent. Harmonia no século XX: aspectos criativos e prática. São Paulo: Via Lettera, 2012.
STRAUS, Joseph. Introdução a teoria pós tonal. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
ANTUNES, Jorge. Notação na música contemporânea. Brasília: Sistrum, 1989.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHION, Michel. Guide des objects sonores. Paris: Buchet Chastel, 1996.
SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. São Paulo: Edusp, 2012.
NYMAN, Michael. Experimental Music: Cage and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
BERRY, Wallace. Structural Functions in Music. New York: Dover Publications, 1976.
COOK, Nicholas. A guide to musical analysis. London: Norton, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TEORIA MUSICAL E TREINAMENTO AUDITIVO III		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Teoria musical e treinamento auditivo II	
EMENTA: Técnicas fundamentais de arranjo para grandes grupos instrumentais (bandas, orquestras).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Rio de Janeiro: ed. Lumiar, 2006.			
ALMADA, Carlos. Arranjo. São Paulo: ed. Unicamp, 2000.			
ADLER, Samuel. The study of orchestration. New York: W.W. Norton Company, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
RAMIREZ, Marisa. Harmonia: uma abordagem prática. São Paulo: Vitale, 2008.			
GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.1. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.			
GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.2. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.			
GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.3. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.			
SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. São Paulo: Edusp, 2012.			
KOELRREUTER, H. J. Harmonia Funcional: introdução à teoria das funções harmônicas. São Paulo: Ricordi, 1986.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
ARRANJO II	CCLM/CCE045	Disciplina	

Vinício Campelo

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Arranjo I
EMENTA: Técnicas de composição: planejamento composicional, apropriação estilística. Realização de projetos individuais assistidos pelo professor, aplicados a conjuntos de cordas, sopros, percussão e em corais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Rio de Janeiro: ed. Lumiar, 2006. ALMADA, Carlos. Arranjo. São Paulo: ed. Unicamp, 2000. ADLER, Samuel. The study of orchestration. New York: W.W. Norton Company, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
RAMIREZ, Marisa. Harmonia: uma abordagem prática. São Paulo: Vitale, 2008. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.1. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.2. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vol.3. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999. SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. São Paulo: Edusp, 2012. KOELRREUTER, H. J. Harmonia Funcional: introdução à teoria das funções harmônicas. São Paulo: Ricordi, 1986.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
GRUPOS INSTRUMENTAIS VII		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo e aplicação das metodologias da prática instrumental em conjunto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. CADDAH, Maria Yeda. Barroco. Rio de Janeiro: Academia Piauiense de Letras, 1981. CARVALHO, Reginaldo. Teoria musical. Teresina: Editora Punaré, 1979.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ATLAS, Allan W. Renaissance music: music in Western Europe, 1400-1600. New York: W. W. Norton, 1998. MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana (Colab.). Orquestra: histórico, regência e instrumentos. Curitiba: Solar do Rosário, 2011. RIMSKY-KORSAKOV, Nikolay. Principles of orchestration. New York: Dover, 1964. SOUZA, Alba Christina Bomfim. O Perfil de adultos em aulas de instrumentos de cordas friccionadas – violino, viola, violoncelo e contrabaixo. Dissertação. Brasília: UnB. 2009 MARTINS, C. H. R. Aprendizagens baseadas em problemas e em projetos como propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem dos instrumentos de cordas friccionadas. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação - USP, São Paulo, 2019.			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
MÚSICA DE CÂMARA II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Desenvolvimento das técnicas de preparação para atuação em conjuntos de câmara. Abordagem de aspectos específicos a cada formação instrumental: duos, trios, quartetos ou quintetos. Preparação de repertório para execução pública.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRUSER, Madeline. The Art of Practicing . New York: Bell Tower, 1997. LOFT, A. Ensemble: A Rehearsal Guide to Thirty Great Works of Chamber Music . Amadeus Press, 1992. LOFT, A. How to Succeed in an Ensemble: Reflexions on a Life in Chamber Music . Amadeus Press, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENNETT, Roy. Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. CERQUEIRA, D. L. Compêndio de Pedagogia da Performance Musical . São Luiz: Edição do Autor, 2011. FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011. COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008. ROGERS, Nancy; OTTMAN, Robert. Music for Sight Singing . São Paulo: Pearson, 2018.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
FUNDAMENTOS DA REGÊNCIA II		Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Gestual de comunicação em regência coral e instrumental; Preparação, cortes e fermatas. Independência das mãos e linha de regência. Esquemas de marcação dos compassos mistos, irregulares e alternados. Condução harmônica e polifônica. Estudos dos problemas da técnica de regência em determinado tipo de repertório. Aplicação de conhecimentos de regência em diferentes formações de grupos musicais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
LAGO, Sylvio. A arte da regência; história, técnica & maestros . São Paulo: Algor, 2011 PRIOLLI, Maria Luisa de Mattos. Princípios básicos da música para juventude . 54. ed. Rio de Janeiro: Casa Oliveira de Música, 2013. RINALDI, A.; LUCA, B. de O regente sem orquestra . São Paulo: Algor, 2008. JUNKER, D. B. Panoramas da Regência Coral: Técnica e Estética . 1. ed. Brasília: Escritório de Histórias, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BAPTISTA, Raphael. Tratado de regência aplicado à orquestra, à banda e ao coro . São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.			

Vinício Campelo

BRINSON, Bárbara. **Choral Music: Methods and Materials**. New York: Schirmer Books, 1996.
 GARRETSON, Robert. **Conducting Choral Music**. 8a ed. New York: Prentice Hall, 1998.
 GREEN, Elizabeth. **The Modern Conductor**. 4a ed. New Jersey: Prentice Hall, 1987.
 ZANDER, Oscar. **Regência Coral**. 3ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1987.
 MATHIAS, Nelson. **Coral. Um canto apaixonante**. Brasília: Musimed, 1986.
 ROCHA, Ricardo. **Regência: uma arte complexa - técnicas e reflexões sobre a direção de orquestras e corais**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2004.
 TIBIRIÇA, Roberto [org.] **O regente sem orquestra: exercícios básicos, intermediários e avançados para a formação do regente**. Rio de Janeiro: Algor, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
OFICINA DE MÚSICA I	CCLM/CCE031	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Práticas e elaboração de exercícios em oficinas básicas de música. Repertório musical relacionado diretamente com os recursos sonoros disponíveis. Repertório musical relacionado diretamente com instrumentos específicos. Estímulos voltados para a vivência em grupos musicais variados (vocal e/ou instrumental). Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica. Criatividade e ensino coletivo de diferentes instrumentos. Composição e execução de repertório iniciante, intermediário e avançado. Preparação de materiais e repertório didático-musical.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FERNANDES, J. N. Mil e uma atividades de Oficina de Música. Caderno de Exercícios. 1. ed. Rio de Janeiro: José Nunes Fernandes, 2015.</p> <p>SOUZA, Jusamara; MATEIRO, Tereza (Coord.). Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação. Porto Alegre: Sulina, 2009.</p> <p>MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: IbpeX, 2011. 352p. (Série Educação Musical).</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>AUDRÁ, Giulliana Cunha Bueno. Os recursos sonoros da música contemporânea como ferramenta criativa no ensino musical. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo, 2014.</p> <p>BEINEKE, Viviane. Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental. Vol. 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.</p> <p>BEINEKE, Viviane. Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.</p> <p>FERNANDES, J. N. Canções do Brasil. Para Conjunto Orff. Tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. v. 6. 56p.</p> <p>FERNANDES, J. N. Canções do Brasil. Para Conjunto Orff. Tomo II. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Villa-Lobos/UNIRIO, 2017.</p> <p>PINHEIROMACHADO, Cecília M. "No nosso mundo a gente inventa": um estudo sobre a aprendizagem criativa em uma oficina de música para crianças. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.</p>			

Viviane Beineke

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
OFICINA DE MÚSICA II	CCLM/CCE035	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Práticas e elaboração de exercícios em oficinas básicas de música. Repertório musical relacionado diretamente com os recursos sonoros disponíveis. Repertório musical relacionado diretamente com instrumentos específicos. Estímulos voltados para a vivência em grupos musicais variados (vocal e/ou instrumental). Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica. Criatividade e ensino coletivo de diferentes instrumentos. Composição e execução de repertório iniciante, intermediário e avançado. Preparação de materiais e repertório didático-musical.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FERNANDES, J. N. <i>Mil e uma atividades de Oficina de Música</i>. Caderno de Exercícios. 1. ed. Rio de Janeiro: José Nunes Fernandes, 2015.</p> <p>SOUZA, Jusamara; MATEIRO, Tereza (Coord.). Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação. Porto Alegre: Sulina, 2009.</p> <p>MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em educação musical. Curitiba: IbpeX, 2011. 352p. (Série Educação Musical)</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>AUDRÁ, Giulliana Cunha Bueno. Os recursos sonoros da música contemporânea como ferramenta criativa no ensino musical. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2014.</p> <p>BEINEKE, Viviane. Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental. Vol. 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.</p> <p>BEINEKE, Viviane. Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.</p> <p>FERNANDES, J. N. Canções do Brasil. Para Conjunto Orff. Tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. v. 6. 56p.</p> <p>FERNANDES, J. N. Canções do Brasil. Para Conjunto Orff. Tomo II. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Villa-Lobos/UNIRIO, 2017.</p> <p>PINHEIROMACHADO, Cecília M. “No nosso mundo a gente inventa”: um estudo sobre a aprendizagem criativa em uma oficina de música para crianças. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
OFICINA DE MÚSICA III	CCLM/CCE038	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Práticas e elaboração de exercícios em oficinas básicas de música. Repertório musical relacionado diretamente com os recursos sonoros disponíveis. Repertório musical relacionado diretamente com instrumentos específicos. Estímulos voltados para a vivência em grupos musicais			

Viviane Beineke

variados (vocal e/ou instrumental). Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica. Criatividade e ensino coletivo de diferentes instrumentos. Composição e execução de repertório iniciante, intermediário e avançado. Preparação de materiais e repertório didático-musical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, J. N. **Mil e uma atividades de Oficina de Música.** Caderno de Exercícios. 1. ed. Rio de Janeiro: José Nunes Fernandes, 2015.

SOUZA, Jusamara; MATEIRO, Tereza (Coord.). **Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). **Pedagogias em Educação Musical.** Curitiba: Ibplex, 2011. 352p. (Série Educação Musical).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUDRÁ, Giulliana Cunha Bueno. **Os recursos sonoros da música contemporânea como ferramenta criativa no ensino musical.** Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2014.

BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental.** Vol. 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental.** Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FERNANDES, J. N. **Canções do Brasil. Para Conjunto Orff.** Tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. v. 6. 56p.

FERNANDES, J. N. **Canções do Brasil. Para Conjunto Orff.** Tomo II. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Villa-Lobos/UNIRIO, 2017.

PINHEIROMACHADO, Cecília M. **“No nosso mundo a gente inventa”: um estudo sobre a aprendizagem criativa em uma oficina de música para crianças.** Dissertação (Mestrado em Música) Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
OFICINA DE MÚSICA IV	CCLM/CCE044	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Práticas e elaboração de exercícios em oficinas básicas de música. Repertório musical relacionado diretamente com os recursos sonoros disponíveis. Repertório musical relacionado diretamente com instrumentos específicos. Estímulos voltados para a vivência em grupos musicais variados (vocal e/ou instrumental). Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica. Criatividade e ensino coletivo de diferentes instrumentos. Composição e execução de repertório iniciante, intermediário e avançado. Preparação de materiais e repertório didático-musical.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FERNANDES, J. N. Mil e uma atividades de Oficina de Música. Caderno de Exercícios. 1. ed. Rio de Janeiro: José Nunes Fernandes, 2015.			
SOUZA, Jusamara; MATEIRO, Tereza (Coord.). Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação. Porto Alegre: Sulina, 2009.			
MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: Ibplex, 2011. 352p. (Série Educação Musical).			

Viviane Beineke

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AUDRÁ, Giulliana Cunha Bueno. **Os recursos sonoros da música contemporânea como ferramenta criativa no ensino musical**. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2014.
- BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental**. Vol. 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental**. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- FERNANDES, J. N. **Canções do Brasil. Para Conjunto Orff**. Tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. v. 6. 56p
- FERNANDES, J. N. **Canções do Brasil. Para Conjunto Orff**. Tomo II. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Villa-Lobos/UNIRIO, 2017.
- PINHEIROMACHADO, Cecília M. **“No nosso mundo a gente inventa”:** um estudo sobre a **aprendizagem criativa em uma oficina de música para crianças**. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
DIDÁTICA DO CANTO I	CCLM/CCE046	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Disciplina de cunho PRÁTICO-TEÓRICO, direcionada para a PRÁTICA de ensino de Canto, visando oferecer as bases didáticas para formação do professor de canto. Revisão dos princípios básicos de utilização do corpo como um todo e do aparelho fonador em especial, como recursos para a produção de sons vocais para o Canto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDREWS, ML. Terapia vocal para crianças: uma perspectiva clínica . In: Andrews ML. Terapia vocal para crianças: os primeiros anos escolares . Porto Alegre: Artes Médicas; 1998.			
PÉREZ-GONZÁLEZ, Eládio. Iniciação à Técnica Vocal: para cantores, regentes de coros, atores, professores, locutores e oradores . Rio de Janeiro: E. Pérez-González, 2000.			
RUBIM, Mirna. Voz, Corpo, Equilíbrio . Rio de Janeiro: Thiemer Revinter Publicações, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
KAGEN, Sergius. On Studying Singing . New York: Dover (1950), Deborah Oliveira (tradução independente para o português), Teresina (2012). (disponível pdf).			
LAMPERTI. Vocal Wisdom . New York: Dover, 2019.			
AZEVEDO, S. O Papel do Corpo no Corpo do Ator . São Paulo. Perspectiva, 2014.			
MILLER, Richard. The Structure of Singing . New York: Dover, 1993.			
SACKS, Oliver. Alucinações Musicais . Tradução: Laura Texeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	CCLM

Viviane Beineke

	(quando houver)		
DIDÁTICA DO CANTO II	CCLM/CCE047	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Disciplina de cunho PRÁTICO-TEÓRICO, direcionada para a PRÁTICA de ensino de Canto. Princípios básicos de utilização do corpo como instrumento expressivo para a performance de Canto, incluindo questões expressivo-corporais e expressivo-vocais. Prática da didática de aulas individuais de corpo e voz, e/ou prática de oficinas de corpo e voz, nas quais os participantes desta disciplina atuarão como professores de outros estudantes iniciantes, dentro e fora do meio acadêmico, a critério do(a) professor(a) desta disciplina. As atividades práticas desta disciplina poderão ser associadas a outras disciplinas e/ou cursos de extensão acadêmica, que tomem por base a voz cantada, (ex: Práticas Instrumentais de Canto, Canto Coral, Prática de Repertório que inclua cantores, Técnica Vocal I e II, etc.), mediante autorização dos ministrantes daquelas disciplinas e conforme as disponibilidades de horário dos estudantes matriculados na disciplina de Didática do Canto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDREWS, ML. Terapia vocal para crianças: uma perspectiva clínica. In: Andrews ML. Terapia vocal para crianças: os primeiros anos escolares. Porto Alegre: Artes Médicas; 1998.			
PÉREZ-GONZÁLEZ, Eládio. Iniciação à Técnica Vocal: para cantores, regentes de coros, atores, professores, locutores e oradores. Rio de Janeiro: E. Pérez-González, 2000.			
RUBIM, Mirna. Voz, Corpo, Equilíbrio. Rio de Janeiro: Thieme Revinter Publicações, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, R. da S., CRISPIM, M. S. da S., SILVA, D. S. da, & Peixoto, S. P. L. (2018). A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS DE HOWARD GARDNER E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS. Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - ALAGOAS , 4(2), 89. Recuperado de https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/4218			
BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.			
NETO & MONTEIRO. Ritmo e Movimento. Teoria e Prática. Forte Editora (2013).			
MILLER, Richard. The Structure of Singing. New York: Dover, 1993.			
SACKS, Oliver. Alucinações Musicais. Tradução: Laura Texeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO I – CORDAS FRICIONADAS	CCLM/CCE048	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Apresentação e discussão de recursos pedagógicos voltados ao ensino de cordas. Levantamento e análise dos principais métodos e recursos tecnológicos existentes no mercado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

Vinício Campelo

ANTUNES, Ênio. **Método Alla Corda**. Opus 1. São Paulo: Editora Sesi, 2013.
 SUZUKI, Shinichi. **Educação é amor: o Método Clássico da Educação do Talento**. Anne Corinna Gottberg. Editora Palotti, 2008.
 VIANNA, Keeyth. **As Aventuras Musicais de Aipim - O Aprendiz de Violino**. Brasília: Editora Musimed, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VEZZÁ, Flora Maria Gomide. **Afinar o Movimento: Educação do Corpo no Ensino de Instrumentos Musicais**. São Paulo: Editora Sesi, 2018.
 CRUVINEL, Flavia Maria. **Educação Musical e Transformação Social**. Goiânia: RF Editora, 2008.
 DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana. **Ensino coletivo de instrumentos musicais: contribuições da pesquisa científica** (Série Paralaxe, n. 3). Salvador: Editora Edufba, 2017.
 CASTELLAR, Sonia; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Da Educação Infantil Ao Ensino Fundamental**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
 RABSON, Mimi. **Arranging for Strings**. Berkle: Editora Berklee Press, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO II – CORDAS FRICCIONADAS	CCLM/CCE048	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo sobre didática do instrumento. Análise e discussão dos métodos disponíveis no mercado destinados a jovens e adultos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, Ênio. Método Alla Corda . Opus 1. São Paulo: Editora Sesi, 2013. SHADE, Terry; WOOLSTENHULME, Jeremy. String Basics: Steps to Success for String Orchestra Violin . United States: Beacon Music Company, Inc. 2011. VEZZÁ, Flora Maria Gomide. Afinar o Movimento: Educação do Corpo no Ensino de Instrumentos Musicais . São Paulo: Editora Sesi, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
PHILLIPS, Bob; BOONSHAFT, Peter; SHELDON, Robert. Sound Innovations for String Orchestra, Book 1 . United States: Alfred Publishing Co., 2011. PHILLIPS, Bob; BOONSHAFT, Peter; SHELDON, Robert. Sound Innovations for String Orchestra, Book 2 . United States: Alfred Publishing Co., 2011. PHILLIPS, Bob; BOONSHAFT, Peter; SHELDON, Robert. Sound Innovations Creative Warm-Ups for Intermediate String Orchestra Overview . United States: Alfred Publishing Co., 2011. PHILLIPS, Bob; BOONSHAFT, Peter; SHELDON, Robert. Sound Innovations Sound Development (Intermediate) . United States: Alfred Publishing Co., 2011. PHILLIPS, Bob; BOONSHAFT, Peter; SHELDON, Robert. Sound Innovations Sound Development (Advanced) . United States: Alfred Publishing Co., 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	CCLM

Vinilo Campelo

	(quando houver)		
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO I – PIANO	CCLM/CCE050	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo teórico sobre as especificidades do ensino de piano para crianças. Apresentação e discussão de técnicas e recursos pedagógicos voltados ao ensino de piano para crianças. Levantamento e análise dos principais métodos e recursos tecnológicos existentes no mercado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DRUMMOND, Elvira. Meu Piano, meu brinquedo: Iniciação ao piano – etapa preliminar. Fortaleza: LMiranda Publicações, 2009.			
BASTIEN, James. Piano Básico de Bastien. Piano: Nível Pré-Iniciante. San Diego: Kjos Music Company, 1997.			
GORIN, Irina. Contos de uma Jornada Musical. Para Pequenos Pianistas, seus Professores e Pais. Livro 1. Gorin Publishing, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DRUMMOND, Elvira. Caderno Preparatório. Iniciação ao Piano. Rio de Janeiro: Bruno Quaino Material Cultural Ltda., 1988.			
DRUMMOND, Elvira. Descobrimo o Piano. Peças Preliminares para Piano Solo com acompanhamento para o professor. Fortaleza: LMiranda Publicações, 2009.			
DRUMMOND, Elvira. Nossos Dez Dedinhos. Iniciação ao Piano. Fortaleza: LMiranda Publicações, 2013.			
FABER, N.; FABER, R. My First Piano Adventures. Lesson Books A, B, C. Ann Arbor: Faber Piano Adventures, 1993.			
KERN, F.; KREADER, B.; KEVEREN, P.; REJINO, M. Lições de Piano. Livros 1-5. Hal Leonard Student Piano Library, 2001.			
LONGO, Laura. Divertimentos. São Paulo: Laura Longo, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO II – PIANO	CCLM/CCE051	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo teórico sobre as especificidades do ensino de piano para adultos. Apresentação e discussão de técnicas e recursos pedagógicos voltados ao ensino de piano para adultos. Levantamento e análise dos principais métodos e recursos tecnológicos existentes no mercado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COSTA, C. H. C. R. ; MACHADO, S. G. Piano em Grupo: Livro Didático para o Ensino Superior. 1. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.			
GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de psicopedagogia musical. Trad. Beatriz A. Cannabrava. 2ª Ed. São Paulo: Summus, 1988.			
RICHERME, Cláudio. A técnica pianística: uma abordagem científica. São João da Boa Vista: AIR Musical Editora, 1996.			

Vinilo Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGAY, Denes. **The art of teaching piano: the classic guide and reference book for all piano teachers**. New York: Yorktown Music Press, 2004.

BASTIEN, J. **How to teach piano successfully**. Sandiego: Neil A. Kjos, Jr. Publishers, 1973.

COATS, S. **Thinking as you play. Teaching Piano in Individual and Group Lessons**. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

FISCHER, C. **Teaching Piano in Groups**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

LYKE, James; HAYDON, Geoffrey J.; ROLLIN, Catherine. **Creative Piano Teaching**. Champaign: Stipes Publishing, 2011.

USZLER, M., GORDON, S., SMITH, M. **The Well-Tempered Keyboard Teacher**. New York: Schirmer Book, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO I – VIOLÃO	CCLM/CCE052	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Apresentação e discussão de recursos pedagógicos voltados ao ensino de instrumento musical. Aspectos psicológicos e sociológicos no ensino e aprendizagem de violão, características do ensino individual e coletivo nos diversos contextos de atuação do professor de violão, espaços de atuação do professor ensino para diferentes faixas etárias, avaliação da performance musical.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ZORZAL, R. C.; TOURINHO, C. (Orgs.) Aspectos práticos e teóricos para o ensino e aprendizagem da performance musical . São Luís: EDUFMA, 2014.			
BRAZIL, Marcelo. Na ponta dos dedos: exercícios e repertório para grupos de cordas dedilhadas . São Paulo: Digitexto, 2012.			
ARAÚJO, Rosane C.; RAMOS, Danilo. (Orgs.) Estudos sobre motivação e emoção em cognição musical . Curitiba: Editora da UFPR, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
VIEIRA, Alexandre. Professores de violão e seus modos de ser e agir na profissão: um estudo sobre culturas profissionais no campo da música . 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Música). Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/17370 .			
FIGUEIREDO, Edson. Controle ou promoção de autonomia? Questões sobre o estilo motivacional do professor e o ensino de instrumento musical. Revista da Abem , v. 22, n. 32, p. 77-89, 2014. Disponível em: http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/issue/view/35 .			
BATTISTI, D.; ARAÚJO, R. C. Motivação de crianças para aprendizagem do violão no contexto do ensino coletivo. Orfeu , v. 2, n. 2, p. 147–174, 2017. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu .			
SÁ, F. A. S.; LEÃO, E. Materiais didáticos para o ensino coletivo de violão: questionamentos sobre métodos. Revista Música Hodie , v. 15, n. 2, p. 176–191, 2015. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/musica			
FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012.			

Vinício Campelo

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
DIDÁTICA DO INSTRUMENTO II – VIOLÃO	CCLM/CCE053	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Levantamento e análise dos principais métodos e recursos tecnológicos existentes no mercado. Discussão sobre o ensino de técnica instrumental, ensino de leitura musical ao violão, ensino de harmonia de música popular. Composição e improvisação como recursos didáticos para o ensino do violão. Planejamento e currículo para aulas de violão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
TOURINHO, Cristina; MACEDO, Mabel. Violão para crianças . Jundiaí: Paco Editorial, 2017. MACHADO, André C. Caderno de iniciação aos instrumentos de cordas dedilhadas através da improvisação livre . Uberlândia, Edufu, 2018. MARIANI, Silvana. O equilibrista das seis cordas . Curitiba: Editora da UFPR, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FRANÇA, Cecília C.; SWANWICK, Keith. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática . Em Pauta. v. 13, n. 21, 2002. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/8526 . BARROS, Fábio C. S. O ensino do violão para iniciantes dialogando com o modelo artístico aberto de musicalização: estratégias possíveis. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL , 22., 2015. Natal. Anais... Natal: ABEM, 2015. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html . SILVA SÁ, F. A.; LEÃO, E. Materiais didáticos para o ensino coletivo de violão: questionamentos sobre métodos. Revista Música Hodie , Goiânia, v.15, n.2, 2015, p. 176-191. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/musica . OLIVEIRA, Roni R.; SANTOS, Regina A. T. As preferências musicais de jovens instrumentistas: relações com o repertório estudado. Revista da Abem , v.24, n. 37, 2006. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/issue/view/43 . EYTHORSSON, Sveinn. The first Guitar Milestone . Iceland: The Guitar School, 2000. Disponível em: https://www.classical-guitar-school.com/en/Download/1018 .			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
PRÁTICA E ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTOS	CCLM/CCE054	Disciplina	

Vinício Campelo

DE CORDAS FRICCIONADAS			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Estudo sobre a prática e o ensino Coletivo dos instrumentos de cordas Friccionadas na contemporaneidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CRUVINEL, Flávia Maria. Educação Musical e Transformação Social. Goiânia: RF Editora, 2008.</p> <p>DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana. Ensino coletivo de instrumentos musicais: contribuições da pesquisa científica (Série Paralaxe, n. 3). Salvador: Editora Edufba, 2017.</p> <p>SUZUKI, Shinichi. Educação é amor: o Método Clássico da Educação do Talento. Anne Corinna Gottberg. Editora Palotti, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ANTUNES, Ênio. Método Alla Corda. Opus 1. São Paulo: Editora Sesi, 2013.</p> <p>CASTELLAR, Sonia; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>RABSON, Mimi. Arranging for Strings. Berkle: Editora Berklee Press, 2018.</p> <p>SHADE, Terry; WOOLSTENHULME, Jeremy. String Basics: Steps to Success for String Orchestra Violin. United States: Publisher: Beacon Music Company, Inc. 2011.</p> <p>VEZZÁ, Flora Maria Gomide. Afinar o Movimento: Educação do Corpo no Ensino de Instrumentos Musicais. São Paulo: Editora Sesi, 2018.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL	CCLM/CCE055	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Abordagem histórica e crítica dos princípios filosóficos e pedagógicos da educação musical. Narrativas (auto)biográficas, redes de sociabilidade, produção intelectual, viagens, circularidade do saber, instituições de ensino e suas respectivas perspectivas históricas, musicais e educativas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga. ROCHA, Inês de Almeida. Ecos e Memórias: histórias de ensinamentos, aprendizagens e músicas. Teresina: EDUFPI, 2019.</p> <p>SALOMÃO, Kathia. O ensino de música no Maranhão 1860-1912: lugares, práticas e livros escolares. I. ed. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2016.</p> <p>LEMOIS JÚNIOR, Wilson. História da formação de professores de música: o contexto paranaense. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2017. 241p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>FERREIRA FILHO, João Valter. História e Memória da Educação Musical no Piauí: das primeiras iniciativas à Universidade. 2009. 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências da Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - Piauí, 2009. Disponível em</p>			

Vinilo Gompolo

http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/dissertacao/2009/JOAO_VALTER_FERREIRA_FILHO.pdf . Acessado em 08 de abril de 2019.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. **Polifonias Políticas, Identitárias e Pedagógicas: Villa-Lobos no Instituto de Educação do Rio de Janeiro na Era Vargas**. Rio de Janeiro, 2015. 262p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2011_1-787-DO.pdf . Acessado em 08 de abril de 2019.

_____. Cinema como lugar de memória da formação musical e prática docente. **Revista Acta Scientiarum**. Education, v. 40(4), p. 1-13, 2018; ISSN/ISBN: 21785198. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/41964/751375138387> Acessado em 08 de abril de 2019.

_____. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE OSCAR LORENZO FERNANDEZ PARA O ENSINO DA MÚSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS (1930-1931). **História da Educação**. Santa Maria, v.20, n. 49, p. 227-238. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592016000200227&lng=en&nrm=iso . Acessado em 08 de abril de 2019.

_____. “Terminologia Musical” e “Origem do Fado”: cultura política e identidade nacional nos estudos musicológicos de Mário de Andrade, publicados na **Revista Ilustração Musical** (1930-1931). **Educar em Revista**. Curitiba, n. 65, p. 67-83. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000300067&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 08 de abril de 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
HISTÓRIA E LITERATURA DO VIOLÃO	CCLM/CCE056	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.0.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Esta disciplina aborda a história do violão, partindo de seus antecessores renascentistas e barrocos até os dias atuais. Nesta trajetória é apreciado o repertório composto para <i>vihuela</i> e guitarra barroca, o estabelecimento do violão como instrumento de seis cordas simples e o repertório que se produziu no período clássico, o repertório destacado por Francisco Tárrega e os aprimoramentos na construção do instrumento no século XIX, e o repertório do século XX consagrado por Andrés Segóvia e Julian Bream. Também se aborda o violão no Brasil, tanto na presença do violão nos movimentos de música popular quanto em músicas de concerto.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
TABORDA, M. E. Violão e identidade nacional . Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.			
FARIA, Nelson. O livro do violão brasileiro . São Paulo: Irmãos Vitale, 2012.			
WADE, Graham. A Concise History of the Classic Guitar . Pacific: Mel Bay Publications, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
TYLER, James; SPARKS, Paul. The Guitar and its Music: From the Renaissance to the Classical Era . Oxford: Oxford University Press, 2002.			
PEREIRA, M. F.; GLOEDEN, E. De maldito a erudito : caminhos do violão solista no Brasil. Composição: Revista de Ciências Sociais da UFMS , v. 6, n. 10, p. 68–91, 2012. Disponível em: < http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002442240.pdf >.			

Vinilo Campelo

MOLINA Jr., S. J. **O Violão na Era do Disco: interpretação e desleitura na arte de Julian Bream.** Tese (Doutorado em Música). PUC - São Paulo. 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4729>.

SPERB, G. **O estudo do método de Fernando Sor e sua interação com a construção de uma interpretação para a sonata op. 25.** Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55418>>.

CARDOSO, J. H. C. **A Técnica violonística: um estudo das convergências e divergências nos métodos de ensino no decorrer da história do violão.** Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4769>>.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
OFICINA DE PERFORMANCE VOCAL E CORPORAL	CCLM/CCE058	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Desenvolvimento de uma Performance Artística a partir de prática de exercícios vocais e corporais, voltados para o desenvolvimento expressivo, visualização de vídeos da área da performance, leituras e discussões sobre Performance e Pesquisa Artística, práticas de leitura e interpretação de poemas, textos teatrais e repertório de canto, com foco a ser selecionado a cada semestre, pelo ministrante da disciplina, conforme o tema da performance a ser criada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAMPO, G., MOLIK, Z. O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik. São Paulo: É Realizações, 2012.			
FINDLAY, Elsa. Rhythm and Movement: Applications of Dalcroze Eurhythmics (Kindle Edition). Alfred Music Ed. Amazon Digital Services LLC, 2016.			
STEBBINS, G (Ed.) Delsarte System Of Expression. Estados Unidos: Alpha Edition, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BROOK, P. O Espaço Vazio. Lisboa: Orfeu Negro, 2011.			
GROTOWSKI, Jerzy. Para Um Teatro Pobre. Brasília: Dulcina Editora, 2013.			
OIDA, Y., MARSHALL, L. O Ator Invisível. São Paulo: É Realizações, 2014.			
SLOWIAK J., CUESTA, J. Jerzy Grotowski. São Paulo: É Realizações, 2013.			
STANISLAVSKI, C. A Preparação do Ator. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
OFICINA DE VOZ E CORPO: O ALFABETO DO CORPO DE ZYGMUNT MOLIK	CCLM/CCE059	Disciplina	CCLM

Vinilo Campo

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.2.0	30h	Sem pré-requisito
EMENTA: Aulas práticas de exercícios vocais e corporais, voltados para o desenvolvimento expressivo do corpo e da voz, com base em O Alfabeto do Corpo , criado pelo diretor e ator polonês Zygmunt Molik e divulgado, até os dias atuais, pelo autor Giuliano Campo e pelo discípulo direto de Molik, o ator português Jorge Parente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BROOK, P. O Espaço Vazio . Lisboa. Orfeu Negro, 2011. CAMPO, G., MOLIK, Z. O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik . São Paulo: É Realizações, 2012. OIDA, Y., MARSHALL, L. O Ator Invisível . São Paulo: É Realizações, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FLASZEN, Ludwig, OLLASTRELLI, Carda (Eds). O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969 . Edições SESC. São Paulo: Perspectiva, 2010. GROTOWSKI, Jerzy. Para Um Teatro Pobre . Brasília: Dulcina Editora, 2013. OIDA, Y., MARSHALL, L. O Ator Invisível . São Paulo: É Realizações, 2014. SLOWIAK J., CUESTA, J. Jerzy Grotowski . São Paulo: É Realizações, 2013. STANISLAVSKI, C. A Preparação do Ator . Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
OFICINA DE EXPRESSÃO CORPORAL: O SISTEMA DE EXPRESSÃO DE DELSARTE	CCLM/CCE060	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Aulas práticas de exercícios corporais, com base em um método de desenvolvimento corporal expressivo voltado para cantores, The Delsarte System of Expression . O sistema foi desenvolvido pelo Cantor, Ator e Diretor francês François Delsarte (1811-1871). Nesta oficina, o método será aplicado para fins de performance artística.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CURRY, S. Samuel. Lessons in Vocal Expression . Michigan: University of Michigan Library, 2018. STEBBINS, G (Ed.) Delsarte System Of Expression . Estados Unidos: Alpha Edition, 2020. STEBBINS, Genevieve. Society Gymnastics and Voice-Culture: adapted from The Delsarte System . Estados Unidos: Franklin Classics, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FLASZEN, Ludwig, OLLASTRELLI, Carda (Eds). O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969 . Edições SESC São Paulo: Perspectiva, 2010. GROTOWSKI, Jerzy. Para Um Teatro Pobre . Brasília: Dulcina Editora, 2013.			

Vinilo Campo

OIDA, Y., MARSHALL, L. **O Ator Invisível**. São Paulo: É Realizações, 2014.
 STANISLAVSKI, C. **A Preparação do Ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
 STEBBINS, Genevieve. **The Genevieve Stebbins System of Physical Training**. Estados Unidos: Kessinger Publishing, LLC, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
OFICINA DE RÍTMICA: A RÍTIMA DE DALCROZE APLICADA	CCLM/CCE061	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Aulas práticas de exercícios corporais, com base na Rítmica de Dalcroze, voltados para a ampliação da percepção rítmico-corporal, e das relações corpo-espaco e corpo-dinâmica musical, com foco na performance artística.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CALDWEL, Timothy. Expressive Singing: Dalcroze Eurhythmics for Voice Universidade de Michigan: Prentice Hall, 1995. FINDLAY, Elsa. Rhythm and Movement: Applications of Dalcroze Eurhythmics (Kindle Edition). Alfred Music Ed. Amazon Digital Services LLC, 2016. SADLER, M. E. (Ed). The Eurhythmics of Jaques-Dalcroze . (Kindle Edition) Jennings Press 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BROOK, P. O Espaço Vazio . Lisboa. Orfeu Negro, 2011. DALCROZE, Émile Jaques. Rhythm, Music & Education . Genebra: The Dalcroze Society Inc, 2000. AZEVEDO, S. O Papel do Corpo no Corpo do Ator . São Paulo. Perspectiva, 2014. CHEKHOV, M. Para o Ator . São Paulo. WMF Martins Fontes Ltda., 2010. STEBBINS, Genevieve. Society Gymnastics and Voice-Culture: adapted from The Delsarte System . Estados Unidos: Franklin Classics, 2018.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
OFICINA DE INTERPRETAÇÃO: GROTHOWSKI E STANISLAVSKI PARA CANTORES	CCLM/CCE062	Disciplina	CCLM
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Sem pré-requisito	

Vinício

EMENTA: Aulas práticas de exercícios corporais, com base nos trabalhos do diretor polonês Jerzy Grotowski e do diretor russo Constantin Stanislavski, aplicados ao desenvolvimento expressivo do Cantor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GROTOWSKI, Jerzy. **Para Um Teatro Pobre**. Brasília: Dulcina Editora, 2013.

RICHARDS, Thomas. **Trabalhar com Grotowski sobre as Ações Físicas**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

STANISLAVSKI, C. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRONDANI, Joice A. (org). **GROTOWSKI: estados alterados de consciência**. São Paulo: Giostri Editora, 2018.

CAMPO, G., MOLIK, Z. **O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik**. O Legado de Jerzy Grotowski. São Paulo. É Realizações, 2012.

FLASZEN, Ludwig, OLLASTRELLI, Carda (Eds). **O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969**. Edições SESC São Paulo: Perspectiva, 2010.

SLOWIAK J., CUESTA, J. **Jerzy Grotowski**. São Paulo. E Realizações, 2013.

STANISLAVSKI, C. **A Preparação do Ator**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
JAZZ VOCAL IMPROVISADO I	CCLM/CCE063	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Prática coletiva de música popular e jazz, com base na interpretação e improvisação vocais. Desenvolvimento do controle da emissão vocal, de habilidades harmônicas e rítmicas. Discussão sobre as possibilidades e potencialidades pedagógicas da utilização deste meio – voz e corpo, refletindo sobre os princípios musicais e educacionais envolvidos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARROYO, Margarete (Org.). Jovens e Músicas: um guia bibliográfico . São Paulo: Unesp, 2013.			
SWANWICK, Keith. Música, mente e educação . São Paulo: Autêntica, 2018.			
SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante . São Paulo: Unesp, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FERLIM, Uliana. Circlesongs: uma abordagem de prática musical criativa e colaborativa. Natal: Anais XXII Congresso Nacional ABEM , 2015.			
PENNA, Maura. A fala como recurso na educação musical: possibilidades e relações . Em: Música(s) e seu Ensino . Porto Alegre: Sulina: 2010, p. 206 - 228.			
QUARELLO, A. et al. Voice and movement in circle with body percussion. Facilitation in learning observed in Voice . BAPNE® method and in circlesongs teaching. https://web.ua.es/va/ice/jornadas-redes-2014/documentos/comunicacions-posters/tema-3/392121.pdf Acesso em 04-05-2019.			
GROSSI, C. et al. Música popular na educação musical: um projeto de pesquisa-ação. Anais VII SEMPEM , Goiânia, 2007.			
SANDRONI, C. Uma roda de choro concentrada. Reflexões sobre o ensino de músicas populares na escola. Blumenau: Anais IX Encontro Anual da ABEM , 2000.			

Vinício Campos

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
JAZZ VOCAL IMPROVISADO II	CCLM/CCE064	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.4.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Desenvolvimento da prática coletiva de música popular e jazz, com base na interpretação e improvisação vocais. Discussão sobre possibilidades e potencialidades pedagógicas, refletindo sobre os princípios musicais e educacionais envolvidos. Escrita de relatório e artigo científico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARROYO, Margarete (Org.). Jovens e Músicas: um guia bibliográfico . São Paulo: Unesp, 2013. SWANWICK, Keith. Música, mente e educação . São Paulo: Autêntica, 2018. SCHAFFER, R. Murray. O ouvido pensante . São Paulo: Unesp, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FERLIM, Uliana. Circlesongs: uma abordagem de prática musical criativa e colaborativa. Natal: Anais XXII Congresso Nacional ABEM , 2015. PENNA, Maura. A fala como recurso na educação musical: possibilidades e relações . Em: Música(s) e seu Ensino . Porto Alegre: Sulina: 2010, p. 206 - 228. QUARELLO, A. et al. Voice and movement in circle with body percussion. Facilitation in learning observed in Voice . BAPNE® method and in circlesongs teaching. https://web.ua.es/va/ice/jornadas-redes-2014/documentos/comunicacions-posters/tema-3/392121.pdf Acesso em 04-05-2019. GROSSI, C. et al. Música popular na educação musical: um projeto de pesquisa-ação. Anais VII SEMPEM , Goiânia, 2007. SANDRONI, C. Uma roda de choro concentrada. Reflexões sobre o ensino de músicas populares na escola. Blumenau: Anais IX Encontro Anual da ABEM , 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
INTRODUÇÃO À ANÁLISE SCHENKERIANA	CCLM/CCE065	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Introdução aos fundamentos da análise de Schenker: axiomas básicos, estrutura fundamental das formas musicais; Vozes condutoras e baixo figurado em uma progressão harmônica; redução de pequenas e médias dimensões na música; redução de grandes dimensões.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRAGA, Orlando. Progressão Linear: uma breve introdução à teoria de Schenker . Londrina: Eduel, 2011. FORTE, Allen e Steven Gilbert. Introduction to Schenkerian Analysis . New York: WW Norton, 1982. PANKHURST, Thomas. Schenker GUIDE: a brief harndbook and website for schenkerias analysis . London: Routledge, 2008.			

Vinilo Campelo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BEACH, David. **Schenkerian Analysis: Perspectives on Phrase Rhythm, Motive and Form**. London: Routledge, 2019.
- CADWALLADER, Allen e David Gagne. **Analysis of tonal music: a Schenkerian approach**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GERLING, Cristina. **Análise Schenkeriana e Performance**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- SCHOENBERG, Arnold. **Funções Estruturais da Harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
- SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. São Paulo: EDUSP, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
FLAUTA DOCE I	CCLM/CCE003	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
<p>EMENTA: Apreciação, execução e compreensão da performance da música enquanto arte, permitindo respostas e reconhecimentos estéticos, dentro de vários gêneros e estilos musicais, com organização, conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação da linguagem musical ao nível semântico, sintático, discursivo, histórico, estilístico e notacional. Aquisição e desenvolvimento dos processos educacionais artísticos nas áreas cognitiva (ligada ao saber), afetiva (ligada a sentimentos e posturas) e psicomotora (ligada a ações físicas). Aprendizagem de uma postura correta; de respiração correta; execução confortável das dedilhações aprendidas; desenvolvimento da familiarização com o instrumento; da qualidade sonora, da musicalidade e interpretação. Execução dos dedilhados corretos no âmbito de uma oitava (Ré grave - Ré agudo) na flauta doce soprano. Associação das notas aos dedilhados; execução de articulações simples (separado, ligado, staccato); compreensão das noções básicas de afinação; de uma pulsação regular; e de dinâmicas contrastantes (F e p). Leitura e interpretação de partituras simples no que respeita a notação musical. Reconhecimento da estrutura formal básica das obras executadas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CRUZ, Suzigan. Método De Iniciação Musical Flauta Doce V.1. Petrópolis: G4 Edições, 2018.</p> <p>GUIA, Rosa. Tocando Flauta Doce. São Sebastião: Catedral das Letras, 2012.</p> <p>HELMUT, Monkemeyer. Método Para Flauta Doce Soprano. São Paulo: Ricordi Do Brasil, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BENASSI, Cláudio. A flauta doce hoje: O instrumento e suas técnicas expandidas no repertório de música contemporânea. Riga: Novas Edições Acadêmicas, 2017.</p> <p>LINDE, Hans-Martin. Modern Exercises for the Soprano Recorder. São Paulo: Schott, 1984.</p> <p>SANTIAGO, Glauber. Método Intermediário De Flauta Doce Soprano. São Carlos: Edufscar, 2009.</p> <p>VELLOSO, Cristal. Orquestra de Flauta Doce. São Paulo: Irmãos Vitale, 2016.</p> <p>WEILAND, Renate; SASSE, Ângela; WEICHSELBAUM, Anete. Sonoridades Brasileiras: Método Para Flauta Doce Soprano. Curitiba: UFPR, 2018.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM

Vinício Campelo

TÉCNICA VOCAL I		CCLM/CCE002	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
1.1.0	30h	Sem pré-requisito		
EMENTA: Estudo PRÁTICO de elementos da consciência corporal em geral e da psicodinâmica vocal, em especial, com suas aplicabilidades na fala e no canto. Introdução teórica às funções do aparelho fonador em especial, e do corpo em geral, na produção sonoro-vocal. Treino prático respiratório e de apoio, para a fala e para o canto. Introdução a vocalizes. Leituras complementares.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CAMPO, Giuliano, MOLIK, Zygmunt. O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik . Rio de Janeiro: É Realizações, 2012.				
FERREIRA, Léslie Piccolotto & Andrade, Marta. Saúde Vocal - Práticas Fonoaudiológicas . São Paulo: Roca, 2002.				
RUBIM, Mirna. Voz, Corpo, Equilíbrio . Rio de Janeiro: Thieme Revinter Publicações, 2019.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ANDREWS, Motta. Terapia Vocal para Crianças- os Primeiros Anos Escolares , Porto Alegre: ARTMED, 1998.				
DAMÁSIO, António. A Estranha Ordem das Coisas . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.				
DAMÁSIO, António. O Sentimento de Si: corpo emoção e consciência . Lisboa: Temas e Debates: 2013.				
FERREIRA, Léslie Piccolotto & Andrade, Marta. Saúde Vocal - Práticas Fonoaudiológicas . São Paulo: Roca, 2002.				
AZEVEDO, S. O Papel do Corpo no Corpo do Ator . São Paulo: Perspectiva, 2014.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
METODOLOGIA DO ENSINO DA MÚSICA	CCLM/CCE032	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Educadores musicais do século XX e suas metodologias. Educação musical no século XXI. Contextualização das metodologias do ensino da música para a realidade brasileira. Propostas de educação musical inclusiva.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em Educação Musical . Curitiba: Ibpex, 2011. 352p. (Série Educação Musical).			
MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias brasileiras em educação musical . Curitiba: InterSaberes, 2016. 254p. (Série Educação Musical).			
PAZ, Ermelinda A. Pedagogia Musical Brasileira no século XX: metodologias e tendências . Brasília, DF.: Editora MusiMed, 2013. 447p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ÁLVARES, Thelma Syndenstricker; AMARANTE, Paulo (Orgs). Educação Musical na diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação . Curitiba, PR: EDITORA CRV, 2016.			

Vinício Campos

BRITO, T. A. **Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRITO, Teca Alencar. **Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2011.

FONTEERRADA, M. T. de O. **De tramas e fios – um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Unesp, 2008.

CRUVINEL, Flávia Maria. **Efeitos do Ensino Coletivo na Iniciação Instrumental de Cordas: A Educação Musical como meio de transformação social**. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2003, 217p. Disponível em: <<https://mestrado.emac.ufg.br/p/2795-2001>>.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
TECLADO FUNCIONAL III	CCLM/CCE016	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Conhecimento e domínio do teclado através de atividades que possam desenvolver as seguintes competências musicais: teoria e percepção musical, leitura, leitura à primeira vista, harmonização, transposição, improvisação, tocar de ouvido, memorização e repertório. Uso criativo do teclado em contexto músico-pedagógico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUCHER, Hannelore. Harmonia Funcional Prática: Uma abordagem natural para desfazer o mito da complexidade da harmonia . Vitória, ES: O Autor, 2001.			
COLLURA, Turi. Improvisação . Vol. 2. São Paulo, Irmãos Vitale, 2008.			
COSTA, C. H. C. R. ; MACHADO, S. G. Piano em Grupo: Livro Didático para o Ensino Superior . 1. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAMPBELL, L. Sketches for Further Harmony and Improvisation . London: Stainer & Bell, 1994.			
LANCASTER, L. E.; RENFROW, K. D. Alfred's Group Piano for Adults . Book 2 2aedition. Amsteden: Alfred Publishing Co., Inc, 2008.			
LYKE, J., CARAMIA, T., Haydon, G., Alexander, R., Elliston, R. Keyboard Musicianship . 8a ed. Champaign, IL: Stipes Publishing, 2003.			
SÁ, Renato de. 211 Levadas Rítmicas . São Paulo: Irmãos Vitale, 2002.			
SILVA, Abigail R. Aprender, Tocar e Criar ao Piano- Improvisação e Técnica . São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.			
SILVA, Abigail R. Aprender, Tocar e Criar ao Piano- Repertório e Harmonia . São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	CCLM
CANTO CORAL III	CCLM/CCE025	Disciplina	

Vinilo Campelo

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.1.0	30h	Sem pré-requisito
EMENTA: Diferentes possibilidades de coral: empresas, escolas, igrejas, ONGs, Projetos Sociais e o trabalho com a 3ª idade. As questões relacionadas a afinação e a desafinação vocal. Atividade de observação de ensaios de corais, Análise, leitura e execução de obras corais de diferentes gêneros, estilos e formas com ênfase na música folclórica e popular brasileira. Repertório variado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BEHLAU, Mara. Higiene vocal para canto coral . 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. FRANK, Isolde Mohr. ABC da Música . Porto Alegre: Ed. Age, 2011. WERBECK-SVÄRDSTRÖM, Valborg. A escola do desvendar da voz . São Paulo: Antroposófica, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
OLIVEIRA de. C. B. N. A Prática do Canto Coral Infantil como Processo de Musicalização . Dissertação (Mestrado em Música). Campinas: Instituto de Artes da UNICAMP, 2012. ROCHA, Elen Regina Lara. Atuação do músico em empresas: mercado, indicativos e processos . Dissertação (Mestrado em Música). Goiânia: Programa de Pós-Graduação Srtictu Sensu da Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, 2007. SOBREIRA, S. Desafinação Vocal . Rio de Janeiro: Musimed, 2004. PEREIRA, André Protásio. Arranjo vocal de Música Popular Brasileira para coro a cappella: estudos de caso e proposta metodológica . Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Música – PPGM, 2006. UTSUNOMIYA, M. M. O Regente de Coro Infantil de Projetos Sociais e as Novas Competências e Habilidades . Dissertação (Mestrado em Artes). Escola de Comunicação e Artes da USP, 2011.		

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Gabinetes de professores

GABINETE 01

02 - Computadores completos (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)

02 – Mesas de escritório

02 – Cadeiras de escritório

02 – Armários de madeira grande (02 portas)

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

GABINETE 02

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

02 – Mesas de escritório

02 – Cadeiras de escritório

02 – Armários de madeira pequeno (02 portas)

Vinício Campelo

GABINETE 03

- 02 – Mesas de escritório
- 02 – Cadeiras de escritório
- 02 – Armários de madeira grande (02 portas)
- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)

GABINETE 04

- 01 – Computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado)
- 02 – Mesas de escritório
- 02 – Cadeiras de escritório
- 02 – Armários de madeira grande (02 portas)
- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 01 – Armário de madeira pequeno (02 portas)

GABINETE 05

- 01 – Computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado)
- 02 – Mesas de escritório
- 02 – Cadeiras de escritório
- 01 – Armário de madeira grande (02 portas)
- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)

GABINETE 06

- 01 – Computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)
- 02 – Mesas de escritório
- 02 – Cadeiras de escritório
- 01 – Armário de madeira grande (02 portas)
- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)

Espaço de trabalho para o Coordenador do Curso

SALA DO COORDENADOR

- 01 – Computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)
- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 03 – Armários de aço grande (02 portas)
- 02 – Mesas escritório
- 02 – Cadeiras escritório
- 02 - Cadeiras acolchoadas (s/ braço)
- 01 – Armário de aço pequeno (02 portas)



01 – Armário 4 portas (arquivos)

SECRETARIA

02 – Computadores completo (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

02 – Armários de aço grande (02 portas)

04 - Mesas escritório

02 – Cadeiras escritório

01 – Multifuncional

Sala coletiva de professores

SALA DE REUNIÃO

01 – Computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Armário de aço grande (02 portas)

02 – Mesas grande (reunião)

10 – Cadeiras acolchoadas (s/ braço)

COPA

01 – Geladeira

01 – Forno de micro-ondas

14.4. Salas de aula coletivas

7.2 Infraestrutura acadêmica

SALA 479

01 – Piano de cauda

01 – Banco p/piano

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Quadro grande (c/pautas)

01 – Mesa grande (tipo p/reunião)

06 – Cadeiras c/braço (alunos)

02 – Cadeiras s/braço (professor)

SALA 478

01 – Quadro grande (c/pautas)



- 02 – Aparelhos de ar condicionado (split)
- 15 – Cadeiras de plástico (s/braço)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)
- 01 – Armário de aço (c/16 portas pequenas)

SALA 477

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 01 – Quadro grande (s/pautas)
- 01 – Data show
- 01 – Quadro p/projeção (data show)
- 01 – Armário de aço (c/02 portas grandes)
- 47 – Cadeiras c/braço (alunos)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)

SALA 476

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 02 – Quadros grande (s/pautas)
- 01 – Armário de aço (c/02 portas grandes)
- 01 – Quadro p/projeção (data show)
- 48 – Cadeiras c/braço (alunos)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)

SALA 449**Cômodo 01 (salão)**

- 01 – Piano

Cômodo 02 (depósito)

- 01 – Armário 5 portas (arquivo)
- 01 – Armário de aço (c/02 portas grandes)

Cômodo 03

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 01 – Quadro pequeno (s/pautas)
- 03 – Cadeiras c/braço (alunos)
- 02 – Mesas (professor)
- 01 – Cadeira (professor)



Cômodo 04

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 02 – Armários de aço (c/prateleiras)
- 01 – Televisão de tubo 29" (funcionando)
- 01 – Armário de aço (c/02 portas grandes)
- 01 – Cadeiras c/braço (alunos)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)

SALA 448

- 01 – Piano (1 em uso e 01 c/defeito)
- 01 – Data show 01 – Quadro p/projeção (data show)
- 02 – Aparelhos de ar condicionado (split)
- 01 – Quadro grande (parte pautada e parte s/ pautas)
- 42 – Cadeiras c/ braço (alunos)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)
- 01 – Espelho grande

SALA 447

- 01 – Piano
- 02 – Aparelhos de ar condicionado (split)
- 01 – Quadro pequeno (s/ pautas)
- 01 – Quadro grande (s/ pautas)
- 01 – Data show
- 01 – Quadro p/ projeção (data show)
- 25 – Cadeiras c/ braço (alunos)
- 01 – Mesa (professor)
- 01 – Cadeira (professor)

Salas para estudo individual

SALA 1P

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 25 – Cadeiras de madeira

SALA 2P

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)
- 01 – Cadeira de madeira



01 – Piano

01 – Banco p/ piano

SALA 3P

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Cadeira de madeira

01 – Piano

01 – Banco p/ piano

SALA 4P

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Cadeira de madeira

SALA 5P

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Cadeira de madeira

SALA 6P

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Cadeira de madeira

SALA DE CANTO

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Piano

01 – Banco p/ piano

01 – Armário de aço (c/ 02 portas grandes)

SALA DE VIOLINO

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Piano 01 – Banco p/ piano

01 - Estantes para partituras

SALA DE PIANO

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

01 – Piano

01 – Banco p/ piano

01 – Armário de aço (c/ 02 portas grandes)

SALA DE VIOLÃO

01 – Aparelho de ar condicionado (split)

Laboratórios e salas especiais

LIMUS – Laboratório de informática e música



12 – Computadores completos (monitor, cpu, mouse, teclado)

05 – Estabilizadores (6 saídas tomada cada)

02 – Aparelhos de ar condicionado (split)

30 – Cadeiras c/ braço (alunos)

01 – Mesa (professor)

01 – Cadeira (professor)

01 – Data show

01 – Quadro p/ projeção (data show)

01 – Quadro pequeno (s/ pautas)

01 – Quadro grande (s/ pautas)

01 – Teclado musical (c/ fonte e suporte)

AUDITÓRIO

04 – Aparelhos de ar condicionado (split)

01 – Piano de cauda

01 – Banco p/ piano

70 – Poltronas acolchoadas

01 – Quadro p/ projeção (data show)

ESTÚDIO 01

02 – Aparelhos de ar condicionado (split)

01 – Armário de aço (c/ 02 portas grandes)

02 – Armário de aço (c/ 16 portas cada)

ESTÚDIO 02

02 – Aparelhos de ar condicionado (split)

04 – Pianos elétricos

01 – Banco p/ piano

01 – Estabilizador de energia

Almoxarifado

ALMOXARIFADO DE INSTRUMENTOS

01 – computador completo (monitor, cpu, mouse, teclado, estabilizador)

01 – mesa escritório

01 – cadeira escritório

01 – armário de aço 12 portas (pequenas)

01 – aparelho de ar condicionado (split)



- 12 – violões
- 06 – violinos
- 01 – violoncelo
- 02 – bandolim
- 03 – teclado musical (c/ fonte e suporte)
- 01 – trombone
- 06 – violas
- 01 – baixo acústico
- 01 – baixo elétrico
- 02 – flautas baixo
- 20 – estantes p/ partitura (aço)
- 04 – caixas de som (passiva)
- 01 – cubo de baixo
- 01 – cubo de guitarra
- 01 – mesa de som pequena (antiga)
- 01 – amplificador de som (2 canais)

SALA DE TÉCNICA

- 01 – Aparelho de ar condicionado (split)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Joanes A. Integração curricular e interdisciplinaridade: sinônimos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan.-abr. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Guia de formatação de trabalho acadêmico**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.abnt.org.br/>
Acesso em: 12 dez. 2022.

BAGNATO, Maria Helena Salgado *et al.* De Interdisciplinaridade e Multirreferencialidade na Educação Superior em Saúde. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, vol.12, n. 3, julho/setembro de 2007, p.365-70.



BRASIL. **Decreto nº 72.140**, 26 de abril de 1973. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 4171, de 27 de abril de 1973. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3028641/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-04-1973> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 07, 25 de abril de 2007. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6096&ano=2007&ato=adoXWE9ENRpWTafd> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 28, publicado em 23 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/regulamenta-lingua-brasileira-sinais-libras-34338257> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.528**, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, seção 1, p. 1, 18 jun. 1969. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3010259/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-06-1969> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL, **Lei no 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 10 jan. 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10172&ano=2001&ato=217MTRE5kMNpWT3af> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei No 13.278**, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 03 mai. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL, **Lei no 10.741**, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.01, 03 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.%206%20\(sessenta\)%20anos.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.%206%20(sessenta)%20anos.) Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL, **Lei no 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 03, 15 abril 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC 265**, de 10 de abril de 1978. Aprova a nova redação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 02 jun. 1978. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1978/06/02> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC 180**, de 05 de fevereiro de 1993. Aprova a nova redação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26, 08 fev. 1993. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1993/02/08/Secao-1?p=3> Acesso em: 12. Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC 453**, de 30 de maio de 1978. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 02.06.1978. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1978/> Acesso em: 12. Dez. 2022.

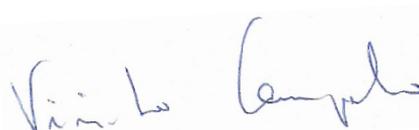
BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC 1225**, de 30 de julho 1999. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 147-E, de 03 de agosto de 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2675-port-1225&Itemid=30192 Acesso em: 12. Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 03, 15 de abril 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 12. Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p.01, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm Acesso em: 12. Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Diário Oficial da União: Brasília, DF, p.07, 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841> Acesso em: 12. Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 302**, de 07 de abril de 1998. Normatiza o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Diário Oficial da União: Brasília, DF, seção 1, p. 111, 09 de abril de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p0302.pdf> Acesso em: 08 jan. 2022.



BRASIL, Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer nº 665/95**, aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30 de julho 1999. Diário Oficial da União: nº 147-E, de 03 de agosto de 1999.

BRASIL, Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer nº 67/2003**, de 11/3/2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos cursos de graduação. Aprovado em 11 de março de 2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL, Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer nº 195/2003**, de 5 de agosto de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 fev. 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces195_03.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de abril de 1973. Disponível em: [ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ \(ufpi.br\)](http://www.ufpi.br/estatuto). Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.2**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p.9, 4 mar. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13207-resolucao-cp-2002> Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução n. 45/99 do Conselho Universitário da UFPI**, de 16 dez. 1999. Aprova o Estatuto da Universidade Federal Do Piauí.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 8-12, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015> Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.2**, de 1 de julho de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13207-resolucao-cp-2002#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%20,Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20em%20n%C3%ADvel%20superior.> Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.2**, de 8 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em

Música e dá outras providências. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.1**, de 8 de março de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.1**, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n.2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL, **Resolução n. 15/99 do Conselho Universitário da UFPI**, de 25 de março de 1999. Aprova o Estatuto da Universidade Federal Do Piauí.

CERQUEIRA, D. L. Implementação do Bacharelado em Música na Universidade Federal do Maranhão. In: CARVALHO SOBRINHO, J. O. (org) **Pautas de investigação musical: um contributo aos estudos do texto e contexto**. Teresina: EDUFPI, 2012, p. 79-104.

CERQUEIRA, Daniel Lemos. O curso de Bacharelado em Música na Universidade Federal do Maranhão: desafios de uma nova proposta. **Anais do XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música**. Natal, 2013.

CORRÊA, E. J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v.1, n.1, p. 12-15, jul./ dez, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/864> Acesso em: 31 mar. 2018.

FERREIRA FILHO, JOÃO VALTER. **História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

FIGUEIREDO, E. A. F. O perfil dos alunos do Curso de Licenciatura em Música da UFPI: em busca de informações para a reformulação do PPC. **Anais do XXIII Congresso Nacional da ABEM**. Manaus, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **PORTARIA INEP Nº 493**, de 6 de junho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, pág. 35, 8 de junho de 2017, Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2017/formacao_geral_-_portaria_n_493_de_6_de_junho_de_2017.pdf. Acesso em 12 dez. 2022.

SEVERINO, A. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d' Água, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa**. Teresina, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Teresina, 2015. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI--2015-2019_UFPI_Reformulado_Versao-Final.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Teresina, 2020. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria Nº. 033/2021-CCE/UFPI**. Constitui a comissão para elaborar proposta de criação do Curso de Bacharelado em Música. Teresina, 2021. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/cce/PORTARIAS_CCE_2021/PORTARIA_N_033_2021_CCE.UFPI_Comiss%C3%A3o_para_elaborar_proposta_de_cria%C3%A7%C3%A3o_do_Curso_de_Bacharelado_em_M%C3%BAsica.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria PREG/CAMEN nº 330**, de 22 de junho 2017. Aprova as diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de curso (TCC) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), conforme processo acima mencionado. Teresina, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14TGyR1eA55Q7Yhp-31a0OymoYTZAbeFP/view>. Acesso em: 12. Dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) n. 15/99**. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução do CONSUN n. 45/99**, de 16 de dezembro de 1999 e alterada posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. Adapta o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí à Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação. Teresina, 1999. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução no 21**, de 21 de setembro de 2000. Aprova o regimento geral da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2000. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução CEPEX/UFPI 220/16**, de 28 de setembro de 2016. Estabelece as Diretrizes curriculares para formação superior de profissionais do magistério. Teresina, 2016. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.



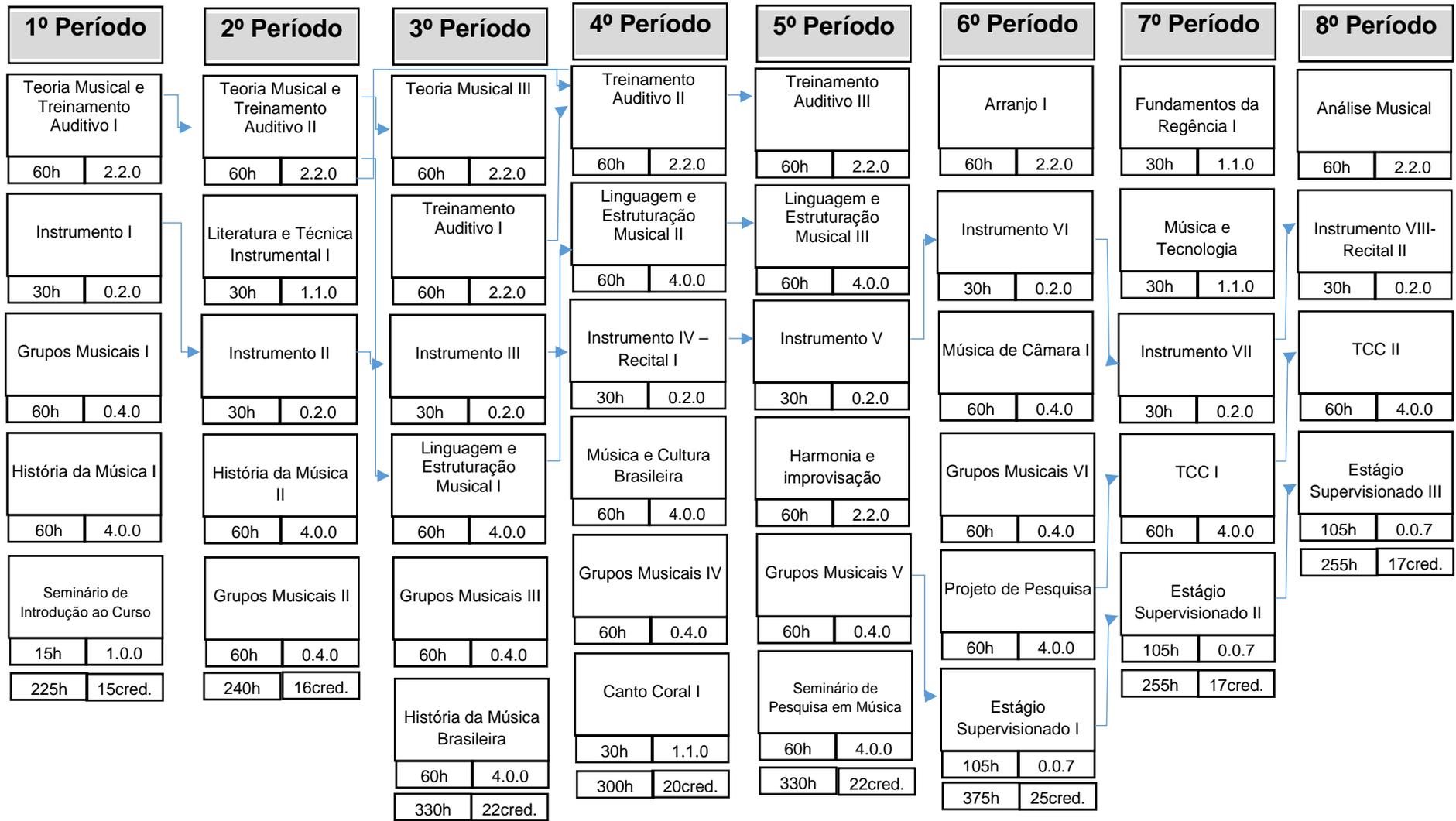
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução CEPEX/UFPI 177/12**, atualizada em 20 de junho de 2018. Aprova a atualização de normas e de funcionamento dos cursos de graduação da **UFPI** e dá outras providências. Teresina, 2018. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução CEPEX/UFPI 053/19**, de 12 de abril de 2019. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, 2019. Disponível em: <https://www.ufpi.br/resolucoes-da-ufpi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da UFPI**, atualizado em 21 de abril de 2000. Teresina, 2000. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YHvSYUZi5E0J:https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao%3FidProducao%3D915192%26key%3De0acfc46a0207adda78fb48d33bc925&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 dez. 2022.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vimbo Campelo', is located in the bottom right corner of the page.

ANEXO I – FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM MÚSICA



Vinícius Campos

Observação: (a) “Além das Disciplinas Obrigatórias apresentadas neste Fluxograma (totalizando 1845 horas/ 123 créditos, o aluno deverá cursar 120 h (cento e vinte horas), ou (8) oito créditos, de Disciplinas Optativas (carga horária mínima conforme disposição de Período Letivo ao qual está ofertada) e 270 h/ (18) dezoito créditos de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), para integralizar o referido Curso”; (b) O aluno deverá cursar, também, a parte completa de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), citada acima, para integralizar o referido Curso.

Vinícius Campelo